



JOÃO PAULO DE TOLEDO CAMARGO HADLER

**Dependência e superexploração: os limites das reflexões de
Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a
problemática do desenvolvimento dependente**

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA


JOÃO PAULO DE TOLEDO CAMARGO HADLER

**Dependência e superexploração: os limites das reflexões de
Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a
problemática do desenvolvimento dependente**

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas, área de concentração: Teoria Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO JOÃO PAULO DE
TOLEDO CAMARGO HADLER E ORIENTADO PELO
PROF. DR. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO
JÚNIOR.


Orientador

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

H117d Hadler, João Paulo de Toledo Camargo, 1981-
Dependência e superexploração : os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente / João Paulo de Toledo Camargo Hadler. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 2. Marini, Ruy Mauro, 1932-1997. 3. Dependência. 4. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. I. Sampaio Júnior, Plínio Soares de Arruda, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Dependency and super-exploitation : the limits of Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini reflections on the problem of dependent development

Palavras-chave em inglês:

Cardoso, Fernando Henrique, 1931-

Marini, Ruy Mauro, 1932-1997

Dependency

Development and underdevelopment

Área de concentração: Teoria Econômica

Titulação: Doutor em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior [Orientador]

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

João Antonio de Paula

Fernando César de Macedo Mota

João Carlos Kfourti Quartim de Moraes

Data de defesa: 18-07-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



TESE DE DOUTORADO

JOÃO PAULO DE TOLEDO CAMARGO HADLER

Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente

Defendida em 18/07/2013

COMISSÃO JULGADORA

Handwritten signature of Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior in blue ink.

Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP

Handwritten signature of Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes in blue ink.

Profª Drª VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES
Universidade Federal Fluminense / UFF

Handwritten signature of João Antonio de Paula in blue ink.

Prof. Dr. JOÃO ANTONIO DE PAULA
Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG

Handwritten signature of Fernando César de Macedo Mota in blue ink.

Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
Instituto de Economia / UNICAMP

Handwritten signature of João Carlos Kfourí Quartim de Moraes in blue ink.

Prof. Dr. JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP

*Yo no canto por cantar
ni por tener buena voz,
canto porque la guitarra
tiene sentido y razón.*
(Victor Jara, "Manifiesto")

AGRADECIMENTOS

Ao professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, pela confiança que depositou em mim e pela orientação dada ao longo desses anos, sem as quais esta tese não teria sido possível e, principalmente, sem as quais eu nunca teria assumido os imprescindíveis compromissos com a revolução brasileira.

Aos professores Eduardo Mariutti, Fernando Macedo, João Antonio de Paula, João Quartim de Moraes e Virgínia Fontes, cujas arguições, seja na qualificação ou na defesa da tese, em muito contribuíram para o esclarecimento de questões difíceis e controversas que procurei abordar, além de terem feito muitas outras observações que ajudaram a dar ao trabalho as feições e qualidade que apresenta agora. Os defeitos que persistirem, como de praxe, resultam do tempo escasso ou da teimosia do autor.

Aos camaradas Artur Monte Cardoso, Fernando Henrique Lemos Rodrigues e Leandro Ramos Pereira, que não apenas acompanharam os momentos mais importantes do atribulado processo de desenvolvimento de uma tese. Mais do que amigos, foram cúmplices, decisivos para que esta tese chegasse a ser o que é.

A Felipe Monte Cardoso, Henrique Braga e Jean Peres, dos quais também recebi, entre várias conversas, observações valiosas e outros pontos de vista que permitiram esclarecer melhor alguns dos problemas centrais tratados pela tese, bem como fugir de algumas armadilhas desnecessárias.

A todas e todos que passaram pelo “Grupo de Estudos Florestan Fernandes”, que conseguimos, entre as esperadas dificuldades, organizar e manter como um importante espaço de debate, onde recebi algumas das primeiras críticas e questionamentos à tese, que em parte viriam a orientar seu desenrolar posterior.

A Manuel Ramon e Marcelo Soares de Carvalho, que, das salas de aula às mesas de bar, marcaram presença desde o começo dessa etapa que se iniciou com o mestrado. E a Heloísa Bueno, que também marcou presença nas conquistas recentes e, de certo modo, acompanhou o começo de tudo.

A Charles Nisz Lourenço, a Denise Vazquez Manfio e a Gabriela Zanotto Bosshard, amizades que se revelaram muito valiosas, e sem as quais eu não teria superado momentos difíceis que, inevitavelmente, surgem no meio do caminho.

E à minha família, pelo apoio e paciência durante todos esses anos decisivos da minha formação, e que certamente entendeu que as ausências e esforços prolongados não foram e não serão em vão, quando o que se tem em vista é lutar por algo maior.

RESUMO

O objetivo da tese é avaliar em que medida a controvérsia entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso permite avançar na compreensão dos problemas do desenvolvimento em sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica. Fernando Henrique Cardoso transforma a situação de dependência em fator positivo para o desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, desvincula o desenvolvimento capitalista dependente da necessidade de reproduzir um regime de segregação social e formas particularmente extorsivas de exploração da força de trabalho. Dependência e segregação social deixam de ser problemas, do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Assim, Cardoso nega a necessidade das revoluções democrática e nacional, isto é, a necessidade histórica de ruptura da dupla articulação – a situação de dependência e o regime de segregação social – como condição para que aquelas sociedades assumam o controle do próprio destino. Ruy Mauro Marini encontra a explicação para a necessidade de reprodução da dupla articulação nas próprias leis imanentes do modo de produção capitalista, em seu desenvolvimento desigual e contraditório em escala mundial. A perenidade de nossa situação de dependência e de um padrão de segregação social são entendidos como problemas vinculados à própria lógica do capital, e não como problemas de formação. Por isso, Marini condiciona a superação da dupla articulação à supressão das próprias relações capitalistas de produção na periferia do sistema, por meio da revolução socialista, também fazendo desaparecer a necessidade histórica das revoluções nacional e democrática, como elos concretos da revolução brasileira. A possibilidade da reforma, em Cardoso, está assentada na superestimação da autonomia relativa da política, posto que esvaziada de uma análise de classe, que elucidasse o padrão de luta de classes no capitalismo brasileiro e, portanto, a forma pela qual se estabelecem os nexos necessários entre economia, sociedade e política, na situação concreta de uma formação social de passado colonial e escravista. Em Marini, a possibilidade – e necessidade – da revolução fica a depender da radicalização dos antagonismos de classe posta pela agudização de contradições gerais e abstratas entre capital e trabalho, ou seja, por uma lógica da acumulação independente da luta de classes concreta. À medida que não partem da consideração dos problemas de nossa sociedade colocados na perspectiva de sua formação histórica, as soluções propostas por Cardoso e Marini aos dilemas do capitalismo dependente são igualmente arbitrárias. Nossa intenção é oferecer uma contribuição para a retomada de um debate necessário, chamando a atenção para a importância e atualidade da perspectiva da formação nacional.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini; dependência; subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of the thesis is to evaluate to what extent the controversy between Ruy Mauro Marini and Fernando Henrique Cardoso allows advance understanding of issues of development in national societies from colonial origin and peripheral position. Fernando Henrique Cardoso turns the situation of dependence on a positive factor for the development of productive forces. Furthermore, releasing the dependent capitalist development the need to reproduce a system of social segregation and particularly extortionate forms of exploitation of labor power. Dependence and social segregation are no longer issues from the point of view of economic development. Thus, Cardoso denies the need for national and democratic revolutions, that is, the historical need to break the double articulation – the situation of dependency and social segregation regime – as a condition for those companies take control of their own destiny. Ruy Mauro Marini finds the explanation for the need to play the double articulation in its own immanent laws of capitalist mode of production, in its contradictory and uneven development on a world scale. The continuity of our situation of dependency and a pattern of social segregation are understood as problems linked with the logic of capital, and not as formation problems. So Marini conditions overcoming the abolition of double articulation own capitalist relations of production in the periphery of the system through socialist revolution, also blurring the historical necessity of the national and democratic revolutions, such as concrete links of the Brazilian revolution. The possibility of reform in Cardoso, sits in an overestimation of the relative autonomy of politics, since emptied of a class analysis, to elucidate the pattern of class struggle in Brazilian capitalism and therefore the way in which the connections are established needed between the economy, society and politics, in the concrete situation of a social formation of colonial past and slavery. In Marini, the possibility – and necessity – of revolution is dependent on the radicalization of class contradictions posed by the worsening of general and abstract contradictions between capital and labor, i.e., by a logic of accumulation independent of the concrete class struggle. As we do not start from the consideration of the problems of our society placed in the perspective of its historical formation, the solutions proposed by Cardoso Marini and the dilemmas of dependent capitalism are equally arbitrary. Our intention is to offer a contribution to the recovery of a necessary debate, drawing attention to the importance and timeliness of the national formation perspective.

Key words: Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini; dependency; underdevelopment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A CRISE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA	9
Introdução	9
1. A problemática da formação nacional.....	11
2. Desenvolvimento nacional e economia política da Cepal.....	16
3. Crise do desenvolvimento nacional.....	20
4. Contrarrevolução na América Latina.....	27
5. Crise da teoria do desenvolvimento	31
Conclusão	35
2. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A NOVA SITUAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	37
Introdução	37
1. A dependência estrutural na América Latina	40
2. A internacionalização do mercado interno	47
3. Desenvolvimento dependente: consequências econômicas e sociais.....	56
4. Política e Estado em sociedade dependente.....	63
Conclusão	71
3. RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA	75
Introdução	75
1. O capitalismo dependente e a superexploração do trabalho.....	77
2. A industrialização dependente e o subimperialismo brasileiro	85
3. Desenvolvimento integrado: consequências econômicas e sociais.....	95
4. Luta de classes, Estado e revolução no capitalismo dependente.....	98
Conclusão	104
4. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: A CONTROVÉRSIA ENTRE F. H. CARDOSO E R. M. MARINI	107
Introdução	107
1. A lei geral da acumulação capitalista.....	111
2. A relação de exploração no capitalismo dependente.....	118
3. A questão dos mercados	128

Conclusão	135
5. OS LIMITES DAS REFLEXÕES DE F. H. CARDOSO E R. M. MARINI SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE	141
Introdução	141
1. Os limites do pensamento de Ruy Mauro Marini	142
2. Os limites do pensamento de Fernando Henrique Cardoso	166
Conclusão	185
CONCLUSÃO.....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros anos da década de 1960, após um breve período de acelerada modernização da economia e de aparente abertura democrática, a profunda crise que abalava as estruturas da sociedade brasileira, que culminou no golpe de 1964, suscitou controvérsias acerca dos rumos do desenvolvimento nacional. Entre os setores da esquerda, o problema do desenvolvimento econômico era vinculado estreitamente às questões nacional e democrática, assim apontando, de uma forma ou de outra, para a necessidade da revolução brasileira. O debate se fez mais acirrado à medida que as expectativas por uma revolução democrática e nacional, com participação da burguesia progressista – que liquidaria os anacronismos sociais e implantaria um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, constituindo as bases de uma nação moderna – foram duramente solapadas pela contrarrevolução e pela associação com o capitalismo internacional. A polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, dois cientistas sociais brasileiros que vivenciaram esse conturbado período de nossa história, é emblemática, com relação aos rumos tomados por aquele debate, na busca por uma reavaliação do problema do desenvolvimento e por uma reinterpretação dos dilemas do capitalismo dependente. Após 1964, o pensamento social brasileiro, na abordagem da problemática do desenvolvimento, será marcado pelo abandono da perspectiva da formação nacional. Pretendemos mostrar como as contribuições de Cardoso e Marini, até hoje influentes em certos meios acadêmicos e políticos – muito menos no caso de Marini, autor quase desconhecido em seu próprio país – incorrem na negação da problemática da formação, ficando sem elementos para dar respostas concretas aos dilemas do desenvolvimento em sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica no sistema internacional do capitalismo¹.

A América Latina, e dentro dela o Brasil, passaram por profundas transformações ao longo do século XX. A desorganização do sistema de divisão internacional do trabalho, com duas guerras mundiais intercaladas por uma grande depressão, desencadeou uma série de reações nas economias latino-americanas. Assim como estas se diversificaram,

¹ No capítulo 1, item 1, apresentaremos mais detalhadamente em que consiste o problema da formação nacional, perspectiva a partir da qual desenvolveremos nossa crítica a Cardoso e Marini. De forma mais pormenorizada, alguns aspectos dessa problemática aparecerão ao longo do último capítulo desta tese, à medida que expusermos os limites dos aportes de Cardoso e Marini ao estudo do capitalismo dependente.

particularmente onde teve vigência o processo de industrialização por substituição de importações, suas sociedades também foram sacudidas por uma série de tensões e conflitos, dadas as contradições entre a formação nacional em processo e as estruturas herdadas do passado colonial. Essas transformações estimularam e intensificaram o movimento de tomada de consciência – e de crítica – da situação de subdesenvolvimento, da precariedade das condições de trabalho e existência da população, da marginalização da América Latina no processo histórico de difusão e incorporação do progresso técnico em escala mundial, e de sua subordinação a determinações alheias à vontade dos nacionais. De outro lado, decantava-se uma vontade, o reconhecimento da necessidade e da possibilidade de mudar essa condição desfavorável por meio do desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento econômico vai se colocando na ordem do dia, como problema prático a ser equacionado pelos povos latino-americanos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os primeiros impasses mais sérios do ciclo de substituição de importações colocam a necessidade da industrialização dirigida. Para o Brasil e demais países da América Latina, a problemática do desenvolvimento apresentava desafios e impasses muito particulares. Suas bases históricas se encontram no processo de colonização, enquanto vastos empreendimentos comerciais de suas metrópoles e do capital mercantil europeu; no amplo e intenso emprego de trabalho compulsório de populações indígenas e negros escravizados trazidos da África; e na articulação dependente com os principais centros do capitalismo internacional, em especial na era do imperialismo, com o advento dos monopólios e do capital financeiro. Essas especificidades, de caráter formativo, inviabilizavam a busca de respostas para os problemas do desenvolvimento em quaisquer esquemas preconcebidos. Foi justamente para decifrar e dar respostas a esses dilemas que se desenvolveu o pensamento crítico latino-americano.

Entre as variadas contribuições que compõem esse pensamento, destaca-se, no campo do desenvolvimento econômico, o estruturalismo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), tendo como expoentes Raúl Prebisch e Celso Furtado. A economia política da Cepal procurou responder os problemas concretos da industrialização periférica, da constituição de sistemas econômicos nacionais dotados de centros internos de decisão, a partir de uma perspectiva própria, tendo em vista as especificidades latino-americanas. A dependência externa foi identificada como causa em última instância do

subdesenvolvimento, do atraso relativo das economias da região e da persistência de seus anacronismos sociais, reproduzindo formações sociais marcadas pela heterogeneidade e pelo desemprego estrutural. Esse diagnóstico, levado às últimas consequências, implicava a necessidade de romper os nexos de dependência e promover profundas reformas nas estruturas sociais, que mantinham a América Latina e o Brasil presos ao círculo de ferro do subdesenvolvimento. Ao privilegiar a industrialização como espinha dorsal de um sistema econômico nacional (em que a acumulação de capital estivesse referenciada ao mercado interno), a consolidação de centros internos de decisão e a incorporação do conjunto da população ao mercado capitalista, a economia política da Cepal associava, inextricavelmente, desenvolvimento das forças produtivas e integração nacional. Assim, a problemática do desenvolvimento econômico tinha como eixo o desenvolvimento nacional, a constituição das bases econômicas, sociais, políticas e culturais do Estado nacional, única forma, para os países do elo fraco do sistema, de se proteger das vicissitudes e dos ritmos do sistema capitalista mundial, podendo controlar seu próprio tempo histórico, a incorporação de progresso técnico e a acumulação, conforme as necessidades e possibilidades de cada sociedade nacional.

Contudo, o avanço do processo de industrialização não resultou em atenuação das desigualdades sociais, da heterogeneidade estrutural e dos vínculos de dependência, tendo antes aprofundado tais problemas, o que se explicitou cabalmente ao final dos anos 1950 e princípios dos 1960, com o acirramento das tensões e conflitos sociais. As pressões crescentes do capital financeiro internacional para abrir filiais e ocupar os mercados da periferia latino-americana, assim como as intervenções diretas ou indiretas, abertas ou dissimuladas, do imperialismo estadunidense para interromper quaisquer tentativas de romper a ordem burguesa e imperial na América Latina, e a composição interna das burguesias dependentes para preservá-la, redundaram em um novo padrão de relações das sociedades dependentes com o capital internacional e o imperialismo. O capitalismo dependente foi consolidado e sacralizado por meio de uma contrarrevolução preventiva e permanente de escala continental. A frustração da utopia reformista e nacional-desenvolvimentista, pela violenta reação burguesa e imperialista, redefinia completamente os parâmetros a partir dos quais se vinha tentando equacionar a questão do desenvolvimento, no Brasil, em particular, e na América Latina, de um modo geral. Ao invés do tão idealizado

capitalismo nacional, cristaliza-se um capitalismo dependente que reproduz ampliadamente as mazelas herdadas do passado colonial.

O debate sobre a dependência surge no âmbito de uma série de tentativas de superação das debilidades das teorias do desenvolvimento e das teses nacional-desenvolvimentistas, procurando responder os problemas concretos postos aos países latino-americanos na nova conjuntura histórica que se abre com os anos 1960. A controvérsia entre os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, figuras destacadas naquele debate, é crucial para se chegar a um entendimento dos rumos tomados pelo debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento a partir desse decisivo e traumático momento da história brasileira e latino-americana.

Nosso principal objetivo, no presente trabalho, é avaliar em que medida os estudos sobre a dependência de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso permitem avançar na compreensão dos problemas do desenvolvimento brasileiro e, de um modo geral, em sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica. Para tanto, buscaremos reconstituir, em suas linhas gerais, as interpretações divergentes de Cardoso e Marini acerca dos dilemas do capitalismo dependente². Na visão de Cardoso, a dependência teria deixado de ser um problema para os países que, como o Brasil, haviam alcançado a fase de internacionalização do mercado interno, enquanto a superexploração do trabalho não passaria de uma contingência imposta pelo reacionarismo dos grupos que se alçaram ao poder em 1964. Em Marini, por outro lado, a dependência e a superexploração são consequências necessárias da própria lógica da acumulação do capital, conformando um capitalismo *sui generis*, que nada tem a oferecer às massas trabalhadoras senão o agravamento da exploração e opressão de classe pelas burguesias dependentes e pelo imperialismo. Aproveitando-nos da polêmica travada por ambos, em artigos redigidos nos

² Em nossa abordagem das obras de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, seguimos o procedimento sugerido por Dobb (1973): “é possível caracterizar e classificar as teorias econômicas, mesmo as mais abstratas, conforme o modo como descrevem a estrutura e as raízes da sociedade econômica, conforme o significado desse modo de descrever para o julgamento histórico e a prática social contemporânea. Com efeito, proceder deste modo é parte essencial da interpretação intelectual das teorias em questão, e do seu lugar na história das ideias; e sem essa apreciação, algo essencial faltaria na nossa compreensão de teorias particulares, tratadas isoladamente e vistas exclusivamente em termos de sua estrutura lógica interna – e *a fortiori* na nossa compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico. Neste sentido, a avaliação histórica da teoria e do seu desdobramento é fundamental para qualquer apreciação completa da própria teoria, se se considerar que esta é a relação (e implicações) das estruturas formais com a realidade, assim como a análise das estruturas formais *per se*” (Dobb, 1973: 52). Cf. Dobb (1973), capítulo 1.

anos 1970, estaremos em condições não apenas de realçar suas discordâncias, mas para chegar à essência de tal divergência. Longe de pretendermos realizar um exame exaustivo dos fundamentos teóricos e metodológicos das obras de Cardoso e Marini, procuramos tão somente chamar a atenção para os principais limites por trás desse importante debate. Nossa tese é que tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Ruy Mauro Marini, por caminhos diferentes, abandonam a perspectiva da formação nacional, o que constitui uma grave limitação à capacidade de compreender e de dar soluções concretas para os dilemas do desenvolvimento em sociedades nacionais de passado colonial, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, não temos a pretensão de resolver nenhuma das grandes questões que assim se apresentam. Nossa intenção é oferecer uma contribuição para a retomada de um debate necessário, chamando a atenção para a importância e atualidade da perspectiva da formação nacional.

Justifica-se recuperar a controvérsia entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso não apenas pela referida influência que tais autores exerceram, mas também devido ao crescente interesse em torno a esse debate e às obras desses autores – especialmente no caso de Marini, reivindicado por aqueles que se filiam à teoria marxista da dependência, ou como fonte de inspiração para movimentos sociais e para análises do capitalismo brasileiro contemporâneo, que retomam suas noções de superexploração do trabalho e de subimperialismo brasileiro. A propósito, esse ressurgimento da teoria da dependência não é casual, mas reflete a percepção dos graves impasses colocados aos povos da América Latina, e que têm se aprofundado no decorrer das últimas décadas. As tendências à desindustrialização e reprimarização das economias latino-americanas são uma ameaça real, na medida em que a inserção desses países na economia mundial fica cada vez mais subordinada às estratégias das empresas transnacionais. As novas formas do capital financeiro internacional e os patamares sem precedentes atingidos pela concentração e pela centralização do capital, levando ao paroxismo sua incontabilidade e destrutividade, desencadearam uma crise de grandes proporções, convulsionando a economia mundial e apontando para profundos rearranjos no conjunto do sistema. Por fim, no Brasil em particular, a lógica dos negócios e o aprofundamento da barbárie social se impõem, escudados por um discurso neodesenvolvimentista e pela ideologia do crescimento econômico. Essas circunstâncias, por si mesmas, justificam a retomada do debate sobre a dependência e o

subdesenvolvimento.

No primeiro capítulo, tratamos do momento histórico que abre a controvérsia em torno à dependência. Inicialmente, retomamos o significado da problemática da formação nacional e justificamos a relevância dessa perspectiva para elucidar os dilemas do desenvolvimento nas sociedades de origem colonial. Na sequência, recuperamos a perspectiva do desenvolvimento nacional, consubstanciada na teoria do subdesenvolvimento da Cepal e nos marcos da industrialização por substituição de importações, para logo em seguida indicar o novo marco histórico que passa a solapar cada uma das premissas econômicas, sociais e políticas do desenvolvimento nacional e da utopia reformista. Essa nova época histórica da América Latina corresponde à contrarrevolução preventiva, desencadeada pelas burguesias locais e pelo imperialismo da superpotência capitalista, e a uma incorporação cada vez maior da região pelo movimento de transnacionalização do capital, nos marcos de um imperialismo total. Com a crise da teoria do desenvolvimento, que acabará levando à negação da problemática da Cepal, surgem tentativas de crítica e de revisão, entre as quais se incluem os estudos sobre a dependência e a polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini.

No segundo capítulo, passamos à contribuição de Fernando Henrique Cardoso em torno à questão da dependência. Partindo de uma proposta metodológica para a análise concreta de situações de dependência, Cardoso entende que dependência e desenvolvimento econômico poderiam ser conciliados, a partir da abertura dos mercados internos à participação das filiais de empresas multinacionais, proporcionando uma revolução industrial de novo tipo. Na perspectiva de Cardoso, a dependência na verdade se torna uma condição para o desenvolvimento. Ademais, com o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção capitalistas na periferia industrializada, o processo de acumulação prescindiria de formas anacrônicas de exploração, de modo que não haveria barreiras objetivas à possibilidade de conciliar capitalismo, bem-estar e democracia nos marcos da nova dependência.

No terceiro capítulo, apresentamos a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini. Buscando elaborar uma teoria marxista da dependência, Marini destaca a superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo dependente, constituindo-se no mecanismo pelo qual se viabiliza a dupla exploração da força de trabalho periférica, sem comprometer a

burguesia dependente enquanto tal, em suas relações com o sistema imperialista. Para Marini, o processo de industrialização reitera e aprofunda a superexploração, tendo como consequência a agudização das contradições do regime do capital, entre as quais se destacaria aquela entre a escala da produção e o mercado de consumo restrito. No caso do Brasil, configura-se um esquema de realização próprio, que corresponde ao subimperialismo. Para Marini, a impossibilidade objetiva de equacionar as mazelas latino-americanas dentro do capitalismo colocaria a necessidade da revolução socialista.

No quarto capítulo, realizamos a contraposição do pensamento dos dois sociólogos sobre a problemática da dependência, tomando como referência o breve debate que travaram nos anos 1970. Partindo de diferentes leituras de Marx, especialmente do sentido da lei geral de acumulação do capital, Cardoso e Marini divergem quanto à necessidade ou contingência da superexploração do trabalho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em particular. Além disso, e por consequência, discordam quanto à questão dos mercados, uma vez que, para Cardoso, a industrialização dependente, revolucionando forças produtivas e relações de produção, criaria estímulos à sua própria expansão, enquanto que, para Marini, o mercado estreito redundaria em problemas de realização e na necessidade do subimperialismo brasileiro. Em Cardoso, sobressai o caráter progressivo do capitalismo e a autonomia da política, enquanto em Marini as contradições e antagonismos decorrentes das leis gerais do modo de produção capitalista são radicalizados.

No último capítulo, apontaremos os limites das reflexões de Cardoso e Marini acerca da problemática do desenvolvimento dependente. Na visão de Cardoso, a situação de dependência deixa de ser um problema, uma vez que pressupunha o aprofundamento e a durabilidade dos nexos do capital internacional com o espaço econômico nacional, impulsionando a industrialização, enquanto a segregação social é divorciada do problema do desenvolvimento econômico. A excessiva autonomia relativa da política, central no pensamento de Cardoso, deriva da ausência de uma análise das classes, deixando indeterminados os nexos entre economia, sociedade e política. Conforme Marini, a necessidade da reprodução da dependência e da superexploração do trabalho é explicada a partir das leis imanentes ao modo de produção capitalista e da lógica da acumulação do capital, em seu desenvolvimento desigual em nível mundial. Tomando como chave de interpretação as categorias e leis de movimento contidas em *O capital*, de Marx, Marini

subordina a história à teoria. É assim que, por duas vias distintas, os dois sociólogos acabam negando a problemática da formação nacional.

Na conclusão, retomamos o balanço e a crítica aos aportes de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini para o estudo dos dilemas do capitalismo dependente, chamando a atenção para os desafios que o novo marco histórico coloca para o Brasil, em particular, e a América Latina, em geral, e para a atualidade do problema da formação nacional.

1. A CRISE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Introdução

O Brasil, assim como a América Latina de um modo geral, passou por profundas transformações no decorrer do século XX. Essas transformações se aprofundaram no imediato pós-guerra, especialmente naqueles países que estavam logrando uma maior diversificação de sua estrutura produtiva através da industrialização por substituição de importações. Não obstante, a modernização e a mudança social vinham se dando sem romper completa e definitivamente com as estruturas legadas pelo passado colonial, impondo limites ao processo de industrialização e exacerbando a instabilidade política e as tensões sociais. Tal era o resultado da contradição entre, por um lado, o processo de modernização, impulsionado pelo desenvolvimento econômico, pela participação no sistema capitalista mundial e pela incorporação de progresso técnico, novas formas de vida e padrões de consumo difundidos pelos centros imperialistas, redundando em inexoráveis transformações na estrutura social e nas aspirações de camadas e classes; e, por outro lado, os anacronismos da sociedade e economia coloniais que se perpetuavam, em estruturas rígidas e privilégios circunscritos às classes dominantes e suas elites. As contradições foram levadas ao paroxismo quando engolfadas nos marcos da “guerra fria”, na luta de vida ou morte do imperialismo pela sobrevivência do próprio sistema. Para os povos da América Latina, as esperanças da conclusão do processo de formação nacional, nos moldes do desenvolvimento capitalista clássico, estavam prestes a ser frustradas.

É com o esgotamento do ciclo de substituição de importações, a escalada da penetração dos trustes internacionais e do capital financeiro, a exacerbação dos antagonismos de classe, das tensões sociais e da instabilidade política, e com seu desfecho na forma de uma contrarrevolução aplicada pelas burguesias locais e pelo imperialismo, em escala continental, que se frustrarão as expectativas suscitadas pela industrialização substitutiva e pelo nacional-desenvolvimentismo. Sem parâmetros para apreender e dar respostas à nova conjuntura histórica, a teoria do desenvolvimento entra em crise. É a partir

dessa crise teórica, dentro do referido contexto econômico, político e social de graves contradições e polarizações, que surgirão as distintas vertentes da “teoria da dependência”, além de outros esforços para uma revisão ou crítica da economia política da Cepal. Essa crise teórica e seus desdobramentos serão condicionados, igualmente, pela contrarrevolução em processo na América Latina, que implicará na proscrição do radicalismo e do reformismo autêntico, à medida que punham em evidência e denunciavam os estreitos limites da ordem burguesa no capitalismo dependente.

Ao longo da década de 1960 e avançando pela década de 1970, teve lugar na América Latina um conjunto de esforços visando a superar as deficiências da teoria do desenvolvimento, compreender o novo marco histórico e responder aos dilemas que este colocava ou repunha. Essas contribuições tiveram como eixo a questão da dependência, expressando a falência do nacional-desenvolvimentismo e a radicalização da luta de classes que transcorreu naquele período. A sequência de ditaduras, que teve como clímax a liquidação da “via chilena para o socialismo” e o terror contrarrevolucionário instaurado no Chile, evidencia o sentido desse momento da história latino-americana, em que apenas Cuba logrou romper a sequência de revoluções interrompidas. O debate sobre a dependência se propôs como esforço crítico para superar as debilidades da teoria do desenvolvimento e das teses nacional-desenvolvimentistas, de modo a dar respostas aos problemas concretos enfrentados pelos países latino-americanos na conjuntura histórica dos anos 1960.

No presente capítulo, procuramos apresentar, brevemente, a perspectiva da formação nacional, para em seguida recuperarmos os traços gerais do momento histórico acima esboçado, que permite situar as contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini ao estudo do capitalismo dependente. Iniciamos com alguns esclarecimentos acerca da problemática da formação nacional, tomando como referência o caso concreto do Brasil, de forma a mostrar como o pensamento crítico brasileiro se organizou em torno a essa questão – associando a ela, de modo inextricável, o problema do desenvolvimento econômico – e por que, após a concretização da revolução burguesa, essa problemática foi banida do debate público. Em seguida, retomamos o contexto latino-americano, chamando a atenção para a crise do desenvolvimento nacional e para a contrarrevolução que condicionariam o surgimento dos estudos sobre a dependência.

1. A problemática da formação nacional

O pensamento crítico brasileiro sempre se mobilizou em torno ao problema da formação nacional¹. Desde a Independência, quando à emancipação política das camadas dominantes correspondeu a preservação das estruturas sociais e econômicas coloniais, passando pela abolição, em que a instauração do regime de trabalho assalariado – atendendo aos interesses da burguesia agrária – significou o abandono dos contingentes de negros libertos à própria sorte, pela proclamação da república – via golpe militar – e por outros momentos decisivos de nossa história, o pensamento brasileiro sempre esteve às voltas com os dilemas de como construir uma nação moderna, a partir de uma tão marcante herança colonial e escravista. A contradição entre, por um lado, a emergência do Brasil como novo país no mundo moderno da civilização burguesa e, por outro lado, a persistência de sua posição subalterna no sistema internacional do capitalismo; da dependência de sua economia frente aos capitais estrangeiros; da precariedade dessa mesma economia e das condições de existência da maioria da população; de um regime de segregação social apoiado em consideráveis contingentes da população totalmente marginalizados dos benefícios da modernidade; de formas autoritárias e arbitrarias de mando político – não apenas suscitavam reações de inconformismo, mas colocavam em questão as possibilidades de fundar uma nação moderna sobre essas bases. Assim, o pensamento crítico buscou identificar as condições para a consolidação das bases materiais, sociais, políticas, ideológicas e culturais do Brasil moderno, de um verdadeiro Estado nacional, condicionando-as à erradicação dos anacronismos herdados do passado colonial e escravista.

Ao longo do século XX, principalmente a partir de 1930, com a crise da economia primário-exportadora e o avanço dos processos de industrialização e urbanização, os contrastes entre o “Brasil moderno” e o “Brasil arcaico” que coexistiam se tornarão ainda mais evidentes. De uma forma ou de outra, dentro da esquerda e entre os intelectuais críticos, irá se colocando o problema da revolução brasileira – como desfecho do processo

¹ Para os esclarecimentos acerca da problemática da formação nacional, utilizamos como nossas principais referências Ianni (1992) e Sampaio Jr. (1999b; 2012a). A perspectiva da formação tem na obra de Caio Prado Júnior uma referência fundamental, tendo uma vigorosa síntese em *A revolução brasileira* (Prado Jr., 1966). Para outras contribuições dentro desse campo, e para elucidar outros aspectos dessa problemática, tratados com mais pormenores, recomendamos as referências que serão apontadas ao longo do capítulo 5 do presente trabalho – além daquelas que aparecem neste item.

de constituição da nação, que vinha se arrastando desde a Independência, pela superação dos nexos de dependência externa e pelos anacronismos sociais que eram identificados como as causas da persistência de nosso atraso. A questão do desenvolvimento econômico irá se afirmando como um aspecto importante na constituição das bases materiais da nação. Nesses termos, dentro da perspectiva democrática, o problema do desenvolvimento econômico era inextricavelmente associado às questões nacional e democrática, assim apontando, explícita ou implicitamente, para a necessidade da revolução brasileira. O desenvolvimento nacional era assim condicionado à solução dos principais problemas que afligiam a grande maioria da população, cujas causas principais eram identificadas na condição secular de dependência e nos anacronismos sociais. E a compreensão para os dilemas do presente, para os problemas de uma nação que lutava para se constituir, para tomar forma e se definir, se autoafirmar, era buscada, pelos grandes intérpretes do Brasil, no passado, nas origens coloniais e escravistas da formação social brasileira.

É certamente através de Caio Prado Júnior, historiador marxista, que a perspectiva da formação nacional adquire sua mais fecunda expressão, definindo-se de forma paradigmática o problema da transição do “Brasil colônia” de ontem para o “Brasil nação” de amanhã². A premissa fundamental por trás dessa perspectiva é a de que a solução para os problemas candentes de determinada sociedade deve ser buscada nos próprios problemas ou, mais precisamente, nas circunstâncias da realidade da qual emergem³. Ora, essa realidade nada mais é que um momento delimitado, culminância ou resultado de uma evolução histórica, e assim só faz sentido enquanto elo da cadeia do processo histórico. Portanto, os fatos do presente, em si mesmos, nada significam, se não são situados no

² Para uma breve síntese da contribuição de Caio Prado ao problema da formação do Brasil moderno, ver Ianni (1992). Ver também Sampaio Jr. (1999a), capítulo 3.

³ Caio Prado Júnior, em sintonia com a filosofia da práxis, insiste que é nos próprios problemas econômicos, sociais e políticos pendentes que se deverá procurar a solução para os mesmos e as diretrizes para orientar a prática correspondente. Ou, para sermos mais precisos, é nas mesmas condições em que os problemas se propõem que devem ser desvendadas tais soluções e diretrizes. É nos fatos e processos reais que se encontram as circunstâncias que podem promover, impulsionar e realizar aquelas soluções, que portanto não podem ser produto de nenhum “cérebro iluminado”, trazidas de fora da história real. Caso contrário, se cai na utopia ou no voluntarismo. Nas palavras do historiador: “É numa tal linha de pensamento que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nelas se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas” (Prado Jr., 1966: 5-6). Ver Prado Jr. (1966), cap. I.

processo histórico do qual são resultado, e daí a necessidade de compreender os problemas do presente à luz do passado (e não procurando enquadrá-los em modelos preconcebidos), donde o primado da história⁴. A interpretação histórica é fundamental. Por isso mesmo, o passado é recuperado e reconstituído à luz do presente, de problemas concretos, o que aponta para a impossibilidade de uma interpretação histórica neutra, isenta de valores, pois só se identificam problemas a partir de determinada visão de mundo, de determinada perspectiva⁵. Daí a importância basilar da perspectiva de classe.

De acordo com Caio Prado, o que caracteriza o sentido da evolução histórica brasileira é o processo de formação nacional, a transição da colônia para a nação (Prado Jr., 1942). Nessa perspectiva, a nação não aparece como uma finalidade, definida teleologicamente, ou como uma utopia a ser construída – ela aparece como uma necessidade histórica, inscrita no processo histórico, na dialética dos fatos concretos da realidade brasileira, como um possível vir a ser⁶. O processo de colonização lançou as bases

⁴ A propósito, é pertinente a proposição de Caio Prado: “A História e sua expressão teórico-conceitual que é a Historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa ao comportamento coletivo do homem. Se isso é verdade no que se refere à História em geral, é assim particularmente e especialmente no caso de uma coletividade como a brasileira onde uma experiência tão recente e de tão curta duração não se decantou ainda em formas novas que possam ser direta e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes no passado. Numa palavra, o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com seu passado. E não pode ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado” (Prado Jr., 1968: 17). Esclarecendo o entendimento de Marx acerca da história, como produto da atividade prática dos homens em condições determinadas, em contraposição à concepção teleológica e transcendente da história, Sánchez Vázquez afirma: “nem existe o homem à margem de sua história, isto é, da história de sua própria práxis, nem existe a história como uma potência à parte ou sujeito supra-humano. A história só existe como história feita pelos homens, e estes só existem produzindo uma nova realidade com sua práxis produtiva e produzindo-se a si mesmos em um processo que não tem fim; isto é, os homens transformam e se transformam a si mesmos e essa história de suas transformações é propriamente sua verdadeira história” (Sánchez Vázquez, 2007: 339).

⁵ A esse respeito, consideramos conveniente mencionar a posição do historiador Edward Carr: “A história (...) é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais (...). O processo recíproco de interação entre o historiador e seus fatos, o que denominei diálogo entre presente e passado, é um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem. (...) O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da História” (Carr, 1976: 49). E, citando Croce: “As exigências práticas que suportam todo julgamento histórico dá a toda história o caráter de ‘história contemporânea’, porque, mesmo que os eventos assim recontados possam parecer remotos no tempo, a história na verdade refere-se a necessidades presentes e situações presentes, onde aqueles acontecimentos vibram” (Carr, 1976: 22).

⁶ É importante frisar que a Nação não constitui uma inevitabilidade ou fatalidade das sociedades que têm tais origens. Trata-se de uma possibilidade e uma necessidade histórica, mas não um destino inexorável, teleologicamente predefinido, tampouco produto de uma transição automática concretizada pela

de uma nova nacionalidade, ao desbravar, povoar e delimitar um território, como algo novo que se diferencia e entra em contradição com a metrópole. Entretanto, o sentido da colonização também imprime marcas profundas nessa formação social, que basicamente se origina e é organizada econômica, social e politicamente para atender interesses estranhos, como um grande negócio, um empreendimento comercial subordinado à metrópole e ao capital comercial europeu. Daí que esta sociedade nacional em formação esteja marcada por uma dupla articulação – a posição subordinada no sistema internacional do capitalismo (o controle dos elos estratégicos da economia pelo capital internacional) e um regime de segregação social, com uma superpopulação permanentemente marginalizada, que preserva a maioria da população na condição de mera força de trabalho, e não como cidadãos, sujeitos políticos de uma coletividade. A Independência liquida definitivamente o pacto colonial, mas não elimina o caráter colonial que permeava as relações de produção e propriedade, a organização da economia e da sociedade, antes preserva tais estruturas, pois eram o fundamento do poder das camadas dominantes, emancipadas politicamente. Não obstante, a Independência – assim como outros momentos decisivos de nossa história, como a abolição e a instauração da república – se não liquidou a herança colonial, projetou o Brasil como novo país dentro do padrão de civilização burguês, desencadeando o processo histórico de formação do Estado nacional e de constituição do capitalismo no Brasil – a formação das bases materiais, sociais, políticas e ideológicas do regime burguês – da sociedade de classes e da economia capitalista. Trata-se da revolução burguesa no Brasil⁷.

Porém, essa revolução burguesa, dadas as condições muito particulares em que se desencadeia e se desenvolve, a partir da referida herança colonial e escravista, de uma posição subordinada e periférica no sistema internacional do capitalismo, na fase imperialista do desenvolvimento capitalista, irá adquirir um caráter profundamente antidemocrático, antinacional e antissocial. Até o seu desfecho, com o golpe de 1964, o ciclo da revolução

emancipação política do século XIX. A propósito, ver Prado Jr. (1966), cap. III: “Esse futuro [Brasil nação], note-se, não há de constituir idealização, projeção *a priori* de simples desejos e aspirações do pesquisador. E sim representa a direção para que tendem os fatos tal como realmente se processam; exprime a dinâmica e o sentido profundos da História, que nos mostra o Brasil emergindo progressivamente daquele aglomerado heterogêneo e originário de raças e povos díspares – o branco europeu, o negro africano, o indígena – reunidos pela colonização neste território que iria constituir o Brasil, a fim de nele produzirem alguns gêneros tropicais que o mercado europeu demandava, para se transformar numa coletividade e sociedade nacionalmente organizada” (Prado Jr., 1966: 68-69). Ver Prado Jr. (1966), pp 68-72. Cf. Sampaio Jr. (1999b).

⁷ Dentro desse campo, a obra de Florestan Fernandes é particularmente esclarecedora. Ver, em especial, Fernandes (1975).

burguesa impulsionou o processo de formação nacional, à medida que intensificou o processo de mercantilização, difundindo as relações de produção capitalistas, possibilitou um notável processo de industrialização e de formação de um mercado em escala nacional, promoveu a modernização e centralização do aparelho de Estado etc. Mas sempre conciliando o “moderno” e o “atrasado”, nunca levando a modernização e a integração nacional a um ponto que ameaçasse a associação subordinada com o capital internacional e o desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho, que bloqueava a emergência do povo como sujeito histórico. Com o golpe de 1964, a burguesia brasileira selou sua opção pelo capitalismo dependente, cristalizando a dupla articulação – a situação de dependência e o regime de segregação social – e consolidou sua dominação de classe e o poder burguês como uma contrarrevolução permanente. Nesse sentido, os problemas da formação só foram resolvidos do ponto de vista da burguesia, da perspectiva do capital: completou-se o ciclo de constituição do regime burguês no Brasil, consolidando as bases econômicas, sociais e políticas da dominação de classe da burguesia. Contudo, ao fazê-lo, consubstanciando-se como um capitalismo dependente apoiado na reprodução da dupla articulação, impediu que a integração nacional fosse levada às últimas consequências e proscreveu a revolução democrática, congelando a descolonização – em suma, impediu que se resolvessem os problemas candentes da maioria da população, da perspectiva do trabalho. As contradições latentes que impulsionam o processo de formação continuam presentes – mas agora como problemas que não dizem respeito à burguesia, e que ela não pode e não deseja resolver. Falta um povo nessa história – sem o qual a sociedade nacional não pode se afirmar, ficando a reboque dos anseios de modernização de uma burguesia ultra-egoísta e dos imperativos do capital financeiro internacional, regida pela lógica dos negócios e, assim, submetida ao risco de reversão neocolonial, que dismantela a estrutura produtiva, e de convulsões sociais que esgarçam o tecido social, comprometendo o devir como nação.

Nesse sentido, o desenvolvimento nacional será uma problemática negada pela burguesia brasileira. O problema do desenvolvimento econômico, que nos termos do pensamento crítico brasileiro era intimamente vinculado à questão nacional e à questão democrática – ou seja, à necessidade de superação da dependência e de profundas transformações nas estruturas sociais – passará a ser, a partir de 1964, dissociado da problemática da formação nacional, ficando circunscrito a problemas de estrutura produtiva,

técnicos e financeiros, da acumulação do capital.

2. Desenvolvimento nacional e economia política da Cepal

No período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, as economias latino-americanas, de um modo geral, se defrontaram com uma conjuntura internacional particularmente favorável às suas exportações, propiciando também condições para que a industrialização por substituição de importações tomasse novo impulso⁸. Especialmente na Argentina, Brasil e México, onde o processo de industrialização se apresentava com maior vigor, a diferenciação da estrutura produtiva com base no mercado interno havia levado à incorporação de tecnologia de uso difundido, na produção interna de bens de consumo não duráveis, onde a escala de acumulação não exigia grandes massas de capital. Acompanhando o desenvolvimento econômico, aprofundavam-se as transformações pelas quais tais sociedades vinham passando, diferenciando-se e adquirindo as classes contornos mais nítidos, com novos interesses e aspirações buscando um lugar na vida política daqueles países, para além do mero domínio das velhas oligarquias. Os progressos na industrialização, urbanização, modernização e desenvolvimento do aparelho de Estado e da burocracia estatal impulsionavam essas mudanças na estrutura e relações de classe, tornando cada vez mais marcante a presença e atuação de novas forças sociais: a burguesia industrial, as classes médias, o operariado, as massas marginais urbanas etc⁹.

Contudo, conforme a substituição encontra os limites de sua primeira fase, à medida que procura avançar para a internalização de setores com maiores requisitos técnicos, de capital e de escala, e diante dos desafios que a nova situação de classes coloca, o problema do desenvolvimento se torna tanto premente quanto consciente¹⁰. A industrialização, até

⁸ De acordo com Tavares (1972), a década imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcada, na América Latina, por um relativo alívio na restrição à capacidade para importar e pela conjugação de melhor desempenho do setor exportador com a expansão da atividade interna, garantindo considerável dinamismo às economias da região. O período que vai do término da guerra até fins da década de 1950, segundo Furtado (1969), apresentou maiores taxas de crescimento econômico, à base da melhoria dos termos de troca e da substituição de importações. Sobre o processo de industrialização por substituição de importações na América Latina, ver a quarta parte de Furtado (1969), especialmente o capítulo XI, e o artigo “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”, em Tavares (1972).

⁹ Cf. Fernandes (1973) e Ianni (1993).

¹⁰ A propósito da tomada de consciência da problemática do desenvolvimento econômico na América Latina, bem como do contexto histórico correspondente, é possível ver Furtado (1985) e Rodriguez (2006). Sobre as

então espontânea, passará a ser dirigida, da mesma forma que se converte em meta para as economias latino-americanas que ainda se atrelavam mais estreitamente ao sistema de divisão internacional do trabalho em sua forma clássica, presas de maior atraso relativo na acumulação e de especialização da estrutura produtiva. O Estado, em graus e formas variadas, conforme a situação concreta de cada país, é convocado a interferir mais diretamente no processo de industrialização, como Estado empresário, regulando as condições de proteção do espaço econômico nacional, e por meio de vultosos investimentos na indústria de base, assim como na organização da economia, de modo geral¹¹. O populismo mobilizava as classes trabalhadoras e as massas urbanas, que assim irrompiam na vida política.

De qualquer modo, o cenário que se delineia no imediato pós-guerra deixa claro que havia condições objetivas que pareciam propiciar fundamentos às teses nacional-desenvolvimentistas e às concepções comunistas, não sendo de todo despropositadas como pareceria vistas em retrospectiva. Até fins dos anos 1950, havia notável otimismo quanto às perspectivas da industrialização – especialmente pela experiência da industrialização no Brasil, então passando pelo auge e euforia do Plano de Metas – e do desenvolvimento latino-americano. O avanço relativo das economias com maior grau de diversificação do sistema produtivo, assim como a efervescência da cena política, aparentemente apontavam para a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional, como modo de superação do subdesenvolvimento econômico, da dependência externa e dos anacronismos da sociedade colonial, concretizando-se as premissas de uma economia e sociedade nacionais. A formação e desenvolvimento do mercado interno, a industrialização substitutiva sobre a base do novo centro dinâmico, a incipiente constituição de uma base empresarial nacional, a modernização do Estado, dotando-se de novos instrumentos de intervenção na esfera econômica, tudo isso em condições particulares de proteção face à concorrência internacional e de isolamento relativo; essa situação delineava um horizonte de

condições gerais em que se deu a retomada da questão do desenvolvimento no pós-guerra, a partir das lutas de libertação nacional e do processo de descolonização, ver Baran (1957), capítulo I.

¹¹ “No período do pós-guerra, o processo de industrialização nos três países referidos dependeu muito mais da ação estatal visando a concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia estrangeiros, que propriamente da substituição de importações. Contudo, continuou-se a falar de substituição de importações pelo fato de que a produção industrial, orientando-se estritamente para satisfazer a demanda interna, abasteceu mercados antes supridos mediante importações, mesmo que em pequena escala” (Furtado, 1969: 134).

possibilidades em que o desenvolvimento autônomo e a superação do subdesenvolvimento pareciam factíveis, nos marcos do modelo clássico de desenvolvimento capitalista. Supunha-se que um determinado conjunto de forças sociais, incluindo o empresariado nacional, as camadas médias e as classes trabalhadoras – principalmente o operariado industrial urbano – estaria identificado e comprometido com a modernização, com posições pró-democratização, antioligárquicas, nacionalistas e industrializantes.

Teoricamente, estaria delimitada a coalizão de forças políticas dispostas e em condições de se bater por um projeto nacional de desenvolvimento, pressupondo-se que a liquidação do atraso e da dependência se daria por meio do desenvolvimento industrial, nos marcos do regime capitalista, em oposição aos setores tradicionais, as velhas oligarquias regionais, os grande proprietários de terra e os setores burgueses ligados ao setor externo, comprometidos com o atraso e com a reprodução da situação de dependência externa. Ou seja, através de um projeto nacional de desenvolvimento, com o Estado estimulando e orientando a industrialização, e de um processo de revolução democrático-nacional, anti-imperialista e anti-latifundiário, amparado em uma aliança da burguesia nacional com o proletariado, seria possível romper com a situação de dependência externa e superar as iniquidades do subdesenvolvimento, formando nações cujos povos compartilhassem integralmente os padrões de existência material e moral mais elevados que o progresso técnico pode propiciar.

A teoria do subdesenvolvimento da Cepal representa a mais bem acabada expressão, no plano das ideias, dessas promessas do desenvolvimento nacional e do momento histórico que lhe corresponde, surgindo a partir dessas circunstâncias, mas também incidindo sobre as mesmas, influenciando o debate teórico e as proposições políticas¹². A perspectiva da Cepal, que lança as bases de uma economia política latino-americana, constituiu um esforço para a compreensão da América Latina a partir de seus próprios problemas, procurando responder aos problemas concretos do desenvolvimento latino-americano à época. A dependência externa foi identificada como causa em última instância do subdesenvolvimento, do atraso relativo das economias da região e da persistência de seus anacronismos sociais. O enfoque da Cepal, colocando na ordem do dia a problemática do

¹² A teoria do subdesenvolvimento da Cepal é sistematizada por Rodriguez (1981; 2006). A propósito da formação do pensamento cepalino e do contexto em que se deu, é possível consultar Furtado (1985) e Dosman (2011).

desenvolvimento, atacava frontalmente os defensores do livre jogo das forças do mercado e das vantagens comparativas no comércio internacional, que mantinham as economias latino-americanas em uma posição especializada na produção de produtos primários para exportação. Segundo aquela perspectiva, essa forma de participação subordinada no sistema de divisão internacional do trabalho seria responsável pela perpetuação do atraso relativo das economias latino-americanas e pela reprodução de suas mazelas sociais. Desse modo, as economias latino-americanas participam de uma estrutura centro-periferia, que polariza economias industrializadas, diversificadas e homogêneas do centro, de um lado, e economias primário-exportadoras, especializadas e heterogêneas da periferia, de outro, determinando a difusão desigual do progresso técnico e a crescente disparidade na apropriação dos ganhos de produtividade, em benefício do centro. Portanto, a superação do subdesenvolvimento deveria passar pela ruptura das estruturas sociais anacrônicas e da situação de dependência, por meio de um processo de industrialização por substituição de importações, a forma tomada pela industrialização retardatária.

Em suma, nesse momento, para o pensamento cepalino, a superação do subdesenvolvimento se identifica com a industrialização. Conforme as propostas da Cepal, o dinamismo do processo substitutivo e a condução correta da política e planejamento econômico, conforme recomendados, possibilitariam a transformação da estrutura produtiva e o crescimento da produtividade do trabalho com relativa distribuição desses ganhos. O estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas, ancoradas no mercado interno, era apresentado como a solução para os problemas do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Essa perspectiva coadunava com aquela mantida, de modo geral, pelos Partidos Comunistas alinhados com a União Soviética, que transplantaram para a realidade latino-americana a análise e as implicações práticas contidas nas diretrizes políticas da Internacional Comunista com relação aos “países coloniais, semicoloniais e dependentes”¹³. Até essa época, os Partidos Comunistas ainda estavam entre as forças de esquerda mais influentes, prestigiadas e bem organizadas na América Latina. Conforme a referida

¹³ Sobre as concepções dos comunistas ligados à Terceira Internacional para a América Latina e os dilemas do marxismo em nosso subcontinente, ver Aricó (1987), Löwy (1999), Portantiero (1987) e Ricupero (2003). Uma das críticas à teoria da revolução e ao programa sustentados pelos comunistas, no caso do Brasil, pode ser encontrada em Prado Jr. (1966), capítulo II.

interpretação, a luta de classes do proletariado deveria ter como referência a concretização da revolução democrático-nacional burguesa nos países latino-americanos, como etapa necessária e anterior à luta pelo socialismo. Em aliança com a burguesia nacional, a classe trabalhadora deveria se bater pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, pelo livre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção capitalistas. Pressupondo a existência de burguesias nacionais, comprometidas com o desenvolvimento econômico ancorado no mercado interno, e que assim entrariam em contradição com o imperialismo e sua base interna, o latifúndio feudal ou semifeudal e a correspondente dominação oligárquica, apontava-se para uma revolução burguesa de caráter anti-imperialista e antifeudal. A tarefa imediata seria liquidar os resquícios feudais ou semifeudais, que forneciam o lastro interno para o imperialismo – cujos interesses apontavam para a reprodução da economia primário-exportadora – de modo a liberar o pleno desenvolvimento das forças produtivas, nos marcos do capitalismo, em certo sentido repetindo tardiamente os passos da evolução histórica que desembocou no capitalismo avançado.

Contudo, a partir de fins da década de 1950, o cenário começa a mudar. A reversão da conjuntura internacional favorável, os entraves ao avanço da industrialização, os antagonismos sociais e as inconsistências do populismo colaboram para a decomposição das premissas objetivas e subjetivas do ciclo de substituição de importações e para seu consequente esgotamento no decênio seguinte. As esperanças de um desenvolvimento nacional e de uma democracia burguesa estavam na iminência de serem ultrapassadas pelas exigências concretas da história.

3. Crise do desenvolvimento nacional

É a partir do final dos anos 1950 e, acentuadamente, de princípios dos anos 1960, que se tornam evidentes os sinais de esgotamento do ciclo de substituição de importações, apontando, por sua vez, para a crise do nacional-desenvolvimentismo. De fato, o que ocorre a partir daquelas datas é a frustração de cada uma das principais expectativas suscitadas pela industrialização retardatária, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo populismo, quanto às possibilidades de se concretizar um desenvolvimento capitalista nacional combinado a um regime democrático burguês. Do ponto de vista econômico, ocorre o

declínio do investimento e das taxas de crescimento industrial, em particular, além do agravamento do desequilíbrio externo crônico, com problemas de balança comercial e balanço de pagamentos, e da escalada do processo inflacionário¹⁴. A insuficiência estrutural de capacidade para importar torna a se manifestar, com maior gravidade, à medida que representava obstáculo adicional à acumulação e ao salto para a etapa superior da industrialização, para a constituição das bases materiais da autodeterminação. A internalização da produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital impunha maiores exigências em termos de técnicas, capital e escala mínima de produção, que não encontravam correspondência imediata nas possibilidades das economias latino-americanas. As indústrias de base, onde chegaram a se constituir, dependeram decisiva e diretamente da ação do Estado para tornar viável sua implantação e funcionamento¹⁵. O capital nacional ficava aquém do grau de concentração e centralização exigido pela tarefa da industrialização pesada, enquanto as potencialidades do mercado interno eram restringidas pelo padrão extremamente desigual de distribuição de renda, dadas as estruturas econômicas, políticas e sociais anacrônicas. A questão agrária também se torna ainda mais candente e foco de tensões e conflitos sociais potencial e virtualmente explosivos, tanto mais porque os trabalhadores rurais ficaram à margem de quaisquer dos progressos e benefícios do desenvolvimento econômico e das concessões do populismo. Ao contrário do que vinha sendo postulado dentro da perspectiva nacional-desenvolvimentista, o avanço do processo de industrialização não estava redundando em atenuação das desigualdades sociais, da heterogeneidade estrutural e dos vínculos de dependência. Os impasses irão colocando na ordem do dia a proposta e a afirmação das lutas pelas “reformas estruturais” ou “reformas de base”, dentre as quais se destacava a reforma agrária, e que visavam prioritariamente liquidar aqueles anacronismos que estavam obstaculizando ou refreando o processo de constituição do mercado interno e de desenvolvimento econômico apoiado na integração nacional¹⁶.

Estava claro que a industrialização substitutiva – ao menos na forma pela qual vinha

¹⁴ Conforme Furtado (1969), o período que vai do final dos anos 1950 até 1968, aproximadamente, ao contrário dos anos anteriores, foi marcado pela desaceleração do crescimento das economias latino-americanas, em determinados casos chegando mesmo à estagnação, e pelo declínio acentuado dos termos de intercâmbio, na primeira metade da década de 1960.

¹⁵ Cf. Furtado (1969), capítulo XI.

¹⁶ Ver, por exemplo, o “projeto de ‘manifesto’ das forças progressistas” para o Brasil, em Furtado (1989), pp. 142-151.

se concretizando – não contribuía para equacionar os problemas perenes das desigualdades sociais, regionais e setoriais. Ao contrário, o processo de industrialização dependente estava agravando os desníveis extremos na distribuição da renda e redundando na acumulação de massas marginalizadas crescentes nas zonas urbanas, concentrando suas atividades e seus benefícios em determinadas regiões em detrimento de outras, e gerando descontinuidades ainda maiores nas forças produtivas, combinando estruturas em diferentes idades históricas e com nível de produtividade muito diverso¹⁷. Não se chegava a constituir um sistema econômico nacional. São essas inconsistências da industrialização retardatária latino-americana que, deformando e delimitando as potencialidades materiais do sistema produtivo para responder às necessidades sociais, que potencializarão os antagonismos de classe e as tensões sociais e políticas colocadas pelas novas aspirações que a modernização e a mudança social faziam emergir.

O desenvolvimento econômico e a modernização, promovendo a diferenciação da estrutura social, haviam colocado em cena novos atores, tanto aqueles mobilizados nos marcos do populismo quanto as forças que já transcendiam e desafiavam essa ordem. Porém, os compromissos das classes dominantes e a preservação de estruturas sociais e políticas com a marca do passado colonial, perpetuando privilégios, reiterando a concentração do poder político, do excedente econômico e do prestígio social por uma elite, instilando-lhe o temor das consequências de mudanças muito rápidas e profundas como vinham transcorrendo, bem como da presença das massas atuantes nessas circunstâncias, que poderiam levar ao colapso desse mundo, impediam uma verdadeira revolução democrática, que abrisse o espaço político à participação das classes trabalhadoras e das massas marginalizadas e aceitasse o conflito social como forma de conquista de direitos.

¹⁷ Tratando da especificidade da industrialização retardatária, afirma Furtado: “Ao processo de industrialização coube o papel de abrir as portas à assimilação da tecnologia moderna em uma ampla frente. Em uma simplificação, poder-se-ia dizer que na América Latina a assimilação do progresso técnico se fez inicialmente ao nível do consumo e que somente a partir da industrialização se pode a rigor falar de assimilação do progresso técnico ao nível das formas de produção. Esta disparidade não poderia deixar, entretanto, de criar problemas, sendo exatamente neste ponto que o desenvolvimento econômico assume peculiaridades próprias na região. A transplantação de uma tecnologia já em fase de alta complexidade daria origem a um novo tipo de dualismo entre unidades produtivas de tecnologia moderna e altamente capitalizadas e setores produtivos de técnicas tradicionais e baixo nível de capitalização, dualismo este que se sobrepõe ao anterior entre setor de economia de mercado e setor de economia de subsistência” (Furtado, 1969: 332-333). Sobre essa especificidade do desenvolvimento dependente, ver Furtado (1973). A “articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si”, como traço fundamental do capitalismo dependente, também é explorada por Florestan Fernandes, em Fernandes (1968).

Esse quadro particular de debilidade econômica, dado o esgotamento da substituição de importações, e de contradição entre aspirações e necessidades sociais e os limites da ordem social e econômica, conduzia à polarização e radicalização política, tanto à esquerda quanto à direita. A instabilidade política e a fragilidade das parcas conquistas democráticas – assim como sua a contrapartida, a intolerância e repressão das classes dominantes e suas elites dirigentes – típicas da América Latina, tornam-se por demais evidentes nesse período, tanto mais com seu engolfamento pelo clima de “guerra fria”, pela internacionalização da luta de classes e pela eclosão da Revolução Cubana, como veremos.

Ademais, a dependência persistia, mesmo que sob novas formas, mas ainda mais enraizada e de fato antagônica com o desenvolvimento nacional. A presença e a dominação do capital monopolista internacional se tornam muito mais marcantes, em um verdadeiro processo de incorporação das economias latino-americanas ao sistema imperialista organizado pela superpotência. A própria industrialização adquiriu fôlego adicional, permitindo incorporar a produção de bens de consumo duráveis e de alguns bens de produção, justamente naquelas economias que, pelas suas condições de mercado e pelo nível de diversificação da estrutura produtiva, estando aptas a absorver mais uma rodada de modernização, puderam abrir seus mercados internos à participação dos trustes internacionais e a formas de associação mais estreitas com o capital financeiro internacional. Tal foi o caso, em linhas gerais, de Argentina, Brasil e México. As filiais de grandes corporações multinacionais se instalaram nessas economias, prioritariamente, ocupando os espaços econômicos nacionais, buscando aproveitar as oportunidades propiciadas por novos mercados relativamente protegidos da concorrência de importações (assim como se antecipando aos concorrentes na competição em escala mundial), nas condições favoráveis dadas pela substituição de importações. Essas filiais se concentraram nos setores de bens de consumo duráveis, que tinha como maior exemplo a indústria automobilística.

As diversas formas de associação dos capitais nacionais com o capital internacional permitiram angariar recursos técnicos e financeiros para realizar outros avanços na estrutura produtiva e no nível de produtividade do trabalho. O próprio endividamento externo, através de uma interligação cada vez mais extensa e profunda com o sistema financeiro internacional¹⁸, será resultado do padrão dependente de industrialização (pelos seus

¹⁸ Essa articulação atingirá seu paroxismo na década de 1970, com os desenvolvimentos e facilidades do

elevados requisitos em termos de divisas, para importação de máquinas, equipamentos e produtos intermediários, para assegurar as remessas do capital estrangeiro e, doravante, para arcar com os custos da dívida externa), momentaneamente dando ao mesmo uma sobrevida. Em todo caso, o que se verifica é o estreitamento dos nexos de dependência, aprofundando a subordinação e controle da economia pelo capital financeiro internacional, e a desnacionalização da base industrial, contrapartida da internacionalização dos mercados.

A situação interna é condicionada e se dá dentro de um novo marco histórico do sistema capitalista mundial, no bojo do qual eclodiram outras mudanças radicais que contribuíram para acirrar as tensões sociais e o pessimismo latino-americano quanto às possibilidades do desenvolvimento nacional¹⁹. Após a Segunda Guerra Mundial, a economia mundial passa por uma reorganização, sob a tutela da potência capitalista que emerge vitoriosa do conflito interimperialista, os Estados Unidos, conforme os imperativos do seu capital monopolista, de suas empresas gigantes, cujo movimento de acumulação (concentração, centralização e concorrência) impelia a ultrapassar as fronteiras econômicas nacionais; e de segurança nacional e de defesa do “mundo livre” de seu Estado, nos primórdios da “guerra fria”. Os acordos de Bretton Woods, sacramentando o dólar como moeda internacional, estipulam os parâmetros institucionais da nova ordem econômica mundial, definida pela superpotência e seus associados imperialistas, que aceitam a tutela estadunidense, visto que fragilizados e com suas economias combalidas pela guerra e sob o temor do avanço do comunismo. Inicialmente, por meio da ajuda à reconstrução europeia (e japonesa), os Estados Unidos asseguram a integração dos mercados das economias centrais, criando um espaço econômico apropriado às necessidades de expansão do capitalismo monopolista, onde as grandes empresas e o capital bancário ensaiam seu processo de transnacionalização.

O fato é que esse quadro desencadeia um novo padrão de internacionalização do capital, com mudanças quantitativas e qualitativas no investimento direto estrangeiro

mercado financeiro internacional, colocando à disposição dos países da periferia enormes massas de recursos financeiros a baixo custo, especialmente com a reciclagem dos petrodólares. A consequência para a América Latina, no decênio seguinte, será a crise da dívida, que além de colocar suas economias em estado de prostração, também deixará suas políticas econômicas sob a tutela da banca internacional, da “comunidade internacional de negócios” e de seus organismos, notadamente o FMI. Cf. Furtado (1987).

¹⁹ A propósito dessa nova etapa do imperialismo, ver especialmente Magdoff (1969) e Fernandes (1973), capítulo I. A contribuição de Celso Furtado também é fundamental para a compreensão da reorganização do mundo capitalista no pós-guerra, sob o comando estadunidense, e para a gênese e desenvolvimento do processo de transnacionalização do capital. Cf. Furtado (1987).

orientado para a periferia, sobretudo para as economias latino-americanas. Para algumas áreas da periferia, esses investimentos passam a se direcionar à produção manufatureira orientada para o mercado interno, nesses casos modificando o antigo padrão de relacionamento das economias periféricas com o capital internacional, em que este priorizava atividades produtivas e infraestrutura que garantiam a articulação primário-exportadora, mantendo a periferia como fonte de matérias-primas e recursos naturais estratégicos. De qualquer maneira, estabelecendo-se os nexos de dependência a partir do próprio mercado interno, os trustes internacionais estavam em condições de exercer um controle muito mais direto e estreito sobre a organização da vida econômica, social, política e cultural dos países em que penetram, ditando os padrões de acumulação, técnicos, de consumo, de organização da produção, de concorrência e propaganda, os estilos de vida etc. A concorrência entre grandes blocos de capital, em escala mundial, e a rede financeira que acompanha a transnacionalização, leva à progressiva incorporação das economias periféricas ao espaço socioeconômico e cultural da superpotência capitalista.

Simultaneamente, como condição e contrapartida desse movimento do capital monopolista, há uma nova configuração do imperialismo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Trata-se de um imperialismo total²⁰. Além das determinações econômicas do capitalismo monopolista, que leva à defesa a todo custo das áreas de investimento e das oportunidades lucrativas que encontra na periferia, buscando salvaguardar o lucro, defendendo a preservação da ordem social interna, ao mesmo tempo em que induz e comanda a reconfiguração do espaço econômico, para absorver as novas estruturas produtivas, técnicas e organizacionais, destaca-se, em primeiro plano, o elemento especificamente político da nova fase do imperialismo. A “guerra fria” e a internacionalização da luta de classes determinam maior intransigência por parte da potência hegemônica em suas relações com suas zonas de influência, procurando estreitar seu controle sobre essas áreas, sob o risco da revolução social que mina as bases do sistema imperialista. Trata-se da luta do capitalismo pela própria sobrevivência. Esse comportamento é tão mais evidente

²⁰ A noção de “imperialismo total” é de Florestan Fernandes, correspondendo ao padrão de dominação externa típico do capitalismo monopolista em seu clímax. Em seus termos: “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os excedentes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.” (Fernandes, 1973: 27). Ver também Fernandes (1995), parte 2.

quando se refere à esfera mais imediatamente sob domínio dos Estados Unidos, a América Latina, particularmente nas referidas condições de convulsão social e política desencadeada pelas contradições internas a que já fizemos referência, e após a Revolução Cubana, quando a ruptura com o imperialismo se dá pelo seu elo mais frágil e no cerne de seu próprio domínio, projetando a “guerra fria” na América Latina²¹. A Revolução Cubana cria um foco da “Guerra Fria” no cerne do domínio estadunidense, a América Latina, até então considerada relativamente protegida da “subversão”, isto é, das revoluções sociais, dentro da ordem ou contra a ordem, que questionassem a hegemonia estadunidense e seus grandes negócios no continente. Os Estados Unidos, buscando redefinir sua política externa face ao novo marco histórico, após breve interregno de transigências e hesitações – em que se cogitou um programa de financiamento para o desenvolvimento econômico e de reformas estruturais para a América Latina, por meio da Aliança para o Progresso (1961) – revigoram e expressam sua intolerância a qualquer contestação à ordem através da “doutrina de segurança nacional”, intervindo e apoiando de todas as formas as forças sociais e militares que varreram a América Latina com golpes de Estado, repressão e terror²².

É assim que a conjunção de novo padrão de internacionalização do capital e nova configuração do imperialismo determinam a redefinição do padrão de relacionamento do imperialismo com a periferia latino-americana e suas burguesias dependentes e elites dirigentes, procurando reforçá-las onde fosse possível, como modo de assegurar a dominação imperialista e as condições internas de exploração, por meio da preservação da

²¹ A esse respeito, ver Halperin Donghi (1974), capítulo VI, item 2; Fernandes (1973); Furtado (1966), capítulo II. Para essa mesma discussão e também sobre os dilemas da Revolução Cubana, conferir também Ayerbe (2004).

²² Como esclarece Halperin Donghi (1974), a propósito do fracasso da Aliança para o Progresso e do endurecimento da política externa dos Estados Unidos para a América Latina: “Como sublinhavam maliciosamente os adversários conservadores da Aliança nos Estados Unidos, essa política sacrificava os melhores colaboradores da política dos Estados Unidos, sem garantir sua substituição. Era uma ilusão pensar que os inimigos latino-americanos do comunismo fossem adversários sinceros das tendências autoritárias do plano; reprovavam-no, ao contrário, por identificar-se ele com uma revolução social, e não viam nenhuma razão para acolhê-la com maior favor pelo fato de ser realizada em liberdade: a não ser que essa liberdade fosse sinônimo de inércia. Em troca, os Estados Unidos – comprometidos na Guerra Fria, empenhados em destruir por todos os meios a revolução cubana – encontravam dificuldades cada vez maiores em convencer seus eventuais novos aliados latino-americanos quanto à seriedade das próprias intenções” (pp. 316-317). E logo adiante: “Os Estados Unidos não tinham nenhuma intenção de financiar a revolução social na América Latina, sob a planificação de professores de economia; preferiam apoiar-se nas forças da ordem constituída a fim de enfrentarem cada uma das crises provocadas, com violência cada vez maior, pelo crescente desequilíbrio” (p. 317). Aliás, mesmo durante o governo Kennedy, que procurou reorientar a política externa conforme o programa da Aliança para o Progresso, as políticas preventivas e repressivas não foram de maneira alguma abandonadas. Cf. Ayerbe (2004), pp. 46 e ss.

ordem vigente, salvaguardando a “iniciativa privada” e o “mundo livre”. É crucial ter em conta essa necessidade momentânea do imperialismo de contar com parceiros fortes nas áreas estratégicas da periferia, como forma de conter a revolução social e o avanço do comunismo, e de assegurar a integridade do sistema imperialista, inclusive os novos investimentos ali efetuados pelas empresas transnacionais. Foi essa situação particular que condicionou o raio de manobra que se abriu às burguesias relativamente mais fortes da América Latina no período considerado. Foi a internacionalização da luta de classes, no contexto de “Guerra Fria” e do estado de medo pânico despertado pela Revolução Cubana, com o capitalismo em luta pela própria sobrevivência, que projetou no horizonte de interesses do imperialismo o fortalecimento de determinadas burguesias latino-americanas e do desenvolvimento do capitalismo dependente²³.

Em suma, as premissas de um desenvolvimento capitalista autodeterminado, liderado por uma burguesia nacional de caráter progressista, em condições de consolidar uma ordem democrática, estavam sendo suprimidas pelas contradições da industrialização dependente e da modernização, pela dinâmica interna da luta de classes e dos antagonismos sociais de uma ordem burguesa estreita, e pelos novos imperativos do capitalismo monopolista e do imperialismo total. O nacional-desenvolvimentismo, suas bases políticas e suas referências teóricas entram em crise.

4. *Contrarrevolução na América Latina*

A deterioração da situação econômica, o acirramento das tensões sociais e dos antagonismos de classe, e a crise política, nas referidas condições de internacionalização da luta de classes e de escalada das pressões imperialistas e de seus grandes blocos de capital, escancaram a crise estrutural latino-americana. Da mesma maneira, as diversas forças sociais se polarizam e se aglutinam em torno às diferentes vias para a superação do subdesenvolvimento latino-americano, então em disputa aberta e acirrada: capitalismo nacional, capitalismo associado, socialismo por via pacífica, socialismo por via revolucionária.

²³ Essa situação particular aparece brevemente reconstituída em Sampaio Jr. (1999), nos capítulos 1 e 4. A propósito, ver Fernandes (1973; 1975; 1976). Consultar também Halperin Donghi (1974), capítulo VI, e Furtado (1966), capítulo II.

A radicalização da luta de classes se manifesta no ascenso dos movimentos de massas, das lutas populares e nacionalistas, dos conflitos no campo por terra e trabalho, das greves dos trabalhadores nos centros urbanos, dos focos de luta armada etc. Contudo, a radicalização também se deu em sentido oposto, através da reação burguesa e imperialista, cujos interesses e privilégios pareciam na iminência de serem solapados por uma onda de revoluções sociais, e que não podiam tolerar outras Cubas. Eclode a contradição de dois tempos históricos em conflito na América Latina: revolução, apontando para o horizonte socialista das lutas democráticas e nacionais, e contrarrevolução, contendo o processo de descolonização e revigorando a dominação burguesa e imperialista na região, por quaisquer meios.

O desfecho histórico desse momento conturbado, de intensa polarização e radicalização política, foi uma onda contrarrevolucionária na América Latina, sobretudo o novo ciclo de ditaduras, em patamares sem precedentes no uso da coerção, da violência e do terrorismo de Estado, que marcou a América do Sul. Dados o temor diante das classes trabalhadoras, rurais e urbanas, assim como dos inumeráveis “condenados do sistema”, forças sociais que já não podiam ser contidas nos marcos de um populismo em crise e desagregação, com o ascenso dos movimentos e lutas populares; os desafios postos por um desenvolvimento e uma industrialização problemáticos, e por um tempo histórico acelerado que se impunha a partir de fora, principalmente com o acirramento das pressões do capitalismo monopolista internacional e das tensões da “guerra fria” que irrompia no continente; a situação assim plasmada impeliu as burguesias latino-americanas a pactuar e sacramentar sua associação com o imperialismo, e à composição interna com os setores mais retrógrados das classes dominantes e das elites dirigentes. Pactuando com o imperialismo, forjava-se a associação com o capital internacional como modo de equacionar os dilemas econômicos e de modernização das burguesias dependentes, assim como se angariava respaldo e proteção externa contra a subversão da ordem, na forma de auxílio financeiro e militar da superpotência. Ao mesmo tempo, combinando-se setores arcaicos e modernos no topo da sociedade de classes, asseguravam-se as condições internas de estabilidade da ordem social, ameaçada pelos movimentos de massa em ebulição, que punham em risco o mundo dos grandes negócios do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. A região é varrida por uma sucessão de ditaduras, que asseguram as condições

para a transição a um novo modelo de acumulação e de participação no sistema capitalista mundial, ou reiterando o padrão vigente, conforme as possibilidades materiais de cada país, mas em todo caso aprofundando a subordinação e a incorporação pelo capital monopolista internacional²⁴.

No caso do Brasil, onde o golpe de Estado de 1964 inaugura o novo ciclo de ditaduras na América Latina, esse movimento correspondeu ao desfecho contrarrevolucionário do processo de revolução burguesa, que assim se concretiza²⁵. Através da tomada do poder de Estado, a burguesia dependente, associada ao imperialismo, assegura as condições da dominação e do poder burguês, assim como para completar a transição para o capitalismo monopolista, através da incorporação ao espaço econômico e sociocultural da superpotência imperialista, da penetração dos trustes internacionais e da articulação no mercado financeiro internacional, para consolidar o salto para a industrialização pesada. Através do congelamento da luta de classes, fechando o espaço político e comprimindo e contendo as revoluções democrática e nacional, a contrarrevolução burguesa lançou as premissas, condições historicamente delimitadas, interna e externamente, para acelerar o desenvolvimento capitalista até o ponto do “milagre econômico”, mas sem romper o ponto morto do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento²⁶. A ditadura do grande capital no Brasil prefigurou o processo contrarrevolucionário que se espalhou pelo Cone Sul, em termos de barbárie²⁷.

²⁴ Cf. Fernandes (1973), capítulo II; Fernandes (1976), capítulo 3. O significado do momento histórico é sintetizado por Florestan Fernandes da seguinte maneira: “A coexistência de dois tempos históricos contraditórios e opostos, em conflito de vida e morte – os tempos de uma revolução burguesa retardada, que iria se acelerar com o intervencionismo econômico do Estado e com a irradiação do capitalismo monopolista através das Nações latino-americanas ‘mais viáveis’; e os tempos de uma revolução socialista em avanço, que mostrou, em Cuba, como se desenha o presente e o futuro da América Latina –, desencadeou um processo histórico de consolidação da dominação burguesa *Nacional e Imperial* que mobilizou, em novo estilo, o famoso ‘braço armado da burguesia’” (Fernandes, 1975: 27).

²⁵ Para a consolidação da dominação burguesa no Brasil como uma contrarrevolução permanente, ver Fernandes (1975), terceira parte.

²⁶ No caso brasileiro, a ditadura civil-militar implementou uma série de reformas institucionais que viabilizam, favorecem e estimulam a penetração dos oligopólios internacionais e o endividamento externo junto às finanças e à banca internacional, desde o PAEG. A modernização e as taxas de crescimento econômico foram impulsionadas a níveis e ritmos verdadeiramente vertiginosos, sem precedentes, mas tendo como contrapartida uma brutal concentração da renda. Sobre o “modelo” brasileiro de subdesenvolvimento, que se afirma e se cristaliza durante a ditadura, é possível consultar Furtado (1972), capítulo I, e Furtado (1974), capítulo III.

²⁷ A história da América Latina, em particular nos atribulados anos 1960 e 1970, é tragicamente farta em golpes de Estado, seguidos de assassinatos, prisões e tortura, e intervenções diretas ou indiretas, abertas ou dissimuladas, dos Estados Unidos, violando a autodeterminação das nações. Basta citar alguns dos muitos exemplos possíveis. Já em 1954, na Guatemala, a ação estadunidense foi decisiva para derrubar o

O ciclo de ditaduras que se segue redefine completamente o cenário político e das lutas sociais tal como vinham se desenvolvendo na América Latina, contendo a revolução social onde apenas parecesse ou onde estivesse prestes a eclodir de seu lento e penoso processo histórico de gestação. Dessa forma, foram liquidadas não apenas as organizações orientadas para a luta armada, as guerrilhas rurais e urbanas que contestavam frontalmente os regimes do capital pelas armas, mas também os experimentos de reformas dentro da ordem onde ocorreram. A repressão e a censura não apenas desarticulam as organizações políticas, os partidos e os sindicatos mais combativos da classe trabalhadora, mas também desmobilizam e proíbem o pensamento crítico. O radicalismo e o reformismo autêntico são banidos, à medida que punham em evidência e denunciavam os limites estreitos da ordem burguesa sob o capitalismo dependente. O clímax da contrarrevolução desencadeada pelas classes dominantes e pelo imperialismo estadunidense se dá com o golpe de Estado e o subsequente terror no Chile (1973), quando se liquida a experiência da Unidade Popular e sua “via democrática para o socialismo”, a “revolução pacífica” de Allende²⁸, e em seguida, na Argentina (1976), outra situação radicalizada onde também o terrorismo de Estado é levado ao paroxismo.

Em síntese, o panorama latino-americano expressava, em manifestações diversas, as mesmas tendências. O movimento de ascenso das lutas populares, no bojo das transformações estruturais pelas quais passava a economia latino-americana, teve seu auge

presidente Jacobo Arbenz, com sua plataforma de reformas. Em 1955, Peron também sucumbe na Argentina ante um golpe militar, apontando o esgotamento das reformas distributivistas do peronismo. Em 1961, os Estados Unidos apoiam a invasão de Cuba, no episódio da Baía dos Porcos, que fracassa diante da resistência das forças cubanas. O governo desenvolvimentista de Frondizi, novamente na Argentina, também é interrompido por um golpe militar, em 1962. No ano seguinte, é a vez de Juan Bosch, presidente eleito da República Dominicana e adepto das reformas propostas pela Aliança para o Progresso; reconduzido ao poder em 1965, é destituído pela ação dos Estados Unidos, com intervenção armada aprovada pela OEA. Em 1964, João Goulart, no Brasil, e Paz Estenssoro, na Bolívia, são depostos por golpes militares. Arturo Illia, também presidente eleito da Argentina, cai em 1966, da mesma forma. Dois anos depois, são os militares peruanos que derrubam Belaúnde Terri (ainda que esse golpe tenha características peculiares, de cunho nacionalista). Em 1973, o Chile se torna palco da sangrenta contrarrevolução aberta com o golpe que liquida o governo Allende, interrompendo a “revolução pacífica” da Unidade Popular. Por fim, em 1976, instaura-se uma ditadura militar ainda mais violenta na Argentina. Em fins dos anos 1970, quase toda a América do Sul era controlada por regimes militares de direita, tendo sido liquidadas as forças e movimentos revolucionários, inclusive com a articulação internacional do terror de Estado, por meio da Operação Condor (proposta e liderada pela ditadura de Pinochet). Cf. Ayerbe (2004), capítulo 5. Ver também Halperin Donghi (1974), capítulo VI, item 2. Para algumas das intervenções estadunidenses, ver o apêndice B de Magdoff (1969).

²⁸ A propósito da história da luta de classes, dos impasses e do desfecho trágico do governo da Unidade Popular no Chile, consultar Winn (2010).

na Revolução Cubana, que, ante a férrea resistência do imperialismo, colocaria de forma concreta a impossibilidade de conciliar capitalismo, soberania e democracia, buscando a transição ao socialismo²⁹. Contudo, no restante da América Latina a contrarrevolução triunfou. Foi um período marcado pelo aprofundamento da contestação às teses nacional-desenvolvimentistas e pelo espetacular fracasso das tentativas de se concretizar quaisquer mudanças dentro da ordem nas sociedades latino-americanas, banidas pela avassaladora onda contrarrevolucionária que varreu a região. A reação burguesa e imperialista tratou de mostrar na prática que não havia espaço para revoluções ou reformas estruturais dentro da ordem, ou seja, para levar às últimas consequências as revoluções democrática e nacional, nos limites estipulados pelo capitalismo dependente e pela correspondente ordem burguesa. É nesses marcos que se abre uma crise teórica, em que se busca superar as insuficiências e debilidades da teoria do subdesenvolvimento, abrindo espaço a novas formulações, como foram as “teorias da dependência”. Portanto, as novas condições históricas firmadas pela contrarrevolução colocavam em questão as teses nacional-desenvolvimentistas, as interpretações ortodoxas dos comunistas e os limites da teoria do subdesenvolvimento da Cepal. A crise do desenvolvimento nacional desdobrou-se em uma crise da teoria do desenvolvimento, uma crise teórica que lançava um desafio àqueles que procuravam dar respostas aos problemas concretos da América Latina através da compreensão de sua própria realidade, visando a tarefa maior de sua transformação³⁰.

5. Crise da teoria do desenvolvimento

A concepção de que a resposta para os dilemas do subdesenvolvimento latino-americano estaria no processo de industrialização por substituição de importações, sob orientação e planejamento do Estado, nos marcos de uma ordem democrática e de um projeto de desenvolvimento nacional encabeçado por uma burguesia progressista, ou por uma *intelligentzia* determinada, estava duramente abalada. O movimento concreto da história

²⁹ Sobre o processo revolucionário cubano, que leva ao reconhecimento de seu caráter socialista em 1961, assim como para os desafios e impasses que lhe foram colocados pelo imperialismo estadunidense e pela “comunidade internacional de negócios”, remetemos novamente a Ayerbe (2004). Cf. Halperin Donghi (1974), pp. 319-326.

³⁰ Quanto à crise da teoria do desenvolvimento, ver Sampaio Jr. (1999), capítulo 1, item 2. Cf. ainda Cardoso (1969a), capítulo I; Cardoso & Weffort (1970); Dos Santos (1969).

latino-americana e mundial estava solapando as premissas objetivas e subjetivas do desenvolvimento nacional, da concretização de uma revolução burguesa de caráter democrático-nacional, que liquidaria o subdesenvolvimento e a situação de dependência. Diante das insuficiências, debilidades e equívocos das teorias e interpretações predominantes quanto aos dilemas do desenvolvimento latino-americano, incapazes de dar respostas aos desafios e impasses que as realidades latino-americana e internacional colocavam, inicia-se um debate acalorado e um esforço intenso para revisar ou superar as antigas perspectivas³¹. O próprio debate, com suas polarizações, reflete ou procura expressar a radicalização da realidade política e social da América Latina da década de 1960, em particular, com suas divergentes vias de superação do subdesenvolvimento: capitalismo nacional, capitalismo associado, socialismo por via pacífica e socialismo por via revolucionária. Assim será até a proscricção e o “fechamento” do debate nos anos 1970, uma vez vitoriosa e consolidada a contrarrevolução auto-defensiva e preventiva no continente. Enfim, a frustração das expectativas suscitadas pelo processo de industrialização na América Latina deu lugar a uma controvérsia quanto às possibilidades do desenvolvimento capitalista na periferia do capitalismo.

A crítica aos limites da industrialização dependente já vinha se dando a partir de autores vinculados à perspectiva do desenvolvimento da Cepal, ao apontarem a necessidade de profundas reformas estruturais como condição para a superação do subdesenvolvimento. Por outro lado, o desenvolvimentismo e a interpretação dos partidos comunistas já vinham sofrendo críticas desde a Revolução Cubana, por parte da chamada nova esquerda revolucionária, denunciando o mito da burguesia nacional e a falácia da revolução por etapas. Críticas nesse mesmo sentido também vinham sendo delineadas, ainda que marginalmente, nos meios acadêmicos. Mas é principalmente a partir da instauração da ditadura no Brasil, em 1964, e com os golpes que vieram na sequência, que o debate quanto às perspectivas para o desenvolvimento na América Latina e as vias para a superação do

³¹ Como adverte Sampaio Jr. (1999): “A incapacidade de deter o processo de reversão neocolonial e de criar alternativas de participação no sistema capitalista mundial compatíveis com a continuidade do processo de construção nacional foi reforçada pela crise que abalou os alicerces da teoria do desenvolvimento. A crise imobilizou as forças políticas comprometidas com o processo de construção da nação, deixando as sociedades latino-americanas desarmadas para enfrentar seus dilemas históricos” (Sampaio Jr., 1999: 35). E, mais adiante: “Sem instrumentos adequados para equacionar analiticamente a problemática da ruptura com as estruturas externas e internas responsáveis pelo subdesenvolvimento, a revisão da economia política da Cepal circunscreveu o campo de oportunidades das sociedades latino-americanas aos limites do capitalismo dependente” (p. 56).

subdesenvolvimento é impulsionado, para o que contribuiu ainda a confluência de vários exilados para o Chile (em cuja capital se encontra a sede da Cepal), propiciando ambiente intelectual e político ímpar, onde intelectuais e militantes darão início a um balanço crítico das teorias e estratégias que então se mostraram equivocadas ou limitadas. Será no Chile, para onde acorrerão exilados de outros países, tanto pelo cenário intelectual quanto pela dinâmica da luta de classes que desemboca na experiência da Unidade Popular, que serão elaboradas variadas contribuições àquele debate, em particular a controvérsia sobre a dependência³².

Expressão desse momento é a controvérsia sobre a dependência, que envolverá economistas, sociólogos, intelectuais e militantes políticos, buscando compreender o sentido da redefinição dos nexos de dependência e suas implicações para o desenvolvimento econômico e a luta de classes nos países da América Latina, no fundo procurando identificar as possibilidades e os limites do desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana³³. Cabia não apenas encontrar uma explicação coerente para a frustração das esperanças suscitadas pelo processo de industrialização e o fracasso da política nacional-desenvolvimentista, como desvendar os novos parâmetros que deveriam guiar a luta dos povos latino-americanos pelo desenvolvimento, nos novos marcos definidos pelos regimes de força, pelo “desenvolvimento dependente e associado”, e pela nova etapa do imperialismo. Trata-se de reações críticas à teoria do desenvolvimento e ao nacional-desenvolvimentismo, frente à nova realidade histórica do capitalismo e da periferia latino-americana. Em termos gerais, esses esforços convergem na identificação da dependência como uma situação estrutural, em que interesses externos e internos dominantes se articulam no interior da sociedade dependente. Nesse sentido, a dependência é entendida

³² Nesse sentido, podemos mencionar os seminários realizados no Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), ligado à Cepal – dos quais participaram, entre outros, Celso Furtado, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, José Medina Echevarría, Osvaldo Sunkel e Pedro Vuskovic – e que contribuíram para conformar a crítica e a revisão do pensamento da Cepal; as pesquisas e debates sobre o capitalismo dependente, no âmbito do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, onde se destacavam, por exemplo, André Gunder Frank e os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – que lançariam as bases da teoria marxista da dependência; e, não menos importante, a militância dentro do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno, do qual participou Ruy Mauro Marini como figura destacada. A respeito desse ambiente ímpar que resultou da confluência de vários militantes e intelectuais exilados para o Chile, ver Bambirra (1978); Cardoso (1969a), prefácio; Cardoso & Faletto (1969), prefácio à 8ª edição; Faletto (1998); Ferreira, Osorio e Luce (2012), pp. 10-14; Furtado (1991), parte I; Marini (1990).

³³ Para alguns balanços das vertentes da “teoria da dependência” e dos principais autores que participaram e contribuíram para esse debate, ver, por exemplo, Bambirra (1978); Cardoso (1993); Chilcote (1984); Dos Santos (2000); Fiori (1999); Goldenstein (1994); Kay (1989); Martins (2011); Ouriques (1995); Palma (1981); Traspadini & Stedile (2005), introdução.

não como fator ou imposição externa, mas como elemento constitutivo que se projeta dentro das próprias estruturas internas da sociedade periférica. Do mesmo modo, os estudos sobre a dependência buscam uma análise integrada do desenvolvimento, que combine determinações econômicas, sociais e políticas, assim como determinações gerais do sistema capitalista e determinações específicas postas pela base material e pelo conflito de classes em cada sociedade. Enfatiza-se a natureza sociopolítica das relações econômicas de produção, donde a crítica ao economicismo que atribuem, por exemplo, à Cepal. Também criticam a tese da “burguesia nacional”, tal como postulada pelos partidos comunistas, constatando a ausência de uma burguesia nacional e progressista. Suas análises procuram compreender a articulação que se dá com a nova situação de dependência, em como esta delimita as possibilidades de desenvolvimento nos países dependentes da América Latina. Apontam para a conformação de uma forma dependente de desenvolvimento nessa nova fase, em que a penetração do capital internacional, através das filiais de grandes corporações que aportam maquinaria, técnicas produtivas e organizacionais, e recursos financeiros, contribuíam, em condições particulares, para o salto qualitativo na escala de acumulação e para a grande indústria, ou seja, para o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo dependente³⁴. No entanto, o entendimento das causas, dos fundamentos e das consequências econômicas, sociais e políticas desse desenvolvimento capitalista dependente implicará em grande controvérsia.

Conforme já antecipamos, o debate se esgota com o correr dos anos 1970. Para essa interrupção do debate, contribuiu decisivamente a consolidação da contrarrevolução preventiva e permanente que se instala na América Latina, proscrevendo toda crítica. Por outro lado, o “milagre brasileiro” e a sobrevivência do processo de industrialização, sob a ditadura civil-militar, criam ilusões superficiais quanto às potencialidades do capitalismo brasileiro, que acabam sendo superestimadas, tudo colaborando para deslocar o eixo da problemática do desenvolvimento econômico latino-americano para problemas de acumulação capitalista e desenvolvimento industrial, abandonando a perspectiva da formação nacional. É levada às últimas consequências a negação da problemática da Cepal

³⁴ Cumpre mencionar que, para os principais autores que abordaram a problemática da dependência, o desenvolvimento das forças produtivas, no sentido da industrialização, não estaria acessível a qualquer país da América Latina. O Brasil, que foi o foco da atenção de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, entre outros, representava emblematicamente uma das situações de progresso das forças produtivas ancorado no aprofundamento da dependência.

e de todo o pensamento crítico latino-americano, segundo os quais se apresentava a necessidade incontornável da ruptura da dupla articulação – pela reforma das estruturas sociais e pelo rompimento dos nexos de dependência – como condição para o desenvolvimento, entendido como a concretização da integração nacional com as bases materiais que lhe correspondem, e que constituiriam as condições objetivas e subjetivas para que os povos da América Latina pudessem controlar seu próprio destino histórico.

Conclusão

As contribuições dos sociólogos brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, assim como a polêmica em que se envolvem, são representativas dessa conjuntura histórica. Movidos pela insatisfação com as interpretações predecessoras, que se revelavam inadequadas ou insuficientes para dar conta dos dilemas da realidade brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, os dois buscarão, cada um a seu modo, reinterpretar esses dilemas, buscando novas explicações aos velhos problemas e, por consequência, apontando para encaminhamentos prático-políticos. Ruy Mauro Marini, no campo da teoria marxista da dependência, em uma trajetória intelectual sempre vinculada estreitamente à prática política da esquerda revolucionária, apontava a necessidade da revolução socialista, como única forma de equacionar os dilemas de um capitalismo dependente ancorado na superexploração, responsável por todas as mazelas sociais, debilidades materiais e opressão que marcavam a América Latina. Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso vislumbrava na nova situação de dependência uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento econômico, que poderia ser aproveitada conforme o jogo de forças políticas e sociais, apontando para a possibilidade de conciliar desenvolvimento, dependência, democracia e bem-estar social. É para essas contribuições que nos voltaremos agora.

2. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A NOVA SITUAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Introdução

O aporte de Fernando Henrique Cardoso para o debate sobre a dependência pode ser resumido em dois eixos. De um lado, do ponto de vista metodológico, propõe uma análise integrada do processo de desenvolvimento, em que fatores internos e externos são considerados em suas mútuas relações, assim como os fatores econômicos, sociais e políticos, construindo a noção de dependência estrutural. Nessa perspectiva, o movimento da sociedade dependente adquire uma autonomia relativa, sendo complexamente determinado pelas lutas e articulações políticas internas e pelos condicionantes postos pelo desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Por outro lado, trouxe uma nova interpretação acerca do processo de industrialização pelo qual passavam algumas economias latino-americanas a partir dos anos 1950, principalmente, ao apontar que dependência e desenvolvimento poderiam ser conciliados no contexto da internacionalização do mercado interno. Em outras palavras, para Cardoso, com a nova etapa da internacionalização do capital, imperialismo e nação deixavam de ser contraditórios, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas de determinadas economias periféricas passava a se inscrever no próprio movimento do capital internacional, no processo de concorrência para ocupar os novos mercados. Em certo sentido, a dependência deixava de ser problema para se transformar em solução, visto que possibilitava superar os constrangimentos técnicos e financeiros da industrialização substitutiva. Enfim, em determinadas condições, existiria um desenvolvimento dependente e associado.

A trajetória intelectual do sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi marcada, inicialmente, pela condição de discípulo de Florestan Fernandes, integrando o grupo que viria a ser conhecido como Escola Paulista de Sociologia¹. Tomando contato com a sociologia

¹ A propósito da trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso, Leoni (1997) fornece algumas informações. Com relação ao pensamento de Cardoso e alguns de seus principais aspectos, podemos mencionar as seguintes referências: Araujo (2001), capítulo 1; Cotrim (2001); Dos Santos (2000); Juvencio Sobrinho (2003); Goto (1998); Martins (2011), capítulo 5; Paiva (2008); Traspadini (1999).

clássica, com destaque para as obras de Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim, Cardoso se enquadraria no movimento mais geral que começava a atingir o meio acadêmico, na busca por uma compreensão mais rigorosa da realidade brasileira e dos dilemas de seu desenvolvimento. Nesse sentido, demonstraria contrariedade pelo dogmatismo do Partido Comunista, com sua influente interpretação do Brasil nos meios de esquerda. Cardoso participa do famoso grupo de estudos de *O capital*, inspirado pelo filósofo José Arthur Gianotti, e que reuniu o que seria um segmento influente da intelectualidade brasileira, pautado pela necessidade de uma leitura não dogmática de Marx, permeada pela influência de outros autores, entre os quais Weber, como condição para a busca de uma nova interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil². Após o golpe de 1964, Cardoso passa um período no Chile, onde toma maior contato com o pensamento da Cepal e se envolve nas polêmicas então colocadas pela crise do nacional-desenvolvimentismo, tomando parte dos seminários do ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social). Será nesse momento que Cardoso, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, desenvolverá sua tese acerca da possibilidade de conciliar dependência e desenvolvimento³.

O trabalho de Cardoso aparece dentro do processo mais amplo de crítica à interpretação dos comunistas sobre a realidade brasileira, às teorias do desenvolvimento e modernização, e às teses que sustentavam o nacional-desenvolvimentismo, incluindo a economia política da Cepal. Em sua crítica, Cardoso procura superar as insuficiências dos enfoques anteriores, colocando ênfase na dimensão política, que teria sido negligenciada em detrimento do economicismo, e na articulação de determinantes externos e internos. Na verdade, a dependência, longe de ser uma imposição externa à sociedade, encontra-se enraizada na mesma, podendo ser apreendida nas estruturas internas e no movimento próprio das sociedades dependentes. Cardoso não postula propriamente a elaboração de uma “teoria da dependência”, mas análises concretas de situações de dependência, cada qual em sua particularidade histórica e estrutural, seguindo sua perspectiva analítica.

² Sobre o seminário de *O capital*, ver Bianchi (2010) e Schwarz (1998).

³ *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e do sociólogo chileno Enzo Faletto, aparece inicialmente como um relatório a ser encaminhado para Raúl Prebisch. Redigido entre 1966 e 1967 em Santiago do Chile, foi posteriormente publicado em 1969. É onde aparece sistematizada pela primeira vez a tese de Cardoso de que dependência e desenvolvimento podem ser conciliados. Cf. Cardoso & Faletto (1969), prefácios à 1ª e à 8ª edições.

Insistindo na compreensão do desenvolvimento econômico como diferenciação das estruturas produtivas, como acumulação capitalista que promove o avanço das forças produtivas e a atualização das relações de produção, Cardoso via no ingresso do capital estrangeiro, na forma de investimento direto orientado para a indústria, um impulso ao desenvolvimento das economias latino-americanas que lograram entrar na fase da internacionalização do mercado interno. Nesse sentido, vai na contramão do suposto básico da economia política da Cepal, que identificava na dependência externa um fator de bloqueio ao desenvolvimento⁴. Além disso, Cardoso se coloca contra o “estagnacionismo” e o “catastrofismo” que imputava a alguns autores ligados à perspectiva cepalina, como Celso Furtado, mas particularmente contra a “teoria marxista da dependência”, que na figura de Ruy Mauro Marini receberá uma crítica mais dura de Cardoso. Afinal, na visão de Cardoso, para aquelas economias, deixava de haver empecilhos, do ponto de vista econômico, à dinâmica capitalista, em seu movimento cíclico e contraditório, doravante amparada na concorrência intercapitalista, no progresso técnico, no consumo produtivo das empresas e Estado e no consumo supérfluo das camadas médias. Nesse caso, os únicos limites estariam no domínio da política.

Procuramos aqui, em primeiro lugar, apontar a forma como Cardoso aborda a dependência, não como determinação externa, mas como elemento que se inscreve nas próprias estruturas das sociedades dependentes e que daí pode ser apreendida. Ainda nesse primeiro passo, procuramos mostrar como, em Cardoso, se constitui historicamente a situação de dependência latino-americana, enquanto processo de constituição do capitalismo nessas sociedades, da fase de desenvolvimento para fora à industrialização substitutiva, chamando a atenção para a diversidade de situações concretas, mas optando por tomar o caso concreto do Brasil como referência. Também buscaremos destacar a centralidade da política nas análises de Cardoso sobre a dependência. Passamos então à caracterização de Cardoso acerca da nova etapa da dependência, denominada de internacionalização do mercado interno, em que a nova fase do processo de internacionalização do capital, em conjunção com a industrialização por substituição de importações que havia avançado em

⁴ Cardoso aponta com precisão as implicações dessa inversão de perspectiva: “a caracterização da atual etapa da dependência mostra que existe a possibilidade de acelerar-se a industrialização nas economias periféricas, redefinindo-se as bases da dependência. Esta verificação contém uma série de implicações que, se levadas às últimas consequências, obrigam a redefinir algumas interpretações sobre o imperialismo e o subdesenvolvimento” (Cardoso, 1993: 104).

alguns países, abre a possibilidade para que dependência e desenvolvimento se combinem. Apontaremos também a forma que a industrialização assume a partir do momento em que passa a ser impulsionada pela penetração das filiais dos trustes internacionais, para depois entender seus impactos sobre o conjunto das relações econômicas e sobre as estruturas e relações sociais nas sociedades dependentes. Em seguida, passaremos pelo entendimento de Cardoso quanto às transformações no âmbito das relações de classe, da política e do Estado que se colocam nesse momento, finalizando com a discussão sobre a “revolução burguesa” e as possibilidades da democracia em um país dependente. Na conclusão, procuramos sintetizar o pensamento do autor e ressaltar suas implicações prático-políticas.

1. A dependência estrutural na América Latina

1.1. Análise integrada do desenvolvimento e dependência estrutural

Fernando Henrique Cardoso ora caracteriza sua proposta metodológica como histórico-estrutural, ora como uma abordagem dialética⁵. O que importa é que sua alternativa para uma análise integrada ou global do desenvolvimento aparece como tentativa de superar as insuficiências das teorias até então predominantes acerca do problema do subdesenvolvimento latino-americano. Para além de sua crítica às teorias da modernização, sua proposta também é nitidamente direcionada a suprir as lacunas do pensamento da Cepal, à medida que este não havia dado conta de todas as implicações e processos sociais subjacentes à industrialização por substituição de importações, negligenciando a dimensão política⁶. Na perspectiva de Cardoso, a própria noção de dependência precisa ser redefinida.

De acordo com Cardoso, as possibilidades de “desenvolvimento” ou “estagnação” não se dão em abstrato, como automatismos do mecanismo econômico. É certo que o desenvolvimento depende das condições estruturais predominantes em determinada sociedade, isto é, suas estruturas econômicas, sociais e políticas, incluindo o sistema de

⁵ Para a discussão do método e para a análise integrada do desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso, é possível consultar: Cardoso (1962), prefácio à 2ª edição e introdução; Cardoso (1963), capítulo II; Cardoso (1969a), capítulo I; Cardoso & Faletto (1969), capítulo II; Cardoso & Faletto (1976), prefácio à edição inglesa; Cardoso & Weffort (1970).

⁶ As principais críticas de Cardoso às teorias da modernização e do desenvolvimento, assim como à economia política da Cepal, podem ser encontradas em Cardoso (1963), capítulo II; Cardoso (1969a), capítulo I; Cardoso (1972), capítulo VI; Cardoso (1993); Cardoso & Faletto (1969), capítulos I e II.

dominação, que delimitam o marco de opções e reproduzem a situação vigente. Contudo, as possibilidades de transformação estrutural dependem igualmente dos processos, dos movimentos sociais que emergem a partir dessa mesma situação, pelas oposições, alianças e composições entre grupos e classes sociais com interesses, objetivos e valores diferenciados, que impulsionam mudança ou conservação. A mudança social, inclusive o desenvolvimento econômico, devem ser pensados a partir da interação entre estruturas e processos, e dos fatores econômicos, sociais e políticos pensados conjugadamente. É justamente por salientar o papel das forças sociais, dos sujeitos historicamente atuantes, na determinação das transformações das estruturas e do sentido da transformação, que a política adquire preeminência na visão de Cardoso. É por meio da política, dos sistemas de alianças que expressam as oposições, conciliações e correlações de forças sociais, que se pode não apenas concretizar o que é estruturalmente possível, mas até mesmo transcender a determinação estrutural. Enfim:

Existem vínculos estruturais que limitam as possibilidades de ação, a partir da própria base material de produção disponível num país e do grau de desenvolvimento das forças produtivas, para não mencionar o modo como se combinam estas com as relações políticas e jurídicas, internamente e com as nações hegemônicas. Mas, ao mesmo tempo, é por intermédio da ação dos grupos, classes, organizações e movimentos sociais dos países dependentes que estes vínculos se perpetuam, se transformam ou se rompem. Existe, portanto, uma dinâmica interna própria que dá inteligibilidade ao “curso dos acontecimentos”, sem cuja compreensão não há ciência política possível. (Cardoso & Faletto, 1969:181)

Dessa forma, a política adquire centralidade no entendimento das possibilidades de mudança social e desenvolvimento econômico, assim como de reiteração, redefinição ou superação da dependência. É assim que, para Fernando Henrique Cardoso, a possibilidade de concretizar o desenvolvimento dependerá do referido jogo de forças políticas. Em outros termos, é o jogo político que permite aproveitar as possibilidades estruturalmente delimitadas de desenvolvimento. Como apontam Cardoso e Faletto:

(...) considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (Cardoso & Faletto, 1969: 34)

A determinação econômica passa pela mediação da luta de classes. Por isso torna-se crucial, para uma análise integrada ou global do desenvolvimento, considerar os fatores econômicos, sociais e políticos, conjugadamente. Mas, no caso dos países latino-

americanos, que constituíram Estados nacionais em condição periférica no mercado mundial, é preciso considerar ainda a dupla determinação pelos fatores internos e externos. Cardoso propõe superar a noção de dependência externa, que remetia à subordinação econômica da periferia em relação ao centro capitalista, devido ao tipo de relações econômicas que mantinham entre si. É assim que a noção de dependência estrutural buscará apreender a situação de ambiguidade das sociedades dependentes da América Latina, que possuem tanto um regime de classes quanto um processo político interno, mas sujeitas ao marco estrutural do conjunto do sistema capitalista, assim como reinterpretará a dependência não como imposição externa, mas como resultado de coincidências de interesses entre classes dominantes internas e externas, que se introjetam e se expressam nas próprias estruturas internas da sociedade dependente.

1.2. Dependência nacional e desenvolvimento

A situação de dependência se instaura a partir da ruptura do pacto colonial, com a formação dos Estados nacionais latino-americanos. Na interpretação de Cardoso, esse momento histórico possui importância fundamental. Durante a vigência da situação colonial, não era despropositado conceber que a história das sociedades latino-americanas, devido à subordinação imediata às metrópoles, remetia a uma determinação externa às mesmas⁷. Eram os interesses metropolitanos que moldavam economia e sociedade nas colônias, impondo-se de forma imediata por meio da violência. Nos termos de Cardoso, “a dominação externa só se apresenta como tal no caso de relações extremas entre metrópole e colônia” (Cardoso, 1969b: 67). Porém, a partir da fundação do Estado nacional, existe uma base política interna, uma situação interna de poder, dando expressão a interesses próprios das novas classes dominantes locais. Nessas condições, as relações de dependência somente se impõem de forma mediatizada, através de solidariedades e coincidências de interesses entre classes dominantes internas e grupos hegemônicos externos. A dependência adquire expressão interna, inscrevendo-se nas próprias estruturas econômicas, sociais e políticas dos países da periferia latino-americana, mas agora como consequência do processo político

⁷ É o que destacam Cardoso e Faletto: “Com efeito, se nas situações de dependência colonial é possível afirmar com propriedade que a história – e, por conseguinte, a mudança – aparece como reflexo do que se passa na metrópole, nas situações de dependência das ‘nações subdesenvolvidas’ a dinâmica social é mais complexa” (Cardoso & Faletto, 1969: 43-44). Cf. Cardoso (1969b), p. 53.

interno. Com isso, a dinâmica social e econômica dos recém-formados países latino-americanos adquire autonomia relativa, mas sem romper com as determinações do sistema capitalista mundial, donde a situação de ambiguidade da dependência nacional. Ainda assim, Cardoso destaca:

É certo, e seria quase desnecessário repetir, que o condicionamento econômico do mercado internacional pesa sobre as possibilidades gerais que têm as distintas classes sociais das nações dependentes para canalizar e mobilizar os recursos culturais, sociais e econômicos em função de uma “política própria”. Entretanto, tal é nossa tese, esse condicionamento não é mais que geral: nem explica o curso concreto dos acontecimentos, nem nega – dadas as peculiaridades da dependência nacional – a possibilidade de uma dinâmica particular às sociedades dependentes, dinâmica essa que deriva justamente dos modos de relacionamento entre as classes e das formas de apropriação e de distribuição do poder que se estabelecem em cada uma das modalidades estruturais de dependência. (Cardoso, 1969b: 67-68)

A própria viabilidade do Estado nacional na periferia latino-americana dependeu da reorientação dos vínculos externos para o novo centro hegemônico, a Inglaterra, para preservar a base econômica exportadora, fundamento do poder político das novas classes dominantes locais. Ou seja, as aspirações de autonomia política, que haviam levado à ruptura dos nexos coloniais, encontravam limites objetivos na forma das vinculações econômicas mantidas com o mercado mundial, através da atividade primário-exportadora. Tal era a situação ambígua dos novos países em condição periférica, que se integram ao sistema produtivo internacional através da expansão do mercado mundial, controlado pelas nações industriais. Nos termos de Cardoso:

A constituição das nações independentes na América Latina deu-se, caracteristicamente, mantendo-se a vinculação das economias locais com o mercado mundial. Para que a ruptura do pacto colonial não acarretasse solução de continuidade no sistema produtivo nacional, assim como diminuição das chances de disposição do poder pela elite econômica que assumia localmente funções políticas, se impunha garantir a continuidade das exportações. (Cardoso, 1969a: 55)

Também teve importância decisiva a articulação política entre os produtores locais, que constituirão uma burguesia exportadora, e as oligarquias regionais de proprietários de latifúndios de baixa produtividade, à margem do sistema exportador. Esse sistema de aliança permite viabilizar as condições internas para a atividade exportadora, constituindo um padrão de dominação que garante a ordem interna e a propriedade, e portanto o acesso à terra e à mão-de-obra para a expansão do setor exportador⁸. Além disso, essa dominação oligárquica

⁸ Afirma Cardoso: “Efetivamente, assegurar a apropriação da terra e o controle da mão-de-obra – por meio da escravidão, da imigração ou opondo obstáculos para o acesso à propriedade por parte dos colonos nas regiões mais densamente povoadas – constituía a questão fundamental para os grupos dominantes locais.

solidifica as bases políticas para consolidar o Estado nacional, indispensável para mediar e reorientar os nexos externos de dependência, em sentido favorável ao setor exportador controlado nacionalmente⁹. Essas condições se apresentaram de maneira variada em cada uma das formações econômico-sociais da América Latina, tendo sido em função do sucesso relativo alcançado tanto na rearticulação política interna quanto na reorientação dos nexos externos que se pode constituir um setor exportador dinâmico sob controle nacional, ou seja, propiciar o “desenvolvimento para fora”, a partir da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, lançando bases para uma posterior industrialização por substituição de importações¹⁰.

Nas economias em que se preservou o controle nacional sobre a atividade de exportação, consolidando uma burguesia exportadora, juntamente com os setores modernos das burguesias mercantil e financeira, articulando-se politicamente aos latifundiários de baixa produtividade em um pacto de dominação oligárquica, criaram-se condições favoráveis ao desenvolvimento. Nesse caso, a implantação e a difusão das relações de trabalho assalariado, a maior divisão social do trabalho, assim como o processo de urbanização, abriram caminho para a formação do mercado interno e para o surgimento de uma indústria

Essa necessidade permite compreender por que o eixo hegemônico constituído pelos setores produtivos e mercantis ligados à exportação se aliou amiúde com os latifundiários marginais ao sistema exportador, a tal ponto que a expressão ‘dominação oligárquica’ ganhou na América Latina muito mais a conotação de dominação latifundiária do que de dominação capitalista exportadora. Somente quando se assegurava a ‘ordem interna’ no conjunto da nação, isto é, a propriedade, se garantia a disponibilidade da mão-de-obra” (Cardoso, 1969b: 71-72).

⁹ Conforme explica Cardoso: “Como se assinalou, a ruptura do pacto colonial na fase em que o capitalismo estava sob o predomínio da Inglaterra permitiu o fortalecimento dos setores nacionais da produção. Esse fortalecimento dependia da capacidade dos produtores locais para organizar um sistema de alianças com as oligarquias de expressão regional, baseadas no latifúndio de baixa produtividade, que tornasse viável o Estado nacional. Nesse sentido, as probabilidades de êxito para impor uma ordem nacional estiveram condicionadas tanto pela ‘situação de mercado’ monopolizada pelo grupo nacional que controlava as exportações (monopólio dos portos, domínio do setor produtivo fundamental, do sistema financeiro etc.) quanto pela capacidade das classes dominantes para consolidar um sistema de domínio” (Cardoso, 1969b: 71).

¹⁰ As opções eram mais limitadas na outra modalidade básica de dependência, as economias de enclave. Nos casos mais extremos, a atividade produtiva exportadora estava sob controle estrangeiro, tendo escassas possibilidades de estimular a formação e consolidação de um mercado interno e restringindo a organização de um sistema político autônomo. Em situações de enclave mais complexas, em que produtores nacionais com alguma expressão não foram totalmente deslocados, e em que pode se desenvolver uma situação de classes mais delimitada, as possibilidades de desenvolvimento foram maiores (Chile, México e Peru). Tal foi o caso do México, que conseguiu atingir a etapa de internacionalização do mercado interno, o que, dentro da perspectiva de Cardoso, atestaria a importância da política na concretização do desenvolvimento econômico. Sobre as economias de enclave, ver Cardoso & Faletto (1969), III.2. Ver também Cardoso (1969a), capítulos I e II, e Cardoso (1969b), capítulo II. Sobre as economias de enclave na fase de transição, ver Cardoso & Faletto (1969), IV.2.

incipiente, tudo contribuindo para a diferenciação da estrutura social¹¹. As consequências do aparecimento de novas camadas e classes sociais serão decisivas para a fase de transição para uma economia industrial. Eclodem na cena política novos grupos urbanos, como os profissionais liberais, funcionários e técnicos ligados às atividades urbanas, a burguesia industrial e setores operário-populares, de onde virão, variavelmente, pressões antioligárquicas. Os novos estratos sociais, principalmente as classes médias urbanas, estando excluídos do pacto de dominação, começarão a pressionar por maior participação política e nos ganhos do desenvolvimento induzido de fora, para tanto se aproveitando das incipientes pressões dos trabalhadores e das massas que se acumulavam nas cidades. O antigo equilíbrio de poder será comprometido pela emergência dos novos atores sociais. O populismo surge justamente como recurso político dos setores das classes dominantes na disputa pelo poder, e não como expressão própria de pressões distributivistas a partir das classes populares¹².

É por isso que, segundo Cardoso, a crise política, posta pela mudança social, precede a crise econômica do setor exportador que se escancara em 1929, sendo o fator decisivo para impulsionar a transição para a industrialização por substituição de importações. Conforme Cardoso, observando o caso do Brasil, não será a iniciativa privada a dar o impulso inicial ao processo de industrialização, mas o Estado, representando os interesses das classes médias urbanas e, em alguma medida, das classes populares incorporadas pelo

¹¹ Com efeito: “A reorganização do sistema produtivo e de controle político nas sociedades deste tipo supunha a ordenação do eixo de decisões em torno de interesses distintos daqueles que motivaram o comportamento dos ‘grupos de transição’ que fizeram a independência. Organizara-se uma estrutura produtiva mais moderna, isto é, mais capitalista, que requeria tanto alterações nas relações produtivas internas como no modo de produção, e que se subordinava às regras do capitalismo internacional. (...) A modernização da estrutura produtiva via-se na generalização do emprego de mão-de-obra livre e assalariada, na transformação da ‘fazenda’ em uma empresa relativamente sujeita às regras da contabilidade e da gerência de inspiração mais ‘racional’ e nas primeiras inovações tecnológicas no campo” (Cardoso, 1969a: 59-60). E, adiante, acrescenta que “a diferenciação do sistema econômico requerida pela nova fase exportadora e o emprego de mão-de-obra em bases mais racionais supunham divisão social do trabalho mais intensa, separação mais clara entre a produção de subsistência e a produção para a exportação, em consequência: comercialização intensa de produtos de consumo, ramificação adequada do sistema de transportes e, em uma palavra, divisão de trabalho entre o campo e a cidade” (Cardoso, 1969a: 60). Daí a formação de um mercado interno nos núcleos urbanos em proliferação e, por conseguinte, a organização de atividades industriais para atender essa demanda, surgindo camadas empresariais vinculadas à indústria. Cf. Cardoso (1969a), pp. 60-61.

¹² Segundo Cardoso, referindo-se ao Brasil: “A situação de poder assim constituída será desde os anos 1930 sensível à necessidade de criar novas bases econômicas – indústrias notadamente – e novos apoios políticos para consolidar o poder. (...) O populismo aparece mais como uma resultante do que como uma base, mais como um recurso político utilizado por setores em luta das classes dominantes do que como a expressão de uma pressão distributivista das classes populares” (Cardoso, 1969b: 104).

populismo. A burguesia industrial, pela sua formação recente e pela sua situação de classe, não tinha condições ou interesse em impulsionar um projeto de desenvolvimento. Nos momentos iniciais da industrialização substitutiva, o empresariado nacional permanecerá aferrado a padrões tradicionais e a uma industrialização extensiva, expandindo as atividades com base na reserva de mercado e nas expectativas de lucros elevados, sem maiores preocupações com o aprimoramento técnico da produção. Não obstante, para os novos grupos que se integram na aliança populista, colocava-se como problema central a criação de uma base econômica industrial, sólida e suficientemente vigorosa, que permitisse ampliar a participação social e política, ou seja, acomodar os novos interesses e demandas que surgiam com o desenvolvimento urbano-industrial.

Novamente, a determinação política salta para o primeiro plano. É desse modo que os impactos e as consequências da crise do setor externo, explicitada pela crise de 1929, serão distintos em cada país latino-americano, conforme as possibilidades do antigo padrão de dominação e da economia exportadora de acomodar as pressões das classes médias e burguesias emergentes, e de acordo com os distintos sistemas de alianças que as classes formam entre si.

Naqueles países que conseguem realizar a transição, a consolidação do mercado interno e a industrialização por substituição de importações trarão novos desdobramentos sociais e políticos. Para ficarmos apenas no Brasil, cumpre notar que a ruptura com as oligarquias tradicionais não havia sido absoluta, que se acomodam de forma subordinada no novo esquema de poder. Isso sucede, por um lado, porque o avanço do processo de industrialização dependia do desempenho do setor exportador, responsável pela geração de divisas necessárias à importação de equipamentos e insumos, e pela transferência de renda para o setor industrial, supondo a exclusão das massas rurais dos benefícios do desenvolvimento. Por outro lado, o temor ante a mobilização das massas, pela sua simples emergência na cena política, representando o risco de que as mudanças transcendessem a ordem, fugindo ao controle político das classes dominantes, reiterava uma composição política, uma acomodação entre os setores “modernos” e “tradicionais”.

Nessa primeira fase do processo de industrialização, desde que respeitadas as premissas econômicas e políticas da aliança desenvolvimentista, era possível compatibilizar acumulação de capital e expansão quantitativa do mercado pela incorporação das massas.

Tanto a base técnica quanto o montante de recursos a serem mobilizados para concretizar novos investimentos na produção de bens de consumo não-duráveis, possibilitavam relativa incorporação das massas ao mercado de trabalho urbano, assim como o atendimento parcial das pressões distributivistas e reivindicações salariais dos trabalhadores. O crescimento industrial se dava de modo extensivo. A situação mudará drasticamente quando se decompõe a conjuntura internacional favorável do imediato pós-guerra, quando as pressões e mobilização das massas transcendem os limites toleráveis às classes dominantes, e quando se esgota a substituição de importações fácil, colocando a necessidade de transitar para a indústria pesada. Teremos um impasse cujo desfecho dependerá novamente do jogo político entre as classes.

2. A internacionalização do mercado interno

2.1. Crise econômica e crise política: esgotamento da substituição de importações e colapso do populismo

Para Cardoso, os países que haviam levado a industrialização por substituição de importações às últimas consequências acabaram por se deparar com um dilema¹³. No Brasil, até então havia sido possível avançar no processo de industrialização sem romper a base política do populismo e uma relativa conciliação de classes, ainda que com a exclusão das massas rurais e dos setores marginalizados urbanos. A acumulação e a expansão quantitativa do mercado interno, mediante incorporação das massas ao mercado de trabalho urbano e alguma redistribuição de renda, eram compatíveis, particularmente por conta da conjuntura mercantil internacional favorável.

A situação muda drasticamente quando se coloca a necessidade de enfrentar o salto qualitativo na base técnica da produção e na centralização do capital, que o avanço para a produção de bens de consumo duráveis e bens de produção exigia. O novo padrão de investimentos, pelos seus requisitos técnicos e de capital, bem como pelo tipo de mercado

¹³ Além do Brasil, Argentina e México se encontraram diante desse impasse, que foi equacionado por meio da abertura da economia à participação das empresas multinacionais interessadas em explorar os mercados locais, como veremos. Para a transição, consolidação do mercado interno e subsequente internacionalização do mercado na Argentina, Brasil e México, ver Cardoso & Faletto (1969), capítulos IV-VI. Sobre Argentina e Brasil, conferir ainda Cardoso (1969b).

restritivo, não permitirá acomodar as pressões distributivistas e reivindicações salariais suscitadas pelo populismo, principalmente porque se esgotara a conjuntura internacional favorável às exportações e porque aquelas pressões começavam a transbordar para o campo, transcendendo os limites toleráveis ao pacto desenvolvimentista. É o que destaca Cardoso:

(...) a diferença fundamental entre o modelo de desenvolvimento substitutivo de importações posto em execução no período nacional-populista e o novo modelo de industrialização restritiva se evidencia pela natureza do mercado por eles requerido. No primeiro caso, como se trata de implantar indústrias de consumo imediato e indústrias de bens duráveis porém de “consumo ampliado”, a expansão industrial se dá simultaneamente com a expansão do mercado, quer dizer, supõe a integração contínua de consumidores ao sistema urbano-industrial. O novo modelo implica um mercado de outra natureza: as grandes unidades produtoras formam entre si o circuito produção-consumo. Quando se trata de indústrias de tipo mecânica pesada, eletricidade pesada, máquinas industriais etc., e mesmo certo tipo de produção de bens acabados, como navios, o número de consumidores e sua natureza são obviamente distintos. Trata-se, nesse caso, de poucos consumidores com grande capacidade financeira. Estes no limite terminam por resumir-se às grandes empresas e ao Estado. (Cardoso, 1969b: 112)

No limite, as opções que se projetavam da situação eram uma maior estatização da economia, com crescente participação do Estado no comando das atividades produtivas, ou a abertura do mercado nacional às filiais dos trustes internacionais, às empresas multinacionais. A primeira possibilidade não poderia contemplar os interesses da burguesia industrial e das demais classes dominantes, pois a “estatização” representava a ameaça de que pudessem perder o controle das mudanças, sendo ultrapassadas. A opção pelo ingresso do capital internacional não apenas contornava esse risco político como, simultaneamente, permitia equacionar as insuficiências da base técnica e financeira do capital nacional¹⁴. O compromisso entre as classes dominantes, em que a burguesia industrial abdica de uma hegemonia política e de um projeto de desenvolvimento, leva a uma solução concreta em que o Estado se restringe aos setores básicos e de infraestrutura, abrindo a economia ao

¹⁴ “O setor privado da economia nacional ficou, dessa forma, obrigado a uma dura opção: apoiar os movimentos populares que pressionavam no sentido da estatização dos setores básicos da economia ou associar-se aos capitais estrangeiros para tentar o desenvolvimento nos moldes clássicos. A primeira alternativa implicava no risco da perda de controle da situação e implicava em que se aceitasse desde o início o caráter supletivo da iniciativa privada. A segunda alternativa permitiria que os valores básicos do ‘mundo ocidental cristão’ se generalizassem, e com eles a penetração maciça dos monopólios internacionais. Em qualquer dos casos, havia o risco da perda da hegemonia política”. E prossegue: “Para que o desenvolvimento tenha curso regular e efetivo é preciso uma política de inversão e coordenação de esforços que supõe, de fato, a aceitação de critérios de essencialidade econômica que não coincidem com os de lucratividade alta e rápida e estes últimos objetivos, como vimos, são a mola das inversões privadas num país subdesenvolvido. Para mantê-los, a burguesia industrial apoiou a única política cabível, que era a de atrair capitais estrangeiros para setores que, mesmo sem ser *de base*, davam impulso imediato ao mercado e supriam, com custos altos, a falta de esforço da economia nacional” (Cardoso, 1963: 176).

investimento direto estrangeiro na indústria de bens de consumo duráveis e em ramos da indústria pesada, promovendo uma divisão do mercado entre Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro. Essa reorganização da produção, em conformidade com os critérios modernos imperantes no capitalismo industrial, com as mudanças que acarreta no padrão de acumulação e no comando das forças produtivas, entrará em contradição com as bases de sustentação do populismo. Nas palavras de Cardoso: “As bases sociais e políticas sob que assentava o regime populista (...) começavam a deixar de corresponder, em forma variável, aos setores de classe que controlavam as forças produtivas” (Cardoso, 1972: 54).

Com a nova forma de desenvolvimento que se instaura, ganham força os grupos ligados ao capitalismo internacional, tanto estrangeiros quanto brasileiros, e as burocracias estatais. O bloco de poder e o regime político deverão passar por transformações que expressem a nova correlação de forças desse desenvolvimento, e que permitam romper os nós à acumulação em escala ampliada. Concretamente, dadas as exigências da industrialização pesada, pela escala dos investimentos e pelo tipo de mercado, fazia-se necessário desarticular os mecanismos distributivistas, a organização e a representação política dos trabalhadores urbanos nos marcos populistas. É como resume Cardoso:

Por trás da crise institucional está o fenômeno muitas vezes designado como auge do processo de substituição de importações. De fato tratava-se da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo requereu, entre outras políticas, a de contenção salarial e dismantelamento das organizações sindicais e políticas que, no período populista, haviam permitido que os assalariados lutassem e conseguissem diminuir os efeitos negativos que a acumulação inicial exerce sobre os salários. (Cardoso, 1972: 51)

Entretanto, a rearticulação política que consolidará o novo padrão de desenvolvimento capitalista, ainda que tenha primazia na explicação de Cardoso, só resultou em um desfecho positivo ao progresso das forças produtivas porque havia um novo marco histórico no capitalismo internacional, uma nova fase da internacionalização do capital, que Cardoso caracteriza como uma nova configuração do imperialismo.

2.2. A nova face do imperialismo

Essa possibilidade de levar a um patamar superior a industrialização se fez concreta à medida que, a partir dos anos 1950, podia ser verificada uma nova tendência no movimento de internacionalização do capital, que passava agora a se direcionar à periferia do

capitalismo na forma de investimento direto no setor manufatureiro. É essa situação que permite a Cardoso falar de uma nova configuração do imperialismo, em que a relação entre economias centrais e periféricas se redefine em um novo sistema de divisão internacional do trabalho, organizado pelos conglomerados multinacionais, e não mais na tradicional oposição entre economias industrializadas e economias primário-exportadoras¹⁵. Nesse novo marco histórico, “o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser a mola propulsora de um *certo tipo* de desenvolvimento industrial” (Cardoso, 1993: 20-21).

As mudanças no padrão de acumulação do capitalismo monopolista, cuja produção e mercado adquirem uma dimensão mundial, com a emergência dos conglomerados e das empresas multinacionais, estariam redefinindo as formas do imperialismo e, correspondentemente, o caráter da dependência em determinadas regiões da periferia. O capitalismo monopolista se desdobra no sentido da internacionalização da produção capitalista. As filiais que se deslocam para as economias em industrialização têm seu interesse prioritário no próprio mercado interno que fora consolidado ao longo da substituição de importações, ou seja, tinham como horizonte a produção manufatureira para os mercados locais, nos marcos do espaço econômico nacional. Isto é, a mudança quantitativa e qualitativa no investimento direto estrangeiro para a periferia latino-americana expressa o movimento do capital monopolista para ocupar os novos mercados, aproveitando-se da proteção e da base material formada na fase anterior de industrialização substitutiva. Enfim: “seja porque as políticas nacional-desenvolvimentistas haviam dado frutos protegendo os mercados locais e incentivando a industrialização, seja porque as Grandes Empresas internacionais passaram a operar e a competir à escala mundial, começou a processar-se uma nova divisão internacional do trabalho” (Cardoso, 1993: 17). É como esclarece o próprio Cardoso:

(...) a partir da década de 1950 como consequência da própria reação local, consubstanciada em políticas industrializadoras e protecionistas, mudou a estratégia das empresas estrangeiras (dos conglomerados e das multinacionais). (...) Daí para frente a competição pelos mercados internos dos países periféricos, bem como a crescente internacionalização e diversificação da produção propiciada pela concorrência entre as grandes empresas oligopólicas, tornaram obsoleta a crença no papel “antiindustrializador” do capital estrangeiro, pelo menos no caso dos países com importantes mercados internos potenciais. (Cardoso, 1993: 193)

¹⁵ Sobre as novas características do imperialismo e a conseqüente necessidade de revisão da teoria leninista do imperialismo, nos termos de Cardoso, ver especialmente Cardoso (1972), capítulo IX. Ver também Cardoso (1972), pp. 133-138.

Sem suprimir completamente as formas de exploração imperialista pretéritas, baseadas na preservação da periferia como fonte de matérias-primas e força de trabalho barata, o novo marco histórico torna as relações imperialistas mais complexas, suprimindo a correlação necessária entre imperialismo e tendência às anexações e à intensificação da opressão nacional¹⁶. Como aponta Cardoso, “o que fizemos foi mostrar que a divisão do mundo já não se realiza mais, como na época de Lênine, por uma anexação de territórios e pelo controle político-econômico de áreas, para garantir o domínio sobre as fontes de matérias-primas apenas” (Cardoso, 1972: 137). Os investimentos industriais orientados para o mercado interno, que aportam tecnologia avançada e recursos financeiros, atenuam as formas de exploração colonial ou neocolonial. Ou seja, “a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista” (Cardoso & Faletto, 1969: 182).

É por isso que, para Cardoso, as novas relações imperialistas face à América Latina não podem mais ser concebidas tal como na teoria do imperialismo de Lênin, cabendo sua revisão. Doravante, existe a possibilidade de conciliar imperialismo e desenvolvimento econômico, pois a redefinição dos nexos de dependência a partir do próprio mercado interno, com produção e realização internas, tornaria a industrialização, o progresso das forças produtivas na periferia, interesse do próprio capital financeiro monopolista. É a noção de que se estabelece uma solidariedade entre o capital internacional e o espaço econômico nacional que permite a Cardoso postular uma forma de desenvolvimento dependente.

2.3. As bases do desenvolvimento dependente-associado

A abertura do mercado interno à participação das empresas multinacionais orientadas para a produção manufatureira, pela qual a industrialização avança sob o comando do capital internacional, corresponde à etapa de internacionalização do mercado interno, conforme o termo de Cardoso¹⁷. Essa nova situação de dependência, que se compatibiliza com formas superiores de desenvolvimento capitalista, é caracterizada pelo crescente controle do sistema produtivo dos países dependentes pelas grandes empresas monopolistas

¹⁶ A esse respeito, ver Cardoso (1972), capítulo IX. Desse ponto de vista, o imperialismo é depurado de sua lógica de dominação, que organiza o conjunto das relações econômicas e políticas do sistema capitalista internacional, traço fundamental na concepção de Lênin.

¹⁷ Apenas Argentina, Brasil e México atingiram essa nova situação de dependência. Cf. Cardoso & Faletto (1969), capítulo VI. Especificamente sobre Argentina e Brasil, ver também Cardoso (1969b), capítulo III.

internacionais, assim como pela crescente associação do capital nacional com essas empresas.

O fundamento dessa relação entre nova forma de dependência e desenvolvimento industrial reside na solidariedade que se cria entre o capital internacional e o espaço econômico nacional. Como acabamos de ver, a novidade da situação está em que o capital internacional se desloca para a periferia com o interesse básico de ocupar e explorar os mercados locais, estabelecendo uma relativa solidariedade entre expansão econômica nessas áreas e participação do capital estrangeiro. À medida que o interesse prioritário daquelas grandes empresas é participar do mercado interno, elas passariam a ser condicionadas, em sua atuação, pelas condições locais, internas, criando vínculos mais fortes, estreitos e duradouros com o espaço econômico nacional. Daí aquela solidariedade, e daí que se estabeleçam fundamentos para que, através da mediação do Estado, se possam negociar os termos da dependência. Ainda que as decisões de investimento remetam, em última instância, às estratégias das matrizes, em sua operação em escala mundial, o fato de que agora o processo de produção e a realização estejam internalizados afirmaria a tendência a reinvestimentos¹⁸. Conforme Cardoso e Faletto, “manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (Cardoso & Faletto, 1969: 164). A expansão do mercado, em termos capitalistas (um mercado restrito, como veremos), e o progresso das forças produtivas tornam-se, de certa maneira, objetivos do próprio capital estrangeiro – e não mais a perpetuação do subdesenvolvimento econômico ou

¹⁸ “Do ponto de vista do grau de diferenciação do sistema produtivo, essa situação pode supor elevados índices de desenvolvimento; não obstante, tanto o fluxo de capitais quanto o controle dos centros das decisões econômicas ‘passam’ pelo exterior; os lucros, mesmo quando a produção e a comercialização dos produtos realizam-se no âmbito da economia dependente, aumentam virtualmente a massa de capital disponível por parte das economias centrais; e as decisões de investimento também dependem parcialmente de decisões e pressões externas. Evidentemente, há uma estreita relação entre o destino da massa de renda gerada e realizada no mercado interno e as condições externas. As decisões das matrizes – que só parcialmente levam em conta a situação do mercado interno – influem de forma significativa sobre a reinversão dos lucros gerados no sistema nacional. Em certas circunstâncias, as empresas podem optar por transformar seus lucros em capital que pode ser investido nas economias centrais ou em economias periféricas distintas daquelas que os geraram”. E prossegue: “enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente, do exterior, o consumo é interno. Inclusive, nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (Cardoso & Faletto, 1969: 163-164). Perspectiva semelhante, quanto às relações entre Estado, capital estrangeiro e espaço econômico nacional, encontra-se em Lessa & Dain (1980) e Tavares (1981).

do caráter primário-exportador da economia periférica¹⁹. Desse modo, estão lançadas as premissas para uma forma de desenvolvimento dependente e associado. Em suma: “*dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento* não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de *desenvolvimento capitalista dependente* nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolista” (Cardoso, 1972: 195).

Não obstante, para se compreender o sentido do desenvolvimento proporcionado pelo novo caráter da dependência, é necessário delimitar precisamente o conceito de desenvolvimento com o qual Cardoso opera. A noção de desenvolvimento econômico remete ao grau de diferenciação do sistema produtivo, envolvendo tanto o aprofundamento da divisão do trabalho quanto o progresso tecnológico, com suas consequências sobre a estratificação social e na distribuição do poder. A partir daí, o desenvolvimento capitalista pode ser concebido como o progresso das forças produtivas impulsionado pelo processo de acumulação de capital, acompanhados pela conseqüente transformação das relações de produção, em um movimento cíclico e contraditório, mas sempre progressivo²⁰. Nas palavras do sociólogo: “Por desenvolvimento estou entendendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo” (Cardoso, 1975: 38). Nesses marcos, Cardoso pode afirmar que existe um desenvolvimento dependente e associado, que caracteriza da seguinte maneira:

Basicamente, ao falar em “desenvolvimento” quero ressaltar que existe acumulação e portanto expansão econômica capitalista real. Portanto, não penso que tenha razão o catastrofismo ingênuo que vê de modo linear e não contraditório o crescimento da miséria. Está ocorrendo no Brasil um processo de *expansão capitalista*. Neste, assim como o ciclo de auge não leva à igualdade econômica e social (só os ingênuos confundem desenvolvimento *capitalista* com melhoria geral e igualitária do nível de vida), o ciclo descendente tão pouco leva à paralisia do sistema econômico. Entretanto, a forma *dependente* da acumulação quer dizer precisamente que o setor da produção de bens de produção e o setor financeiro do sistema se abrem para o exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada. (...) Por fim, o qualificativo *associado* (sem nunca esquecer o qualificativo anterior, de dependente) indica que na acomodação prevalecente na forma de organização e de controle econômico, existe espaço para que os capitais locais e estatais também se expandam na proeza do desenvolvimento. (Cardoso, 1975: 16)

¹⁹ De fato: “Se até meados dos anos 50 a luta em prol da industrialização periférica era, *ao mesmo tempo*, uma luta antiimperialista, porque os *trusts* investiam pouco no setor secundário da periferia, a partir desta data a industrialização passou a ser um objetivo do capital estrangeiro em alguns países da periferia” (Cardoso, 1993: 59-60).

²⁰ Cardoso reitera, em várias passagens, sua concepção de caráter inesgotavelmente progressivo do capitalismo. Por exemplo: “dado o caráter *progressivo* e *cumulativo* do sistema capitalista, pagando-se o preço de gerações e segmentos importantes das classes exploradas, o que é próprio deste sistema é sua capacidade de crescer em espiral, transformando as relações de produção como conseqüência do aumento do patamar de acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas” (Cardoso, 1975: 29).

Do ponto de vista do controle das forças produtivas, o desenvolvimento associado tem como base a articulação entre Estado, capital estrangeiro e capital privado nacional, que formam o “tripé do desenvolvimento-associado” (Cardoso, 1972: 14). Ocorre uma divisão do mercado, em que cabe às empresas multinacionais e às frações internacionalizadas da burguesia local²¹ o controle dos setores modernos e dinâmicos da economia (bens de consumo duráveis e bens de produção), ao setor produtivo estatal os setores básicos e de infraestrutura, e aos demais capitalistas locais os setores tradicionais. Nesse esquema, capital internacional e Estado são os parceiros privilegiados, uma vez que o primeiro é o portador de bases técnicas e formas de organização modernas, tendo acesso privilegiado aos recursos financeiros internacionais e ao mercado mundial, enquanto o segundo tem a capacidade de controlar e organizar os sistemas político e econômico locais. Nos marcos do novo padrão de desenvolvimento, o Estado é convocado a participar de modo mais ativo no processo produtivo, enquanto Estado empresário, e na ordenação das relações econômicas, por meio da política econômica, modernizando-se e redefinindo suas funções de forma a assegurar as premissas da acumulação monopolista dependente. Contudo, o Estado não é mero instrumento dos interesses do capital monopolista, pois adquire autonomia relativa e é igualmente mobilizado em função de interesses e aspirações autonomistas da burocracia civil e militar que de fato controla o aparelho estatal. Nesse sentido, o desenvolvimento do setor produtivo estatal também atende esses interesses específicos, como forma de criar bases para negociar os termos da dependência. Portanto, a relação entre Estado e iniciativa privada é contraditória, mas não antagônica²².

²¹ Cardoso inclui no conceito de burguesia internacionalizada tanto “os setores locais dos oligopólios multinacionais como os empresários nacionais a eles associados ou ‘enfeudados’” (Cardoso, 1975: 35).

²² “Existe un problema de base, puesto por la forma y por el momento actual de las situaciones de dependencia latinoamericanas: como vimos, la propia penetración de las multinacionales requiere un Estado capaz de ordenar el espacio económico y de proporcionarles los supuestos para la acumulación; éstas llevan a transformar la riqueza nacional en precondition para la acumulación privada extranjera. Pero este proceso es contradictorio: para implementarlo, el Estado se fortalece y pasa a asumir y ejercer – em los términos que especificamos – funciones de reglamentación y producción y aumenta sus expectativas de soberanía. Frente al desafío político de las clases dominadas que proponen, en ciertos casos, alternativas de reordenamiento radical del orden vigente, este Estado empresario-reglamentador se militariza, tornándose más fuerte y autocrático aún. A estas alturas puede tener lugar una separación relativa del Estado respecto a su propia base social (...). No obstante (y esta es la contradicción significativa), en el proceso de ejercer la soberanía y de instrumentar empresarialmente al Estado para hacerlo históricamente capaz de – contradictoria y simultáneamente – permitir la acumulación internacional y realizar la acumulación local, el Estado empresarial-represivo se separa de la nación. Y esta es la contradicción específica de la forma actual de desarrollo dependiente latinoamericano. Por un lado, ‘desarrollo’, soberanía como atributo

Nesse novo esquema, a posição do capital privado nacional é subordinada, devido tanto à associação com o capital estrangeiro, quanto pelo fato de ter como fornecedores ou clientes quase exclusivos os setores sob controle internacional ou estatal. Contudo, seria equivocado imaginar que a internacionalização do mercado implica no deslocamento econômico da burguesia industrial local. Como adverte Cardoso, enquanto houvesse expansão econômica, seria possível compatibilizar o desenvolvimento dependente com a expansão do capital nacional, estreitando os laços entre burguesias locais e capitalismo internacional. Por outros termos, o dinamismo econômico permite que os três componentes do tripé se expandam solidariamente, em suas respectivas áreas privilegiadas de atuação. Em todo caso, além dessa solidarização no plano econômico, também ocorre processo semelhante no plano político, com implicações relevantes quanto às formas do regime político e do Estado, como veremos, sem deslocar a “burguesia nacional” nesses âmbitos.

Em suma:

A ninguém ocorreria hoje que o processo de internacionalização da economia elimina a burguesia nacional. Mas todos veem que sua função e seu papel político se redefinem: ela se associa às multinacionais, em função subordinada no processo da acumulação global. Luta e esperneia; busca apoio no Estado, rechaça-o quando este avança muito para cumprir sua função de sustentáculo geral da acumulação e portanto de ordenador e protetor tanto das empresas locais como das multinacionais. O Estado ao mesmo tempo investe em áreas dinâmicas, cresce seu peso na economia e exerce funções contraditórias, pois na mesma medida em que estimula o setor privado compete com ele. A velha crença de que o eixo do desenvolvimento dar-se-ia através de uma relação entre empresariado nacional e estado versus empresas multinacionais ficou mais do que abalada com a nova articulação econômica que solidarizou o crescimento do mercado interno com o dinamismo das empresas multinacionais e do setor estatal. (Cardoso, 1993: 24-25)

Enfim, a nova dependência seria perfeitamente compatível com o desenvolvimento, desaparecendo o antagonismo entre imperialismo e industrialização periférica, para determinados países dependentes. Diante da impossibilidade do desenvolvimento nacional, as possibilidades de desenvolvimento econômico ficariam condicionadas à obtenção de formas de articulação virtuosa com o sistema internacional de produção capitalista.

de las clases dominantes y, al mismo tiempo, como tareas prioritarias del Estado, de sus burocracias y de las clases dirigentes; por outro, la dimensión ‘nacional-popular’, ajena sino opuesta al Estado” (Cardoso & Faletto, 1977: 296-297).

3. Desenvolvimento dependente: consequências econômicas e sociais

3.1. “Revolução industrial” e dinâmica capitalista

A penetração do capital monopolista tem consequências verdadeiramente revolucionárias do ponto de vista da modernização das forças produtivas e das relações de produção, integrando os núcleos dinâmicos da periferia ao sistema produtivo internacional. Na prática, ocorre uma verdadeira “revolução industrial de novo tipo” (Cardoso & Faletto, 1969: 165), aquela que é possível para a periferia do capitalismo, em situação de dependência e na época histórica de domínio do mercado mundial pelos monopólios, portanto em condições diversas do desenvolvimento capitalista originário²³. Cardoso é categórico ao explicitar o cerne de sua interpretação:

A tese que desejo indicar (...) insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a ideia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. (...) A composição das forças produtivas, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção. (Cardoso, 1993: 106)

A entrada das empresas multinacionais e a associação ao capitalismo internacional produzem modificações substantivas em todos os níveis da vida econômica. São introduzidas novas bases técnicas da produção, novos padrões de acumulação, concentração e centralização do capital, novas formas de organização e controle da produção, novas condutas empresariais e novos padrões de consumo. O ingresso do capital monopolista promove a modernização das relações de produção e das forças produtivas, sobrepondo-se e subordinando as formas pretéritas e anacrônicas, de modo que, ao menos

²³ “(...) o crescimento industrial das áreas subdesenvolvidas realiza-se numa época em que não só as condições do mercado internacional são diversas e balizadas pela ação dos monopólios e grandes companhias, como o padrão técnico da produção é imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas. As condições sociais e econômicas são, pois, diversas” (Cardoso, 1963: 41). “(...) não é lícito supor (...) que nos países ‘em desenvolvimento’ se esteja repetindo a história dos países desenvolvidos. Com efeito, as condições históricas são diferentes: em um caso se estava criando o mercado mundial paralelamente ao desenvolvimento, graças à ação da denominada às vezes *bourgeoisie conquérante*, e em outro tenta-se o desenvolvimento quando já existem relações de mercado, de índole capitalista, entre ambos os grupos de países e quando o mercado mundial se apresenta dividido entre o mundo capitalista e o socialista” (Cardoso & Faletto, 1969:48).

nos polos de desenvolvimento, o dinamismo econômico passa a se amparar na concorrência oligopolista, no progresso técnico e na produção de mais-valia relativa. “Por trás desse processo encontra-se uma transformação na forma como se realiza a acumulação de capitais, à medida que o avanço do desenvolvimento capitalista cria bases mais sólidas e amplia a escala de acumulação, bem como de realização da mais-valia” (Cardoso, 1969b: 112). A introdução de novos setores produtivos, técnicas, padrões de consumo e de organização, assim como o salto qualitativo e quantitativo na escala de acumulação, representam uma verdadeira “revolução industrial” nos marcos da situação de dependência, ou seja, impulsionada pela penetração dos oligopólios internacionais. Em suma, o modo de produção capitalista na periferia industrializada se aproxima das formas vigentes no capitalismo industrial das economias avançadas. Portanto, para Cardoso, com a internacionalização do mercado, “a industrialização e o comportamento global das economias dos países periféricos passaram a pautar-se por formas próximas das que caracterizam os países centrais” (Cardoso, 1975: 73)²⁴. Em seus termos:

O tipo de concorrência econômica imposto pelo “mercado aberto”, as normas de qualidade industrial e de produtividade, a magnitude dos investimentos requeridos (pense-se na instalação, por exemplo, da indústria petroquímica), os padrões de consumo criados obrigam a determinadas formas de organização e controle da produção cujas repercussões afetam o conjunto da economia. Nesse sentido, através dos capitais, da técnica e da organização transferidos do exterior inaugura-se um novo eixo de ordenamento da economia nacional. (Cardoso & Faletto, 1969: 166-7)

Por essas razões, para Cardoso, a partir do momento em que se pode falar de uma consolidação do sistema industrial, teríamos acumulação de capital baseada na potenciação da produtividade do trabalho, ou seja, na produção de mais-valia relativa, subordinando as outras formas de exploração, como forma dominante, descartando-se a necessidade de qualquer forma de superexploração do trabalho.

A internacionalização do mercado interno não poderia deixar de ter implicações profundas sobre a estrutura produtiva, conforme já sugerimos. Produz-se uma diferenciação e um corte no sistema produtivo. De um lado, desenvolvem-se os setores altamente monopolizados e modernos, de alta produtividade, onde predominam as grandes unidades de produção integradas ao capitalismo internacional, concentradas nos ramos da indústria

²⁴ Nesse sentido, a nova dependência representa “maior homogeneização das técnicas de produção, comercialização e funcionamento em comparação com os centros de desenvolvimento mundial” (Cardoso, 1975: 74), mas sem resolver os desequilíbrios na distribuição dos ganhos de produtividade, como veremos.

pesada e na produção de bens de consumo duráveis. É justamente a articulação com o capitalismo internacional que propicia a tais setores, sejam grupos nacionais ou estrangeiros, acesso facilitado à tecnologia avançada e recursos financeiros. De outro lado, subsistem os setores ditos tradicionais, basicamente na produção de bens de consumo não-duráveis, de mais baixa produtividade e tecnologicamente atrasados. Além disso, os padrões de consumo, assim como a correspondente tecnologia de produção, passam a ser ditados em conformidade com as condições de “consumo de massas” das economias centrais, de capitalismo avançado, seguindo os pressupostos universais de um sistema produtivo moderno²⁵.

Contudo, essa nova forma de desenvolvimento, como destaca Cardoso, não elimina o caráter excludente e concentrador do capitalismo periférico, reproduzindo, mas também redefinindo, as desigualdades de renda, setoriais e regionais. A industrialização restritiva, como já mencionamos, é incompatível com pressões distributivistas intensas e generalizadas, como ocorrera nos marcos do populismo, pois se apoia em um mercado restrito. O problema está em reproduzir estruturas produtivas típicas de economias avançadas, com produção em larga escala, sem que previamente se tenha socializado os ganhos do desenvolvimento e se formado um mercado tipicamente de massas²⁶. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente-associado, assim como a difusão dos seus benefícios, ficam circunscritos às “ilhas de desenvolvimento” que se integram ao sistema produtivo internacional do capitalismo. O padrão de desenvolvimento dependente-associado que se monta revela-se, portanto, um padrão excludente e concentrador²⁷. No entanto, Cardoso adverte para que o caráter excludente e concentrador não seja tomado como absoluto, pois esse mesmo padrão teria permitido alguma inclusão e, pelo menos, a perspectiva de mobilidade social, conforme seu dinamismo gerava novos empregos nos

²⁵ “(...) para o novo tipo de desenvolvimento, os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional” (Cardoso & Faletto, 1969: 167).

²⁶ A esse respeito, ver Cardoso (1975), pp. 74-77.

²⁷ Como advertem Cardoso e Faletto: “esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (Cardoso & Faletto, 1969: 160).

principais centros urbanos e industriais.

A outra advertência de Cardoso quanto a esse modelo de desenvolvimento é a de que nada disso exclui a existência de considerável dinamismo econômico, como teria atestado o “milagre brasileiro”. A questão está em que se assegura o tipo de mercado adequado aos novos setores produtivos, o que do ponto de vista capitalista não necessariamente significa expansão quantitativa do mercado pela incorporação das massas. No caso, o mercado significativo para a realização da produção dos novos setores instalados passa a ser constituído, prioritariamente, pelas próprias empresas e pelo Estado, mas também pelo consumo das classes médias. No primeiro caso, é o consumo produtivo, que depende da capacidade de acumulação das empresas privadas e estatais, que propicia o mercado para os ramos da indústria pesada. No segundo caso, é o consumo conspícuo das classes médias, intensificado pela concentração de renda, que permite o escoamento dos bens de consumo duráveis. Portanto, ao invés de extensão do mercado interno pela incorporação das massas e pela distribuição de renda, como se propunha durante a luta pelas “reformas estruturais”, o que se terá é um mercado restrito, mas apropriado à sustentação da dinâmica capitalista dos novos setores. Na verdade, como destaca Cardoso, uma redistribuição de renda de maior magnitude seria prejudicial, pois comprometeria as bases daquele mercado, ou seja, a capacidade de acumulação das grandes empresas e o poder de compra das classes médias. Nada disso significa que o consumo de bens de não-duráveis perca importância quantitativa, apenas que, qualitativamente, ele passa a ser subordinado no novo esquema de reprodução. Nas palavras de Cardoso: “Está claro que os setores de alimentação, vestuário, utensílios domésticos básicos etc., continuam a existir e a expandir-se, mas em termos econômicos têm uma posição de caudatários no sistema produtivo” (Cardoso, 1972: 41).

Em seus termos:

Com efeito, para essa forma de desenvolvimento supõe-se o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos “consumidores” mais significativos para a expansão econômica. Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses “produtores-consumidores” é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (Cardoso & Faletto, 1969: 130-1)

Portanto, na perspectiva de Cardoso, na contramão das propostas de reformas

estruturais para ampliação do mercado interno pela distribuição de renda e reforma agrária, a concentração de renda associada ao novo padrão de desenvolvimento não representava impedimento à dinâmica capitalista. Não haveria nenhuma tendência estrutural à estagnação. Ao contrário, a concentração de renda era condição para o dinamismo desse capitalismo, pois assegurava o tipo de mercado necessário à industrialização pesada. Como destaca Cardoso, o mercado não se define pela sua extensão, mas pelo poder de compra daqueles que o integram, o que estaria assegurado pelo consumo das classes média e alta, potenciado pela concentração de renda. Mas, do ponto de vista capitalista, o mais significativo era que, no novo padrão de desenvolvimento, o principal mercado para a indústria passava a ser ela mesma, ou seja, o consumo produtivo das grandes empresas²⁸.

Tampouco o novo estilo de desenvolvimento implica maior autonomia nacional ou “interdependência”. A dependência persiste, mas redefinida, como já destacamos. E ela subsiste em um sentido muito preciso, segundo Cardoso, à medida que a acumulação de capital ainda exige um complemento externo, visto que ocorre um desenvolvimento parcial ou insuficiente do setor de bens de produção. As economias centrais ainda controlam a base técnica da produção e os recursos financeiros internacionais necessários à industrialização periférica. Conforme explica Cardoso, as economias periféricas continuam subordinadas às economias centrais com relação ao circuito da acumulação, pois o ciclo do capital não se completa internamente, vazando para fora os efeitos mais importantes dos gastos em investimento. Por suas palavras: “as economias periféricas industrializaram-se, porém o setor de produção de bens de capital (Departamento I na linguagem marxista) continuou a funcionar no Centro. Portanto, o dinamismo derivado das inversões no mercado interno propaga-se *para o centro*, a fim de completar o ciclo expansivo do capital” (Cardoso, 1993: 66). Aquelas economias continuam dependendo de uma complementariedade externa nos setores produtores de bens de produção das economias capitalistas avançadas, que controlam os ramos mais sofisticados e o progresso técnico. É como adverte Cardoso: “A acumulação, expansão e realização do capital do setor produtivo local requer seu complemento dinâmico e dele depende: a inserção no capitalismo internacional. Este desenvolve efetivamente o setor de produção de bens de produção que permite a expansão

²⁸ Esse modo de compreender a dinâmica capitalista e sua concretização no novo estilo de desenvolvimento se coaduna perfeitamente com a perspectiva inaugurada por Tavares & Serra (1971).

do setor de produção de bens de consumo (ainda que duráveis) dos países dependentes” (Cardoso, 1972: 71). Essa dependência tecnológica acaba por se desdobrar em dependência financeira, já que se fazem necessários recursos em moeda internacional para a aquisição dos bens de capital no mercado mundial²⁹. É tão somente nesse sentido, ou seja, pelas insuficiências das bases técnica e financeira da acumulação, que as economias latino-americanas industrializadas continuam sendo dependentes, o que, desde logo, como visto, não compromete necessariamente seu dinamismo econômico e o desenvolvimento das forças produtivas. Essa é a especificidade da acumulação dependente³⁰.

3.2. Cisões horizontais e verticais na estrutura social

O caráter excludente do desenvolvimento dependente não pode ser tomado em termos absolutos, conforme Cardoso. Não haveria propriamente um problema de insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra devido a suposta inadequação tecnológica, mas antes os problemas de desigualdade na distribuição da renda ao qual nos referimos. Nos momentos de expansão, mantida uma taxa elevada de crescimento industrial, o sistema revela capacidade de gerar empregos nos setores secundário e terciário, abrindo espaço para relativa mobilidade social nos polos de crescimento urbano-industrial, e um potencial para gerar excedente que poderia ser utilizado para “políticas de integração” (Cardoso, 1972: 41). É próprio do capitalismo, em seu movimento cíclico e contraditório, incorporar e dispensar força de trabalho alternadamente, conforme as fases do ciclo. Nesse sentido, a marginalidade, assim como a exacerbada concentração de renda, não é tomada como traço específico ou funcional à acumulação capitalista na periferia industrializada. Para Cardoso, “o processo de urbanização e a integração de parte da população aos setores dinâmicos da economia geram fortes expectativas ascensionais e permitem algum êxito real nesta direção,

²⁹ “(...) tanto o guarda-chuva financeiro para assegurar a circulação das mercadorias a nível mundial é retido pelo capital financeiro internacional (controlado pelas próprias multinacionais e pelos grandes bancos) como o elemento dinâmico do setor de produção de bens de produção (que inclui a pesquisa e o desenvolvimento de novas técnicas produtivas) continua controlado pelos países do Centro” (Cardoso, 1993: 22). “(...) na nova divisão internacional do trabalho, dá-se a concentração crescente do setor I, ou, pelo menos, dos ramos dele que têm a ver com a criação de novas tecnologias, nas economias centrais e, especialmente, nos EE. UU. Assim, o que aparece à consciência comum como ‘dependência tecnológica’ dos países periféricos é, na verdade, ao mesmo tempo, dependência financeira. A industrialização da periferia, na medida em que consiste na implantação de fábricas para a produção de bens de consumo imediato ou de bens intermediários de ‘mediana tecnologia’, reproduz, noutra escala e noutro contexto, a situação de dependência” (Cardoso, 1993: 112).

³⁰ Cf. Cardoso (1975), p. 16.

mesmo entre populações que estão na base da estrutura social urbana” (Cardoso, 1975: 83-4). Prosseguindo a acumulação e a industrialização, “dá-se um processo de absorção de mão-de-obra nos polos de desenvolvimento urbano-industrial e desaparece, em termos de emprego, a relação catastrófica entre crescimento industrial e desemprego urbano maciço” (Cardoso, 1975: 122). Se persistem problemas como exploração, miséria relativa e concentração de renda, é porque “são típicos do capitalismo industrial e não singularidade do capitalismo periférico” (Cardoso, 1975: 123).

Do ponto de vista das estruturas sociais, as transformações implicadas pela internacionalização do mercado também foram significativas. O novo padrão de desenvolvimento redundava em maior diferenciação da estrutura social, tornando mais complexas as estruturas e relações de classes. Mais importante, do ponto de vista de Cardoso, são as novas solidariedades e oposições que vão se conformando com a internacionalização do mercado interno. A entrada do capital estrangeiro, aportando padrões tecnológicos e organizacionais superiores, introduziria um corte vertical não apenas no sistema produtivo (separando setores modernos e internacionalizados dos setores tradicionais, não integrados ao capitalismo internacional, como vimos), mas também na estrutura social. Não somente a burguesia se vê dividida entre setores internacionalizados, associados ao capital internacional, e setores que permanecem operando nos padrões tradicionais, como os próprios trabalhadores ficam cindidos entre aqueles que são incorporados à produção moderna e os demais. Dessa forma, temos setores da classe trabalhadora que, por participarem dos setores de alta produtividade, mais dinâmicos e com maiores requisitos de mão-de-obra qualificada, ficam em situação privilegiada em relação aos outros segmentos de trabalhadores, não inseridos ou integrados no setor internacionalizado da economia, para não mencionar os setores marginalizados³¹.

As classes médias são igualmente beneficiadas e ampliadas pelo desenvolvimento dependente-associado, pelos mecanismos que se criam para concentrar renda em suas mãos, pelo consumo conspícuo a que tem acesso, em conformidade com os novos setores

³¹ Nos termos de Cardoso: “A estrutura dependente tende a fragmentar-se de alto a baixo: um setor da burguesia se encontrará vinculado internamente aos setores externos, do mesmo modo que setores de trabalhadores, como também setores técnicos das novas classes médias, tenderão a diferenciar-se dos conjuntos sociais a que pertencem na medida em que o setor de produção mais moderno – que é predominantemente estrangeiro – engloba grupos e segmentos destas classes em sua área de influência. Os processos políticos e os movimentos sociais não serão alheios a esta fragmentação perpendicular da estrutura social dependente” (Cardoso, 1969a: 21).

de bens de consumo duráveis, pela incorporação como quadros técnicos das grandes corporações, e pelo acesso que têm ao aparelho estatal, enquanto burocracia civil-militar. Desenvolvem-se e se fortalecem as camadas burocráticas, conforme se expandem e se aprimoram as funções estatais (requeridas como suporte à acumulação e também como base para anseios autonomistas), assim como se forma uma “burguesia de estado” no comando do setor produtivo estatal.

Assim, se criam relações mais complexas do que as simples oposições de classes postas pelo corte horizontal entre burguesia e classes populares, ampliando-se as bases de apoio à associação dependente. As mudanças sociais promovidas pela modernização da base industrial, das relações de produção e do Estado terão repercussões importantes no plano político, como mostraremos em seguida³².

4. Política e Estado em sociedade dependente

4.1. Modelo de desenvolvimento e modelo político no Brasil: acumulação capitalista, bloco de poder e regime político

Como já destacamos, as mudanças na correlação de forças sociais, consequência da industrialização, haviam entrado em contradição com as bases sociais e políticas do Estado sob o regime populista. Isso ocorre em um momento no qual se intensificava a mobilização popular, acabando por levar à rearticulação das classes dominantes, desembocando na

³² É como explicita Cardoso: “Com efeito, a partir da instauração no interior do sistema econômico no Brasil e na Argentina de um setor importante deste tipo, praticamente se dá uma cisão na estrutura social, de tipo vertical, que se acrescenta à de tipo horizontal. Assim, não só o empresariado se segmentará conforme se trate de um grupo que se orienta pelo modelo nacional-desenvolvimentista, ou pelo modelo de industrialização restritiva e internacionalizada, como os demais grupos sociais se articularão em função deste corte: haverá por um lado um proletariado moderno, vinculado às empresas de alta produtividade que oferecem, para poucos empregados em termos relativos, níveis razoáveis de remuneração, e por outro lado, um proletariado tradicional; uma pequena burguesia técnico-profissional e uma classe média tradicional; e mesmo instituições como o Estado, as Forças Armadas ou a Universidade terão focos de orientação do comportamento polarizados e forma divergente segundo os dois modelos referidos” (Cardoso, 1969b: 114-115). E conclui: “Resulta, portanto, uma situação extremamente complexa, porque se na etapa anterior de desenvolvimento se processava uma ‘marginalização’ social e econômica – modo eufêmico de fazer-se referência a altas taxas de exploração – a nova modalidade de industrialização não apenas mantém esta situação com relação à massa, como provoca uma revolução no interior dos antigos setores dominantes, cortando-os, como vimos, em dois segmentos e criando novos tipos de ‘marginalidade’ com relação ao núcleo do sistema social e econômico. Dessa forma, as alianças políticas que se tornam possíveis para dar curso aos projetos de dominação são extremamente variadas e deixam de ser expressão das oposições simples que se definiam no plano horizontal da estrutura social” (Cardoso, 1969b: 115).

tomada do poder e da depuração do Estado dos setores nacional-populistas. Dessa forma, foi possível ao novo bloco de poder desmontar as organizações políticas e sindicais dos trabalhadores e reorientar a política econômica em consonância com as novas exigências da acumulação, incompatíveis com o distributivismo populista. Nas palavras de Cardoso: “Consolidada a aliança através da associação com os capitais externos, e da divisão do mercado interno, lançou-se o novo sistema à conquista do Estado – excluindo dele as forças populares – e definiu objetivos que propugnam medidas que facilitam a concentração econômica, o desenvolvimento com base na tecnologia ultra-moderna etc.” (Cardoso, 1969a: 182-3). A redefinição da base dinâmica do sistema produtivo, com base na industrialização restritiva, tivera então contrapartida na rearticulação das forças políticas em um novo eixo hegemônico de poder, em que se sobressaem os grupos que expressam o capitalismo internacional. A liquidação do populismo e a modernização do Estado, objetivos conquistados com o golpe de 1964, abriram as portas para o avanço das bases produtivas do capitalismo moderno.

Tal como resume Cardoso:

O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais “moderno”, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional. A política econômica e tanto quanto ela, a reforma da administração e do aparelho do Estado potenciaram as forças produtivas do “capitalismo contemporâneo”. A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto atual da economia capitalista mundial que não exclui a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas. A acumulação urbano-industrial – que vinha crescendo desde o período de Kubitschek – passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (Cardoso, 1972: 69)

Para concretizar seus objetivos e superar os impasses que o capitalismo brasileiro enfrentava, a burguesia aceita a intervenção militar no processo político. Portanto, a investidura dos militares e da burocracia tecnocrática a uma posição privilegiada, como fração dirigente no bloco de poder, foi a forma encontrada para viabilizar o desmonte dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares, para implementar uma política econômica favorável aos interesses da burguesia internacionalizada, e para cumprir as novas funções que o Estado deveria exercer enquanto integrante do tripé. Para a burguesia internacionalizada, o custo era a exclusão do controle civil sobre o processo político. É nesses termos que, para Cardoso, configura-se um regime burocrático-autoritário, que reconstrói e redefine o caráter do Estado. No momento de crise, econômica e política, de

transição para o novo padrão de desenvolvimento, a repressão e a centralização autoritária se revelaram necessárias para desatar os bloqueios à acumulação e lançá-la ao patamar superior que o avanço das forças produtivas exigia.

Contraditoriamente, o necessário fortalecimento do Estado, assim como a extensão de suas funções na vida econômica, fortalecia tanto as Forças Armadas e a burocracia tecnocrática, como criava uma “burguesia de estado”, grupos que efetivamente controlavam o aparelho estatal³³. Com isso, desenvolverão interesses próprios, vinculados à expansão do sistema produtivo estatal, desembocando em aspirações autonomistas e em um relativo descolamento do Estado de suas bases sociais. Portanto, ao invés de ser monolítico, o bloco de poder acomoda contradições, ainda que não antagônicas, pois os interesses convergiam para o desenvolvimento capitalista dependente-associado, com fundamento no tripé de comando das forças produtivas.

No entanto, Cardoso chama a atenção para o fato de que o desfecho representado pelo golpe de 1964 não era uma necessidade incontornável, imediatamente resultante dos imperativos da acumulação monopolista. O processo foi sendo moldado pelo “reacionarismo” das forças políticas, pela debilidade das classes trabalhadoras e por uma manifestação extemporânea da doutrina da guerra fria no Brasil³⁴. Para Cardoso, “a concepção geopolítica então prevalecente dava muito pouca margem, se é que alguma, para sustentar um sistema ‘aberto’ ou democrático no plano da política interna” (Cardoso, 1975: 224)³⁵. Seria a conjunção daqueles fatores a explicar a configuração e os “excessos” do regime autoritário, como a escalada da repressão e a concentração brutal da renda, que deram traços específicos ao “milagre econômico”. Em seus termos:

Com efeito, o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o

³³ A noção de “burguesia de estado”, sugerida por Cardoso, buscaria captar a situação contraditória da camada social dirigente das empresas estatais, que dirigia os empreendimentos conforme a lógica do lucro, enquanto suporte social do capital, mas sem deter a propriedade dos meios de produção. Ver Cardoso (1975), pp. 16-18 e 40-41.

³⁴ “Uma ideia simples que lembráramos aqui é a de que a compressão salarial, na proporção em que ocorreu, não se deveu exclusivamente a uma lógica inexorável da economia do ‘capitalismo dependente’ a qual teria obedecido cegamente à repressão política, que efetivamente se deu e que anulou as possibilidades de organização e protesto dos setores populares. Por certo, dada a correlação de forças que tomou o poder em 1964, havia limites ‘estruturais’ para as soluções possíveis à crise econômica de 1963-64. Mas foi o reacionarismo daquelas forças e a considerável fraqueza dos sindicatos e agrupamentos políticos afins que levaram o arrocho salarial e as políticas econômicas ‘anti-sociais’ tão longe como foram” (Serra & Cardoso, 1978: 50).

³⁵ A esse respeito, ver Cardoso (1975), capítulo VII.

sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas modificações contribuíram para moldar o “milagre econômico” nos termos em que se deu: com concentração da renda e desigualdade social. Por outro lado, a intervenção econômica do Estado e os investimentos estrangeiros puderam combinar-se mais facilmente no clima de autoritarismo criado depois do desmantelamento da antiga ordem política. (Cardoso, 1975: 225)

Conforme destaca Cardoso, não há uma relação automática e necessária entre desenvolvimento econômico e regime político, isto é, entre o padrão de acumulação e o caráter repressivo e autoritário do regime³⁶. Como destaca Cardoso, uma vez instaurada a produção em bases especificamente capitalistas, o dinamismo econômico prescinde de expedientes extraeconômicos para sua continuidade. Pelas palavras de Cardoso:

O argumento mais forte para solidarizar os interesses dos que exercem pressão para a manutenção de um enrijecimento político crescente com as bases de sustentação do “modelo brasileiro” estriba na alegação de que, para a taxa de crescimento, a repressão é necessária a fim de desmantelar as organizações dos trabalhadores e sua capacidade de pressionar por melhores salários. Tomando o argumento em termos da conjuntura de 1963/64, ele procede. Quando, entretanto, ele é elevado à categoria de condição estrutural indispensável para o desenvolvimento capitalista em qualquer conjuntura, em qualquer fase do ciclo econômico e em qualquer estágio do desenvolvimento das forças produtivas, o argumento torna-se enganoso. Por trás dele se esconde um erro de apreciação da dinâmica do capitalismo; supõe-se que a acumulação depende exclusivamente da concorrência entre os próprios trabalhadores por emprego, da tendência à baixa dos salários reais e do controle das organizações sindicais para evitar pressões salariais. Entretanto, pelo menos a acreditar na teoria do capital, o dinamismo econômico depende também, e decisivamente, da intensificação das forças produtivas (daí a importância da tecnologia e a tendência ao aumento de composição orgânica do capital) e da concorrência entre as empresas, que leva, por sua vez, à inovação tecnológica. No caso brasileiro a dinâmica do ‘milagre’ não se deveu apenas ao controle da inflação “pela base”, ou seja, rebaixando os salários reais, para o que a repressão foi usada; deveu-se também ao aumento das forças produtivas e à tendência oligopólica, graças à expansão das empresas estrangeiras e estatais. (Cardoso, 1975: 230-231)

Enfim, de acordo com Cardoso, não existe nenhuma relação necessária entre o novo padrão de acumulação e o regime político instaurado com a ditadura, isto é, entre acumulação oligopolista, repressão e concentração de renda (entendidas estas como funcionais à primeira), a não ser conjunturalmente. Uma vez superados os entraves à acumulação em escala ampliada, exigida pela industrialização pesada, o desenvolvimento capitalista no Brasil passava a fundar sua dinâmica na produção de mais-valia relativa e na

³⁶ Sobre essa relação, afirma Cardoso: “É óbvio que existe uma relação entre economia e sociedade, mas não é menos evidente que houve caminhos políticos variáveis para chegar ao desenvolvimento capitalista, e para controlar politicamente sociedades baseadas em economias capitalistas, desde a instauração do parlamento liberal britânico ou a república federativa, burguesa e democrática americana, até ao centralismo autocrático bismarkiano, ou, em outra etapa, ao fascismo em distintos países, passando por múltiplas formas de democracia burguesa, de absolutismo monárquico, de ditadura militar etc. Nem é diferente, por outro lado, a história recente do socialismo e de suas múltiplas vias políticas” (Cardoso, 1972: 56).

incorporação de progresso técnico, acicateada pela concorrência intercapitalista, como no capitalismo industrial em geral, onde vigem relações de produção e forças produtivas especificamente capitalistas. E é precisamente nesse sentido que Cardoso propõe que, a despeito do caráter politicamente reacionário do “movimento de 64” (pela aniquilação da representação e organização política dos trabalhadores, revertendo as parcas conquistas democráticas), suas consequências no plano econômico teriam sido “revolucionárias”. Isso permite a Cardoso tratar de uma “revolução econômica burguesa” nos marcos da dependência.

4.2. “Revolução burguesa” e democracia no capitalismo dependente

Um dos elementos centrais da análise política de Cardoso reside na sua refutação da tese da existência de uma “burguesia nacional”, a partir da análise das condições objetivas e subjetivas da burguesia industrial que se forma no Brasil³⁷. Longe de espelhar o modelo clássico de desenvolvimento econômico e de revolução burguesa das economias de capitalismo originário, as peculiaridades da situação de dependência brasileira impediriam a formação de uma burguesia disposta a liderar o desenvolvimento e a libertação nacional, ou melhor, de encampar um projeto de hegemonia política e de desenvolvimento nacional, buscando respaldo nos interesses populares contra os “setores tradicionais” e o imperialismo. Em outros termos, a burguesia industrial brasileira não poderia reproduzir a revolução democrático-nacional típica do modelo clássico de desenvolvimento capitalista. A burguesia brasileira, pelas suas origens sociais e pela sua formação recente, mas principalmente pelas condições estruturais em que se insere, pela sua situação de classe, opta pela acomodação com as antigas classes dominantes e pela associação com o capital estrangeiro, na condição de sócio menor. A burguesia encontra-se subjetiva e objetivamente articulada a tais setores³⁸. Como destaca Cardoso, “*objetivamente*, a diferenciação interna das organizações produtivas nacionais levaria à formação de grupos econômicos que incluem setores industriais, setores de serviços, setores financeiros e setores agrários, como

³⁷ Para esse ponto, ver principalmente Cardoso (1963); Cardoso (1969a), capítulo VII; Cardoso (1969b); e Cardoso (1972), capítulo III.

³⁸ Cardoso salienta que os interesses da burguesia urbano-empresarial se entrelaçam funcionalmente aos interesses das burguesias agrária, mercantil e financeira: “Não existiria propriamente uma sucessão de camadas sociais distintas que representariam diversas *etapas* do desenvolvimento capitalista, mas uma simbiose não só de base histórica, mas também funcional” (Cardoso, 1969a: 164). Cf. Cardoso (1969a), capítulo VII.

um recurso adaptativo normal para o desenvolvimento capitalista num país que sofre os impactos de um processo de rápida ‘substituição de importações’” (Cardoso, 1969a: 164). Pelo temor de que os impulsos à transformação vindos de baixo fossem além da ordem, de que fosse solapada pelo movimento popular, a burguesia prefere abdicar daquela liderança para se acomodar a uma situação que, longe de ser prejudicial, lhe permite a continuidade dos resultados econômicos e o controle da situação. Longe de sofrer de falsa consciência, a burguesia industrial define com precisão seus interesses econômicos, ainda que, politicamente, implique uma política de acomodação, oportunista, sempre buscando um sistema de alianças com forças que considera mais fortes³⁹. De acordo com Cardoso:

(...) a política da “nova burguesia” industrial não pode desconhecer as condições econômicas que lhe são favoráveis. Como estas não requerem ampliação imediata do consumo de massas e requerem o fortalecimento dos laços econômicos entre as “ilhas de desenvolvimento” dos países dependentes e o sistema econômico internacional, a política da burguesia industrial dependente subordina as transformações internas e as alianças de classe ao objetivo prioritário do desenvolvimento dependente e internacionalizado. (Cardoso, 1969b: 204-5)

É assim que, nos estertores da industrialização por substituição de importações, quando a continuidade da acumulação se via ameaçada, e quando o populismo entrava em crise com a mudança na composição do comando das forças produtivas e a transgressão do pacto desenvolvimentista, a burguesia industrial sela sua aliança com o capitalismo internacional e as antigas classes dominantes. Esclarece o sociólogo:

Nestes momentos houve uma aproximação dos limites de viabilidade da aliança desenvolvimentista, pois quando a pressão populista aumenta e obtém vantagens políticas e salariais, soa para a burguesia o sinal da necessidade de uma correção na política salarial para permitir a continuidade da taxa de acumulação. Enquanto foi possível, pelo já referido mecanismo de transferências de rendas, lograr simultaneamente o crescimento mínimo indispensável dos salários urbanos industriais sem afetar a acumulação das empresas públicas e privadas, a viabilidade do esquema populismo-desenvolvimentismo se manteve, com os troços normais. À medida em que a pressão popular tendeu a generalizar-se, atingindo as áreas assalariadas agrícolas e os setores urbanos não industriais, a burguesia passou a assumir posições claramente antipopulistas. (Cardoso, 1969a: 178)

Enfim:

(...) a política populista durante o governo Goulart se tornou insustentável quando ultrapassou os limites

³⁹ “As pressões decorrentes da existência de capitais estrangeiros importantes em áreas industrialmente estratégicas somadas às pressões dos grupos sociais que direta ou indiretamente influenciam as decisões do setor estatal da economia (compreendidos entre estes grupos não somente as classes médias e os setores populares, mas também o setor industrial estrangeiro e segmentos do próprio setor empresarial nacional), além das reações das classes populares, nos momentos críticos, levam a ‘burguesia nacional’ a depender e participar de algum sistema de alianças para atingir os objetivos a que propõe” (Cardoso, 1969a: 179). A propósito, ver também Cardoso (1969b).

tácitos da 'aliança desenvolvimentista' ao tratar de mobilizar setores populares rurais (...) e de favorecer, no setor urbano, a tendência a uma política salarial expansionista, num momento de baixas inversões externas. Desfez-se rapidamente a 'frente desenvolvimentista' em benefício do fortalecimento do partido da 'ordem-propriedade-prosperidade' ao qual se juntou célere a burguesia industrial. (Cardoso, 1969a: 161).

Como procura demonstrar Cardoso, a acomodação da burguesia industrial à dependência “não implica ‘incapacidade histórica’ para vislumbrar seus verdadeiros objetivos, mas sim o reconhecimento prático da impossibilidade histórica de uma política de hegemonia. A falta de um projeto de dominação só se revela como carência em comparação com uma suposta necessidade da existência de tal projeto” (Cardoso, 1969b: 203). Por fim, “desde o momento em que o sistema capitalista internacional de produção industrial se ‘internaliza’ nas nações dependentes, deixa de existir uma relação necessária entre ‘desenvolvimento, independência nacional e burguesia industrial’” (Cardoso, 1969b: 204).

Nada disso, porém, deve levar ao equívoco de subestimar a burguesia dependente. Essa burguesia industrial, principalmente a detentora das frações monopolizadas e internacionalizadas do capital privado nacional, encontra lugar tanto no padrão de dominação, com a rearticulação do bloco de poder e a mudança de regime político, quanto no padrão de acumulação, à medida que haja expansão econômica que acomode e atenuie as contradições entre os componentes do tripé. Porém, tanto em um caso quanto no outro, sua posição é subordinada e dependente, em perfeita consonância com seus interesses de classe. Segundo Cardoso, “reconhecer que as burguesias nacionais não se comportam como o ideário nacional-populista prescreve, não deve implicar em desconhecer que a forma adotada pelo desenvolvimento dependente beneficia as burguesias locais e promove sua expansão, à condição de que elas se associem ou fiquem ‘enfeudadas’ às corporações multinacionais e ao Estado” (Cardoso, 1975: 35). E conclui que “as burguesias nacionais continuam a desempenhar um papel ativo na dominação política e no controle social” (Cardoso, 1975: 35). O erro estaria em atribuir a tal burguesia uma “missão histórica” que não corresponde à sua situação de classe, esperando que assumisse a estatura de uma “burguesia conquistadora” típica do capitalismo originário, e os desafios e riscos de uma revolução burguesa democrático-nacional. No Brasil, a reorganização do predomínio burguês na condução da vida política, plasmada no golpe de Estado de 1964, representa a realização da revolução burguesa possível nos marcos da situação de dependência. No entender de Cardoso:

É a este processo e ao deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populistas, que foram substituídos pela *burguesia-internacionalizada* e pelo *tecnocratismo civil-militar*, que eu designo como a “*revolução burguesa dos países dependentes*”. A outra, a Revolução Burguesa, democrático-liberal, que além de incidir sobre a ordem social postulava transformações no regime político criando a democracia liberal, pertence não ao *passado*, mas à *história* de formações sociais que não se constituíram de forma análoga nos países de economia dependente. A expectativa de que a industrialização e a urbanização abririam passo à etapa democrático-burguesa está baseada numa analogia anacrônica e indevida. (Cardoso, 1975: 130-1)

Politicamente, esse foi o sentido da revolução burguesa que se concretiza no Brasil. Corresponde à rearticulação no bloco de poder e à transfiguração do regime político que permitem o salto para a industrialização pesada, a partir da internacionalização do mercado interno, isto é, impulsionada pela penetração do capital monopolista internacional e pelo intervencionismo de um Estado burocrático-autoritário. É assim que, do ponto de vista econômico, Cardoso destaca as “consequências revolucionárias” do golpe de 1964, que permite consolidar a revolução industrial dependente e um Estado moderno:

É neste sentido limitado de uma “revolução econômica burguesa” que se pode pensar nas consequências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional. (Cardoso, 1972: 71)

No entanto, Cardoso alerta:

Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. Lutando, naturalmente, para obter o máximo de proveito possível. Mas limitada por um processo objetivo: a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa. Ou seja, a “carência de tecnologia própria” (...) e a utilização de uma tecnologia importada (...) indicam apenas que o capitalismo dependente é capenga: não desenvolveu um setor avançado de produção de bens de capital. A acumulação, expansão e realização do capital do setor produtivo local requer seu complemento dinâmico e dele depende: a inserção no capitalismo internacional. (Cardoso, 1972: 71)

Na perspectiva de Cardoso, o sistema de dominação resultante dessa forma dependente de revolução burguesa encontraria seus limites em contradições que brotariam tanto no cerne do bloco de poder quanto no âmbito da sociedade civil. Por um lado, como já mencionamos, o bloco dominante não era monolítico, mas acomodava interesses divergentes que tendiam a ganhar maior expressão conforme avançava o processo de desenvolvimento econômico, comandado pelo tripé das forças produtivas. Os interesses privados somente se manifestavam no Estado de modo indireto, visto que o aparelho estatal

estava sob controle das burocracias tecnocráticas e das forças armadas, assim como de uma “burguesia de estado” em formação. Esses grupos, diretamente incrustados no Estado, identificando-se com o desenvolvimento do sistema produtivo estatal e com maior autonomia do Estado nacional, tanto em relação às classes quanto nas relações internacionais, desenvolveriam interesses e políticas orientadas nesse sentido. Portanto, surgiriam fissuras no bloco de poder que poderiam ser aproveitadas por uma oposição ao regime. É assim que, por outro lado, a sociedade, como consequência da internacionalização do mercado interno, também passava a apresentar contradições, que poderiam propiciar as bases para a oposição. A cisão vertical na estrutura de classes ampliava as possibilidades de articulações políticas.

Por essas razões, Cardoso não via a superação do regime autoritário como mero produto das pressões partindo dos grupos excluídos do sistema e de suas benesses. Provavelmente, por conta das contradições no bloco de poder, o regime ruiria por uma combinação das pressões externas e internas ao mesmo. O que importa é que, para Cardoso, a questão fundamental deveria ser a luta pela democratização, pela construção de espaços e instâncias em que a sociedade civil pudesse ter expressão, permitindo o conflito legítimo. Em sua perspectiva, não existindo relações necessárias entre o padrão de desenvolvimento e o caráter autoritário e repressivo do regime instaurado em 1964, tampouco entre o padrão dependente de acumulação e as formas exacerbadas de segregação e desigualdade social, politicamente se definia a prioridade de liquidar a ditadura, por meio de aliança policlassista, visando a democratização. A oposição que Cardoso postula é contra o regime político, e não contra o modelo de desenvolvimento vigente. Com a “redemocratização”, criando-se condições para que a sociedade civil voltasse a se expressar, estariam lançadas as bases para que os trabalhadores e as massas marginalizadas conquistassem melhores condições de existência. Cardoso vislumbrava a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista, dependência, democracia e distribuição de renda nos marcos do capitalismo dependente.

Conclusão

Fernando Henrique Cardoso parte da especificidade da situação de dependência das

sociedades latino-americanas, que se diferenciam dos outros povos da periferia do capitalismo pelo fato de terem conquistado a independência política no século XIX. A formação dos Estados nacionais permite entender o movimento dessas sociedades como dotado de autonomia relativa, sendo complexamente determinado pelas lutas e processos políticos internos e pelas determinações gerais do sistema capitalista mundial. Serão as composições entre forças sociais, os arranjos políticos, que permitirão o desenvolvimento, inscrito apenas como possibilidade nas estruturas, donde a centralidade da política no pensamento de Cardoso. Com a nova fase de internacionalização do capital, a partir dos anos 1950, em que os interesses das empresas multinacionais se orientam para os mercados internos periféricos, abria-se a possibilidade de instaurar formas superiores de desenvolvimento capitalista em alguns países da América Latina, como se deu no Brasil. Para Cardoso, cria-se uma solidariedade entre capital internacional e espaço econômico nacional, permitindo conciliar dependência e desenvolvimento, possibilidade que se torna concreta com a rearticulação interna das forças políticas. É assim que se pode falar em uma revolução burguesa e uma revolução industrial em condições de dependência, configurando o desenvolvimento dependente-associado, em que forças produtivas, relações de produção e Estado são modernizados pelos estímulos irradiados pela penetração dos oligopólios internacionais e pela articulação do tripé de comando das forças produtivas.

Nos centros urbano-industriais da periferia latino-americana, instaura-se uma dinâmica capitalista típica, que se aproxima das formas vigentes nas economias centrais, propulsionada pela concorrência oligopolista, pelo conseqüente progresso técnico, pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, e que tem como principal mercado a própria indústria. Na concepção de Cardoso, o capitalismo possui um potencial inesgotavelmente progressivo, que na nova configuração do imperialismo incorpora áreas da periferia a essa transformação capitalista. Finalmente, e por conseqüência, conforme Cardoso, o capitalismo brasileiro, em particular, prescindiria de quaisquer formas anacrônicas de exploração ou de expedientes extraeconômicos para impulsionar a acumulação de capital. É assim que, na perspectiva de Cardoso, a internacionalização do mercado interno, o caráter progressista do capitalismo e a autonomia relativa da política abrem espaço para a possibilidade de um capitalismo civilizado na periferia, nos moldes do Estado de bem-estar. É possível conciliar dependência, desenvolvimento capitalista, distribuição de renda e democracia, tudo

dependendo da consecução de arranjos políticos favoráveis. Na interpretação de Cardoso sobre a dependência, a reforma do capitalismo e a conciliação de classes no elo fraco do sistema revelam-se perfeitamente factíveis. Como veremos a seguir, a interpretação de Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo dependente é diametralmente oposta.

3. RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Introdução

Ruy Mauro Marini é autor pouco conhecido no Brasil, mas cujas ideias vêm sendo, direta ou indiretamente, reivindicadas por setores da esquerda, entre as quais se incluem as noções de superexploração do trabalho e de subimperialismo brasileiro. Sociólogo, intelectual e militante, Marini dedicou-se ao estudo do movimento próprio do capitalismo dependente e aos desafios práticos e teóricos da revolução na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, chamando a atenção para os limites intransponíveis de um capitalismo apoiado na superexploração do trabalho e para a necessidade de sua superação¹. O silêncio em torno à sua contribuição para o debate acerca do desenvolvimento latino-americano não é fortuito, tendo em vista a proscrição de toda crítica radical ao capitalismo brasileiro. Tampouco é casual a retomada das reflexões de Marini sobre os dilemas do capitalismo dependente, à medida que os impactos desestruturantes da transnacionalização do capital sobre as economias periféricas e o aprofundamento da barbárie social voltam a expor os estreitos limites do regime burguês no elo fraco do sistema. É por isso que consideramos importante recuperar o pensamento de Ruy Mauro Marini como um todo, tanto para enriquecer e trazer à tona a problemática do capitalismo dependente, do subdesenvolvimento e de sua superação, quanto para fazer sua crítica nos devidos termos, rejeitando a pura e simples estigmatização a que foi submetido, particularmente ao fim dos anos 1970².

O pensamento de Ruy Mauro Marini se insere nos movimentos de luta política contra o desenvolvimentismo e o reformismo, e de crítica às teses do Partido Comunista sobre a

¹ Sobre a trajetória intelectual e política de Ruy Mauro Marini, ver sua “Memória” (Marini, 1990); Traspadini & Stedile (2005), apresentação, introdução e parte III (depoimentos); Martins & Sotelo Valencia (2009), parte I. Quanto ao pensamento de Marini, seus principais aportes teóricos e contribuições ao estudo do capitalismo brasileiro e latino-americano, e à construção da teoria marxista da dependência, em geral, há várias referências, entre as quais podemos citar: Amaral & Carcanholo (2012); Araujo (2001), capítulo 2; Bichir (2012); Carcanholo (2013); Dos Santos (2000); Ferreira, Osorio & Luce (2012); Luce (2011); Martins (2009); Martins (2011), capítulos 5 e 6; Traspadini & Stedile (2005), introdução; Osorio (2009); Ouriques (1995).

² Dentre essas críticas endereçadas a Marini, a principal foi a de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, no artigo *Las desventuras de la dialéctica* (Serra & Cardoso, 1978). A polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini será objeto de nosso próximo capítulo.

realidade brasileira e à teoria do subdesenvolvimento que buscara nortear os processos de industrialização na América Latina. Procurando manter-se dentro da tradição marxista, sua trajetória enquanto intelectual sempre andou imbricada com sua atuação política, como militante, buscando na análise da realidade e na teorização as consequentes orientações práticas. Formado pela Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac), Marini receberá a influência de Alberto Guerreiro Ramos, tomando contato com o pensamento desenvolvimentista e com o estruturalismo cepalino. Durante estada na França, fará a leitura de obras de Marx, Lênin e Hegel, consolidando sua opção pelo marxismo e contribuindo para sua ruptura com a perspectiva desenvolvimentista. De volta ao Brasil, Marini ingressará na Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), uma das organizações que surgiu no início da década de 1960 a partir da cisão da esquerda, originando uma “nova esquerda” revolucionária que procurava contrapor-se à orientação política e teórica do PCB (Partido Comunista Brasileiro), ao afirmar o caráter plenamente capitalista da economia brasileira e a necessidade da revolução socialista. Militando nessa organização, travará contato, entre outros, com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – ao lado dos quais, futuramente, tentará lançar os fundamentos de uma teoria marxista da dependência – e absorverá as referências teóricas que fundamentavam as teses da Polop, de clássicos como Bukharin e Rosa Luxemburgo, a influências menos conhecidas como August Thalheimer³.

Com o golpe de 1964, Marini acaba preso e torturado, partindo em seguida para seu primeiro exílio, no México, onde desenvolverá sua investigação sobre a luta de classes no Brasil, de modo a explicar o desfecho representado pela ditadura e seu significado. Sem abdicar das tarefas políticas – que acabarão por conduzi-lo ao segundo exílio – Marini encaminhará seus estudos para a compreensão dos fundamentos do capitalismo dependente, o que permitiria iluminar a dinâmica da luta de classes e as perspectivas da revolução não apenas no Brasil, mas nas sociedades latino-americanas em geral. Será no segundo exílio, no Chile, que aprofundará essa linha de investigação, no âmbito do Ceso (Centro de Estudos Socioeconômicos), voltando a trabalhar com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, culminando em sua obra mais conhecida, *Dialéctica de la dependencia*, concluída em 1972. Durante sua permanência no Chile, também havia se vinculado ao MIR,

³ Sobre a Polop, e como teria influenciado o debate teórico sobre a dependência, ver Mattos (2002). Quanto ao debate na esquerda sobre a revolução brasileira nos anos 1960 e 1970, ver Ridenti (2010), pp. 27-39.

tornando-se militante e importante dirigente do movimento. Por fim, com o golpe e o terror promovido pela reação burguesa no Chile, em 1973, Marini partirá para um novo exílio. Em todo caso, já estavam amadurecidas as linhas gerais que norteariam a reflexão de Marini sobre o capitalismo dependente, a partir da aplicação da obra maior de Marx, *O capital*, à realidade latino-americana.

Neste capítulo, procuramos, primeiramente, delinear as bases do pensamento de Marini acerca do capitalismo dependente, cujo fundamento é a superexploração do trabalho, mostrando como a relação de subordinação ao sistema capitalista mundial cria um modo de ser particular, um capitalismo marcado pela exacerbação das contradições típicas desse modo de produção. Partiremos da gênese do capitalismo dependente, a partir da economia exportadora latino-americana que se conforma em resposta aos imperativos da acumulação capitalista em escala mundial, destacando o andamento metodológico empregado por Marini. Dada a importância do conceito, também destacaremos alguns esclarecimentos e polêmicas em torno à noção de superexploração do trabalho. Delimitada a formação do capitalismo dependente a partir da economia exportadora, mostraremos, seguindo Marini, como o processo de industrialização, longe de atenuar as desigualdades em escala mundial e as mazelas das sociedades latino-americanas, acentuou-as ainda mais, pois as relações de dependência e superexploração são reproduzidas, tanto quanto a forma específica que assume o ciclo do capital em tais condições. É nesse novo caráter da dependência, que se inaugura com a etapa de internacionalização do capital e a conseqüente integração imperialista dos sistemas de produção, no pós-guerra, que manteremos foco, e que no caso brasileiro desembocaria no fenômeno do subimperialismo, etapa superior de nosso desenvolvimento capitalista, com um esquema de realização próprio. Depois, buscaremos apontar como, a partir da compreensão da base material do capitalismo dependente, Marini tenta elucidar as implicações em termos da dinâmica da luta de classes e do caráter do Estado, apontando para as tarefas práticas da revolução latino-americana. Por fim, concluímos com uma síntese da contribuição teórica de Marini.

1. O capitalismo dependente e a superexploração do trabalho

1.1. Em busca de uma interpretação marxista

A principal preocupação de Ruy Mauro Marini era elucidar os limites do capitalismo dependente no Brasil e, de modo geral, na América Latina, procurando na investigação concreta e na tentativa de construção de uma teoria da dependência, baseada no materialismo histórico-dialético, as linhas de orientação para a prática transformadora, revolucionária⁴. Para Marini, nos marcos do capitalismo dependente, não haveria nenhuma possibilidade de solucionar os grandes dilemas históricos da sociedade brasileira, a desigualdade extrema e a subordinação aos ditames do imperialismo. O fundamento do capitalismo dependente estaria na superexploração do trabalho, mecanismo constituído para o ressarcimento da burguesia dependente frente às perdas de mais-valia que sofre em suas relações econômicas com as economias capitalistas avançadas, e que consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor⁵. Ainda que haja desenvolvimento capitalista, ele se apoia num distanciamento cada vez maior entre as condições de existência e padrões de consumo das massas, de um lado, e o das classes que se apropriam de parcelas da mais-valia, bem como em um crescente exército industrial de reserva. É um capitalismo *sui generis*, particularmente selvagem, que nada tem a oferecer às massas trabalhadoras, tendo como traço basilar a agudização da lei geral de acumulação, por conta da superexploração, sofrendo, constitutivamente, de incapacidade de incorporação das massas à produção e ao consumo, colocando também crescentes problemas de realização. Por isso, a crítica de Marini atinge aqueles que atacam os “aspectos negativos” do capitalismo dependente como se não fossem necessários, imanentes ao mesmo, podendo ser extirpados pela reforma nos marcos do próprio capitalismo⁶. Marini é categórico: “el capitalismo basado en la superexplotación inviabiliza toda posibilidad de desarrollo autónomo y de relaciones laborales ‘justas’, planteando necesariamente la lucha de clases que se le oponen em términos socialistas” (Marini, 1969: 116). A economia dependente e a

⁴ É como nos informa Marini: “Utilizar esa línea de análisis para estudiar las formaciones sociales concretas de América Latina, orientar ese estudio en el sentido de definir las determinaciones que se encuentran en la base de la lucha de clases que allí se desenvuelve y abrir así perspectivas más claras a las fuerzas sociales empeñadas en destruir esa formación monstruosa que es el capitalismo dependente: éste es el desafío teórico que se plantea hoy a los marxistas latinoamericanos” (Marini, 1973: 76-77).

⁵ Cumpre não esquecer a advertência de Marini: “lo que se tiene es un capitalismo *sui generis*, que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional” (Marini, 1973: 14). Trata-se de partir da perspectiva da totalidade.

⁶ Assim se refere Marini: “Además de los ideólogos oficiales del sistema, algunos de sus críticos se han dejado impresionar por las cifras arrojadas por el llamado ‘milagro brasileño’. Aunque denuncien lo que consideran como aspectos negativos del sistema, lo hacen desde una perspectiva liberal y pequeñoburguesa, que no permite captar las raíces del ‘milagro’” (Marini, 1969: IX).

superexploração do trabalho não são acidentais, contingências históricas, mas necessidades imanentes ao desenvolvimento do capitalismo no elo fraco do sistema.

Partindo do caráter especificamente capitalista da formação social brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, e situando a América Latina em sua posição subalterna nos circuitos da reprodução ampliada do capital em escala mundial, Marini procura fundar uma interpretação de suas peculiaridades a partir do referencial da crítica da economia política de Marx. Por suas palavras: “o que eu procurava era o estabelecimento de uma teoria intermédia, que, informada pela construção teórica de Marx, conduzisse à compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica” (Marini, 1990: 90). Negando a existência de remanescentes feudais ou coloniais⁷, Marini concebe a economia brasileira como já sendo plenamente capitalista, o que o leva a buscar na leitura de *O capital* a chave de interpretação para a realidade brasileira e latino-americana, de um modo geral – assim rejeitando tanto o dogmatismo quanto o ecletismo, propondo “utilizar o marxismo de modo criador” (Marini, 1990: 82) sem abrir mão do rigor conceitual e metodológico⁸. Nesse sentido, a referência a *O capital* seria obrigatória, tomando “suas categorias, princípios e leis” como ponto de partida para a compreensão de uma realidade específica (Marini, 1990: 89). Será a lógica do capital, com suas leis imanentes, e sua operação desigual em escala mundial, que permitirá explicar a gênese e conformação de um tipo de capitalismo *sui generis* na América Latina. É a partir da lei do valor e do arsenal categorial desdobrado por Marx para entender o modo de produção capitalista, que Marini procura construir uma teoria para dar conta da particularidade do desenvolvimento capitalista latino-americano, ou mais precisamente, construir uma teoria global da dependência latino-americana, desvendando as leis de movimento do capitalismo dependente⁹.

Procurando seguir os passos de Marx, conforme os três livros que compõem *O capital*, Marini adotará um andamento metodológico que consiste em “partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta produção engendra”

⁷ A esse respeito, consultar as críticas de Marini ao PCB (Marini, 1969) e a Caio Prado Júnior (Marini, 1967).

⁸ Para a crítica de Marini ao dogmatismo e ao ecletismo, ver Marini (1973), pp. 13-16.

⁹ Ver seu prefácio à 5ª edição de *Subdesarrollo y revolución* (Marini, 1969). Também Marini (1973), especialmente p. 99 e ss.

(Marini, 1973: 83)¹⁰. Aplicando essa sequência ao estudo da economia dependente, Marini parte da circulação, da vinculação da economia latino-americana ao mercado mundial e ao centro industrializado do sistema, para em seguida observar como essa articulação conforma de modo específico a produção, fundada na superexploração, para então retornar à circulação própria a este modo de produção do capitalismo dependente¹¹. Esclarecido o caráter das relações de produção, a partir da elucidação das formas particulares de extração de mais-valia que a situação de dependência engendra, seria possível passar à investigação dos demais aspectos do capitalismo dependente, que se erguem sobre a base das relações de superexploração do trabalho: o ciclo do capital na economia dependente; a fixação da mais-valia extraordinária; a transformação da mais-valia em lucro; o uso dos esquemas de reprodução; o subimperialismo.

1.2. A economia exportadora e os fundamentos do capitalismo dependente

O capitalismo dependente latino-americano tem suas origens na integração da região ao sistema de divisão internacional do trabalho, que se constitui a partir do surgimento e consolidação da grande indústria na Europa. Somente então a América Latina teria sido convocada a participar mais ativamente no mercado mundial, cumprindo funções essenciais para o desenvolvimento do capitalismo. Daí a máxima de Marini: “La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial” (Marini, 1969: 3). Por esses termos, não seria possível compreender a América Latina à parte da evolução do capitalismo em escala mundial, da mesma forma que, reciprocamente, essa totalidade careceria de sentido caso se desconsiderasse o papel desempenhado pelas economias latino-americanas enquanto parte indispensável e indissociável do mercado mundial.

¹⁰ Assim Marini justifica esse procedimento metodológico em seu estudo sobre o capitalismo dependente: “Esto (...) *corresponde rigurosamente al camino seguido por Marx*. Basta recordar cómo, en *El Capital*, las primeras secciones del Libro I están dedicadas a problemas propios de la esfera de la circulación y sólo a partir de la tercera se entra al estudio de la producción; asimismo, una vez concluido el examen de las cuestiones generales, las cuestiones particulares del modo de producción capitalista se analizan de idéntica manera en los libros siguientes. Más allá del simple ordenamiento formal de la exposición, ello tiene que ver con la esencia misma del método dialéctico, que hace coincidir el examen teórico de un problema con su desarrollo histórico; es así como esa orientación metodológica no sólo corresponde a la fórmula general del capital, sino que también da cuenta de la transformación de la producción mercantil simple en producción mercantil capitalista” (Marini, 1973: 83-84).

¹¹ Cf. Marini (1973), pp. 47-49 e 83-86.

A inserção dos países latino-americanos no sistema de divisão internacional do trabalho, no século XIX, é o ponto de partida para se pensar a conformação da economia dependente, que cumpriria papel fundamental e necessário para o nascimento e consolidação da grande indústria. Segundo Marini, coube às economias latino-americanas fornecer elementos materiais do capital constante e meios de subsistência baratos às nações industriais, contrarrestando a lei de tendência à queda da taxa de lucro e viabilizando a emergência, no centro, do modo de produção especificamente capitalista, ancorado na produção de mais-valia relativa. É somente com a Revolução Industrial europeia e a independência política da América Latina que, redefinindo-se qualitativamente suas relações com os centros capitalistas europeus, configura-se a dependência, distinta da situação colonial¹². Marini é enfático ao postular que a formação da economia dependente só pode ser entendida em função da acumulação de capital em escala mundial, em particular de seu acicate, a taxa geral de lucro. Inicialmente, ao se integrar ao mercado mundial, a América Latina contribuiu para ampliar a oferta de meios de subsistência baratos, requerida pela expansão do operariado fabril nos países onde estava em curso a revolução industrial, que assim puderam se concentrar na produção manufatureira, em detrimento da produção agrícola, que ficará a cargo da periferia na divisão internacional do trabalho. Nessas condições, foi possível reduzir o valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo que os incrementos de produtividade se traduzissem em maiores taxas de mais-valia, impulsionando a acumulação de capital, o desenvolvimento das forças produtivas da grande indústria e, portanto, a transição para a produção de mais-valia relativa. Contraditoriamente, esse desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho provoca o aumento das necessidades de matérias-primas e, portanto, uma elevação da composição orgânica do capital, reiterando a tendência à queda da taxa de lucro. É nesse segundo momento que a América Latina, através da produção de matérias-primas industriais, contribuirá para a baixa do valor dos elementos materiais do capital constante, contrarrestando a tendência declinante da taxa de lucro, permitindo que a acumulação de capital e a consolidação da grande indústria se desenrolassem em condições mais favoráveis nos países centrais. Como

¹² Marini entende dependência como “una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia”. Portanto: “El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra” (Marini, 1973: 18).

conclui Marini: “es mediante el aumento de una masa de productos cada vez más baratos en el mercado internacional, como América Latina no sólo alimenta la expansión cuantitativa de la producción capitalista en los países industriales, sino que contribuye a que se superen los escollos que el carácter contradictorio de la acumulación de capital crea para esa expansión” (Marini, 1973: 29). Foi assim que, para Marini, surgiram e se consolidaram as economias exportadoras latino-americanas.

Eis como Marini sintetiza sua compreensão acerca da formação do capitalismo dependente:

(...) fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. A economia exportadora (...) aparecia, nessa perspectiva, como o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. Aceito isso, as transferências de valor que daí advinham não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão-de-obra). A primeira premissa dava como resultado a monoprodução; a segunda, os indicadores próprios das economias subdesenvolvidas. A industrialização operada posteriormente estaria determinada pelas relações de produção internas e externas, conformadas sobre a base dessas premissas. (Marini, 1990: 90-91)

Contraditoriamente, a periferia só contribui para libertar o desenvolvimento das forças produtivas no centro, com base na maior produtividade do trabalho, isto é, pela desvalorização real da força de trabalho, à medida que ela mesma apoia sua produção – e sua integração à economia mundial – na maior exploração da força física dos seus próprios trabalhadores. Vejamos como se dá essa relação¹³.

Para Marini, a desigualdade do desenvolvimento entre os dois tipos de economia colocava a tendência à deterioração dos termos de troca¹⁴. Por que essa relação de troca desigual não desestimulava a integração das economias latino-americanas à economia mundial? As economias avançadas, em sua relação com as economias latino-americanas, detinham por definição o monopólio da produção industrial, o que lhes permitia driblar a lei do valor, isto é, vender seus produtos por um preço de mercado superior ao preço de produção, de modo que assegurava-se um lucro extraordinário, que tinha como contrapartida a sangria de valor por parte das economias primário-exportadoras. Eis a troca desigual, conformando,

¹³ Cf. Marini (1973), especialmente p. 22 ss.

¹⁴ Para a crítica de Marini à interpretação da Cepal acerca do fenômeno da deterioração dos termos de troca, ver Marini (1994).

naquela relação, uma transferência ou cessão de valor por parte da nação desfavorecida, gratuitamente, ou seja, cedem parte do valor produzido sem nenhuma contrapartida. A perda de mais-valia a que estavam submetidas as burguesias dependentes era então compensada pelo aumento da massa de valor intercambiada (e daí a expansão da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, exportados pelas economias periféricas), obtido por meio da superexploração do trabalho. Marini identifica três mecanismos de extração de mais-valia que possibilitam aquela compensação, e que implicam em superexploração da força de trabalho: intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), conversão de parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital (redução do consumo do trabalhador além do limite normal), ou uma combinação desses procedimentos.

Tais mecanismos configuram um modo de produção assentado na maior exploração da força física do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, em consonância com o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e com o tipo de atividades das economias exportadoras latino-americanas (a produção de riqueza pode aumentar consideravelmente sem maiores necessidades de capital adicional, pelo uso extensivo e intensivo de força de trabalho)¹⁵. O que importa é que, em todos eles, a força de trabalho recebe uma remuneração abaixo de seu valor, ou seja, insuficiente para ressarcir seu custo de reprodução, negando ao trabalhador as condições necessárias à reposição do desgaste de sua força de trabalho¹⁶. Tal é o mecanismo da superexploração, enquanto

¹⁵ Cf. Marini (1978a), pp. 69-70.

¹⁶ Marini especifica a superexploração como correspondendo à maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração derivada do desenvolvimento da produtividade do trabalho, e que implica uma subremuneração, ou seja, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Logo, o que define a superexploração não é o grau ou taxa de exploração em si, mas a forma determinada de exploração, que transgride a lei do valor e que se distingue da extração de valor excedente pela desvalorização real da força de trabalho. Como já vimos, a superexploração pode se dar por meio de três mecanismos, ou por combinações dos mesmos, a saber: prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), intensificação do trabalho e conversão de parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capitalista (redução do salário abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho, isto é, ao valor dos meios de subsistência). Assim, é importante notar que o conceito de superexploração do trabalho não se refere, especificamente, a uma taxa de exploração elevada, mas a uma forma determinada de exploração, pela maior exploração da força física do trabalhador, implicando em remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Como esclarece Marini: “el aumento del tiempo de trabajo excedente significa siempre una mayor explotación de la fuerza de trabajo; en este sentido, los trabajadores de las economías centrales se encuentran sometidos a una intensificación constante de su explotación. Sin embargo, es radicalmente diferente si el mayor grado de explotación corresponde a una disminución real del trabajo necesario, es decir, si se realiza sin que la remuneración del obrero caiga abajo de su valor, o si la extensión del trabajo excedente se hace a expensas del tiempo de trabajo necesario al obrero para reproducir su

intensificação da exploração de classe internamente em resposta à espoliação de uma burguesia por outra nas relações econômicas internacionais. A apropriação de valor ao nível do comércio internacional encobre a apropriação de uma mais-valia produzida pela exploração do trabalho internamente a cada nação, e o que aparece como mecanismo de compensação ao nível do mercado é, de fato, mecanismo que opera ao nível da produção interna.

Como lembra Marini, esse rebaixamento do padrão de existência das massas trabalhadoras não tem implicações quanto à dinâmica da economia exportadora, à medida que a realização da produção, nesse momento, se dá no mercado mundial, com a exportação de produtos primários. Por outro lado, o consumo das classes dominantes pode ser satisfeito mediante importações dos países capitalistas industrializados. A dependência se reproduz ao longo dessa cisão entre esfera da circulação e esfera da produção. Produzindo para o mercado mundial, pode prescindir da capacidade interna de consumo para a realização. Por outro lado, como o consumo individual não interfere na realização, mas determina a taxa de mais-valia, a tendência é a máxima exploração, possibilitada pelas reservas de mão de obra e pelos fluxos migratórios. O capitalismo dependente cria seu próprio modo de circulação, e é na especificidade do ciclo do capital na economia latino-americana que Marini localiza a chave para iluminar o fundamento da dependência em relação à economia capitalista mundial. Diferentemente do processo de formação do mercado interno nas economias centrais, na economia dependente a superexploração impõe bloqueios à articulação entre acumulação e expansão do mercado. Deprimido o consumo individual dos trabalhadores e incrementados os lucros dos capitalistas, procede-se a uma estratificação do mercado interno, ou mais precisamente, uma diferenciação entre esfera baixa (consumo baseado em salário) e esfera alta da circulação (consumo baseado na mais-

propio valor, o sea, para crear un valor equivalente al de los bienes indispensables a su subsistencia. En este último caso, la fuerza de trabajo se estará remunerando a un precio inferior a su valor real, y el obrero no estará sometido tan sólo a un mayor grado de explotación, sino más bien es objeto de una superexplotación” (Marini, 1969: 115-6). Ou ainda: “la superexplotación se define más bien por la mayor explotación de la fuerza física del trabajador, en contraposición a la explotación resultante del aumento de su productividad, y tiende normalmente a expresarse en el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor real” (Marini, 1973: 92-3). Tal é a diferença crucial entre a exploração com base no desenvolvimento da produtividade do trabalho e a exploração intensiva ou extensiva da força física do trabalhador, em que há o truncamento da lei do valor. Para esses e outros esclarecimentos a propósito da noção de superexploração do trabalho em Marini, ver também Amaral & Carcanholo (2012); Carcanholo (2013); Martins (2009); Martins (2011), capítulo 6; Osorio (2009).

valia não acumulada, sem relação com estrutura produtiva interna, satisfeito por importações), sendo que a última se articula com a produção externa. Com isso, reitera-se a dependência do mercado mundial. Essa especificidade do ciclo do capital, em que a circulação se cinde em duas esferas, condicionará o movimento de industrialização que terá lugar na América Latina, bem como seus problemas intrínsecos.

Em suma:

La economía exportadora es, pues, algo más que el producto de una economía internacional fundada en la especialización productiva: es una formación social basada en el modo capitalista de producción, que acentúa hasta el límite las contradicciones que le son propias. Al hacerlo, configura de manera específica las relaciones de explotación en que se basa, y crea un ciclo de capital que tiende a reproducir en escala ampliada la dependencia en que se encuentra frente a la economía internacional. (Marini, 1973: 53)

Contudo, a dependência não se reproduz tal como ela é no período de gênese do capitalismo dependente, antes se modificando historicamente, ganhando novas formas e desenvolvendo suas contradições, decorrentes do fundamento que é a superexploração do trabalho. A situação muda radicalmente ao completar-se a transição da economia exportadora para a economia industrial dependente.

2. A industrialização dependente e o subimperialismo brasileiro

2.1. A integração imperialista dos sistemas de produção e a industrialização dependente

De acordo com Marini, o cataclísmico período de consolidação do imperialismo, envolvendo duas guerras mundias e uma grande depressão, teria sido crucial para dar início a um processo de industrialização por substituição de importações, ao colocar as economias latino-americanas em situação de isolamento relativo¹⁷. A demanda por bens industrializados teria, doravante, de ser satisfeita internamente. Tal é o momento de emergência da economia industrial dependente, com o deslocamento do eixo da acumulação para a indústria a partir

¹⁷ A propósito do processo de industrialização dependente, ver Marini (1973), p. 55 e ss. Para Marini, industrialização é entendida como “el proceso a través del cual la industria, emprendiendo el cambio cualitativo global de la vieja sociedad, marcha en el sentido de convertirse en el eje de la acumulación de capital. Es por ello que consideramos que no se da un proceso de industrialización en el seno de la economía exportadora pese a que sí se observan en ella actividades industriales” (Marini, 1973: nota 37, pp. 60-61).

da crise mundial. A esfera alta de circulação, até o momento articulada com a oferta externa de manufaturados, desloca seu centro de gravidade para a produção interna, donde a aparência de que o capitalismo dependente estaria se encaminhando para uma configuração similar à economia capitalista clássica (e daí as ilusões desenvolvimentistas, segundo Marini). Aparentemente, estaria se configurando a unidade entre esferas de circulação e produção no interior do próprio capitalismo brasileiro. Cumpre destacar que a industrialização dependente, ao contrário do que ocorrera nos países capitalistas avançados, não é orgânica. Enquanto nos segundos a produção de bens de consumo não tardou em impôr a necessidade de se desdobrar a estrutura produtiva em um setor de bens de produção, no caso da industrialização tardia, quando tal setor já se encontra altamente desenvolvido no centro, esta disponibilidade permite prolongar a produção de bens de consumo sem desenvolvimento correspondente do departamento I, que fica atrofiado, não se constituindo um sistema industrial completo. Ao invés de desenvolvimento autônomo, a industrialização nos marcos do capitalismo dependente levava à reprodução ampliada da dependência.

Contudo, encerrada a Segunda Guerra Mundial e com a reorganização do sistema capitalista mundial sob a tutela dos Estados Unidos, iniciava-se uma nova etapa no processo de internacionalização do capital, com profundas mudanças quantitativas e qualitativas no padrão de exportação de capital. Trata-se agora de investimentos de grande escala, predominando o investimento direto orientado para a indústria manufatureira, e com amplitude geográfica muito maior. Suas implicações serão igualmente significativas para as relações entre economias dependentes e os centros imperialistas. Na verdade, estava transcorrendo um processo de integração dos sistemas de produção, uma integração imperialista sob o comando do grande capital estadunidense¹⁸. A concentração e centralização do capital nas grandes empresas e os novos desenvolvimentos na indústria de bens de produção (com o correspondente progresso técnico acelerado e, conseqüentemente, obsolescência de equipamentos ainda não amortizados), somados à circunstância de processos de industrialização e mercado interno protegido em certas

¹⁸ “Ha sido sobre la base del reordenamiento de la economía capitalista mundial y de la expansión monetaria que tuvo lugar que el capital privado norteamericano amplió progresivamente el radio de su acumulación, procediendo a integrar bajo su control a los aparatos productivos nacionales allí comprendidos. *El periodo de la hegemonía británica había sido el de la creación y consolidación del mercado mundial; el periodo de la hegemonía norteamericana habría de ser el de la integración imperialista de los sistemas de producción*” (Marini, 1977a).

economias periféricas (bem como das perspectivas de rentabilidade propiciadas pela superexploração), colocava no horizonte do capital internacional o interesse por ocupar esses novos espaços econômicos (oportunidades de investimento) e de estimular suas industrializações, ao contrário da relação pretérita do imperialismo de tentar por todos os meios obstaculizar a industrialização na periferia do capitalismo. Daí o investimento direto no setor industrial de áreas periféricas. A industrialização latino-americana se inscreve, portanto, em uma nova divisão internacional do trabalho, em que se transferem para os países periféricos etapas inferiores da produção industrial, enquanto reservavam-se aos centros imperialistas as etapas superiores e o controle do progresso técnico, o monopólio da respectiva tecnologia. Logo, para Marini, não poderia haver ilusões quanto ao caráter subordinado dessa industrialização:

(...) el hecho mismo de que se tratara de un proceso de sustitución indica que ello correspondía a un aumento de la participación de la producción nacional en un mercado ya constituido, y constituido precisamente con un carácter internacionalizado. Lo que caracteriza realmente el periodo de la posguerra es la reconquista de esse mercado por el capital extranjero, pero ya no a través del comercio, sino más bien de la producción (y la consiguiente desnacionalización) del sistema productivo nacional, es decir, de su integración a la economía capitalista mundial. (Marini, 1977a)

Como se verá, conforme Marini, ainda que o investimento estrangeiro tenha contribuído inegavelmente para a modernização técnica e o desenvolvimento do aparelho produtivo de determinadas economias latino-americanas, suas implicações se deram em termos de acirrar as contradições e tendências deletérias imanentes ao capitalismo dependente e à acumulação capitalista ancorada na superexploração do trabalho¹⁹.

O processo de industrialização por substituição de importações, concluída a fase de substituição de bens de consumo não duráveis, entrava em momento crítico. Tal processo atinge um impasse quando oferta e demanda se equiparam para a esfera alta da circulação, com o esgotamento da reserva de mercado, colocando a necessidade de generalizar o consumo de manufaturas. Não sendo possível ampliar o consumo das massas, pois entraria em contradição com a superexploração, a saída estaria em expandir a demanda das classes alta e média. Por outro lado, além do problema de realização, colocava-se um problema pelo lado da acumulação, visto que se deveria transitar para a segunda fase da substituição de importações. A solução para ambos problemas foi o apelo ao ingresso do capital internacional, que introduz os setores de bens de consumo duráveis, sendo o mais

¹⁹ A propósito, ver Marini (1977a).

emblemático e significativo o setor automobilístico, um novo padrão lastreado em tecnologia muito mais sofisticada, ainda que já obsoleta no centro. Essa rodada de modernização, patrocinada pelo capital estrangeiro, aprofundará os dilemas do capitalismo dependente. Com a incorporação dessa tecnologia, aumenta significativamente a produtividade do trabalho, mas como se sobrepõe a uma base de superexploração, apenas aprofunda a concentração de renda e a redundância do trabalho vivo, com as conhecidas implicações: expansão do exército industrial de reserva (condição indispensável para manutenção da superexploração) e subemprego. Insistindo com Marini, os efeitos dessa forma de incorporação de progresso técnico devem ser devidamente apreciados:

Es así como, incidiendo sobre una estructura productiva basada en la mayor explotación de los trabajadores, el progreso técnico hizo posible al capitalista intensificar el ritmo de trabajo del obrero, elevar su productividad y, simultáneamente, sostener la tendencia a remunerarlo en proporción inferior a su valor real. Para ello concurrió decisivamente la vinculación de las nuevas técnicas de producción a ramas industriales orientadas hacia tipos de consumo que, si tienden a convertirse en consumo popular en los países avanzados, no pueden hacerlo bajo ningún supuesto en las sociedades dependientes. El abismo existente allí entre el nivel de vida de los trabajadores y el de los sectores que alimentan a la esfera alta de la circulación hace inevitable que productos como automóviles, aparatos electrodomésticos, etc., se destinen necesariamente a esta última. En esta medida, y toda vez que no representan bienes que intervengan en el consumo de los trabajadores, el aumento de productividad inducido por la técnica en esas ramas de producción no ha podido traducirse en mayores ganancias a través de la elevación de la cuota de plusvalía, sino tan sólo mediante el aumento de la masa de valor realizado. La difusión del progreso técnico en la economía dependiente marchará pues de la mano con una mayor explotación del trabajador, precisamente porque *la acumulación sigue dependiendo en lo fundamental más del aumento de la masa de valor – y por ende de plusvalía – que de la cuota de plusvalía.* (Marini, 1973: 72)

Para Marini, não haveria estímulos para que os capitalistas buscassem o progresso técnico endógeno. Ainda conforme o sociólogo, o cerne da questão estaria em que o tipo de bens que se procura produzir não afeta o valor da força de trabalho. Isso significa que não existiriam estímulos para que se desenvolvesse internamente a produtividade do trabalho, pois não seria exequível aumentar a taxa de mais-valia por meio da desvalorização real da força de trabalho (que corresponderia à extração de mais-valia relativa). Portanto, a acumulação deve seguir pelo caminho do aumento da massa de valor e, portanto, da massa de mais-valia, obtida pela superexploração, que desse modo é reiterada. É assim que Marini elucida esse ponto:

Dedicada a la producción de bienes que no entran, o entran muy escasamente, em la composición del consumo popular, la producción industrial latinoamericana es independiente de las condiciones de salario propias a los trabajadores; esto em dos sentidos. En primer lugar porque, al no ser un elemento esencial del consumo individual del obrero, el valor de las manufacturas no determina el valor de la fuerza de trabajo; no será, pues, la desvalorización de las manufacturas lo que influirá en la cuota de

plusvalía. Esto dispensa al industrial de preocuparse de aumentar la productividad del trabajo para, haciendo bajar el valor de la unidad de producto, depreciar la fuerza de trabajo, y lo lleva, inversamente, a buscar el aumento de la plusvalía a través de una mayor explotación – intensiva y extensiva – del trabajador, así como la rebaja de salarios más allá de su límite normal. En segundo lugar, porque la relación inversa que de ahí se deriva para la evolución de la oferta de mercancías y del poder de compra de los obreros, es decir, el hecho de que la primera crezca a costa de la reducción del segundo, no le crea al capitalista problemas en la esfera de la circulación, una vez que, como hicimos notar, las manufacturas no son elementos esenciales en el consumo individual del obrero. (Marini, 1973: 64-65)

Temos então que, de um lado, a produtividade do trabalho e, portanto, a produção, é lançada a patamares superiores, enquanto de outro lado se acentua a pauperização das massas. Há uma crescente incompatibilidade entre escala da produção e mercado interno. Nessas condições, vê-se frustrada a expectativa de transição a uma forma baseada na produção de mais-valia relativa e ancorada no desdobramento do mercado interno. A cisão entre esfera alta e esfera baixa da circulação é reposta, agora se concretizando no próprio aparelho produtivo, de maneira que se tem uma industrialização desigual, que comporta grandes desníveis na composição orgânica do capital. A industrialização reproduz no plano do aparelho produtivo a cisão que existe na esfera da circulação no capitalismo dependente. Como aponta Marini, volta a impor-se a repulsão entre as duas esferas de circulação, à medida que a compressão do nível de vida dos trabalhadores torna-se condição necessária da expansão da demanda das camadas que vivem da apropriação de mais-valia, recriando o modo de circulação próprio e divorciando o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, redundando na estratificação em “indústrias dinâmicas” e “indústrias tradicionais”. Os setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital não poderiam seguir se desenvolvendo com base no mercado interno. A superexploração, potencializada pela incorporação de progresso técnico, acelera a concentração e centralização de capital (monopolização), de modo que são favorecidos os ramos industriais que se dissociam do consumo popular (tendência da realização do capital a distender relação com mercado interno). Por esse problema de realização, posto pela contradição entre capacidade produtiva crescente e debilitamento do mercado interno, deverá ocorrer o deslocamento da esfera de circulação do capital industrial em direção ao mercado mundial, restaurando em nova forma a economia exportadora, agora através da exportação de manufacturas. Segundo Marini:

(...) al constatar el divorcio que se verifica entre producción y circulación en la economía dependiente (y subrayar las formas particulares que asume esse divorcio en las distintas fases de su desarrollo), se insistió a] en el hecho de que ese divorcio *se genera a partir de las condiciones peculiares que adquiere la explotación del trabajo en dicha economía* – las que denominé de superexplotación – y b] en la manera como esas condiciones hacen brotar, permanentemente, *desde el seno mismo de la*

producción, los factores que agravan el divorcio y lo llevan, al configurarse la economía industrial, a desembocar en graves problemas de realización. (Marini, 1973: 85-86)

Eis como Marini sintetiza o processo de industrialização dependente:

Ao desarrollarse la industria en la economía dependiente, esto se hace, en lo fundamental, para sustituir importaciones destinadas a las clases medias y altas de la sociedad. Con el propósito de asegurar el dinamismo de esa estrecha franja de mercado (...), se traspasa poder de compra retirado a los grupos de bajos ingresos, es decir, a las masas trabajadoras – lo que es posible por el hecho de que éstas, sometidas a la superexplotación, perciben remuneraciones por debajo del valor real de su fuerza de trabajo. Por otra parte, a fin de aumentar la cuota de explotación – y por ende de plusvalía – con base en la mayor productividad del trabajo, se recurre a la importación de capitales y tecnología extranjeros; éstos se encuentran referidos a patrones de consumo accesibles tan sólo a los grupos de altos ingresos, con lo que se mantiene la tendencia a la compresión del consumo popular y se acentúa el divorcio entre la estructura productiva y las necesidades de consumo de las masas. (Marini, 1969: XVI-XVII).

Porém, houve um ascenso no movimento de massas, como contrapartida da própria industrialização, assim como o agravamento da contradição entre produção e consumo, que é típica do capitalismo, mas levada até o limite nos marcos do capitalismo dependente. O movimento organizado de trabalhadores urbanos e do campo, bem como o radicalismo de “camadas médias” nos marcos do “populismo”, estariam colocando em xeque a premissa fundamental, a base sobre a qual se ergue todo o edifício do capitalismo dependente: a superexploração do trabalho. Os mecanismos fundamentais da superexploração estavam falhando. Logo, o próprio capitalismo dependente estaria ameaçado²⁰. Nas palavras de Marini:

La gran división que reinaba en las filas de las clases dominantes y los progresos que realizaban los trabajadores en concienciación y organización desarticulaban los mecanismos de presión y (a raíz de la elevación del costo de la vida) provocaron una tendencia alcista en los salarios, que puso en jaque los cimientos mismos de la acumulación de capital en Brasil, es decir, la superexplotación del trabajo. (Marini, 1969: 116)

Face à crise econômica (de acumulação e realização), social e política, com a deterioração da taxa de lucro redundando na estagnação, e num momento histórico em que o imperialismo estadunidense se via ameaçado em seu terreno mais seguro, polarizando os antagonismos de classe, acirrando o temor da burguesia dependente face ao comunismo, a

²⁰ “(...) cuando la fuerza de trabajo se remunera por debajo de su valor, son los mecanismos de presión sobre el trabajador los que pasan a primer plano, mientras que el abaratamiento de las mercancías requeridas para su sustento y de su familia pierde relativamente importancia, sólo volviéndose determinante en momentos excepcionales, en los que los mecanismos de presión no pueden operar prontamente. Uno de esos momentos excepcionales fue vivido por el proletariado brasileño, en los años inmediatamente anteriores al golpe militar de 1964” (Marini, 1969: 116).

reação burguesa veio na forma do golpe de 1964, a instauração da ditadura como solução necessária da burguesia às contradições postas pela industrialização dependente.

2.2. O subimperialismo: etapa superior do capitalismo brasileiro

No esquema de Marini, a ditadura cumpriria funções muito específicas. Por um lado, reafirmar e reassegurar as condições da acumulação de capital em um capitalismo dependente. Ou seja, consagrar a superexploração, associada ao capital internacional, associação que é então levada ao paroxismo. Para tanto, se redefiniu e se mobilizaram todos os expedientes da política econômica, tendo como elemento fundamental o rebaixamento forçado dos salários, mas também buscando assegurar a superpopulação, tudo em prol da centralização do capital e, em particular, do capital imperialista, abrindo amplas vias à consolidação do capitalismo monopolista. Ao lado da política econômica, a repressão teria sido essencial para desarmar as classes trabalhadoras e aniquilar as organizações revolucionárias. É por tais circunstâncias que se decifra o sentido da ditadura, enquanto resposta à crise econômica e ao acirramento da luta de classes. Assim sendo, temos que, para Marini, os regimes militares, de caráter tecnocrático, que se implantam então na América Latina, foram necessários para concretizar os ajustes estruturais necessários à nova integração imperialista e a contenção da luta de classes, cuja radicalização ameaçava os pilares da superexploração. Por outro lado, a ditadura no Brasil teve a função de implantar o projeto subimperialista, solução possível nos marcos do capitalismo brasileiro para a contradição fundamental entre produção e consumo²¹. Segundo Marini, essa ditadura, representação política do grande capital, expressão da hegemonia dos monopólios industriais e do capital financeiro, nacional e internacional, buscava implementar o projeto subimperialista, associado de modo antagônico ao imperialismo estadunidense.

Em que consiste o subimperialismo? De acordo com Marini, o subimperialismo corresponde, do ponto de vista estritamente econômico, ao capitalismo dependente que logrou atingir a fase dos monopólios e do capital financeiro²². É por isso que chama a

²¹ Marini aponta que a ampliação do mercado interno pela via da distribuição de renda era objetivamente inviável para esse capitalismo, não poderia ser solução ao problema de realização para o grande capital, à medida que aumentava a demanda de bens não-duráveis de consumo e impactava negativamente a mais-valia das empresas médias e pequenas, restringindo a capacidade de absorver a produção de bens duráveis.

²² Para a questão do subimperialismo em Marini, ver Marini (1969), pp. XII-XX, 74-78, 97-101, 107-113; Marini

atenção para o acelerado processo de monopolização que teve lugar no Brasil, bem como o notável desenvolvimento do capital financeiro, após 1964. A nova divisão internacional do trabalho, que permite o surgimento de economias dependentes industrializadas, ou seja, economias de composição orgânica intermédia, em conjunção com a superexploração, dá origem em alguns casos ao subimperialismo, sendo o Brasil, àquela altura, o caso por excelência de subimperialismo.

Portanto, o subimperialismo se define a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial e das leis do capitalismo dependente. Na impossibilidade de contar com um amplo mercado interno de massas, a economia dependente, premida pela produção em larga escala introduzida pelo capital imperialista, se veria obrigada a buscar um esquema de realização próprio, a lançar-se à disputa por mercados externos. É assim que, nos termos de Marini, se explicaria o expansionismo econômico do capitalismo brasileiro. Conforme Marini:

Se observa, así, el surgimiento de una nueva división internacional del trabajo, que transfiere – desigualmente, téngase presente – etapas de la producción industrial hacia los países dependientes, mientras los países avanzados se especializan en las etapas superiores; simultaneamente, se perfeccionan los mecanismos de control financiero y tecnológico de estos últimos sobre el conjunto del sistema. La circulación del capital a escala mundial se intensifica y se amplía, al mismo tiempo que se diversifica su acumulación. Sin embargo, siguen actuando las tendencias a la concentración y a la centralización, propias de la acumulación capitalista, aunque ahora también en beneficio de naciones de composición orgánica intermedia. A esto corresponde, *desde el punto de vista estrictamente económico*, el subimperialismo. (Marini, 1969: XIX)

Mas o esquema subimperialista de realização, como destaca Marini, não se resumiria à conquista de mercados externos, à exportação de manufaturas²³. O esquema incluiria ainda outros dois elementos importantes: a demanda das classes médias e os gastos do Estado. A demanda das classes médias por bens de consumo duráveis deveria ser fomentada, apoiando-se em uma distribuição regressiva da renda e em transferências de poder de compra através de instrumentos como o crédito. Os gastos do Estado eram tanto mais cruciais, à medida que representavam a atuação do Estado como promotor do investimento e da demanda. O Estado atuava nas próprias condições da acumulação, tanto

(1973), pp. 75-76; Marini (1977a); Marini (1977b); Marini (1978a). Ver também Luce (2011).

²³ Portanto, cumpre notar que o próprio Marini (1977a) pondera que a exportação de manufaturas, em si mesma, não basta para caracterizar o fenômeno do subimperialismo. Segundo Marini, nenhuma das características mencionadas é definidora do imperialismo, mas antes manifestações da economia capitalista que passa à etapa dos monopólios e do capital financeiro. É o salto quantitativo e qualitativo na concentração e centralização do capital, dando origem aos monopólios e ao desenvolvimento do capital financeiro, que corresponde à essência do imperialismo – e, no caso do Brasil, articulado à situação dependente e à superexploração interna, do subimperialismo. Cf. Marini (1969), pp. XV-XVI.

através das empresas estatais quanto pelos investimentos em infraestrutura²⁴. Mediante tal esquema, o capitalismo dependente poderia continuar se expandindo por dentro daquela contradição fundamental, mas com a contrapartida de apresentar-se progressivamente mais excludente e opressor para as massas, às quais se negam os papéis mais elementares no capitalismo, enquanto trabalhadores e consumidores. Em outras palavras, o capitalismo baseado na superexploração do trabalho exclui as massas tanto do consumo quanto do emprego produtivo gerado pela acumulação capitalista. De acordo com Marini:

(...) el sistema económico impuesto em Brasil por el gran capital nacional y extranjero agrava cada vez más sus rasgos monstruosos, particularmente el aumento del ejército industrial de reserva, bajo la forma de desempleo abierto o disfrazado, y el divorcio entre la estructura productiva y las necesidades de consumo de las amplias masas, volcándose la primera hacia el mercado mundial. (Marini, 1969: XII).

O subimperialismo, ademais do expansionismo comercial, pela exportação de manufaturas, envolveria ainda uma política expansionista brasileira em busca de controle por fontes de matérias-primas (ou barrar seu acesso a concorrentes potenciais) na América Latina e África, e a exportação de capitais (caso especial da exportação de capital, nos marcos possíveis a um país dependente) (Marini, 1969: XIV). Sobre esse caso particular de exportação de capital, esclarece Marini: “Lanzado en la órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. Con ello, a su estilo dependiente y subordinado, Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapiña de materias primas y fuentes de energía en el exterior” (Marini, 1977a).

De acordo com o sociólogo, o esforço exportador verificado no Brasil após 1964 não seria concebível sem um agressivo expansionismo externo do capital nacional e estrangeiro operando localmente, configurando um acirramento da competição por mercados que, esta sim, é um dos traços próprios do imperialismo. Tendo em conta a partilha do mundo já realizada entre as potências imperialistas, impossibilitando a entrada na concorrência internacional em pé de igualdade, a expansão externa do capitalismo dependente só poderia se dar nos marcos de uma associação subordinada com o capital internacional (um sub-imperialismo), pressupondo a superexploração do trabalho (como forma de aumentar a competitividade internacional e de atrair investimento estrangeiro, mediante oferta ou

²⁴ Especificamente sobre papel do Estado na realização, ver Marini (1978a), p. 74 e ss.

garantia de um superlucro). Esse subimperialismo, associado e subordinado, mediante exploração compartilhada da força de trabalho nacional, exige o aprofundamento da superexploração, para assegurar maior competitividade na disputa por mercados externos e para atrair novos aportes de capital estrangeiro. Além disso, Marini identifica uma política expansionista brasileira na América Latina e na África, que visaria não apenas a busca por mercados, mas também o controle de fontes de matérias-primas (ou bloqueio do acesso às mesmas por concorrentes potenciais). O Brasil, dentro da atual partilha do mundo, encontraria zonas de influência. Por fim, haveria ainda a exportação de capital, através do Estado e em associação com o capital financeiro estrangeiro, nos marcos possíveis a uma economia dependente.

Em Marini, os nexos do capital internacional com o espaço econômico nacional se dão menos pelo mercado interno, pois é limitado, do que pelas condições excepcionais de rentabilidade propiciadas pela superexploração da força de trabalho nativa. No caso brasileiro, a contradição entre alta rentabilidade e dificuldades internas de realização da produção se resolve, primeiramente, pela extroversão do capital, sob a forma dinheiro ou mercadoria – isto é, pelo expansionismo comercial, buscando conquistar mercados externos na região subdesenvolvida, e pela exportação de capital, na forma possível ao capitalismo dependente. Em ambos os casos, a expansão externa tem como premissa a associação subordinada ao imperialismo estadunidense, uma “cooperação antagônica”, que por isso mesmo só pode conformar um sub-imperialismo, cumprindo o capitalismo brasileiro o papel de coadjuvante na anexação das economias dependentes da América Latina ao sistema imperialista. É assim que, do ponto de vista político, o subimperialismo brasileiro cumpriria importante papel na difusão da contrarrevolução continental e da opressão e exploração dos povos latino-americanos, contribuindo para prolongar a existência histórica do imperialismo²⁵.

²⁵ É importante salientar, como faz o próprio Marini, que com a noção de subimperialismo não se está postulando um imperialismo brasileiro, tampouco um “imperialismo de menor grandeza” (Luce, 2011: 19). Se Marini toma a teoria leninista do imperialismo como referência, não se pode ignorar que o faz a partir de uma situação específica, que é a do capitalismo dependente. O subimperialismo resulta de uma reestruturação do sistema capitalista mundial, originando uma hierarquização dentro da própria periferia, com o advento de nações de composição orgânica do capital intermédia. Mas, por outro lado, o desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro nesses países se dará sobre as bases do capitalismo dependente, ou seja, a partir das leis imanentes à economia dependente, destacando-se a superexploração do trabalho e suas consequências, radicalizando-as, ao invés de suprimi-las. Portanto, a subalternidade e a superexploração são traços indissociáveis do subimperialismo, o que estaria longe de corresponder ao fenômeno do imperialismo em sua formulação clássica. Ver o prefácio à 5ª edição de Marini (1969), e Luce (2011). A esse respeito, convém ainda citar Marini: “El capitalismo brasileño se ha orientado, así, hacia un

Assim sendo, longe de recair na estagnação ou expressar uma inviabilidade do capitalismo, o período que se inaugurava com a ditadura representaria, na verdade, uma etapa superior do desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, sua chegada à fase dos monopólios e do capital financeiro, mediante a subordinação econômica e política ao imperialismo estadunidense: o subimperialismo. Para Marini, portanto, não estava em questão uma inviabilidade do desenvolvimento ou de uma dinâmica capitalista no Brasil e na América Latina. O problema estava justamente na forma assumida por tal desenvolvimento, aprofundando as contradições típicas do capitalismo dependente.

3. Desenvolvimento integrado: consequências econômicas e sociais

O que Marini procura mostrar é que, mesmo com o processo de industrialização, a incorporação de progresso técnico e os decorrentes ganhos de produtividade do trabalho, o capitalismo dependente não pode dispensar sua espinha dorsal, a superexploração do trabalho. Esse traço constitutivo impregna de especificidades toda a estrutura produtiva e o padrão de mercantilização. É nesse sentido que é necessário ter claro quais são as consequências do padrão de desenvolvimento integrado ao imperialismo, para compreender como, na perspectiva de Marini, a situação de dependência impossibilita a superação do subdesenvolvimento nos marcos do capitalismo, comprometendo o futuro dos povos latino-americanos.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, ocorre um aprofundamento do desenvolvimento desigual da indústria, entre os chamados “setores tradicionais” e “setores dinâmicos”. Os denominados “setores dinâmicos” da indústria correspondem, basicamente, aos setores produtores de bens de consumo duráveis, junto com os ramos produtores de bens de capital que os atendem. Esses ramos mais dinâmicos da indústria são

desarrollo monstruoso, puesto que llega a la etapa imperialista antes de haber logrado el cambio global de la economía nacional y en una situación de dependencia creciente frente al imperialismo internacional. La consecuencia más importante de este hecho es que, al revés de lo que pasa con las economías capitalistas centrales, el subimperialismo brasileño no puede convertir la explotación, que pretende realizar en el exterior, en un factor de elevación del nivel de vida interno, capaz de amortiguar el ímpetu de la lucha de clases; tiene, al contrario, por la necesidad que experimenta de proporcionar un sobrelucro a su socio mayor norteamericano, que agravar violentamente la explotación del trabajo en el marco de la economía nacional, en el esfuerzo para reducir sus costos de producción” (Marini, 1969: 101). Para uma outra interpretação e para o debate atual, ver Fontes (2009) e Fontes (2010), capítulos 6 e 7.

majoritariamente controlados pelo capital internacional, dado o monopólio tecnológico e o acesso privilegiado a meios de produção e recursos financeiros. Logo, tais setores devem responder a requisitos técnicos e de organização que correspondem ao desenvolvimento atingido nos centros imperialistas. Os padrões de consumo passam a ser igualmente ditados dessa forma, por tais imposições objetivas da economia industrial dependente. A demanda para esses ramos industriais é derivada do consumo das camadas que se apropriam de mais-valia, alimentada pela superexploração do trabalho, donde o crescimento hipertrofiado desses setores. A contrapartida é a estagnação relativa ou regressão dos “setores tradicionais” (produtores de bens de consumo não duráveis), face à deterioração da capacidade de consumo popular.

Ademais, cumpre recordar que não ocorre a internalização integral do departamento produtor de bens de capital, devido ao caráter tardio da industrialização dependente e à especificidade da formação do mercado interno, não podendo aquela constituir-se organicamente. Ou seja, temos aqui outra desproporção, que se deriva da “inorganicidade” da industrialização dependente, que em última instância pode prescindir do pleno desenvolvimento do setor de bens de produção, à medida que os mesmos estão disponíveis no mercado mundial ou internalizados através do investimento estrangeiro direto, e particularmente pelo monopólio dos centros imperialistas quanto aos setores mais avançados daquele departamento. Na economia dependente, pelo fato de transcorrer uma industrialização tardia, sucede um prolongamento da fase de produção de bens de consumo, dada a oferta externa de bens de capital, proporcionada pelo setor I altamente desenvolvido no centro. Na economia dependente, também este setor da produção fica atrofiado.

O processo de concentração e centralização do capital é também potencializado, impulsionando a monopolização, dando lugar à predominância da grande empresa, ou seja, ao capitalismo monopolista, na forma possível a uma economia dependente. São privilegiadas as filiais de empresas estrangeiras, à medida que tem acesso mais fácil à tecnologia mais sofisticada requerida. Também por isso se asseguram um lucro extraordinário permanente – ou melhor, que dificilmente pode ser anulado, dado o monopólio tecnológico – o que repercute no sentido de potencializar a concentração do capital (junto com a superexploração). Daí que tais empresas tenham sua posição fortalecida. É assim que lucros extraordinários e salários inferiores ao valor da força de trabalho revelam-se como os

motores de um acelerado processo de monopolização da economia, o que, nas condições referidas, implica em sua crescente desnacionalização. A subordinação do ciclo do capital ao exterior determina que setores produtivos e técnicas sejam impostos a partir de fora, impondo-se de um só golpe à economia dependente, em descompasso com suas condições concretas. Acentua-se ainda mais o divórcio entre estrutura produtiva (produção em larga escala de bens de consumo duráveis, suntuários nas condições do capitalismo dependente) e necessidades de consumo das massas trabalhadoras.

À medida que se incorpora aquela tecnologia superior, amplia-se o exército industrial de reserva, condição indispensável para que haja superexploração do trabalho. A própria superexploração contribui para a constituição da superpopulação para o capital, à medida que permite arrancar mais produção dos trabalhadores em funções. Ambos fatores debilitam a capacidade do capital, nas condições do capitalismo dependente, de empregar mais mão-de-obra, o que se expressa nas proporções descomunais assumidas pelo subemprego e marginalização nas sociedades latino-americanas. A estrutura social fica marcada por níveis extremos de desigualdade. Dessa maneira, o capitalismo dependente tem capacidade de incorporação das massas ao consumo e ao trabalho produtivo seriamente comprometida, o que debilita o padrão de mercantilização. O problema de realização se apresenta como uma tensão constante, a partir do acirramento da contradição entre produção em larga escala e restrições ao desenvolvimento do mercado interno. Essa situação impõe a necessidade de transbordar para o mercado externo e aprofundar ao máximo o consumo suntuário das classes médias e superiores, repondo ampliadamente as descontinuidades nos padrões de consumo e de existência. É assim que as desproporções no próprio aparelho produtivo são reproduzidas, apresentando reiteradamente aquela hipertrofia do setor de bens de consumo duráveis (Marini, 1979c).

A despeito da contribuição do capital estrangeiro para o desenvolvimento das forças produtivas e para a assimilação de progresso técnico, ao se integrar ao ciclo do capital da economia dependente, Marini faz a ressalva de que seu ingresso sob a forma de capital-dinheiro, na primeira fase da circulação, implicará em descapitalização da economia dependente, devido à exportação dos lucros auferidos pela exploração da força de trabalho local. Assim, a participação do capital internacional no processo de industrialização, como de resto todas as relações econômicas mantidas com o imperialismo, significa sangria de valor

(mais-valia) para a economia dependente, uma depleção de recursos. Além disso, um esquema endógeno de reprodução ampliada do capital é inviabilizado pelo desenvolvimento atrofiado do setor produtor de bens de produção, consequência do caráter tardio da industrialização dependente (defronta-se com esse setor já plenamente desenvolvido no exterior), do monopólio do progresso técnico e das etapas superiores da produção pelas economias centrais, e do desenvolvimento desproporcional dos departamentos de produção no capitalismo dependente.

De modo sucinto, Marini apresenta o quadro completo dessa industrialização problemática:

Resumiendo, podríamos decir que el ciclo del capital en la economía dependiente se caracteriza por un conjunto de particularidades. Entre ellas el papel que juega el capital extranjero en la primera fase de circulación, tanto bajo la forma dinero como la de mercancía, así como el hecho de que la producción determina transferencias de plusvalías (que se harán visibles en la segunda fase de circulación); fija la plusvalía extraordinaria y se desarrolla sobre la base de la superexplotación del trabajo; ambos hechos llevan a la concentración del capital y a la monopolización precoz, al tiempo que divorcian la estructura de producción de las necesidades de consumo de las masas. La distribución del ingreso que de allí se origina dinamiza, en la segunda fase de circulación, el sector del mercado capaz de sostener el desarrollo de las ramas de producción suntuaria, forzando a agravar esa distorsión en la medida en que dichas ramas aumentan su producción y demandan más mercado. Los límites con que choca esa segunda fase de circulación, tanto por la transferencia de plusvalía al exterior como por la deformación de la estructura de ingreso interna, la empujan hacia el exterior llevándola a buscar la realización de parte de las mercancías en el mercado mundial, con lo que se cierra el círculo de la dependencia del ciclo del capital respecto al exterior. (Marini, 1979a)

O que se cristaliza é uma estrutura capitalista altamente monopolista e internacionalizada, com grandes desproporções e problemas de realização, a par de uma estrutura social extremamente desigual, como consequências necessárias do caráter dependente da economia. Nesses mesmos marcos, são levadas ao limite as contradições próprias da lei geral de acumulação.

4. Luta de classes, Estado e revolução no capitalismo dependente

Esclarecidas a conformação e a dinâmica da base material do capitalismo dependente, pode se passar às suas implicações no terreno da luta de classes, de cuja análise Marini pretende extrair orientações práticas para a superação do subdesenvolvimento e da dependência. É assim que Marini observa como a estrutura e as relações de classes, nas sociedades latino-americanas, foram profundamente redefinidas pelo próprio andamento

das transformações econômicas e pelo seu ritmo acelerado, a partir da integração imperialista dos sistemas de produção. Nesse sentido, destacam-se:

Os novos padrões de desenvolvimento impostos à região, a partir da década de 1960 e que, ao acelerar a industrialização, acentuaram o desenvolvimento da burguesia e do proletariado e promoveram a destruição crescente das velhas burguesias, bem como das velhas camadas pequeno-burguesas e semiproletárias; a ruptura ou as mudanças substanciais nas alianças de classes, com o conseqüente desmoronamento dos antigos sistemas de dominação e formas de organização estatal (...). (Marini, 1979b: 243)

Entre as massas trabalhadoras, Marini identifica mudanças amplas e de grande significado, particularmente observando as condições do Brasil, mas incluindo a América Latina como um todo nas mesmas tendências gerais. O desenvolvimento econômico recente, com o predomínio do grande capital, teria conduzido ao crescimento e a uma maior organização do proletariado, tanto mais tendo em vista a modernização do campo, com a emergência de um proletariado agrícola. No bojo desse mesmo processo de diferenciação social, incluía-se a expansão das camadas médias assalariadas, que nessa condição se identificariam cada vez mais com os interesses do proletariado. Ao lado dessas camadas urbanas, constaria a ampla população marginalizada, o subproletariado engendrado pela expulsão do campo e pela debilidade da economia industrial dependente para absorver mão-de-obra. Desdobrando-se em meio às mazelas do capitalismo dependente, essa transformação da estrutura social traria conflitos ainda mais agudos no âmbito da luta de classes, mas agora se vislumbrando um sujeito político em torno do qual poderiam se aglutinar forças para a transformação revolucionária da sociedade: o novo proletariado.

Para Marini, também as classes dominantes foram radicalmente transformadas pelo desenvolvimento capitalista das sociedades latino-americanas. Marini mostra como se forma e se consolida uma burguesia monopolista, que somente termina por se impor através da tomada do poder de Estado e que entra em associação com o imperialismo na condição de sócio menor. Um ponto para o qual cumpre chamar a atenção é que as burguesias dependentes haviam cogitado tardiamente de um desenvolvimento capitalista nacional, autônomo. Este tornara-se um anacronismo, pela própria consolidação da fase imperialista do capitalismo, eliminando do horizonte histórico revoluções burguesas de caráter democrático e nacional como as originárias. No capitalismo dependente, qualquer movimento

político burguês autêntico só poderia ser contrarrevolucionário²⁶. Surge uma burguesia monopolista associada, estreitamente vinculada à burguesia imperialista, tendo sua formação e consolidação objetivamente determinadas pelo processo de integração imperialista dos sistemas de produção. Conforme apontamos, a burguesia dependente toma a decisão de se associar ao imperialismo, como forma de superar os constrangimentos à acumulação de capital, podendo então acessar a incorporação de progresso técnico. Nas condições de superexploração do trabalho, os ganhos de produtividade promoveram uma acelerada centralização do capital, levando à dominação do grande capital, nacional e internacional, sobre as demais frações burguesas. Essa situação modifica o bloco político dominante, rompendo definitivamente o antigo esquema de alianças do populismo.

Trata-se de uma burguesia que, ao reafirmar a superexploração, transigir com as antigas classes dominantes do setor exportador e firmar a associação subordinada ao imperialismo, rompe definitivamente com quaisquer aspirações das massas e com uma política de desenvolvimento autônomo, em detrimento do desenvolvimento integrado. Como vimos, essa mesma burguesia é impelida à instauração de regimes de força, em defesa do pilar fundamental do capitalismo dependente: a superexploração. Contraposta ao ascenso do movimento de massas e à radicalização da luta de classes, que puseram em xeque a acumulação, a burguesia revela seu caráter contrarrevolucionário. Logo, de acordo com Marini, o mito de uma “burguesia nacional” já não poderia ser sustentado, caindo por terra.

A violenta reação burguesa se projeta necessariamente para a dominação do Estado, a ser mobilizado enquanto instrumento de repressão ao movimento popular (que deveria ser esmagado, pela ameaça que representava ao sistema da superexploração), e como instrumento de estímulo e apoio à acumulação do capital monopolista, que procurou promover por todos os meios. É nesse sentido que se pode falar de uma mudança no caráter do Estado, correspondendo às transformações nas classes dominantes. O aparelho estatal passa a ser integralmente orientado para os interesses das frações monopolistas da burguesia, local e estrangeira, estruturado e organizado em função das necessidades de reprodução ampliada do capital monopolista, revelando caráter profundamente repressivo, intolerante aos movimentos das massas, como baluarte da contrarrevolução e da defesa da

²⁶ Sobre o processo contrarrevolucionário latino-americano, ver Marini (1978b).

superexploração do trabalho²⁷.

Na perspectiva de Marini, é destacado o caráter de classe do Estado, enquanto instrumento indispensável à consecução da dominação de classe da burguesia e para proporcionar as condições adequadas às necessidades de valorização do grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro. O Estado cumpre papel central na reprodução ampliada do capital social, seja pela sua atuação direta na produção, por meio das empresas estatais (que, além do mais, propiciam demanda aos setores da indústria pesada), pelos investimentos em infraestrutura, e pela sua política econômica de um modo geral (incluindo a política salarial e trabalhista), assim como sua atuação para favorecer as condições de realização. Nesse último sentido, as despesas do Estado (entre as quais Marini destaca o gasto com armamentos, consumo improdutivo por excelência), sua intervenção na distribuição da renda (favorecendo o consumo baseado na apropriação de mais-valia) e seus incentivos e apoio às exportações revelam-se cruciais. É por isso que, para o Brasil em particular, o Estado apareceria como racionalizador e executor do projeto subimperialista, conforme os interesses objetivos da grande burguesia e do imperialismo estadunidense.

Refletindo a opção burguesa pelo desenvolvimento integrado, o Estado promove todas as formas de penetração do capital internacional, propiciando os estímulos e as condições mais favoráveis a esse capital, destacando-se a superexploração do trabalho. Sem essa associação subordinada com o imperialismo, mediada decisivamente pelo Estado, o capitalismo brasileiro não teria condições de se lançar em seu movimento de extroversão, de expansionismo externo, manifestação de seu subimperialismo. Contudo, essa relação íntima entre Estado, capital nacional e capital estrangeiro se expressa antes como uma “cooperação antagônica” com o imperialismo, em que se equilibram contraditoriamente os pendores autonomistas e as impulsões subimperialistas com a necessidade da subordinação ao imperialismo, o limite último da autonomia relativa do Estado brasileiro, do ponto de vista de sua participação no sistema capitalista mundial. Não por acaso, Marini chama a atenção para as condições particulares da situação de crise mundial que se abria na década de 1970, em que o acirramento dos conflitos e contradições interimperialistas propiciariam maior margem de manobra para a execução do projeto subimperialista brasileiro, diversificando suas

²⁷ Cf. especialmente Marini (1978b). Ver ainda Marini (1979b): “O novo Estado que a classe dominante está gestando põe limites muito mais estreitos à ação das massas e trata de se suprir de seguranças militares muito maiores do que antes, para enfrentar tal ação” (p. 248).

relações de dependência (sem cancelá-las) com capitais de distintas procedências. Na referida conjuntura, o Estado brasileiro poderia se aproveitar do acirramento da concorrência interimperialista para captar recursos (capitais, meios de produção e tecnologia) que permitiriam levar adiante o projeto de desenvolvimento industrial e, assim, afirmar-se como potência média, nos marcos da dependência. O subimperialismo brasileiro, pelas projeções que teria na América Latina, seria fator estimulante à revolução continental, ao exportar a exploração e o terror, no conjunto do processo contrarrevolucionário movido na América Latina (mas na mesma medida em que representaria, enquanto não posta em xeque, um prolongamento da existência histórica do imperialismo)²⁸.

Enfim, na perspectiva de Marini, conformam-se nexos inextricáveis entre Estado, imperialismo, subimperialismo, superexploração e opressão de classe. Como destaca o sociólogo, é justamente onde o processo de integração imperialista engendrou um maior desenvolvimento capitalista que se manifesta uma tendência ao fortalecimento dos Estados nacionais, como condição mesma do processo de integração dos sistemas produtivos (garantir as condições para o investimento estrangeiro: proteção do mercado interno, infraestrutura etc.) e como instrumento de mediação entre a burguesia local e o imperialismo. Este aspecto é crucial: a própria decisão das burguesias locais de se subordinarem à integração imperialista as obriga a concentrar e organizar forças, para não serem solapadas pelo imperialismo na negociação com o mesmo. A aceleração da concentração e centralização do capital nas economias dependentes leva à aglomeração entre capital (nacional e estrangeiro) e Estado. O Estado, convocado a ordenar e arbitrar a vida econômica, nos marcos da subordinação ao imperialismo, vê acentuada sua força e sua capacidade de intervenção em todas as esferas da vida social. O Estado armado contra as massas trabalhadoras seria a expressão máxima, a explicitação tanto de seu caráter de classe como de um padrão de luta de classes em que não há a menor possibilidade de conciliação, onde a oposição de classes é levada às suas últimas consequências.

As implicações práticas da reflexão de Marini, em sua tentativa de apreender as leis

²⁸ “Sin embargo, parece evidente que mientras más avance el proceso de integración imperialista de los sistemas de producción en América Latina y más efectiva sea la represión que aquí se realice contra los movimientos revolucionarios, más condiciones tendrá el imperialismo para prolongar su existencia a contracorriente de la historia. Inversamente, la generalización de la revolución latinoamericana tiende a destruir los soportes principales que la apoyan y su victoria representará para él el golpe de muerte. Ésta es la responsabilidad histórica de los pueblos latinoamericanos y frente a ella no hay otra actitud posible que la práctica revolucionaria” (Marini, 1969: 20-21).

de movimento do capitalismo dependente, são claras, conforme já sugerido. Contrapondo-se à perspectiva que antevia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional no Brasil, a ser deslançado pela ruptura dos anacronismos feudais por uma revolução democrático-burguesa que colocava na ordem do dia uma aliança entre burguesia e proletariado, Marini nega as possibilidades de reforma do capitalismo dependente. Os anacronismos, na verdade, eram traços constitutivos e imprescindíveis desse próprio modo de ser específico do capitalismo, o capitalismo dependente, com fundamento na superexploração do trabalho. Superar a dependência externa e a segregação social exigiria romper com as próprias relações de produção que estão na base do capitalismo dependente, ou seja, transcender o capitalismo pela via da revolução socialista. A própria base material constituída pela industrialização, tanto mais no caso do subimperialismo (capitalismo dependente alçado à fase monopolista do capitalismo), forneceria as condições objetivas para o socialismo, enquanto o acirramento das contradições terminaria por constituir e amadurecer as condições subjetivas para a revolução. Nos marcos do capitalismo dependente, a oposição de classes torna-se radical, irreconciliável. Assim sendo, Marini expõe suas conclusões de modo inequívoco:

En el marco de la dialéctica del desarrollo capitalista mundial, el capitalismo latinoamericano reprodujo las leyes generales que rigen el sistema en su conjunto, mas, en su especificidad propia, las acentuó hasta su límite. La superexplotación del trabajo en que se funda lo condujo a una situación caracterizada por un corte radical entre las tendencias naturales del sistema y, por lo tanto, entre los intereses de las clases beneficiadas por él, y las necesidades más elementales de las grandes masas, que se manifiestan en sus reivindicaciones de trabajo y consumo. La ley general de la acumulación del capital, que implica la concentración de la riqueza en un polo de la sociedad y el pauperismo absoluto de la gran mayoría del pueblo, se expresa aquí con toda brutalidad y pone a la orden del día la exigencia de formular y practicar una política revolucionaria, de lucha por el socialismo. (Marini, 1969: 18)

De seu ponto de vista, as novas condições econômicas e sociais, em que passava a se desenrolar a luta de classes na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, seriam favoráveis à maturação do proletariado como sujeito revolucionário, bem como ao encaminhamento de suas lutas em termos socialistas:

Situada no centro desse vasto movimento social, a classe operária tem sustentado sua luta contra o desemprego, os baixos salários, as longas jornadas e a intensificação do trabalho. Mas o decisivo é que o faz em uma situação política transformada: a ruptura das antigas alianças de classes e o desmantelamento do populismo, colocam o movimento operário frente a um Estado que é o órgão explícito da dominação da classe burguesa. Mesmo onde a dissimulação é grande, como acontece com a lei, o Estado deixou de representar para os trabalhadores um elemento de confusão. Seu caráter de classe se acentuou ao ritmo das transformações econômicas e sociais dessas duas décadas e resultou

num movimento operário muito mais consciente e, por isso, muito mais capaz de propor suas lutas no terreno do socialismo. (Marini, 1979b: 245-246)

Em suma, para Marini, a afirmação do caráter “monstruoso” do capitalismo brasileiro – tanto quanto do capitalismo dependente latino-americano, em geral – abriria a possibilidade para se propor sua superação pela revolução socialista, à medida que se explicitava a brutalidade da exploração capitalista e da dominação de classe no elo fraco do sistema. Referindo-se à situação brasileira após o golpe de 1964, afirma Marini:

El capitalismo brasileño es un monstruo, pero un monstruo lógico: si el consumo popular no sirve a la realización de lo que producen los sectores más dinámicos de la industria, peor para el consumo popular; el capital seguirá su acumulación prescindiendo de él. El resultado de esto es que la especialización funcional de la economía brasileña es tan lógica que se convierte en absurda: de un lado, la masa productora de plusvalía, que no tiene prácticamente acceso al consumo; del otro, los grupos y estratos que acumulan y/o consumen plusvalía. El divorcio entre las clases no podría ser más radical, y revela con meridiana claridad la base de clase de la dictadura militar. (Marini, 1969: 197)

A conclusão de Marini é inequívoca. Para as classes trabalhadoras da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, não há nada a esperar do capitalismo dependente, senão o agravamento das condições de exploração e opressão de classe pelas mãos da burguesia irmanada ao imperialismo. A encruzilhada histórica só deixaria uma alternativa de fato para as classes trabalhadoras no elo fraco do sistema: a luta pelo socialismo.

Conclusão

Ruy Mauro Marini procurou reinterpretar a história do capitalismo no Brasil e na América Latina com base nas categorias e leis imanentes ao modo de produção capitalista, norteando-se pelas teorias do valor e do imperialismo na tentativa de construir uma teoria marxista da dependência. Partindo da lei do valor e da lógica da acumulação do capital em escala mundial, Marini vincula a situação de dependência a uma forma particular de capitalismo, que surge com a articulação da América Latina ao mercado mundial, com o advento da grande indústria. Inseridas em condição subalterna no sistema internacional do capitalismo, constantemente submetidas à drenagem de valor pelos capitais imperialistas, as burguesias dependentes buscariam na superexploração do trabalho uma compensação àquelas perdas, permitindo dar continuidade à acumulação interna de capital. Configurando um ciclo do capital próprio, o capitalismo dependente, erigido sobre aquelas relações de

exploração ultraextorsivas para os trabalhadores, reproduz-se em sua condição subalterna, ao mesmo tempo em que as contradições imanentes ao modo de produção capitalista e à luta de classes vão sendo levadas ao paroxismo. Nessas condições, a burguesia dependente e o Estado, por ela instrumentalizado, escancaram a opressão de classe, entrando em contradição aberta com a ideologia liberal e com a própria democracia burguesa, não deixando qualquer espaço para reformas estruturais e para a superação da dependência nos marcos do capitalismo. A superexploração do trabalho, para Marini, não representa a sobrevivência de formas anacrônicas de produção, tampouco mera contingência a ser superada com reformas dentro da ordem²⁹. Ao contrário, a superexploração é estrutural, imanente ao capitalismo dependente, a forma pela qual as relações de produção capitalistas puderam se objetivar em condição subalterna no circuito mundial de acumulação do capital. Portanto, as burguesias dependentes, como condição de sua própria sobrevivência como classe, jamais poderiam abrir mão da situação de miséria das massas e da associação subordinada ao grande capital internacional. Com sua interpretação do capitalismo brasileiro, em particular, Marini procurava desmontar as ilusões e armadilhas reformistas e desenvolvimentistas, que teriam amortecido a luta de classes e preparado o terreno para uma contrarrevolução prolongada. Nesses termos, Marini se colocava em posição radicalmente oposta à de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que entendia o padrão de acumulação do capitalismo brasileiro como sendo estruturalmente incompatível com um regime democrático burguês e com um Estado de bem-estar social³⁰. É para essa disputa

²⁹ Insiste Marini: “la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo; suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotador y logra reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas” (Marini, 1973: 98). Aqui Marini está debatendo diretamente com Fernando Henrique Cardoso, como veremos em detalhes no capítulo a seguir.

³⁰ Em “Plusvalía extraordinária y acumulación de capital”, Marini critica o equívoco de entender a superexploração como “expresión de una fase que estaría viviendo el capitalismo brasileño, susceptible pues de ceder lugar a otra en que la introducción de métodos destinados a aumentar la productividad permita generalizar la plusvalía relativa. (...) El recurso a la productividad del trabajo, como método de extracción de plusvalía, *no es algo que está por venir*, cuando se agote la posibilidad de extraerla sobre la base de la superexplotación, sino que *ha sido justamente porque ya se utiliza ampliamente que la superexplotación en Brasil se ha agravado*. Esto es lo que examine en otra parte, al indicar como, al incidir en una estructura productiva basada en la superexplotación, el aumento de la productividad del trabajo conlleva la aceleración del crecimiento del ejército industrial de reserva, con lo que se viabiliza la presión del capital sobre las condiciones de trabajo y remuneración de los trabajadores. El hecho de que, junto a ello, la burguesía recurra al Estado para doblegar la resistencia obrera y hacer aun mas efectiva la acción del ejército de reserva (eliminando, por ejemplo, la estabilidad laboral, fijando topes salariales, suprimiendo el derecho de huelga, etcétera) no modifica el problema, en sus términos esenciales. En consecuencia, para que los

que nos voltaremos agora.

trabajadores brasileños logren superar la superexplotación, tendrán que hacerlo (...) echando abajo la economía dependiente que existe en Brasil, por grandes que sean los progresos que presente allí el régimen capitalista de producción”. Do contrário, se alimentam ilusões de que capitalismo brasileiro pudesse ingressar – ou tivesse ingressado – em fase que não se distinguiria fundamentalmente do capitalismo avançado. Marini também critica, por exemplo, Serra e Cardoso, para os quais a superexploração não passa de contingência, de uma casualidade, visto que atribuíram-na à debilidade dos sindicatos e grupos políticos afins, e ao “reacionarismo das forças golpistas” de 1964; ou seja, a superexploração torna-se efeito casual da luta de classes, sobre o qual capital não tem responsabilidade direta; não entendem a superexploração como elemento vital, necessário, da dinâmica do capitalismo dependente. Cf. Marini (1978a). Entre as interpretações contrárias à de Marini, podemos destacar Francisco de Oliveira (2003), para o qual a superexploração teria servido apenas à fase de “acumulação primitiva” do capitalismo brasileiro; Fernando Henrique Cardoso (1993), Maria da Conceição Tavares (1981) e João Manuel Cardoso de Mello (1975), que não veem na superexploração elemento constitutivo e necessário do capitalismo brasileiro, de modo que não haveria quaisquer limitações estruturais à constituição de um capitalismo que combinasse desenvolvimento das forças produtivas, regime democrático e Estado de bem-estar.

4. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: A CONTROVÉRSIA ENTRE F. H. CARDOSO E R. M. MARINI

El reduccionismo economicista que hace reposar la imposibilidad de la expansión capitalista de la periferia en límites estructurales del tipo de los señalados por Marini, además de ser, como vimos, falsos teóricamente, matan el nervio del análisis político, llevándolo a basarse en un catastrofismo que no se cumple..

José Serra & Fernando Henrique Cardoso, "Las desventuras de la dialéctica de la dependencia" (1978)

Pero hoy, los nuevos ideólogos de la burguesía brasileña están obligados a retomar esa tradición y a intentar dar credibilidad en un desarrollo capitalista brasileño al estilo norteamericano o europeo. En suma, nos encontramos ante un neo-desarrollismo, todavía vergonzante, pero que no tardará en ir perdiendo sus inhibiciones.

Ruy Mauro Marini, "Las razones del neodesarrollismo" (1978)

Introdução

Conforme vimos, Fernando Henrique Cardoso parte de uma proposta de metodologia de estudo de situações concretas de dependência, que permita entender a constituição do modo capitalista de produção em formações sociais que têm na dependência estrutural seu traço específico. Para Cardoso, haveria a possibilidade de conciliar desenvolvimento e dependência, no contexto da internacionalização do mercado interno, para as economias latino-americanas que haviam avançado na consolidação do mercado interno e no processo de industrialização. A solidariedade que se estabeleceria entre o novo padrão de investimento estrangeiro direto e os espaços econômicos nacionais seria crucial para a compreensão da nova configuração da dependência, à medida que a industrialização periférica passava a ser impulsionada pelo capital internacional. Por outro lado, Ruy Mauro Marini, buscando construir uma teoria marxista da dependência, entende que a economia dependente se configurou a partir da articulação com a economia capitalista mundial, retendo como especificidade relações de produção marcadas pela predominância da superexploração do trabalho. A industrialização dependente se erguerá sobre essa base, desenvolvendo-se por dentro de contradições sempre crescentes, à medida que a reprodução do capital com base na superexploração leva ao paroxismo a lei geral de

acumulação. Nesse sentido, somente a ruptura com as relações sociais de produção que conformam o capitalismo dependente pode solucionar os dilemas dos povos latino-americanos, pela superação simultânea do capitalismo e da dependência.

Assim, as concepções de Cardoso e Marini quanto ao capitalismo dependente, em particular o capitalismo brasileiro, aparecem como radicalmente divergentes, tanto pelos seus fundamentos quanto pelas suas implicações políticas. Essa divergência fundamental se explicita ao longo da breve polêmica que Cardoso e Marini travaram nos anos 1970¹.

É assim que, em 1972, Cardoso inaugura a polêmica no artigo “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, onde aparecem comentários ao trabalho então recentemente publicado de Marini, “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”². Enunciando sua própria tese do desenvolvimento com dependência de forma sintética, Cardoso já aponta para o cerne de sua divergência com Marini: a necessidade da superexploração do trabalho. Nesse momento, Cardoso questiona a função que a superexploração teria cumprido para o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais, ou seja, nos termos de Marini, para viabilizar a passagem da produção de mais-valia absoluta para a acumulação baseada na mais-valia relativa. Ademais, chamando a atenção para a nova forma de dependência, em que existem, simultaneamente, dependência e desenvolvimento, Cardoso também descarta a necessidade da superexploração para o desenvolvimento dependente, que doravante teria como fundamento a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho. Marini, em texto de 1973, que se integra à versão definitiva da *Dialéctica de la dependencia*, como *post-scriptum*³, responde as primeiras críticas de Cardoso. Marini reafirma a necessidade da superexploração,

¹ Na recuperação que faremos do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, iremos nos ater às questões substantivas tratadas por esses sociólogos, com relação à compreensão que têm dos dilemas do desenvolvimento no capitalismo dependente. Não entraremos nas deturpações e tampouco nos ataques virulentos que Cardoso, notadamente no artigo escrito em colaboração com José Serra (Serra & Cardoso, 1978), perpetrou contra Marini. Cumpre notar que, enquanto a crítica de Cardoso a Marini teve ampla circulação através do Cebrap, a resposta de Marini (Marini, 1978) só veio a público no Brasil mais de duas décadas depois, em antologia organizada por Emir Sader (Marini, 2000). Nesse sentido, ignorando o texto de Marini e silenciando, Cardoso e Serra foram bem-sucedidos em seu objetivo de fechar “falsas saídas” (Serra & Cardoso, 1978: 10), trancando o debate sobre a dependência. A esse respeito, consultar, por exemplo, Prado (2011).

² Para o artigo de Cardoso, ver Cardoso (1993), capítulo II. Quanto ao texto de Marini, trata-se da primeira versão do seu mais importante trabalho, *Dialéctica de la dependencia*. Nessa versão, ainda não apareciam suas considerações quanto ao processo de industrialização dependente, como o próprio Marini esclarece (Marini, 1990: 92).

³ Com o título de “En torno a la *Dialéctica de la dependencia*”, tal como aparece em Marini (1973), parte II.

criticando Cardoso por desconsiderar a importância, teórica e histórica, das formas de exploração que se distanciam daquela que corresponde à produção de mais-valia relativa. Cardoso se equivocaria não apenas ao confundir superexploração com mais-valia absoluta, mas também ao ignorar que o progresso da produtividade do trabalho se faz acompanhar de maior exploração do trabalhador. Não obstante, o que caracteriza o capitalismo dependente é a presença estrutural da superexploração, que se ergue como obstáculo, nessa formação social, à transição da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa.

Em seguida, Cardoso, em “As novas teses equivocadas”⁴, polemiza com a “teoria da dependência” de um modo geral, chamando a atenção para a análise distorcida em que incorreria e, pela primeira vez, para as possíveis consequências práticas graves que dela decorreriam⁵. Ainda que não se dirigindo diretamente a Marini, aqui aparece a acusação de que, para os teóricos marxistas da dependência, o desenvolvimento capitalista seria inviável, deslizando para uma tendência inexorável à estagnação. Em todo caso, volta a criticar Marini, quanto às teses da superexploração e do subimperialismo, reafirmando o que é específico do capitalismo em suas formas mais desenvolvidas (relações de produção e forças produtivas especificamente capitalistas), ou seja, uma dinâmica econômica baseada na concorrência e na introdução de progresso técnico. Tal seria o caso de algumas economias dependentes, que entraram na fase de internacionalização do mercado interno, com a instauração dos “setores oligopólicos”. Nesses termos, não haveria problemas de realização por conta de um suposto estreitamento do mercado. É no prefácio à quinta edição de *Subdesarrollo y revolución*, de 1974, que podem ser encontrados elementos que permitem fazer a contraposição de Marini à nova crítica de Cardoso, ainda que este só seja citado marginalmente nesse texto⁶. Marini se dirige àqueles que, ainda que críticos do sistema, não veem em seus traços negativos necessidades imanentes ao mesmo, como é o caso da superexploração, e que acabaram incorrendo em apologia do “milagre econômico”. Com isso, discute a existência de problemas de realização no capitalismo brasileiro, decorrentes da exclusão das massas trabalhadoras tanto do consumo quanto do emprego produtivo, como consequência da superexploração do trabalho e da agudização da lei geral

⁴ Cardoso (1975), capítulo I.

⁵ Crítica que dará o tom ao artigo de Cardoso em colaboração com José Serra (Serra & Cardoso, 1978).

⁶ Prefácio à 5ª edição de Marini (1969). De acordo com esclarecimento do próprio Marini, em sua “Memória”, Cardoso é um dos interlocutores que tem em conta nesse prefácio (Marini, 1990: 118).

da acumulação. No Brasil, para Marini, as contradições podem se desenvolver, em novas formas, no esquema subimperialista.

A controvérsia atinge seu clímax com a publicação de “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, artigo de Cardoso em colaboração com José Serra (Serra & Cardoso, 1978; Serra, 1979). Além de retomar e desenvolver elementos de crítica já presentes nos outros textos mencionados, aqui a crítica sobe de tom, tornando-se um ataque virulento a Marini, estigmatizando-o. O objetivo declarado de Cardoso e Serra é fechar “falsas saídas”, procurando desmontar a teoria da dependência de Marini, que fundamentaria práticas políticas desastrosas, a partir da refutação da necessidade da superexploração, desde seus fundamentos na troca desigual. Para Cardoso, a superexploração corresponde a formas históricas pretéritas, havendo então contribuído para a acumulação, porém sendo equivocada sua extrapolação para outros momentos, em particular para a nova etapa da dependência. Nessa nova configuração, particularmente no Brasil pós-1964, a persistência de formas de superexploração do trabalho nada mais seria que mera contingência histórica, resultado da correlação de forças sociais e políticas adversa aos trabalhadores, e não produto e necessidade imanente da acumulação de capital nos marcos da dependência. Tampouco o capitalismo brasileiro careceria de dinamismo, por esbarrar em pretensos obstáculos intransponíveis do ponto de vista do mercado. Marini erraria em circunscrever a demanda efetiva ao gasto bélico e ao subestimar a capacidade de consumo dos trabalhadores. Enfim, o capitalismo brasileiro pode ser dinâmico e estruturalmente compatível com um melhor padrão distributivo, sem quebrar a coluna vertebral do sistema (a produção de bens de consumo duráveis). Marini dá sua resposta em “Las razones del neodesarrollismo” (Marini, 1978), retomando as questões da troca desigual, da superexploração e do subimperialismo. Para Marini, Cardoso e Serra esvaziariam a especificidade do capitalismo dependente, ao abstraírem seu traço constitutivo e distintivo que é a superexploração do trabalho, nesse movimento assimilando o desenvolvimento dependente ao mesmo tipo de desenvolvimento capitalista verificado nos centros imperialistas da Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Marini, o capitalismo dependente pode se desenvolver, como atestava o caso brasileiro, ainda que sob a marca da superexploração, por dentro de contradições agudas e crescentes que esta implica, pela exacerbação das contradições da lei geral de acumulação.

Neste capítulo, procuramos recuperar a essência do debate travado entre Cardoso e Marini, pondo em evidência suas divergências quanto à natureza, os limites e as possibilidades do capitalismo dependente, tendo em conta que tomam o Brasil, particularmente durante o clímax da industrialização, como foco de suas atenções. Começamos pelas distintas leituras que têm da lei geral da acumulação, que delimitarão o caráter necessário ou contingencial da superexploração do trabalho, para em seguida entrarmos nesta questão propriamente dita, do ponto de vista das relações de produção vigentes no capitalismo dependente. Em seguida, passaremos às implicações do caráter das relações de produção e das divergências quanto ao modo de funcionamento do capitalismo, em termos da questão dos mercados e dos problemas de realização. Concluímos com uma síntese do debate, procurando destacar seu significado e as implicações políticas das diferentes interpretações das contradições do capitalismo dependente.

1. A lei geral da acumulação capitalista

O ponto nevrálgico da controvérsia entre Cardoso e Marini se situa na função da superexploração para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em geral, e para a acumulação de capital nas economias industriais dependentes, em particular. Nesse aspecto, em especial, a discussão entre os sociólogos se dá em torno da compreensão da teoria marxista sobre o regime do capital e suas contradições, remetendo à lei geral da acumulação tal como exposta por Marx em *O capital*⁷. Tanto o ponto de partida quanto parte considerável dessa discussão gira em torno à disputa de diferentes leituras de Marx, em que Cardoso e Marini se acusam reciprocamente de não haverem compreendido a teoria marxista do capital. Portanto, é a partir de interpretações particulares sobre a teoria e o arsenal categorial elaborados por Marx que Cardoso e Marini procuram estabelecer os marcos para demonstrar a necessidade ou prescindibilidade da superexploração do trabalho para o capitalismo dependente. É assim que, em Marini e Cardoso, serão as diferentes conexões que estabelecem entre acumulação do capital, desenvolvimento das forças produtivas, relações sociais de exploração e antagonismos de classe que determinarão, em cada caso, a necessidade ou eventualidade da superexploração da força de trabalho.

⁷ Marx (1867), capítulo XXIII.

A crítica fundamental de Cardoso a Marini gira em torno à tese da superexploração do trabalho nas economias dependentes, que teria desempenhado funções cruciais na constituição do modo de produção especificamente capitalista nos países industrializados do centro. Para Cardoso, a tese de Marini incorreria em uma representação distorcida da realidade histórica, pois ao postular essa funcionalidade da superexploração para o desenvolvimento capitalista no centro, Marini teria deixado de captar o que é específico do capitalismo industrial. Equiparando superexploração a produção de mais-valia absoluta, à “exploração extensiva da mão-de-obra”, Cardoso não descarta sua importância histórica, reconhecendo que havia complementado a acumulação de capital nas economias centrais do sistema, mas rejeita a hipótese de que, sem aquela, esta teria se defrontado com barreiras objetivas, que teriam refreado seu desenvolvimento. A espoliação da periferia, mediante a máxima exploração da força de trabalho, não teria sido um processo indispensável ao desenvolvimento capitalista no centro, uma vez que isto implicaria negar a especificidade do modo de produção capitalista. Por suas palavras:

(...) com respeito ao desenvolvimento do capitalismo central este processo não é *necessário*. Ele ajuda, facilita e complementa, mas não é um requisito para a expansão capitalista. (...) O mecanismo descrito por Marini justifica *ex-post* a função do capitalismo dependente e explica a razão pela qual dá-se uma superexploração da força de trabalho sem que isso acarrete problemas de realização. Mas creio que seria possível mostrar que o capitalismo central, *no que ele possui de específico e dinâmico*, depende da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade – que atinge, por certo, os produtos necessários à reposição da força de trabalho –, não da pura espoliação das regiões periféricas. (Cardoso, 1993: 108-9)

Logo, é preciso reter a particularidade do capitalismo industrial, tal como enunciada por Cardoso. Sempre recorrendo, pretensamente, à “tradição marxista”, e em particular a Lênin, para reafirmar o caráter progressista do capitalismo⁸, cujo desenvolvimento revoluciona forças produtivas e relações de produção, Cardoso reafirma que a especificidade do sistema capitalista, com a industrialização, reside no progresso técnico e na extração de mais-valia relativa. A partir da constituição do modo de produção especificamente capitalista, com a base técnica de produção que lhe é própria, a acumulação de capital deixaria de depender da competição entre trabalhadores, sob pressão de uma população excedente desocupada, que manteria os salários em níveis próximos ao mínimo necessário à

⁸ Como em Cardoso (1993), p. 110. Cf. Lênin (1899). Em contrapartida, assimila a teoria da dependência de Marini às teses defendidas pelos populistas russos (*narodniks*), combatidas por Lênin (Cardoso, 1975: 28). Essa mesma assimilação é feita por Palma (1981). Para a defesa de Marini a essa imputação, ver Marini (1978), pp. 100-1.

subsistência⁹. Em suma, a acumulação industrial passa a se apoiar na revolução das forças produtivas e nos ganhos de produtividade do trabalho, prescindindo da baixa dos salários pela concorrência entre trabalhadores. Tampouco dependeria de formas de exploração extensiva da mão-de-obra. Ainda que a relação de exploração persista, visto que intrínseca à produção capitalista, o processo de valorização, no capitalismo industrial, passa a se dar predominantemente pelo aumento da produtividade, que em última instância, através da concorrência entre capitais, possibilita o barateamento relativo da força de trabalho e, portanto, o aumento da mais-valia em sua forma relativa. Isto é, a mão-de-obra torna-se relativamente mais barata aos capitalistas não porque os salários são rebaixados, mas porque se reduz o custo de produção dos meios de subsistência. É por isso que Cardoso afirma que:

Com efeito, parece-me que na ótica marxista as condições gerais da acumulação (ou seja, a exploração absoluta do trabalho) combinam-se com as específicas (a diminuição do período de trabalho necessário em proveito do trabalho excedente e a potenciação das forças produtivas) e tem nestas últimas o traço distintivo. Atribuir o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho da periferia do sistema (convém dizer que Marini não afirma categoricamente isto) para a acumulação nas economias centrais leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial. (Cardoso, 1993: 110)

Essa compreensão se inspira em determinada leitura de *O capital*, de Marx¹⁰. Transparece a centralidade que Cardoso atribui às inovações técnicas e à concorrência como propulsores da acumulação de capital e do progresso das forças produtivas. Desse modo, a luta entre capitais que se expressa na concorrência intercapitalista adquire maior visibilidade e premência na interpretação de Cardoso, em detrimento da relação antagônica

⁹ Cardoso (1993), p. 110. “É inegável que, em determinadas condições, a abundância de mão-de-obra (e seu barateamento como consequência da concorrência) podem influenciar a acumulação. Entretanto, a expansão capitalista não depende da concorrência entre trabalhadores apenas (ou seja, do exército de reserva) mas do custo da reposição da força de trabalho, nos termos anteriormente indicados, da taxa de lucro, da competição entre os capitalistas, da renovação técnica etc.” (Cardoso, 1993: 113). Por exemplo, criticando a tese da superexploração: “supõe-se que os frutos do crescimento derivam quase só do suor dos trabalhadores, do baixo nível de remuneração, da marginalização crescente de uma parcela da população, do sub-emprego etc.” (Cardoso, 1975: 14). E prossegue: “a acumulação é vista como o resultado direto da coação sobre os trabalhadores que, ganhando pouco e relativamente cada vez menos, permitem a acumulação em espiral” (*Ibidem*). Essa mesma perspectiva aparece em Belluzzo (1980), capítulo 3.

¹⁰ Marx nunca negou o papel histórico do capitalismo, como bem destacou suas conquistas em *O manifesto comunista*. Porém, sintomaticamente, desaparece em Cardoso a perspectiva presente tanto em Marx quanto em Lênin – e em outros “autores marxistas clássicos”, como Friedrich Engels e Rosa Luxemburgo – de que acumulação capitalista e barbárie avançam conjugada e progressivamente, impondo o dilema “socialismo ou barbárie”. E é em sua etapa superior, no imperialismo, que essa contradição aflora com força explosiva. Sobre esse ponto, ver Foster (2006) e Mészáros (2003).

entre capital e trabalho, que aparece apenas atenuada¹¹. Portanto, para Cardoso, nos marcos da grande indústria, a acumulação avança para patamares cada vez maiores mediante a concorrência entre os capitalistas (e mesmo entre oligopólios) na busca pelo lucro, entendendo a concorrência como estímulo vital para que procurem introduzir inovações técnicas nos processos de produção. É essa incorporação de progresso técnico, ampliando a produtividade do trabalho (que se traduz no progressivo aumento da composição orgânica do capital), que permite, em última instância, de um lado, o barateamento relativo da força de trabalho, e de outro lado, o barateamento dos elementos materiais do capital constante, possibilitando contornar a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. Afinal, a preocupação fundamental do empresário é a taxa de lucro, o retorno que auferi sobre o capital total, e não a taxa de mais-valia, podendo o progresso técnico incidir também na desvalorização de máquinas e equipamentos¹². Vejamos como Cardoso constrói esses seus argumentos:

(...) o capital, se bem expresse diretamente uma relação social de exploração, implica, quando o capitalismo avança, tanto o uso de tecnologias como a produção de excedentes que dão vida e dinamismo a setores não produtivos da sociedade. (...) o nervo do capitalismo avançado baseia-se na extração da mais-valia relativa (decorrente do progresso técnico e não da super-exploração da jornada de trabalho) e na competição (embora oligopólica) entre produtores. (Cardoso, 1975: 14)

E, outra vez, invocando Marx para criticar Marini:

Por trás da aparente racionalidade didática da explicação [de Marini], escondem-se equívocos quanto a natureza do processo capitalista de produção. Marx já havia mostrado (...) que o essencial para a acumulação capitalista não é a concorrência entre trabalhadores que leva à baixa relativa crescente do custo da força de trabalho, mas sim que este regime produtivo está baseado no que ele caracterizava como a “tendência à elevação da taxa de composição orgânica do capital”. Ou seja, a introdução crescente de tecnologias, potenciando as forças produtivas, aumenta a parte do capital chamado contante em contraposição à parte chamada variável (para o pagamento de salários) à medida em que avança o processo de acumulação. A concorrência entre os capitalistas e a introdução de novas tecnologias, juntamente com a ampliação crescente da escala de acumulação, é que garantem o

¹¹ Ao que parece, mais do que Marx, é a influência de Schumpeter, com a noção de processo de “destruição criadora”, que comparece na visão de Cardoso sobre a dinâmica do sistema capitalista. A propósito, Paiva (2008) chama a atenção justamente para essa influência de Schumpeter sobre a compreensão de Cardoso acerca do desenvolvimento capitalista. Ver Schumpeter (1942), especialmente os capítulos 7 e 8. Sobre o conceito de “destruição criativa” e a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, ver também Napoleoni (1979), capítulo III.

¹² A taxa de mais-valia é dada pela relação entre mais-valia e capital variável, indicando a taxa de exploração. Porém, a taxa de lucro expressa a valorização do capital total, pela razão entre mais-valia e capital variável mais capital constante. Por isso, a desvalorização dos elementos materiais, ao incidir sobre o denominador, pode contribuir para aumentar a taxa de lucro. Sobre a importância do progresso técnico para a desvalorização do capital constante, permitindo a elevação da taxa de lucro sem modificar a taxa de mais-valia, ver Serra & Cardoso (1978), pp. 43-5. Em nota de rodapé, Serra e Cardoso detalham as consequências do barateamento do “capital constante”. Cf. Serra & Cardoso (1978), nota 42, p. 45.

dinamismo do sistema. (Cardoso, 1975: 31-32)

Por fim, o papel crucial do progresso técnico, entendido como arma dos capitalistas para deslocar ou superar a concorrência, é desvelado:

Marini reveló desconocer el papel que puede desempeñar el progreso técnico en la producción de las mercancías que integran el capital constante y de allí en la elevación de la productividad y de la tasa de ganancias, papel que históricamente fue vital para el desarrollo del capitalismo. Para éste, la “devaluación” o la “mejora” del capital constante puede ser tan importante como la devaluación directa de los productos básicos. (Serra & Cardoso, 1978: 45)

É assim que, nesses termos, Marini teria incorrido em uma falsa apreciação da dinâmica capitalista e da teoria marxista do capital, deixando de apreender a natureza do modo de produção especificamente capitalista. No esquema de Cardoso, a lei geral da acumulação não implica necessariamente a deterioração das condições de trabalho e de existência da classe trabalhadora, pois é no âmbito da política, a depender da correlação de forças na luta de classes, que se define a taxa salarial¹³. A superexploração não passa de contingência, conforme destacaremos adiante.

Marini, tomando Cardoso como interlocutor, procura reafirmar suas próprias posições quanto à necessidade da superexploração do trabalho. A presença estrutural, constitutiva e permanente da superexploração, como alicerce das relações de produção e do padrão de acumulação capitalista nas condições de dependência latino-americana, é a tese que procura defender. A superexploração do trabalho e as condições que cria na economia dependente não são acidentais ou contingentes, mas manifestações particulares da lei geral da acumulação. Para Marini, a superexploração corresponde a uma maior exploração da força física do trabalhador – em contraste com a exploração resultante do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho – o que implica em remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Logo, a superexploração não se define pelo grau ou taxa de exploração elevada, em si mesma, mas como sendo uma forma determinada de exploração, em que ocorre a violação da lei do valor para o trabalho, distinguindo-se da extração de valor excedente por meio da desvalorização real da força de trabalho (mais-valia relativa)¹⁴. Contrapondo-se a Cardoso, procura mostrar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mesmo em suas formas superiores, não suprime e nem se dá independentemente

¹³ Tal como transparece, por exemplo, em Serra & Cardoso (1978), pp. 50-51.

¹⁴ Conforme já vimos no capítulo 3, item 1.2.

das formas inferiores de acumulação, distintas do aumento da produtividade que corresponde à extração de mais-valia relativa. Ao contrário, a produção capitalista, à medida que desenvolve a força produtiva do trabalho, acentua e cria condições para uma maior exploração da força física do trabalhador, da qual se faz acompanhar. De acordo com Marini:

Lo que importa señalar aquí, en primer lugar, es que la superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que *es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza productiva del trabajo*; suponer lo contrario equivale a admitir que el capitalismo, a medida que se aproxima de su modelo puro, se convierte en un sistema cada vez menos explotador y logra reunir las condiciones para solucionar indefinidamente sus contradicciones internas. En segundo lugar, según el grado de desarrollo de las economías nacionales que integran el sistema, y del que se verifica en los sectores que componen cada una de ellas, la mayor o menor incidencia de las formas de explotación y la configuración específica que ellas asumen *modifican cualitativamente la manera como allí inciden las leyes de movimiento del sistema*, y em particular la ley general de la acumulación de capital. (Marini, 1973: 98)

Portanto, a correlação existente entre potenciação da força produtiva do trabalho e aumento da exploração do trabalhador, pela intensificação ou prolongamento do processo de trabalho, não é privativa da economia dependente, mas um traço geral do modo de produção capitalista¹⁵. Nos termos do próprio Marini: “La relación positiva entre el aumento de la fuerza productiva del trabajo y la mayor explotación del trabajador, que adquiere un carácter agudo en la economía dependiente, no es privativa de ella, sino que *hace al modo de producción capitalista en sí mismo*” (Marini, 1973: 95). É o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, decorrente do movimento de concentração e centralização do capital e da aplicação de novas técnicas, maquinaria em especial, que cria condições para a intensificação ou prolongamento do processo de trabalho, ou seja, para que o capitalista extraia ainda mais trabalho excedente dos trabalhadores já em funções. Tendo em conta o conseqüente maior desgaste da força de trabalho, decorre daí que a remuneração recebida pelo trabalhador não será suficiente para a reposição integral de suas capacidades, ficando por debaixo do valor correspondente aos meios de consumo necessários à reprodução da força de trabalho.

A condição indispensável para que o capitalista possa tanto extrair mais trabalho quanto manter os salários relativamente baixos (em comparação ao custo de reprodução do trabalhador) é a existência e expansão do exército industrial de reserva, igualmente conseqüência da acumulação do capital¹⁶. A superpopulação relativa, a redundância do

¹⁵ Cf. Marini (1973), p. 95 ss. Ver também Marini (1969), p. 148, em particular. Retomaremos esse ponto no próximo item.

¹⁶ Não por acaso, Marini aponta como um dos eixos centrais da política econômica da ditadura – além do

trabalho vivo que acompanha o processo de concentração e centralização do capital e o progresso das forças produtivas, opera de modo a pressionar os trabalhadores em funções, contendo suas reivindicações e submetendo-os à disciplina do capital¹⁷. Ademais, a intensificação do trabalho e a extensão da jornada, significando obter maior massa de valor por parte dos trabalhadores ocupados, contribuem para ampliar a redundância do trabalho vivo, ou seja, expandem ainda mais o exército industrial de reserva, e todas as mazelas que se abatem sobre a classe trabalhadora¹⁸. Dessa forma, ressaltando o antagonismo irreconciliável entre capital e trabalho, Marini, divergindo frontalmente de Cardoso, mostra como o desenvolvimento das forças produtivas com a grande indústria, nas economias centrais, na verdade aprofunda as formas intensivas e extensivas de exploração, sem negar e sem deixarem de estar subordinadas à exploração propriamente capitalista, ancorada na mais-valia relativa¹⁹. É à base daquele antagonismo, em que a acumulação de capital redundava na polarização entre acumulação de riqueza e acumulação de miséria, que se colocam as contradições fundamentais do modo de produção capitalista.

É assim que, de acordo com Marini, Cardoso esvaziaria a luta de classes de suas determinações objetivas, as condições materiais e as contradições imanentes do modo de produção capitalista que se sintetizam em suas leis de movimento, com seu caráter necessário. Nessa perspectiva, Cardoso reduz a superexploração a mera contingência, acidente, casualidade ou anacronismo.

arrocho salarial direto, via política salarial, e dos incentivos à centralização do capital e maior participação do capital estrangeiro – a ampliação do exército industrial de reserva, assim estabelecendo melhores condições para a vigência da superexploração. Ver, por exemplo, Marini (1978), pp. 87-8.

¹⁷ Referindo-se às economias dependentes, aponta Marini: “dada la superexplotación del trabajo, es decir, el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor, la necesidad de desvalorizarla no se impone con la misma fuerza que en los países capitalistas avanzados; los mecanismos económicos que engendran la superexplotación y que la refuerzan, en particular el crecimiento del ejército industrial de reserva, actúan naturalmente en el sentido de elevar la cuota de plusvalía y crean además, a nivel político, condiciones para que los trabajadores sufran presiones que van en el mismo sentido” (Marini, 1979c: 28).

¹⁸ Discutindo a industrialização dependente, Marini afirma: “La causa de la incapacidad de la industria de crear empleo residía – más que en el uso de tecnologías inadecuadas, como sostuvo la Cepal, dado que es inherente al progreso técnico ahorrar mano de obra – en la brutal superexplotación del trabajo que allí se practicaba, la cual era, a su vez, posibilitada por la existencia de esa fuerza de trabajo redundante”. E prossegue: “Combinando bajos salarios con la prolongación de la jornada y la intensificación del ritmo de trabajo, el capital industrial movilizaba masas de trabajo substancialmente mayores que las que, en condiciones normales, corresponderían a la suma de dinero destinada a pagarlas, inhabilitándose así para asimilar buena parte de las nuevas fuerzas de trabajo que se incorporaban al mercado” (Marini, 1994: 7). Cf. Marini (1978), item IV.

¹⁹ De acordo com Marini, a superexploração do trabalho no capitalismo também se relaciona com a fixação da mais-valia extraordinária, como aponta em Marini (1979c).

2. A relação de exploração no capitalismo dependente

A segunda consideração de Cardoso acerca da necessidade da superexploração, polemizando com Marini, se relaciona com o novo caráter da dependência, quando os “setores oligopólicos” se instalam em determinadas áreas da periferia, como no caso do Brasil, onde se produz uma revolução industrial de novo tipo, combinando dependência e desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, com a internalização de estruturas produtivas e bases técnicas típicas da grande indústria, passaria a ter vigência, na periferia industrializada, o modo de produção especificamente capitalista, ainda que circunscrito aos polos industriais e condicionado pelos anacronismos legados pelo passado colonial (sem ser prejudicado, em sua dinâmica, por estes, tampouco estabelecendo relações de funcionalidade com os mesmos). A industrialização de parte da periferia traria novo problema, que não poderia ser equacionado em termos de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ou de uma superexploração necessária, como propõe a tese de Marini. Cardoso deixa muito clara sua perspectiva analítica: “a meu ver, convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela ideia de que o ‘capitalismo avançado’ requer mão-de-obra superexplorada da periferia” (Cardoso, 1993: 111)²⁰. Caberia compreender como se dá a reprodução ampliada do capital nos setores industriais da periferia e qual sua função para a acumulação capitalista em escala mundial.

Para Cardoso, a internacionalização do mercado interno representaria justamente a internalização de setores capitalistas avançados, promovendo a modernização das estruturas produtivas, das bases técnicas e da organização da produção. A abertura da economia à participação das grandes corporações internacionais, aportando capital e tecnologia, significa a transplantação do padrão de acumulação e das estruturas típicas do capitalismo industrial, com seu respectivo modo de funcionamento. Desse modo, a acumulação nos setores industriais prescindiria de quaisquer formas de exploração anacrônicas ou de uma “exploração extensiva” da força de trabalho, em consonância com a interpretação de

²⁰ Perspectiva que se encontra no mesmo campo de Maria da Conceição Tavares e José Serra, em seu ensaio “Além da estagnação” (Tavares & Serra, 1971).

Cardoso sobre a dinâmica do capitalismo industrial²¹. Não se desconsidera que a extensão da jornada de trabalho, isto é, a produção de mais-valia absoluta, tenha contribuído para a acumulação em outras etapas históricas do desenvolvimento capitalista. O erro estaria em extrapolar a vigência dessas formas pretéritas de exploração, “formas de trabalho baseadas em relações de produção não tipicamente capitalistas-industriais” (Cardoso, 1975: 32), como fundamento indispensável da acumulação, para as épocas históricas subsequentes, quando há setores avançados cuja acumulação de capital se ancora no desenvolvimento da produtividade do trabalho e, portanto, na mais-valia relativa. Por isso Marini e outros “catastrofistas” estariam errados, cometendo anacronismo, ao apresentar como fundamento do “milagre brasileiro” a superexploração do trabalho, quando já seria visível a presença da concorrência oligopolista e do aprimoramento técnico da produção no capitalismo brasileiro. É como explica Cardoso:

(...) a especificidade da etapa de “internacionalização do mercado interno” está justamente na emergência dos setores oligopólicos e não na generalização da exploração baseada na mais-valia absoluta. Esta foi importante (como de resto no capitalismo central também) numa fase *inicial* da acumulação capitalista, mas suas características se redefinem e passam a ser submetidas às peculiaridades da etapa posterior da acumulação, quando esta ocorre. Continua a existir a exploração da mais-valia absoluta, mas é simplista explicar o avanço da acumulação como se as formas mais complexas de exploração não existissem. (Cardoso, 1975: 33)

E ainda:

(...) pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção de mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de contração econômica, absorve mão-de-obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria. (Cardoso, 1993: 143)

É assim que, para Cardoso, nas “ilhas de desenvolvimento” onde se monta um parque produtivo relativamente diversificado e moderno, a alta produtividade das empresas que operam nesses novos setores permite a diferenciação de uma camada privilegiada do

²¹ Essa transplantação – parcial e restrita – para a periferia do padrão de acumulação do “capitalismo avançado” está apoiada em uma série de pressupostos, nem todos enunciados por Cardoso. Por exemplo: a solidariedade entre capital internacional e espaço econômico nacional (em marcos nacionais bem delimitados); a possibilidade de reproduzir, em menor escala, as estruturas produtivas do capitalismo avançado em condições de subdesenvolvimento; a “separação analítica” entre problemas de marginalidade e de acumulação capitalista. Com relação a este último requisito, o sociólogo se aproxima da formulação contida paradigmaticamente em Tavares (1981): “En síntesis, para entender el cuadro completo de la llamada ‘heterogeneidad estructural’ de nuestras sociedades, nos vemos obligados a separar analíticamente los problemas de la dinámica de la industrialización tardía, de aquellos que emergen de la formación histórica de nuestras sociedades nacionales” (Tavares, 1981: 23). Cf. Tavares & Serra (1971).

proletariado, que recebe melhores salários, em confronto com os trabalhadores empregados nos setores tradicionais, para não mencionar a massa marginalizada²². Por outro lado, ainda que a nova tecnologia incorporada represente limites à incorporação de mão-de-obra, enquanto se mantivesse certo ritmo de expansão da economia seria possível a relativa incorporação de força de trabalho no setor industrial, e a expansão do emprego no setor terciário como efeito derivado, não se revelando um caráter absolutamente excludente do sistema. Além disso, a redução dos salários, tal como ocorrida na transição para o novo padrão de desenvolvimento, em termos de condições de vida da população trabalhadora, podia ser compensada com a relativa incorporação permitida pela expansão econômica, gerando empregos, diretamente no setor secundário e indiretamente no terciário, ao menos nos principais núcleos industriais. Como destaca Cardoso, a relação em escala catastrófica entre industrialização e desemprego urbano deixaria de se verificar, uma vez superadas as etapas iniciais da industrialização²³.

Em suma, com a internacionalização do mercado interno, franqueando o espaço econômico nacional à participação das grandes empresas multinacionais, a penetração dos setores oligopólicos, com tecnologia superior e mais alta produtividade, criava condições para minimizar as formas de exploração coloniais, apoiando-se em relações de produção tipicamente capitalistas, para diferenciar uma camada operária em melhores condições, incorporar mão-de-obra, e capaz de apresentar considerável dinamismo – ainda que todos esses efeitos ficassem circunscritos às “ilhas de modernidade” referidas, não promovendo a transformação global da economia e sociedade (tampouco suprimindo o caráter excludente

²² “(...) a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc.” (Cardoso & Faletto, 1969: 182). No mesmo sentido, Cardoso enfatiza a cisão vertical na estrutura de classes, que separa classes e grupos sociais articulados aos novos setores modernos e internacionalizados da economia daqueles que continuam ligados aos setores tradicionais, tecnicamente atrasados e de baixa produtividade, como vimos no capítulo 2, item 3.2.

²³ “(...) enquanto a industrialização está destruindo o sistema artesanal ela elimina, provavelmente, mais empregos do que os cria; no momento seguinte, à condição que prossiga o processo de acumulação e industrialização, mesmo que esta última se faça – *como nas condições capitalistas de produção não pode deixar de ocorrer* – em termos de uma industrialização *capital-intensive*, outra vez dá-se um processo de absorção de mão-de-obra nos polos de desenvolvimento urbano-industrial e desaparece, em termos de emprego, a relação catastrófica entre crescimento industrial e desemprego urbano maciço, como o caso brasileiro mostra flagrantemente” (Cardoso, 1975: 122). “(...) os empregos industriais, depois de liquidado o setor artesanal de produção, voltam a crescer em números absolutos e relativos. Além disso, uma parte da expansão do setor terciário está diretamente relacionada com a expansão capitalista-industrial” (Cardoso, 1993: 114).

próprio do sistema capitalista). Assim, na perspectiva de Cardoso, superexploração, marginalização e pauperização absolutas não se colocam como realidades inexoráveis. Cardoso relativiza o caráter excludente da industrialização dependente e atenua suas contradições²⁴.

É importante frisar que Cardoso não nega peremptoriamente as desigualdades e exclusão social relacionadas ao processo de industrialização em condições de atraso e dependência²⁵. Ao tratar da questão da marginalidade no capitalismo latino-americano, o sociólogo afirma:

Não quero negar a existência de bolsões de miséria (às vezes, em alguns países a verdade é o inverso: ilhas de prosperidade em mares de miséria), nem da existência de “populações marginais”. Mas estas se explicam antes pela formação histórica do capitalismo na América Latina, pela qual superpuseram-se distintos modos de produção (subordinados, por certo, ao capitalista) (...) do que por qualquer “lei” do capitalismo periférico ou dependente. (Cardoso, 1993: 114)

E, ainda nos seus termos: “trata-se de um problema histórico importante por seus aspectos humanos e políticos, mas não deve confundir-se, no plano teórico, com um problema que torne irrealizável a expansão capitalista” (Cardoso, 1993: 114). Desse modo, o caráter tardio e dependente da industrialização latino-americana não poderia deixar de imprimir-lhe traços particulares. É assim que, referindo-se à reprodução das estruturas típicas do capitalismo avançado na fase de internacionalização do mercado interno, Cardoso explica: “a partir desta etapa a industrialização e o comportamento global das economias dos países periféricos passaram a pautar-se por formas próximas das que caracterizam os países centrais”, ainda que “num contexto nacional (social e político) distinto do que

²⁴ Exemplos: “Embora, como tem sido tantas vezes repetido, a industrialização feita à base da tecnologia poupadora de mão de obra tenha um efeito relativamente pequeno na expansão global do emprego no setor secundário, a experiência brasileira dos anos 60 parece indicar que pode ocorrer uma expansão proporcional real do emprego industrial, desde que seja mantida uma taxa elevada de crescimento do produto no setor industrial. Pareceria provável inclusive que, no interior dos empregos do setor secundário, os empregos fabris cresçam em proporção maior do que o decréscimo do setor artesanal provocado pela própria industrialização” (Cardoso, 1975: 76-7). “A mobilidade social fica obscurecida, às vezes, por causa dos índices *per capita* que denunciam a pobreza da maioria e por causa das desigualdades regionais que persistem, o processo de urbanização e a integração de parte da população aos setores dinâmicos da economia geram fortes expectativas ascensionais e permitem algum êxito real nesta direção, mesmo entre populações que estão na base da estrutura social urbana” (Idem, 83-4). “(...) o crescimento relativamente pequeno do emprego no setor secundário é compensado, em parte, pelo crescimento da faixa moderna de emprego no setor terciário. Esta compensação será suficiente, possivelmente, para, nos polos de crescimento como a região metropolitana de São Paulo, minorar os efeitos negativos do atual padrão de desenvolvimento sobre o emprego” (Cardoso, 1972: 41-2).

²⁵ Sobre o problema da marginalidade em Cardoso, ver principalmente Cardoso (1972), capítulos VII e VIII, e Cardoso (1993), pp. 112-116.

prevalece nos países centrais”, donde “consequências específicas” (Cardoso, 1975: 73). Essas consequências configuram o que Cardoso denomina industrialização restritiva ou excludente, que nem por isso deixa necessariamente de apresentar notável dinamismo. É nesse sentido que se percebe em Cardoso uma “separação analítica” entre problemas de marginalização e problemas de acumulação e dinâmica capitalista. O “atraso” condiciona o “moderno”, mas não é funcional (necessário) e tampouco obstaculiza ou compromete o dinamismo dos ramos modernos da produção capitalista e a reprodução de estruturas próprias do capitalismo mais avançado. Como aponta Cardoso: “A industrialização restritiva ou excludente caracteriza-se, portanto, pela contradição existente entre a base tecnológica sob que assenta e o tipo de mercado à sua disposição. Esse fato não constitui uma barreira impeditiva à acumulação e ao crescimento da economia, mas leva-a a distorções marcantes” (Idem, p. 76). A “grande contradição” entre mercado em condições de subdesenvolvimento e produção em larga escala transplantada do centro, ao menos no caso brasileiro, pode ser contornada pela elevação do poder aquisitivo das camadas de rendas altas, fornecendo o mercado apropriado para bens de consumo duráveis.

Segundo Cardoso, outro erro de Marini, além do referido anacronismo, seria transformar ocorrências episódicas, conjunturais, em tendências estruturais, em leis imanentes do capitalismo dependente²⁶. Por exemplo, o rebaixamento absoluto dos salários pode se fazer necessário em conjunturas muito específicas, como ocorreu na economia brasileira na década de 1960. Foi um movimento exigido para viabilizar a transição para um novo padrão de acumulação. Não obstante, a persistência e as proporções extremas do esmagamento dos salários e da concentração de renda, longe de refletirem a “lógica inexorável” do modo de operação do capitalismo dependente, seriam consequência de uma correlação de forças sociais e políticas desfavorável à classe trabalhadora, na sequência do golpe de 1964 que instaura o regime militar²⁷. Esses pontos são levantados por Serra e Cardoso:

(...) la compresión salarial, en la proporción en que ocurrió, no se debió exclusivamente a una lógica inexorable del “capitalismo dependiente” la cual habría obedecido ciegamente a la represión política que efectivamente se dio y anuló las posibilidades de organización y protesta de los sectores populares. Por

²⁶ Serra & Cardoso (1978), p. 43.

²⁷ Essa afirmação se coaduna com a perspectiva de Cardoso sobre a preeminência da “luta de classes” e de autonomia relativa da política. Ao evitar o “economicismo”, recai no “politicismo”. A propósito, ver especialmente Cardoso (1975), cap. VII.

cierto, dada la correlación de fuerzas que adoptó el poder en 1964, había límites “estructurales” a las soluciones posibles a la crisis económica de 1963-64. Pero fue el reaccionismo de aquellas fuerzas y la considerable debilidad de los sindicatos y agrupaciones políticas afines los que llevaron la represión salarial y las políticas económicas “antisociales” tan lejos como fueron, más tal vez de lo exigido necesariamente para controlar la inflación y para restaurar los mecanismos de acumulación parcialmente desarticulados por la crisis. (Serra & Cardoso, 1978: 50)

Desse ponto de vista, não haveria quaisquer impedimentos objetivos à possibilidade de conciliar o padrão de desenvolvimento dependente logrado no Brasil com um padrão distributivo menos desigual. A redistribuição seria relativamente limitada pelo predomínio do setor de bens de consumo duráveis em economia subdesenvolvida, mas não totalmente impedida. Apenas exigiria alguns reajustes na estrutura produtiva, sem fraturar a espinha dorsal do capitalismo brasileiro, apenas impondo um ritmo de expansão mais modesto ao setor de bens duráveis, em relação ao crescimento exorbitante do “milagre econômico”²⁸. A superexploração, por sua vez, aparece tão somente como ocorrência contingencial ou conjuntural, pois as condições salariais da classe trabalhadora (dadas as referidas possibilidades materiais) ficam a depender da luta de classes, da correlação de forças sociais e políticas. Os baixos salários são atribuídos à debilidade da classe trabalhadora para disputar maior participação nos ganhos de produtividade da economia (Cardoso, 1975: 70). É como Cardoso frequentemente reitera: “Não endosso as explicações que fazem repousar o *boom* atual apenas na contenção salarial. O aumento da produtividade – ou seja, da acumulação materializada em tecnologia – é essencial para explicar o processo” (*Ibidem*). Desse modo, negando qualquer relação necessária entre padrão de acumulação dependente, extremada concentração da renda e fechamento do espaço político aos “de baixo”, decorre para Cardoso que: “as relações entre o crescimento econômico e a distribuição de seus frutos, para evoluir em forma positiva para a maioria, depende da existência de canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos” (*Idem*, p. 85), passando ao largo da reforma das estruturas sociais, da ruptura da dupla articulação. Dito em outros termos, o padrão extremamente desigual de distribuição de renda e a debilidade dos mecanismos de socialização dos frutos do progresso técnico não são, de um lado, imanentes, necessários ao modo de funcionamento do capitalismo periférico industrializado, assim como não representam, de outro lado, obstáculos ou freios à acumulação capitalista e ao dinamismo econômico dos setores modernos da

²⁸ Cf. Serra & Cardoso (1978), pp. 50-51.

indústria periférica.

Para Marini, a superexploração do trabalho, tal como visto, não é fenômeno exclusivo do capitalismo dependente, mas inerente à lei geral da acumulação capitalista²⁹. Nos marcos do capitalismo dependente, por conta da particularidade de sua gênese pela integração subordinada ao mercado mundial, tal correlação adquire caráter particularmente agudo e estrutural. Dá-se a radicalização das contradições da lei geral da acumulação nos marcos do capitalismo dependente – de modo que é necessário identificar as mediações que permitem apreender a manifestação concreta da lei geral naquela situação particular. Aí estaria, segundo Marini, o deslize de Cardoso, pois ao excluir de seu horizonte teórico as categorias referentes a formas inferiores de exploração e acumulação capitalistas, recorrendo a generalidades para explicar o novo caráter da dependência, ficaria sem instrumentos para captar a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina, mesmo na forma de uma economia industrial dependente. A tarefa da teoria marxista da dependência estaria justamente em passar dos atributos e das leis gerais do desenvolvimento capitalista para a determinação das leis de movimento próprias da economia dependente. Serão as distintas combinações das formas de exploração capitalistas que determinarão as especificidades das formações sociais concretas, ou seja, as formas determinadas de manifestação das leis de

²⁹ Entre cientistas sociais que buscam dar seguimento ao trabalho de Marini, filiando-se à teoria marxista da dependência, existe uma controvérsia em torno à validade da categoria de superexploração do trabalho para as economias centrais do capitalismo. Tomando a superexploração no sentido mais estrito em que a define Marini – como correspondendo à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor – e levando em conta, principalmente, os esclarecimentos por ele feitos no *post scriptum* à *Dialéctica de la dependencia* (Marini, 1973), entendemos que a superexploração em si é inerente ao modo de produção capitalista. No entanto, nas condições vigentes nas economias centrais, ela se manifestaria apenas excepcionalmente, só adquirindo centralidade e um caráter perene nas condições em que se formou e se desenvolveu o capitalismo dependente, tornando-se pilar básico da própria acumulação (Marini, 1969: 113-119). Osorio (2009) é explícito na defesa de uma interpretação semelhante: “Essa tese não nega a existência de *superexploração* nas chamadas economias centrais, seja de maneira conjuntural, seja em tempos de maior duração. A diferença reside em que, nas economias dependentes, essa modalidade de expansão se encontra no centro da acumulação. Não é então nem conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam. E ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferências de valores das regiões periféricas para o centro, e quando as primeiras, como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do ‘fundo necessário de consumo do operário’ em um ‘fundo de acumulação de capital’, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo: o dependente” (Osorio, 2009: 174-175). Para uma posição contrária, que defende que a superexploração do trabalho é uma categoria específica do capitalismo dependente, ver Amaral & Carcanholo (2012) e Carcanholo (2013). Outra polêmica gira em torno à suposta tendência à generalização da relação de superexploração, com a mundialização do capital, atingindo inclusive os países centrais. Sem pretendermos nos aprofundar nessa discussão, apenas apontamos que Marini chegou a esboçar argumentos nesse sentido (Marini, 1996). Para essas e outras controvérsias em torno ao tema da superexploração, é possível consultar Amaral & Carcanholo (2012); Carcanholo (2013); Martins (2009); Martins (2011), capítulo 6; Osorio (2009).

movimento do regime do capital, conforme a forma dominante e as formas subordinadas³⁰. A teoria marxista da dependência buscaria justamente dar conta daquelas instâncias intermediárias, decifrando como a situação de dependência latino-americana afeta a forma e intensidade de manifestação das leis de desenvolvimento do capitalismo. Nos termos de Marini:

Como quiera que sea, la exigencia de especificar las leyes generales del desarrollo capitalista no permite, desde un punto de vista rigurosamente científico, recurrir a generalidades como la de que la nueva forma de dependencia reposa en la plusvalía relativa y el aumento de la productividad. Y no lo permite porque ésta es la *característica general de todo desarrollo capitalista*, como se ha visto. El problema está pues en *determinar el carácter que asume en la economía dependiente la producción de plusvalía relativa y el aumento de la productividad del trabajo*. (Marini, 1973: 99-100)

Na economia dependente, as condições criadas pela superexploração bloqueiam a transição para a produção de mais-valia relativa, como forma dominante das relações sociais de produção entre capital e trabalho. Há uma conjugação formativa de fatores que respondem pela reprodução dessa relação constitutiva: desde a gênese do capitalismo dependente como economia exportadora, o atraso relativo no grau de acumulação e no desenvolvimento das forças produtivas (primado do trabalho vivo sobre trabalho morto marcando aquela gênese)³¹; ampla disponibilidade de força de trabalho, que se reproduzirá ampliamente como exército industrial de reserva, com a industrialização e a introdução de tecnologia importada; e integração subordinada no sistema imperialista, desde a articulação dependente no mercado mundial em seus primórdios, o que implica drenagem de valor (perdas de mais-valia) através das relações econômicas dependentes. A combinação desses fatores engendra e reproduz a superexploração do trabalho, condicionando todo o ciclo do capital e o desenvolvimento histórico do capitalismo dependente, como se verificou com a industrialização retardatária. Não conseguindo romper o círculo de ferro da dependência e superexploração, o capitalismo latino-americano se confronta com a conseqüente agudização das contradições da lei geral de acumulação, impedindo a transição para relações de produção propriamente capitalistas.

³⁰ Marini (1973), pp. 82-83. Cf. Marini (1969), pp. 114-115.

³¹ Em seu ponto de partida, enquanto economia exportadora, o primado do trabalho vivo sobre o trabalho morto das atividades tipicamente produtoras de matérias-primas e alimentos determinava a tendência à exploração extensiva e intensiva da força de trabalho, que será exacerbada pelo emprego de maquinaria sobre uma base de superexploração. Cf. Marini (1973; 1978).

O contraste entre economias centrais e periféricas é elucidativo nesse sentido³². Nas condições particulares de formação e desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais, foi possível a regulação da exploração do trabalho, colocando-se limites à jornada de trabalho. Por outro lado, verificou-se ainda a articulação entre acumulação de capital e consumo dos trabalhadores, que terá como componente cada vez mais importante os bens manufaturados. Por fim, a revolução industrial no centro contou com a contribuição fundamental das economias periféricas para baratear matérias-primas e meios de consumo dos trabalhadores, impulsionando a acumulação e viabilizando a transição para a produção de mais-valia relativa. Em suma, nessas circunstâncias a base da acumulação pode se deslocar para a produção de mais-valia relativa, ou seja, a desvalorização real da força de trabalho, passando a segundo plano outras formas de pressão sobre os salários. Por outro lado, dadas as condições de formação do capitalismo dependente, o processo de reprodução ampliada do capital terá como pilar básico a superexploração do trabalho. Primeiramente, dado o excedente estrutural de mão-de-obra, a correlação de forças entre capital e trabalho se mostrará severamente desequilibrada em prejuízo do segundo, impedindo a regulação da exploração. Ademais, as condições de formação do mercado interno contribuem decisivamente para a reprodução da superexploração. O desenvolvimento do mercado interno não terá como elemento crucial o consumo dos trabalhadores, comprometido pela acumulação em condições de superexploração, de modo que se obstaculiza a produção de mais-valia relativa (limites estritos à desvalorização real da força de trabalho), enquanto que, simetricamente, a hipertrofia da esfera alta da circulação, mercado para bens de consumo duráveis, irá colaborar para a gravitação permanente em torno à mais-valia extraordinária³³. Finalmente, as economias dependentes estiveram permanentemente submetidas às variadas formas de espoliação externa pelo capital imperialista e pelas potências capitalistas.

Enfim, a superexploração, entendida como forma de exploração em que a força de trabalho é subremunerada, pode ser encontrada tanto nos países capitalistas avançados quanto nos países dependentes da periferia do sistema. A diferença é que, por condições específicas à formação do capitalismo no centro (não totalmente especificadas por Marini), a superexploração tende a ser atenuada nos países capitalistas avançados, enquanto que na

³² Para a melhor exposição de Marini a esse respeito, ver Marini (1969), pp. 113-116.

³³ A respeito da mais-valia extraordinária e sua permanência nos marcos do capitalismo dependente, ver Marini (1979c).

periferia latino-americana aparece como fundamento e traço constitutivo do capitalismo dependente, em situação que impede a completa transição para a produção de mais-valia relativa. As relações de produção, ainda que capitalistas, aparecem truncadas no último caso.

Além disso, a predominância da superexploração do trabalho não exclui a busca, por parte dos capitalistas, por aumentos na produtividade³⁴. Ao contrário, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, por meio do aprimoramento da base técnica da produção, mediante associação com o capital internacional, se dá sobre a base da superexploração e não apenas a reitera, como a aprofunda, determinando o aumento desmesurado do exército industrial de reserva – condição e consequência da superexploração do trabalho.

Logo, para Marini, a superexploração do trabalho – fundamento a partir do qual se constitui e se desenvolve o capitalismo dependente – condicionando todo o ciclo do capital e todas as etapas históricas do capitalismo dependente, leva ao paroxismo cada uma das contradições da lei geral da acumulação e os antagonismos de classe do regime burguês³⁵: exacerbação da concentração e centralização do capital; ampliação desmesurada da superpopulação relativa; polarização entre riqueza e miséria; contradição entre produção ilimitada e consumo restrito; divórcio entre estrutura produtiva e necessidades sociais dos trabalhadores; descontinuidade entre esfera alta e esfera baixa da circulação. A chave para se pensar essa radicalização reside nas relações de mútua determinação entre dependência, superexploração do trabalho, acumulação do capital e exército industrial de reserva.

Nos marcos do capitalismo dependente, não haveria nenhum espaço para acomodar as exigências da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e por um melhor padrão de vida, com distribuição de renda menos desigual, tampouco para dirimir os antagonismos de classe crescentes e potencialmente explosivos. A alternativa à barbárie e à contrarrevolução continental, para os trabalhadores, estaria somente na luta pelo socialismo, ou seja, pela superação das relações de produção que estão na base do capitalismo dependente, a ruptura com o capitalismo pelo elo fraco do sistema.

Cardoso, nesse sentido, se enquadraria perfeitamente na categoria de “críticos do sistema” aos quais Marini se refere, que não veem no que consideram como atributos

³⁴ Por exemplo, na crítica a Gilberto Mathias, em Marini (1979c), pp. 36-7.

³⁵ Marini (1969), pp. XVII e 100; Marini (1973), p. 53; Marini (1978), pp. 74 e 104; Marini (1979a); Marini (1979c), pp. 22 e 28.

negativos do capitalismo uma necessidade, não havendo questionado os fundamentos do “milagre econômico”, assim deslizando para a apologia do capitalismo brasileiro. A superexploração do trabalho não é casual ou acidental, tampouco um anacronismo, resquício de modos de produção pré-capitalistas, mas antes expressão típica e manifestação particular das relações de produção capitalistas, tal como puderam se constituir na situação de dependência latino-americana, ou seja, de forma truncada. Nas palavras de Marini:

(...) las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción. Más que meros accidentes en el curso del desarrollo dependiente o elementos de orden transicional, estos fenómenos son manifestaciones de la manera particular como incide en la economía dependiente la ley general de la acumulación de capital. En última instancia, es de nuevo a la superexplotación del trabajo que tenemos que referirnos para analizarlos. (Marini, 1973: 100)

Como já se pode antever, a divergência fundamental de Cardoso e Marini quanto à essência e fundamentos do capitalismo dependente não poderia deixar de desembocar em outras tantas discordâncias quanto às estruturas, dinâmica e desenvolvimento da acumulação dependente. Por outras palavras, cabe agora recuperar o entendimento dos referidos sociólogos quanto às possibilidades e limites do desenvolvimento capitalista dependente.

3. A questão dos mercados

Fernando Henrique Cardoso, como já salientamos, entende que a dinâmica do capitalismo brasileiro, com a internacionalização do mercado interno, tem como fundamento a concorrência oligopolista, a introdução de progresso técnico e o desenvolvimento da produtividade do trabalho. Em outros termos, seria possível afirmar que, ao menos nas “ilhas de desenvolvimento” onde se instalam os setores modernos da indústria, o sistema adquire a potencialidade de gerar estímulos próprios à expansão³⁶, ainda que limitados, em última

³⁶ O que está pressuposto é a mais estreita solidariedade do capital internacional com o espaço econômico nacional, articulando investimento estrangeiro, industrialização periférica e economia nacional como espaço privilegiado de valorização desse capital, concepção que já procuramos expor no capítulo 2, especialmente nos itens 2.2 e 2.3. Até aqui, essa caracterização, enunciada por Cardoso, tangencia e se aproxima da

instância, pelo desenvolvimento parcial e insuficiente do setor produtor de bens de produção. Essa limitação repõe a dependência, pois a produção de máquinas e equipamentos de alto nível tecnológico, assim como o conhecimento técnico-científico subjacente, encontra-se concentrada nas economias dominantes do capitalismo e monopolizada pelas mesmas. Em todo caso, esse capitalismo pode ser muito dinâmico, a depender da capacidade de criar o mercado que lhe é apropriado, do qual necessita para a realização do tipo de mercadorias que produz – no caso, bens de consumo duráveis e alguns bens de capital, novo padrão representado emblematicamente pela indústria automobilística. Nesse aspecto, a crítica de Cardoso aos teóricos marxistas da dependência, inclusive Marini, se dirige à suposta inviabilidade do desenvolvimento capitalista e à tendência secular à estagnação, decorrente do estreitamento do mercado interno pela marginalização das massas e pela pauperização absoluta. Grosso modo, contrapondo-se a essa vertente “catastrofista”, Cardoso dá as linhas gerais de sua compreensão do desenvolvimento dependente-associado:

Depois de implantado um setor capitalista avançado, sua dinâmica (...) não depende mais do desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas, ao contrário, depende da criação *real* de um mercado de consumo capitalístico. Este não se compõe apenas pelos gastos dos trabalhadores, mas também pelo consumo dos capitalista e, especialmente, das empresas, do Estado e das classes ligadas ao setor terciário. (Cardoso, 1975: 32)

Assim, para Cardoso, os problemas do mercado interno estreito e da marginalidade não representam obstáculos ao desenvolvimento dependente. Não haveria problemas de realização incontornáveis, nem marginalização ou pauperização absolutas, havendo antes o desenvolvimento capitalista em sua forma tipicamente cíclica e contraditória, que desemboca e se resolve em crises periódicas – e não em uma tendência estrutural secular à estagnação. Daí a divergência com Marini, especialmente quanto ao esquema de realização subimperialista³⁷. Para dar conta do problema da realização e da questão do mercado para a nova produção, Cardoso opera com uma noção de demanda efetiva inspirada em determinado uso dos esquemas de reprodução de Marx e em Lênin (em sua polêmica com os populistas russos)³⁸, em que o consumo dos trabalhadores tem caráter subordinado,

interpretação de Tavares & Serra (1971) sobre o capitalismo brasileiro.

³⁷ Como veremos, e como o próprio Marini insistiu em refutar, não está presente neste um “estagnacionismo”, muito menos a afirmação de que o desenvolvimento capitalista seria inviável na periferia. Há antes uma forma específica de desenvolvimento capitalista, e nesse aspecto podemos dizer que Marini e Cardoso se aproximam.

³⁸ Cf. Lênin (1899). A propósito desse debate, ver Miglioli (1981), parte 3.

como gasto derivado em relação ao gasto autônomo das empresas (preeminência do “consumo produtivo” sobre o consumo individual, tomando em consideração a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, isto é, do capital constante, correspondendo ao gasto com máquinas, equipamentos e matérias-primas, sobre o capital variável, correspondendo ao dispêndio com salários) e do Estado. Os setores da indústria pesada seguem adiante, levando a reboque o setor produtor de bens de consumo não duráveis, que têm como principal mercado consumidor o conjunto dos trabalhadores³⁹. Com a instalação dos setores oligopólicos, a indústria se torna principal mercado de si mesma, de modo que o avanço da acumulação, a expansão capitalista – cíclica, contraditória e com desproporcionalidades – vai criando seu próprio mercado. Conforme Cardoso, nessas condições, o mercado inclui também, e decisivamente, o “consumo capitalístico” das empresas e do setor público, de modo que a simples reativação da economia provoca a retomada da “espiral consumista interna” (Cardoso, 1975: 50), independente do consumo da maioria. Ademais, como já pudemos sugerir anteriormente, o mercado interno pode se ampliar pela expansão do emprego urbano industrial e, no caso particular do consumo de bens duráveis, pela concentração da renda nos estratos médios e altos. O principal limite à acumulação não passa pela insuficiência de demanda efetiva, mas pela debilidade do setor produtor de bens de produção, parcialmente desenvolvido nas condições de dependência. No entanto, a articulação com o capital estrangeiro permite contornar esse limite. Por outro lado, o consumo das classes médias, pela industrialização e pela concentração de renda, adquire importância singular, como forma de equacionar a “grande contradição” entre estruturas e técnicas de produção importadas (larga escala) e mercado em condições de industrialização restritiva, no que diz respeito aos bens de consumo duráveis⁴⁰.

Em todo caso, o mercado interno seria qualitativamente apropriado à expansão capitalista nos novos marcos da dependência, após a internacionalização do mercado interno, e mesmo o consumo dos trabalhadores não poderia ser desprezado, a despeito dos salários mantidos em níveis reduzidos, conforme o crescimento econômico permitia relativa incorporação de força de trabalho pela criação de novos empregos, como já pudemos notar. Esclarece Cardoso:

³⁹ Sobre o papel subordinado dos setores de bens de consumo não duráveis (consumo dos trabalhadores), na acumulação capitalista, ver Serra & Cardoso (1978), p. 47.

⁴⁰ A propósito, ver Cardoso (1975), capítulo II.

(...) mercado, numa economia capitalista, não é equivalente ao número físico de consumidores, mas à capacidade de compra dos consumidores e esta, sempre que exista acumulação, pode ocorrer. E, por outro lado, pensar que não está ocorrendo expansão no número absoluto (embora talvez não relativo) de consumidores dos países que se estão industrializando é um equívoco ligado à ideia de estagnação econômico-social da América Latina. Não sustento, naturalmente, que inexistirá no futuro um problema de consumo capitalístico. Mas este virá pela acumulação e falta de mercado, por causa da própria e desordenada expansão capitalista. (...) Esta crise deverá ocorrer (...) mas graças à própria expansão do capitalismo local e não à sua inexistente “incapacidade estrutural” para crescer. (Cardoso, 1975: 132)

Cardoso rejeita a tese do subimperialismo de Marini, uma vez que não aceita a primazia, que identifica no esquema de realização subimperialista, dada à exportação de manufaturas (busca por mercados externos) e ao gasto bélico do Estado⁴¹. Para Cardoso, a relação entre exportação de manufaturados, políticas de estímulo às exportações e crise interna do consumo foi apenas conjuntural, devido ao recesso econômico a partir de 1962 e à contenção salarial entre 1964-68. Além de afirmar a centralidade do mercado interno para o esquema de acumulação, Cardoso atribui a expansão da exportação de manufaturas (quantitativamente pouco significativa frente à produção industrial, como componente da demanda global, mas qualitativamente importante para gerar divisas) à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho, sob o comando dos conglomerados internacionais, e à necessidade de geração de divisas, face às importações, remessas do capital estrangeiro e dívida externa. Como indicam Serra e Cardoso:

(...) la motivación gubernamental al montar una formidable batería de incentivos y estímulos a las exportaciones, no fue la de elevar la demanda efectiva global y sí, primordialmente, la de generar las divisas indispensables para obtener la deseada apertura de la economía, en términos de importaciones, endeudamiento, formación de reservas y mayores inversiones extranjeras. (Serra & Cardoso, 1978: 41)⁴²

Vejamos como Marini destoa do esquema de dinâmica econômica do capitalismo brasileiro, tal como sugerido por Cardoso. O fulcro da análise, como sempre em Marini, é a relação elementar de superexploração do trabalho. Para Marini, a contradição entre a tendência à expansão ilimitada da produção e moderna produção em larga escala, por um lado, e a limitada capacidade de consumo dos trabalhadores, por outro, aprofundada pela superexploração, coloca o capitalismo dependente sob permanente ameaça de crises de realização, obrigando o sistema a buscar escoadouros para as mercadorias que não

⁴¹ Cf. Serra & Cardoso (1978), p. 35. Ver também Cardoso (1975), capítulo I, item “O caso brasileiro”.

⁴² Sobre a relação entre exportação de manufaturados, política de estímulo às exportações e “internacionalização do mercado interno” (padrão de industrialização dependente e nova divisão internacional do trabalho sob multinacionais), ver Cardoso (1975), pp. 58-62.

encontram colocação no mercado interno. Ou seja, a busca por novos mercados torna-se condição indispensável para a dinâmica da acumulação, quando o capitalismo dependente atinge etapas superiores da industrialização e um grau intermédio de composição orgânica no conjunto do sistema, caso em que a contradição básica entre produção (tendência ilimitada à expansão) e consumo (relações antagônicas de distribuição) adquire proporções dramáticas.

Contrapondo-se à visão de Cardoso, Marini adverte que, por mais significativa que seja a realização de mercadorias na forma de máquinas, equipamentos e insumos industriais (crescentemente, com a alta da composição orgânica do capital), a referência em última instância continua sendo o mercado de bens finais, em particular bens de consumo correntes⁴³. Por outras palavras, o que Marini está indicando é que a acumulação no setor de bens de produção, cuja demanda deriva do investimento e consumo produtivo das empresas, não se dá independentemente das perspectivas que o mercado de bens finais apresenta, sendo estas possibilidades que delimitam o horizonte do investimento (e, por conseguinte, a acumulação naqueles setores). Afirma Marini:

Pretender separar la producción de la circulación y realización de las mercancías, so pretexto de que es la primera la que debe primar en el análisis, y subestimar en la realización del capital el papel que desempeña la demanda de bienes de consumo corriente, no sólo no es una posición marxista, sino que puede convertirse en instrumento útil a la apología del sistema. La realización del capital es, antes que nada, realización del capital-mercancía y constituye un elemento fundamental en el ciclo del capital; éste sólo la disocia en aquellos momentos en que se ve enfrentado a su propia ruptura: la crisis. (Marini, 1969: X-XI)

Por esses termos, coerente com sua perspectiva de considerar o ciclo do capital em sua totalidade, como uma unidade em que produção e circulação se entrelaçam e se determinam reciprocamente, Marini retoma o fio da meada, reafirmando a existência de problemas de realização por conta dos limites do mercado interno de massas. Cabe advertir que Marini nunca postulou a “inviabilidade do desenvolvimento capitalista” ou uma tendência secular à estagnação como consequência daqueles problemas. Estes representavam antes sintomas e estimulantes da transição a um novo padrão de acumulação (no Brasil, atinge a forma superior do subimperialismo), que, este sim, repunha em escala ampliada as contradições do capitalismo dependente, entre as quais aquela entre produção e consumo. O limite estrutural se encontra na superexploração do trabalho, agora agudizada pelos

⁴³ Prefácio à 5ª ed. de *Subdesarrollo y revolución*. Cf. Marini (1979a), p. 10.

incrementos de produtividade na indústria e pela centralização do capital (e pela política econômica e repressão da ditadura), que exclui as massas tanto do consumo quanto do emprego produtivo gerado pela acumulação de capital. Isto é, o capitalismo dependente apresenta bloqueios estruturais à incorporação das massas ao emprego produtivo e à formação de um mercado consumidor de massas. Como consequência, aprofundam-se a cisão da circulação, entre esfera alta e esfera baixa, e o divórcio entre estrutura produtiva e necessidades de consumo das massas, a ponto de aquela voltar a se articular com o mercado mundial, através da exportação de manufaturas (um dos expedientes indispensáveis à realização das massas crescentes de valor). A superexploração, subremunerando a força de trabalho (logo, a capacidade de consumo dos trabalhadores) e marginalizando (ampliando o exército industrial de reserva), leva ao extremo a contradição entre consumo restringido e produção de bens suntuários e em escala crescente (pela incorporação de progresso técnico e pela intensificação da produção de valor propiciada pela própria superexploração). Conforme Marini: “el sistema económico impuesto en Brasil por el gran capital nacional y extranjero agrava cada vez más sus rasgos monstruosos, particularmente el aumento del ejército industrial de reserva, bajo la forma de desempleo abierto o disfrazado, y el divorcio entre la estructura productiva y las necesidades de consumo de las amplias masas, volcándose la primera hacia el mercado mundial” (Marini, 1969: XII). Enfim:

La integración imperialista subraya, pues, la tendencia del capitalismo industrial brasileño que lo vuelve incapaz de crear mercados en la proporción de su desarrollo y, más aún, lo impulsa a restringir tales mercados, en términos relativos. Trátase de una agudización de la ley general de acumulación capitalista, es decir, la absolutización de la tendencia al pauperismo, que lleva al estrangulamiento de la propia capacidad productiva del sistema, ya evidenciada por los altos índices de “capacidad ociosa” verificados en la industria brasileña aun en su fase de mayor expansión. La marcha de esa contradicción fundamental del capitalismo brasileño lo lleva a la más total irracionalidad, es decir, expandir la producción, restringiendo cada vez más la posibilidad de crear para ella un mercado nacional, comprimiendo los niveles internos de consumo y aumentando constantemente el ejército industrial de reserva. (Marini, 1969: 100)

No caso do Brasil, o subimperialismo procura responder o problema de insuficiência relativa de demanda propondo um esquema de realização próprio, fenômeno para o qual Marini chama a atenção em sua polêmica com os “críticos do sistema”⁴⁴. Em primeiro lugar,

⁴⁴ Prefácio à 5ª edição de *Subdesarrollo y revolución*, de 1974. Ver também Marini (1977a), onde volta a insistir na existência de problemas de realização. Já discutimos a questão do subimperialismo no capítulo 3, item 1.4.

Marini responde à crítica de que a exportação de manufaturas não seria suficiente para caracterizar o imperialismo. De acordo com o sociólogo, o esforço exportador verificado no Brasil após 1964 não seria concebível sem um agressivo expansionismo externo do capital nacional e estrangeiro operando localmente, configurando um acirramento da competição por mercados que, esta sim, é um dos traços próprios do imperialismo. Tendo em conta a partilha do mundo já realizada entre as potências imperialistas, impossibilitando a entrada na concorrência internacional em pé de igualdade, a expansão externa do capitalismo dependente só poderia se dar nos marcos de uma associação subordinada com o capital internacional (um subimperialismo), pressupondo a superexploração (aumentar competitividade internacional e atrair investimento estrangeiro, mediante oferta ou garantia de superlucro). Além disso, Marini identifica uma política expansionista brasileira na América Latina e na África, que visaria não apenas a busca por mercados, mas também o controle de fontes de matérias-primas (ou bloqueio do acesso às mesmas por concorrentes potenciais). O Brasil, dentro da atual partilha do mundo, encontraria zonas de influência. Por fim, haveria ainda a exportação de capital, através do Estado e em associação com o capital financeiro estrangeiro, nos marcos possíveis a uma economia dependente.

Especificamente, Marini aponta sua discordância com a suposição de que os esforços para ampliar as exportações brasileiras teriam como propósito garantir a remuneração do capital estrangeiro (pela geração de divisas que permitiriam a conversão em moeda forte do lucro a ser remetido), e não contornar os limites do mercado interno. Para refutar essa hipótese, como aponta Marini, bastaria relacionar a expansão comercial verificada, o dinamismo da estrutura industrial brasileira (com atrofia relativa do setor de bens-salário e hipertrofia do setor de bens suntuários e respectivos ramos em bens de produção) e sua incapacidade de incorporar as massas ao consumo e à produção, conjuntamente assinalando a existência de problemas de realização. Por outro lado, para Marini, a necessidade de divisas da economia dependente seria resolvida de outra forma:

Es obvio que, como cualquier país importador de capital y tecnología, Brasil debe contar con un margen de divisas suficiente como para hacer frente al pago de royalties, amortizaciones, intereses y a la remesa de beneficios al exterior. Conviene, sin embargo, tener presente que, más que a través de las divisas aportadas por la exportación, esse problema se resuelve precisamente en la medida en que los ingresos de capital extranjero sean superiores a sus salidas, lo que plantea la exigencia de *atraer y retener* ese capital y, por tanto, de *ofrecerle ganancias compensadoras y campos para su acumulación y realización*. (...) El hecho de que, una vez ingresado al país, el capital extranjero tenga que salir al exterior, sea para realizarse en tanto que mercancía, sea para convertirse en capital productivo, muestra

cuán endeble es el argumento de que el expansionismo brasileño no está motivado por problemas de mercado interno. (Marini, 1969: XV)

Uma das consequências mais eminentes da contração relativa do mercado interno, no que se refere à esfera baixa da circulação⁴⁵, seria o progressivo divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas trabalhadoras, de modo que aquela voltaria a se articular cada vez mais com o mercado mundial, repondo sob nova forma a economia exportadora. Ao invés de inviabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, tese que Cardoso atribui a Marini, o que se tem é uma forma particular de desenvolvimento capitalista que, por conta de problemas de realização intrínsecos ao movimento do capital nos marcos da dependência, é impelido a rearticular seu esquema de realização, apoiando-se na conquista de mercados externos, no gasto improdutivo do Estado (notoriamente, mas não exclusivamente, com armamentos) e o consumo suntuário das classes abastadas (cujo poder de compra advém da apropriação de mais-valia)⁴⁶.

Conclusão

A partir dessa reconstituição da controvérsia entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, estamos em condições não apenas de apontar as principais diferenças em suas interpretações sobre o capitalismo dependente, mas também de destacar aquilo que é essencial nessa divergência. Para Marini, por conta da superexploração do trabalho e da consequente agudização da lei geral da acumulação, assim como por suas repercussões na estratificação social e no padrão de luta de classes, não existiriam quaisquer possibilidades de conciliar dependência, democracia, distribuição de renda e bem-estar social. Nos marcos do capitalismo dependente, ainda que haja desenvolvimento das forças produtivas – desigual e portador de contradições crescentes e potencialmente explosivas – as relações de produção e a ordem econômica não propiciam condições objetivas para equacionar os

⁴⁵ Cf. Marini (1978), pp. 94-95.

⁴⁶ “Es evidente, pues, que el dinamismo del consumo individual no depende de los grupos de bajos ingresos, que comprenden a la mayoría aplastante de los trabajadores, sino del gasto suntuario que realizan los capitalistas y otros grupos que participan de la distribución de la plusvalía. Pretender que la superexplotación del trabajo no contribuye a la restricción de la realización de mercancías, en la economía brasileña, y que ésta no se apoya básicamente en el esquema de realización característico del subimperialismo (exportaciones, consumo suntuario y demanda estatal) constituye, por tanto, una burda mixtificación” (Marini, 1978: 95).

dilemas históricos de desigualdade extrema e precariedade das condições de existência e de trabalho do conjunto das massas trabalhadoras e marginalizadas⁴⁷. Nesse sentido, os limites a serem transpostos são aqueles inscritos na própria lógica do capital, na qual Marini fundamenta sua explicação da necessidade de reprodução da dupla articulação – a situação de dependência e o regime de segregação social que estariam na base de nosso padrão de acumulação.

Na visão de Marini, a despeito do impulso ao progresso das forças produtivas, a anexação das economias latino-americanas, e da brasileira em particular, no bojo da integração imperialista dos sistemas de produção, leva ao estreitamento dos nexos de subordinação ao imperialismo estadunidense e à reiteração e intensificação da superexploração do trabalho. Como consequência, a economia brasileira não apenas sofre uma depleção de recursos, transferindo valor aos centros imperialistas, como agrava irresistivelmente as condições de existência da classe trabalhadora e, mediante as compulsões subimperialistas, exporta o terror e a contrarrevolução para outros países da América Latina. Dados os nexos inextricáveis entre imperialismo, capitalismo dependente e superexploração do trabalho, não haveria solução às mazelas do povo senão por meio da superação das próprias relações de produção supostas pela dependência, por meio da revolução socialista, isto é, a ruptura do capitalismo pelo elo fraco do sistema: “para que los trabajadores brasileños logren superar la superexplotación, tendrán que hacerlo (...) echando abajo la economía dependiente que existe en Brasil, por grandes que sean los progresos que presente allí el régimen capitalista de producción” (Marini, 1979: 37).

É por essas razões que Marini insiste em denunciar a visão apologética e idílica do capitalismo, em geral, e do capitalismo dependente, em particular, presente em Cardoso. Além disso, chama a atenção para o empenho de Cardoso para fechar “falsas saídas” e para estigmatizar completamente quaisquer questionamentos críticos acerca do capitalismo dependente e da necessidade de sua superação. Como já vimos, para Marini, Cardoso

⁴⁷ “Mi análisis de la economía latinoamericana y brasileña no hace sino aplicar esa teoría [marxista] a una *realidad concreta*, que se caracteriza por el hecho de que, *a raíz de las condiciones mismas de su formación y desarrollo histórico*, agrava hasta el límite las contradicciones inherentes a la producción capitalista. Es esta característica general de la economía dependiente la que la induce a extremar la *desproporcionalidad entre los sectores*, tanto de producción de bienes de capital respecto al de bienes de consumo, como del de bienes de consumo necesario, así como a agudizar las *condiciones antagónicas de distribución*, llevando a que la contradicción entre producción y consumo individual, propia de la economía capitalista en general, asuma el carácter de un divorcio progresivamente acentuado entre el aparato productivo y las necesidades de consumo de las masas” (Marini, 1978a: 102).

falharia em detectar as especificidades do capitalismo dependente. Ademais, Cardoso recairia no sociologismo, incapaz de recuperar, ao nível analítico, a unidade entre economia e política, deixando a luta de classes e, por consequência, o processo histórico, como uma indeterminação (para Marini, em Cardoso a luta de classes se explica por si mesma, sem remeter à determinação pelas bases materiais, pelas leis e tendências objetivas, pelas contradições que regem o funcionamento do sistema em seu elo fraco).

Já para Cardoso, a internacionalização do mercado interno redefine o padrão de acumulação e as relações de produção, ainda que de maneira restrita, mas conformando núcleos de desenvolvimento com seu dinamismo ancorado na concorrência intercapitalista, na incorporação de progresso técnico e na mais-valia relativa⁴⁸. Ainda que o desenvolvimento dependente esbarre nos limites técnicos e financeiros já referidos, ele não depende de nenhuma forma de superexploração ou da reprodução de anacronismos sociais. Dependência, desenvolvimento capitalista, democracia, distribuição de renda e bem-estar social podem ser combinados. Desse modo, os limites do desenvolvimento dependente são deslocados para a esfera da política. À medida que a dependência deixa de ser problema e a superexploração não se constitui como necessidade histórica, o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de existência da classe trabalhadora ficariam a depender dos rumos tomados pelos arranjos e decisões políticas. Cardoso acena para a reforma do capitalismo dependente e para um desenvolvimento recuperador.

Na perspectiva de Cardoso, apresenta-se a possibilidade de conciliar desenvolvimento, dependência, democracia e distribuição de renda, nos marcos da internacionalização do mercado interno, ou seja, da abertura da economia à participação dos trustes internacionais. Por outras palavras, aparece um capitalismo dependente em que as taras do capital podem ser atenuadas e com perspectivas para um desenvolvimento recuperador, tendo a dependência, alguma forma de incorporação ao sistema capitalista internacional, como condição. Tudo fica a depender da capacidade de mobilização de forças

⁴⁸ “(...) ao falar em ‘desenvolvimento’ quero ressaltar que existe *acumulação* e portanto expansão econômica capitalista real. Portanto, não penso que tenha razão o catastrofismo ingênuo que vê de modo linear e não contraditório o crescimento da miséria. Está ocorrendo no Brasil um processo de *expansão capitalista*. Neste, assim como o ciclo de auge não leva à igualdade econômica e social (só os ingênuos confundem desenvolvimento *capitalista* com melhoria *geral* e igualitária do nível de vida), o ciclo descendente tão pouco leva à paralisia do sistema econômico. Entretanto, a forma *dependente* da acumulação quer dizer precisamente que o setor da produção de bens de produção e o setor financeiro do sistema se abrem para o exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada” (Cardoso, 1975: 16).

políticas favoráveis a uma tal configuração, ou seja, a equação do desenvolvimento, dadas as condições objetivas postas pela nova face do imperialismo, se resolve na correlação de forças sociais e políticas comprometidas com o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. A solução passa pela negociação dos termos da dependência.

Ainda nos termos de Cardoso, a luta de classes se desdobra nos marcos de condições delimitadas, dadas pelas estruturas econômicas e sociais básicas, assim como pelos antagonismos e contradições que implicam, mas a política pode redefinir os parâmetros econômicos no bojo dos quais se desdobra a luta de classes. Por isso, critica Marini pelo economicismo de sua análise do capitalismo dependente e dos antagonismos de classe que lhe correspondem. Por outro lado, na opinião de Cardoso, Marini representa o catastrofismo que nunca se cumpre, ao tomar em absoluto as contradições do modo de produção capitalista e ao transformar em leis ou tendências estruturais fenômenos de caráter apenas conjuntural, ou que não são de modo algum necessários à acumulação de capital quando esta se concentra nos setores oligopólicos modernos. Contudo, Cardoso representa o possibilismo que tampouco se concretiza, como a própria história persiste em demonstrar.

Como vimos, as visões de Marini e Cardoso são duas formas diametralmente opostas de conceber o capitalismo dependente, a partir de distintas leituras de *O capital* de Marx, no qual ambos os autores pretendem se apoiar para defender suas teses, buscando justificar o caráter contingencial ou estrutural da superexploração do trabalho. Não é nossa preocupação avaliar quem fez a leitura mais rigorosa de Marx, mas sim a forma pela qual mobilizaram a crítica da economia política para compreender os dilemas das sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica no sistema capitalista. Para sermos mais precisos, o que importa aqui é por em evidência as diferentes perspectivas a partir das quais se apropriam da contribuição de Marx, para pensar as realidades latino-americana e brasileira, em particular, e que dão a tônica de suas interpretações. De um lado, Ruy Mauro Marini se norteia pela lógica do capital. Partindo da acumulação em escala mundial e da diferenciação da periferia a partir das funções que cumpre para o todo, Marini irá explicar os dilemas próprios das sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica – a reprodução da dupla articulação entre situação de dependência e regime de segregação social – a partir dos desdobramentos da lei do valor, da lei geral de acumulação capitalista e da lei de tendência decrescente da taxa de lucro. São as leis imanentes ao modo de

produção capitalista, em seu desenvolvimento desigual, como imperativos incontornáveis, que explicam a formação e as particularidades do capitalismo dependente, assim como a possibilidade e a necessidade da revolução proletária no elo fraco do sistema. De outro lado, Cardoso afirma o primado da política, atribuindo uma grande autonomia à esfera da política. A correlação de forças políticas, os grupos e classes sociais, em suas alianças, conciliações e oposições, são decisivos na determinação dos rumos da história, que não estão inscritos como necessidades nas estruturas presentes. As virtudes do desenvolvimento capitalista podem ser realçadas, justamente por que as leis imanentes do modo de produção capitalista, para Cardoso, não se impõem como necessidade férrea, mas podem ser contornadas ou atenuadas se houver uma vontade política para tal. É assim que, por caminhos diferentes, tanto Marini quanto Cardoso acabam incorrendo em interpretações arbitrárias, uma vez que não estão fundamentadas na história, colocando sérios limites às suas interpretações sobre os problemas das economias coloniais em transição. É a tais questões que nos dedicaremos no próximo capítulo.

5. OS LIMITES DAS REFLEXÕES DE F. H. CARDOSO E R. M. MARINI SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE

Introdução

Conforme vimos até o momento, Ruy Mauro Marini procurou mostrar como a dependência e a superexploração do trabalho são duas faces indissociáveis do regime do capital, na forma pela qual ele se objetivou no elo fraco do sistema. Seguindo em seu raciocínio, Marini também apontou como as contradições imanentes ao modo de produção capitalista são levadas ao paroxismo no capitalismo dependente, levando à radicalização da luta de classes e à proposição das lutas do proletariado em termos propriamente socialistas. Destituídas de qualquer espaço para reformas dentro da ordem e submetidas à dupla exploração, pelas burguesias dependentes e pelos capitais imperialistas, as classes trabalhadoras latino-americanas somente poderiam almejar pelo socialismo. É assim que, em Marini, a reprodução da dupla articulação e a necessidade da revolução são explicadas a partir das leis gerais do modo de produção capitalista, em seu desenvolvimento desigual à escala mundial, que cristaliza um capitalismo selvagem na periferia do sistema.

Fernando Henrique Cardoso defende que, com a internacionalização do mercado interno, dependência e desenvolvimento teriam deixado de ser termos contraditórios. A participação do capital internacional na economia, em associação com o Estado e o capital privado nacional, teria permitido a internalização das principais estruturas típicas do capitalismo industrial moderno, apoiado na concorrência, no progresso técnico e na mais-valia relativa. Ainda que essa modernização fique circunscrita a alguns polos de desenvolvimento, não promovendo a transformação global da sociedade, essa forma dependente de desenvolvimento prescindiria de formas anacrônicas de exploração e dos níveis extremos de desigualdades regionais e sociais. Portanto, em Cardoso, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a dupla articulação deixa de ser um problema. A dependência, em certo sentido, se converte em condição do próprio desenvolvimento, enquanto a superexploração seria mera contingência, contornável em uma sociedade

dependente com regime democrático, aberto à participação dos trabalhadores.

Na controvérsia em que se envolveram, privilegiando a análise do capitalismo brasileiro, Marini e Cardoso apenas reiteram suas perspectivas divergentes, ambos buscando respaldo às suas interpretações em Marx. Nesse debate, se atentamos para o que está subjacente às distintas leituras de *O capital*, o que sobressai é, por um lado, a ênfase excessiva de Cardoso na autonomia relativa da política, que seria o elemento crucial na determinação do movimento histórico. Por outro lado, Marini enfatiza a lógica do capital, acentuando o papel desempenhado pelas leis e contradições imanentes ao modo de produção capitalista. No primeiro caso, supõe-se que as taras do regime do capital podem ser atenuadas, se houver espaço e vontade política para tanto, para a reforma dentro da ordem. No segundo caso, postula-se que a agudização dos antagonismos de classe, posta pela radicalização das contradições próprias do capitalismo, impõe o socialismo como única saída para as massas despossuídas da América Latina. Entretanto, em ambos os casos, ocorre um divórcio em relação à história, o que implica problemas tanto nas interpretações quanto nas soluções políticas propostas por Cardoso e Marini.

No presente capítulo, nossa intenção é destacar alguns dos principais limites nas formulações de Cardoso e Marini sobre o problema do desenvolvimento em sociedades de origem colonial e posição periférica no sistema internacional do capitalismo, seguindo o curso do debate, ao abordar preferencialmente a situação concreta do Brasil. Procuramos mostrar como se manifesta a carência de uma interpretação de base histórica nos dois autores, à medida que deslocam a explicação dos dilemas candentes de nossa sociedade nacional para a lógica abstrata do capital, no caso de Marini, e para um jogo político indeterminado, esvaziado das determinações de classe, em Cardoso. Em suma, tentaremos apontar como ambos incorrem no abandono da perspectiva da formação nacional.

1. Os limites do pensamento de Ruy Mauro Marini

Ruy Mauro Marini chama a atenção para aspectos reais e imperativos teóricos que são de suma importância para qualquer avanço na luta pela superação do capitalismo dependente e suas mazelas sociais. Referimo-nos, primeiramente, ao apontamento da superexploração do trabalho como elemento estrutural da dependência e à exacerbação das

taras do capital por aquela forma particular pela qual o capitalismo se configura na América Latina. Por outro lado, cumpre destacar a ênfase de Marini em superar as insuficiências e debilidades das teorias do desenvolvimento por meio de uma transição a uma interpretação marxista da dependência¹. Contudo, como procuraremos mostrar, os procedimentos e o método empregados por Marini se revelam inadequados frente a esses desafios, à medida que deixam de lado o que é substancial na problemática do desenvolvimento em sociedades de origem colonial. O cerne do problema está na ausência de interpretação histórica para a perenidade da dependência e para a necessidade da superexploração. A preocupação de Marini está em afirmar o caráter especificamente capitalista da economia brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, mas de forma tal que acaba subordinando a história a uma aplicação de *O capital*, como se aí se encontrasse a chave para decifrar a formação, conformação e desenvolvimento do capitalismo em qualquer época e em qualquer lugar². Para tanto, ainda que pretendendo captar as especificidades³, Marini enfatiza as rupturas e descontinuidades em relação ao passado colonial, introduzidas pela incorporação à

¹ Tal é o propósito que norteia suas críticas ao marxismo dogmático e às posturas políticas do PCB, assim como às teorias desenvolvimentistas. Concluindo sua *Dialéctica de la dependencia*, propõe Marini: “Es avanzando en esa dirección como aceleraremos el parto de la teoría marxista de la dependencia, liberándola de las características funcional-desarrollistas que se le han adherido en su gestación” (Marini, 1973: 101).

² Essa preocupação também se vincula à necessidade de contraposição à perspectiva do PCB e das forças nacional-desenvolvimentistas, por parte de Marini, em particular, e da organização política a que esteve vinculado, a Polop, no âmbito da “nova esquerda” revolucionária. Para Marini, tanto comunistas quanto frações do desenvolvimentismo, em geral, postulavam que o subdesenvolvimento deveria ser superado pela liberação do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, obstaculizadas por anacronismos feudais, semifeudais ou coloniais. Contudo, como veremos, da afirmação do caráter capitalista da economia brasileira, Marini também definiria, aprioristicamente, o caráter da revolução brasileira como socialista. A crítica de Marini a Caio Prado (Marini, 1967) vai nesse sentido, mas decorre justamente da incompreensão do problema da formação nacional. Destaque-se que o problema em si não está em afirmar aquele caráter capitalista, mas no modo como Marini o faz, desvinculando-o da história. Sobre os procedimentos de Marini na investigação do capitalismo dependente, ver Marini (1973), onde explicita seu método, e Marini (1990), onde retoma brevemente a questão do método e recompõe o percurso de sua investigação teórica. Fato sintomático é que em Marini tornam-se cada vez mais abundantes citações e notas que remetem a *O capital*, enquanto escasseiam as referências históricas e a pensadores brasileiros e latino-americanos que se debruçaram sobre nossa formação histórica.

³ Por exemplo: “frente al parámetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades, que se dan a veces como insuficiencias y otras – no siempre distinguibles fácilmente de las primeras – como deformaciones. (...) Lo que habría que decir es que, aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis*, que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional” (Marini, 1973: 14).

circulação internacional do capital e pela transformação do espaço econômico em centro produtor de capital, em particular com a industrialização. Completado esse movimento, Marini recai em uma perspectiva interpretativa que privilegia a abordagem dos dilemas do capitalismo dependente a partir da teorização do desenvolvimento capitalista. Ademais, toda a construção teórica de Marini sobre o capitalismo dependente é pautada pela manifestação ou concretização de leis gerais e abstratas, e não pelas condições históricas a partir das quais surge e que o tornam um “capitalismo difícil”, como produto da história, dos seres humanos concretos e atuantes. Marini não especifica o solo histórico em que a dominação e exploração externas lançam suas raízes, não tomando-o como ponto de partida da investigação, que permitiria entender a problemática do desenvolvimento em formações sociais de origem colonial, seu conteúdo, as contradições que impulsionam nossa evolução histórica e que delimitam seu sentido, eludindo os dilemas de uma formação inconclusa.

1.1. Formação do capitalismo dependente

Marini procura explicar a gênese da dependência e da superexploração do trabalho pela operação da lei do valor e de suas contradições, em escala mundial, conforme sua vigência é generalizada pelas relações mercantis que capturam as regiões atrasadas, e pela forma como os países da América Latina se incorporam ao mercado mundial que atinge a maturidade, ao longo do século XIX. Nesse caso, são os imperativos da lei do valor, da lei geral da acumulação e da lei da tendência à baixa da taxa de lucro, que promovem a transição do sistema colonial, como uma forma de pré-capitalismo, para o capitalismo dependente, para o qual os nexos de dependência e as relações sociais de superexploração do trabalho se impõem como necessidades lógicas. Não se parte do concreto, da especificidade, para se construir as mediações históricas que dão sentido à instauração das relações capitalistas em sociedades de origem colonial e posição periférica no sistema internacional do capitalismo.

Marini não dedica mais do que escassas linhas ao passado colonial, mais preocupado em ressaltar as discontinuidades que instauram e conformam o modo de produção capitalista na periferia latino-americana, superestimando as rupturas históricas efetuadas pelo capital⁴. Não se pode, obviamente, afirmar que Marini ignora as origens coloniais da

⁴ Ver Marini (1969), pp. 3-4, e Marini (1973), pp. 16-17.

América Latina. Porém, concebe a colônia apenas de uma perspectiva formal, entendendo que as estruturas propriamente coloniais são progressivamente negadas pela emancipação política e pelas relações mercantis capitalistas, até culminar em uma economia capitalista nacional erigida sobre a dominância do capital industrial. Falta o conteúdo histórico-concreto, ou seja, as peculiaridades da formação colonial brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, cujas contradições definem o sentido do processo histórico. Marini não toma como ponto de partida, em sua explicação, como e em que condições a América Latina, enquanto tal, havia se formado e se incorporado ao sistema internacional do capitalismo, e de que maneira isso afeta e condiciona todo seu desenvolvimento histórico subsequente – e, portanto, as formas, estruturas, relações, processos e sujeitos a partir dos quais e pelos quais o capitalismo aqui se plasma e se define.

Mais precisamente, Marini desconsidera o caráter específico, a originalidade da colonização na América Latina, e no Brasil em particular⁵. De fato, por um lado, seu sentido é dado, originária e prioritariamente, como empreendimento mercantil da metrópole, com toda posterior organização econômica, política e social se dando, no que tem de fundamental, em função da produção e transferência de riqueza para as metrópoles e, em seguida, para os principais centros do sistema internacional do capitalismo. Tal era o propósito que animava as coletividades humanas que aqui se instalaram e se organizaram, inicialmente. Do mesmo modo, as relações de produção e propriedade, a estratificação social e o estatuto da força de trabalho receberão a marca da colonização, sendo moldadas pelo seu caráter geral, incorporando os trabalhadores antes como meros instrumentos da produção, mobilizados

⁵ Novamente, a compreensão de Marini é parcial. Se tem em conta que as colônias ibéricas surgem como parte do movimento de expansão do capital comercial europeu, que faz delas produtoras e fornecedoras de metais preciosos e gêneros tropicais, não fica nada evidente em Marini o quanto essa gênese e os séculos de colonização moldaram, em profundidade, as feições da totalidade da vida social e, portanto, o caráter das formações sociais que dariam nos países latino-americanos da atualidade. De acordo com Caio Prado: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (Prado Jr., 1942: 30).

para concretizar aqueles negócios⁶, do que como efetivos participantes de uma sociedade nacional em construção, e reproduzindo uma profunda assimetria que configura um regime de segregação social⁷. Esses traços, decantados por três séculos de colonização, em si mesmos já apontam que a integração ao sistema de divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento do capitalismo nessas novas sociedades nacionais em formação se deram a partir de condições concretas determinadas. Ou seja, a situação de dependência e a superexploração do trabalho não surgem a partir do nada, ou de uma mera situação de atraso material em relação aos centros irradiadores da transformação capitalista e em resposta às necessidades lógicas do capital⁸. E tais condições se ligam à herança colonial.

Entretanto, a colonização não se resumiu a isso. Por outro lado, seja para viabilizar os empreendimentos coloniais, seja como desdobramentos inesperados destes, a colonização criou novas coletividades humanas, lançando as bases territoriais, demográficas, culturais e econômicas de novas nacionalidades, cuja unidade e identidade tendem a se afirmar à medida que entram em contradição com os liames do pacto colonial e, posteriormente, com a subordinação ao imperialismo. Surgem formações sociais que, com o avanço dos processos internos de mercantilização e de divisão social do trabalho, apresentam tendência à

⁶ “O que essencialmente assinala as relações coloniais de trabalho resulta das condições e caráter em que o trabalhador é incluído na organização econômica da colonização, a saber, como simples força de trabalho, como instrumento vivo destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização” (Prado Jr., 1966: 81). Sobre as modificações (parciais) do estatuto do trabalho (a partir da Abolição), para se adequar à ordem burguesa, ver também, por exemplo, Ianni (1992).

⁷ “(...) o mais pesado ônus que nos legou a nossa formação colonial. A saber, este abismo que ainda se abre entre os dois extremos largamente apartados da sociedade brasileira: um deles, a minoria que já começa a participar do teor de vida do mundo moderno, e que tão frequentemente, e tão ilusoriamente também, se toma pela realidade brasileira. O outro, a grande maioria, ainda semi-imersa, senão imersa de todo em longínquo passado onde estagnou, e que sem dúvida representa a essência daquela realidade. E que enquanto perdurar em tal situação, não permitirá nunca ao Brasil livrar-se da mediocridade que é a sua” (Prado Jr., 1966: 135).

⁸ Segundo Caio Prado: “Essa resultante característica da integração da economia brasileira no sistema internacional do capitalismo se deve essencialmente ao fato (...) de o Brasil se achar incluído já antes de sua integração no moderno sistema internacional do capitalismo industrial, e isso por força de sua própria formação, dentro de um sistema semelhante (no que respeita o Brasil) àquele que o sucedeu, e que vem a ser o do capitalismo comercial. O Brasil já formava então uma economia caracterizada essencial e fundamentalmente pela sua função exportadora de gêneros primários produzidos especialmente com tal finalidade. O país se constituía especificamente para atender a esse objetivo, e a ele se reduzia o essencial e substancial de suas atividades. Isso o predisporia para idêntica função na nova ordem. E assim era não somente no que respeita a sua organização econômica, mas também a estrutura social determinada por essa organização. A saber, uma disposição de classes fundamentalmente assente em dois extremos e polos opostos: de um lado, proprietários e empresários da colonização e negócio que consistia em produzir e fornecer gêneros primários ao comércio internacional. De outro lado, trabalhadores sem outro estatuto e perspectiva que contribuiriam com sua força de trabalho para a realização do mesmo negócio” (Prado Jr., 1968: 92-93).

autonomização, diferenciando-se da totalidade maior de que participam e integrando-se em bases nacionais. Essa tendência, que aponta para a necessidade e possibilidade da Nação, entrando em contradição com a persistência do “sentido da colonização”, as estruturas coloniais que ainda carregamos, impulsiona a formação nacional como processo histórico. Em suma, é essa a contradição básica de nosso desenvolvimento.

Importa ressaltar que não estamos incorrendo no erro oposto de negar ou anular as significativas descontinuidades representadas pela Independência, pela instauração do regime de trabalho livre, pela República e pela industrialização. Mas elas são importantes justamente do ponto de vista da formação nacional, como elos na cadeia desse processo histórico – e não puramente respostas aos imperativos do capital em seu movimento de mundialização. Apenas devem ser colocadas em perspectiva histórica, tendo em conta: o peso da herança colonial e escravista, jamais superada completa e definitivamente, e a partir da qual tem que eclodir, e à qual se sobrepõe, combinando-se, a ordem econômica e social burguesa⁹; a ausência de rupturas radicais com o passado, com as transições históricas mais importantes sempre resultando de composições ou transações entre setores “arcaicos” e “modernos” das classes dominantes, reciclando a dupla articulação, ainda que transformada pela expansão interna do regime do capital. Trata-se de uma integração nacional parcial, desigual, insuficiente e incompleta, determinando uma formação problemática¹⁰. A longa transição entre “colônia” e “nação” não chega a termo, tensionada pela dialética entre formação e reversão neocolonial. Enfim, é decisivo remontar à formação colonial para

⁹ “Nessa perspectiva, a revolução burguesa, com o desenvolvimento da formação social capitalista, implica a criação, reiteração e desenvolvimento de uma complexa rede de contradições sociais. As contradições de classes, raciais culturais e regionais, entre outras, constituem-se como fundamento de outra revolução. A revolução popular, que se esboça em muitas ocasiões na história da sociedade brasileira, tem muito a ver com esse complexo de contradições. Muitos acontecimentos, passados e presentes, podem ser vistos nessa perspectiva. Movimentos sociais, motins, revoltas e outras manifestações com frequência combinam as reivindicações de trabalhadores que são negros, mulatos, índios e caboclos. Nesse sentido é que a emancipação do operário e camponês passa pela emancipação do índio e negro” (Ianni, 1992: 138-139).

¹⁰ “O Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional, no sentido de um aparelho estatal organizado, abrangente e forte, que acomoda, controla ou dinamiza tanto estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. Mas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais, que compõem a sociedade, são de tal monta que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes – se admitirmos que o todo pode ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem” (Ianni, 1992: 177). E prossegue: “Os estados e as regiões, por um lado, e os grupos e as classes, por outro, vistos em conjunto e em suas relações mútuas reais, apresentam-se como um conglomerado heterogêneo, contraditório, disparatado. O que tem sido um dilema brasileiro fundamental, ao longo do Império e da República, continua a ser um dilema do presente: o Brasil se revela uma vasta desarticulação” (Ianni, 1992: 177).

compreender a formação do Brasil moderno¹¹. E, se é crucial não subestimar as transformações significativas trazidas pela independência, é igualmente importante não ignorar as continuidades, que em contradição com o “novo” impulsionam o processo histórico e seu sentido.

Para Marini, a emancipação, possibilitando a integração dos novos países ao sistema de divisão internacional do trabalho conformado pela grande indústria, sobre a base do mercado mundial e sob o comando da Inglaterra, representa um momento decisivo para a formação do capitalismo dependente¹². Afinal, é assim que surge a economia exportadora, entendida como uma forma de transição à economia capitalista nacional, que vem a ser completada com o processo de industrialização¹³. Assim, Marini abandona o problema da formação nacional em sociedades de origem colonial, como eixo fundamental do processo de desenvolvimento histórico e, portanto, do capitalismo que emerge e se instaura em tais formações sociais, permeadas pela herança colonial. Não há propriamente uma questão nacional em Marini, como se a descolonização e a constituição da nação se esgotassem e se resolvessem com a emancipação do século XIX¹⁴, e vindo a encontrar sua complementação

¹¹ Na sintética fórmula de Caio Prado: “O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no centênio anterior a este e no atual. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este ‘algo de novo’ não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente, uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular” (Prado Jr., 1942: 10). “Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo” (Prado Jr., 1942: 10). “O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não ‘tomou forma’” (Prado Jr., 1942: 11).

¹² “Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (Marini, 1973: 18). Cf. Marini (1969), pp. 3-4.

¹³ Esclarece Marini: “Es probable que, por deficiencia mía, el lector no advierta uno de los supuestos que informan mi análisis: la de que *la economía exportadora constituye la etapa de transición a una auténtica economía capitalista nacional, la cual sólo se configura cuando emerge allí la economía industrial*” (Marini, 1973: 82). Ver também Marini (1973), p. 53.

¹⁴ Sobre a construção dos Estados nacionais na América Latina, ver Marini (1994b), onde a ênfase recai na viabilização e organização do aparelho de Estado. A advertência de Florestan Fernandes nos parece

material definitiva com a industrialização do século XX, sucedendo-se às relações coloniais as relações de dependência em bases plenamente capitalistas – uma vez que, engatadas à dinâmica do mercado mundial, as economias latino-americanas se transformam em centros produtores de capital.

Ao sugerir a ruptura com a ordem colonial pelo capitalismo dependente, e ao negar, assim, o caráter geral, a peculiaridade de nossa colonização (e, por consequência, do sentido do desenvolvimento histórico), Marini faz da teoria marxista da dependência uma teoria da dependência genérica, logo, a-histórica. A circulação e a imposição de critérios mercantis a partir do mercado mundial determinam a modificação das relações de produção e, assim, a transição para o capitalismo dependente, como necessidade posta pelas leis imanentes e contradições do modo de produção capitalista, pelas tendências e contradições projetadas a partir dos países de industrialização avançada. Reduzindo dependência e superexploração a necessidades lógicas, o curso da história já estaria dado de antemão, independente e acima da luta de classes e da “vontade política” dos sujeitos históricos. Desse modo, o passado colonial se metamorfoseia e se dilui na “contemporaneidade” das relações propriamente capitalistas de superexploração estrutural e da forma de economia capitalista nacional que lhe corresponde, que se completa com a industrialização. A herança

pertinente aqui: “Os estudiosos de nossa formação histórica, cultural e política tendem a evitar, cuidadosamente, a análise realista de duas conexões, que são fundamentais para a compreensão e a explicação objetivas de nossa situação histórico-social. De um lado, o que representa o nosso passado colonial; de outro, o que significa a nossa condição presente, de ‘povo periférico e dependente’. Projetando em nossa história imagens e categorias tomadas da evolução da Inglaterra, da França ou dos Estados Unidos, acabam diluindo e anulando a fase colonial de formação da sociedade brasileira. Por uma mágica simplista, fundada em precária teleologia histórica, todo o período colonial teria como ‘finalidade interna’ a função de gerar a *nacionalidade* e uma *sociedade nacional* pronta e acabada. Nada mais infantil, impossível e longe da verdade! Ainda hoje não completamos a absorção, a neutralização e a superação da complexa herança negativa, recebida de nosso passado colonial. Até o ponto de partida de uma nova evolução econômica só surgiu de lentas e contraditórias transformações das estruturas sociais herdadas da colônia, num processo que abrange mais de um século de duração, ou seja, mais de quatro gerações consecutivas” (Fernandes, 1968: 150). “O mau vício de confundir-se *emancipação nacional*, como processo histórico, com *descolonização*, como processo econômico, sociocultural e político fez com que as ciências sociais ignorassem a realidade da América Latina. A emancipação nacional ocorreu ao nível das estruturas de poder dos estamentos dominantes e exigiu, como sua base material necessária, que a descolonização fosse contida e, ao mesmo tempo, se desenrolasse sinuosamente, como um processo ultraprolongado. Ainda lutamos não só com as sequelas de estruturas ‘herdadas’ da era colonial ou da escravidão. Vemos como o capitalismo competitivo ou, em seguida, o capitalismo monopolista revitalizam muitas dessas estruturas, requisito essencial para a intensidade da acumulação de capital ou a continuidade de privilégios, que nunca desaparecem, e de uma exploração externa, que sempre muda para pior. (...) É preciso desmitificar esse processo, desvendando o *quantum* de descolonização que não pode ser feito simplesmente porque se restringe ou se torna impossível uma participação popular revolucionária nas estruturas de poder da Nação e do Estado” (Fernandes, 1976: 29-30).

colonial desaparece do horizonte analítico, após cumprir meramente a função de base pré-capitalista para a transição ao capitalismo dependente e às relações de superexploração do trabalho, onde aquela se sintetiza e se supera¹⁵.

1.2. Industrialização dependente

Isso nos leva à segunda descontinuidade destacada por Marini, que enfim conforma uma economia capitalista nacional: a industrialização dependente. A partir desse momento, teríamos uma formação social, baseada no modo de produção capitalista, plenamente constituída, uma economia capitalista formada, com ciclo próprio e que traz em si suas próprias determinações, ainda que com graves desproporções e reproduzindo ampliadamente a dependência, em suas várias dimensões, e as desigualdades sociais. Mas, ainda que o ciclo econômico siga condicionado pela conjuntura internacional e pelos capitais estrangeiros, doravante estes passariam a operar como fatores internalizados. Nesse sentido, Marini superestima o impacto, profundidade e extensão das transformações trazidas pelo capital industrial, deslocando sua ênfase analítica para o ciclo do capital industrial e seu movimento contraditório, particularmente na explicação do modo de funcionamento da economia brasileira e dos impasses de seu desenvolvimento. Encontra-se aí mais uma ruptura com o passado, como indica o próprio conceito de industrialização com o qual Marini entende o processo em curso no Brasil: a transformação qualitativa global da sociedade pelo capital industrial¹⁶. Essa forma de abordar os problemas econômicos da sociedade nacional

¹⁵ A ruptura com a perspectiva da formação nacional é evidenciada na crítica de Marini a Caio Prado: “O que o autor não considera em nenhum momento é a própria natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro, o qual tem conduzido a uma integração crescente à economia capitalista internacional e tem motivado uma completa inadequação da estrutura de produção às necessidades de emprego e salário das massas trabalhadoras, tudo isso não em caráter circunstancial, e como consequência da sobrevivência de reminiscências coloniais, mas sim pela própria dinâmica do crescimento econômico em uma economia capitalista periférica. Isso, que constitui a tendência profunda da dialética capitalista no Brasil, coloca divisões muito mais radicais para as forças sociais envolvidas no processo do que as que Prado Jr. supõe.” (Marini, 1967: 106).

¹⁶ O próprio referencial com que Marini trabalha em sua análise da industrialização periférica ressalta os saltos qualitativos do processo: “Empleamos el término ‘industrialización’ para señalar el proceso a través del cual la industria, emprendiendo el cambio cualitativo global de la vieja sociedad, marcha en el sentido de convertirse en el eje de la acumulación de capital” (Marini, 1973: 60-61). Ainda quanto a este ponto, lembremos como Marini vincula a industrialização a um processo de modernização das sociedades latino-americanas, nos marcos do regime de classes, questão que retomaremos adiante. A propósito do significado econômico da industrialização dependente, não custa remeter ainda mais uma vez a Marini: “Sólo a medida que la economía dependiente se va convirtiendo de hecho en un verdadero centro productor de capital, que trae incorporada su fase de circulación – lo que alcanza su madurez al constituirse allí un sector industrial – es que se manifiestan plenamente en ella sus leyes de desarrollo, las cuales representan siempre una

se expressa: na concepção da questão do mercado a partir da ênfase nos problemas de realização, decorrentes da contradição entre a produção de massas crescentes de valor e a tendência ao subconsumo das massas; no uso dos esquemas de reprodução marxistas, para analisar os profundos desequilíbrios entre as forças produtivas que compõem a economia; e na compreensão do movimento da economia a partir do ciclo do capital. Em suma, Marini substitui definitivamente a perspectiva da formação nacional pela sobreposição à realidade brasileira de uma suposta economia capitalista tal qual presume de certa leitura de *O capital*.

Isso significa que, ainda que procurando apreender as especificidades da industrialização dependente, ressaltando seu caráter excludente e concentrador, os limites do mercado, as discontinuidades técnicas e o peso do capital imperialista, Marini dá um passo atrás e reduz as peculiaridades daquele processo ao resultado de necessidades lógicas e abstratas da operação contraditória da “lei do valor”. Em última instância, a especificidade reside na base de superexploração e correspondente forma de circulação do capital engendrada pela economia dependente, com seu mercado estratificado, condições sobre as quais se erige a industrialização. Daí o tratamento do problema do mercado interno a partir da contradição geral e abstrata entre tendência estrutural do capital à expansão ilimitada da produção e tendência à pauperização das massas trabalhadoras, pela diminuição absoluta ou relativa do capital variável, ambas exacerbadas pelas relações de superexploração do trabalho. Ou seja, resume-se a questão do mercado aos problemas de realização de massas crescentes de valor.

Inadvertidamente, Marini superestima a autonomia relativa do espaço econômico nacional, no conjunto do sistema capitalista mundial, e da esfera econômica dentro do corpo social. Por consequência, acaba superestimando a força própria do capitalismo brasileiro, em suma, as potencialidades materiais do próprio capitalismo dependente. O prisma a partir do qual Marini enfoca a industrialização brasileira, em particular, sugere: de um lado, a extensão

expresión particular de las leyes generales que rigen al sistema en su conjunto. A partir de ese momento, los fenómenos de circulación que se presentan en la economía dependiente dejan de corresponder a problemas de realización de la nación industrial a la que ella está subordinada para tornarse cada vez más en problemas de realización referidos a su propio ciclo de capital” (Marini, 1973: 85). Ver también Marini (1979a): “al referirme a la economía dependiente, tengo en vista la forma actual que ésta ha asumido, después que en su seno se conformó un sector de producción para el mercado interno que asumió progresivamente el rol hegemónico en la dinámica de esa economía. Situación a todas luces diferente de la que privaba todavía a principios de este siglo, cuando, bajo la forma de economía exportadora, la economía dependiente latinoamericana representaba un sistema de producción complementario al sistema de las economías centrales, teniendo su ciclo determinado por éste”.

e profundidade das metamorfoses induzidas pelo capital industrial; de outro lado, a estabilidade e continuidade do processo de industrialização nos marcos das relações de dependência, enquanto fosse possível manter taxas de exploração atrativas para os capitais imperialistas e encontrar ou criar mercados externos para o escoamento do excedente de mercadorias e de capital. A afirmação de uma economia capitalista nacional que tem a industrialização como eixo dominante da acumulação, configurando um ciclo do capital com determinações próprias, equivale a supor a cristalização do espaço econômico nacional como base de expansão do capital, nos limites possíveis dentro do capitalismo dependente, colocando como problema imediato a construção do socialismo. A compreensão do movimento da economia dependente a partir da perspectiva do desenvolvimento capitalista, isto é, a partir do ciclo do capital, dos esquemas de reprodução e de problemas de realização, só poderia ter validade – limitada – se assentada em premissas muito particulares e historicamente delimitadas, que divergem consideravelmente da realidade do desenvolvimento econômico latino-americano. Pressupõe-se um patamar elevado de acumulação, assim como elevados graus e expansão da mercantilização e da divisão social do trabalho; um nível também elevado de desenvolvimento e integração das forças produtivas capitalistas, com estreita articulação da base técnica de produção entre os setores produtivos, sem grandes discontinuidades técnicas, dentro de marcos nacionais bem delimitados, portanto, atuando como um sistema de forças produtivas; fortes nexos entre acumulação de capital, concorrência, progresso técnico endógeno e desenvolvimento do mercado interno de consumo e do mercado de trabalho, tendo como contrapartida necessária uma formação histórico-social determinada, em que estruturas sociais e padrão de luta de classes criem condições para relativa homogeneidade social. Nessas condições, a economia nacional pode ser pensada como uma totalidade autorreferida e com uma lógica própria, podendo seu movimento ser pensado a partir da acumulação do capital industrial¹⁷.

A situação das economias de origem colonial é muito distinta, mesmo onde o processo de industrialização teve maior avanço, pois a formação econômica e as estruturas sociais legadas pela colonização, assim como a subordinação ao capital financeiro internacional, condicionaram uma industrialização concentrada e fragmentada, incapaz de impulsionar a

¹⁷ Sobre a problemática do desenvolvimento nacional e sobre o desenvolvimento capitalista autodeterminado, tomamos como referência Sampaio Jr. (1999a), cap. 2.

transformação e integração do conjunto do subsistema subdesenvolvido em bases propriamente nacionais. A formação colonial dificultou que a economia se estruturasse como um todo orgânico, articulado. A economia primário-exportadora, ou mais propriamente a economia colonial em transição, a partir da qual e sobre a qual se constitui a industrialização substitutiva, só poderia fornecer um ponto de partida extremamente precário, como consequência da formação nacional truncada pelas classes dominantes. Além do atraso relativo na acumulação, partia-se de uma economia desarticulada, perpassada por profundas desigualdades regionais e marcada pela ausência de vínculos estreitos e duradouros entre as regiões, assim como pela infraestrutura débil e inadequada à integração nacional – consequências da formação econômica como sucessão e sobreposição de ciclos de produtos primários e pela correspondente vinculação prioritária com os mercados externos¹⁸. Além disso, a reprodução do padrão de segregação social, resultado da herança colonial e escravista e de uma abolição e uma transição para o trabalho assalariado problemáticas, colocava freios à mercantilização e à concorrência capitalista, bloqueando processos de inovação e difusão de progresso técnico. Além das bases precárias típicas da economia colonial em transição, o próprio tipo de industrialização que coube à periferia latino-americana deve ser tido em conta, quanto aos seus ritmos, seus condicionantes e seus efeitos¹⁹. Essa industrialização, particularmente quando atinge a produção de bens de

¹⁸ Conforme Caio Prado: “a economia brasileira não terá outros horizontes que monotonamente se repetir e evoluir através de sucessivos ciclos estritamente subordinados à conjuntura do mercado externo para um ou outro gênero primário da produção colonial. Ciclos esses em que uma fase de prosperidade momentânea é seguida e substituída por outra de declínio, decadência e, em casos extremos, até mesmo gradual decomposição econômica e social. Tais ciclos se repetem no tempo e no espaço ao longo de toda a nossa evolução econômica que dentro de tão estreitas perspectivas se desenrola até as vésperas de nossa emancipação política” (Prado Jr., 1968: 72). “Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que sobra da população que não puder emigrar em busca de outra aventura semelhante, passa a vegetar sem ter em que se aplicar e obter meios regulares e adequados de subsistência” (Prado Jr., 1966:137-138). Para o círculo vicioso do sistema colonial, ver Prado Jr. (1968), cap. VI.

¹⁹ A própria industrialização, nas condições em que se deu no Brasil (nas estruturas sociais típicas do subdesenvolvimento e sob controle crescente do capital financeiro internacional), resultou antes em um aglomerado caótico de atividades (Prado Jr., 1968: cap. VIII) do que em um sistema econômico nacional. Referindo-se à indústria brasileira, aponta sumariamente Caio Prado: “seus fundamentos são precários, e as consequências disso se verificarão logo que se esgotarem os limites da possível substituição de importações, e o progresso ulterior exigirá, além de bases mais sólidas, perspectivas mais amplas. Tratar-se-á de uma indústria desordenadamente implantada, sem outro critério que as excepcionais e tão artificiais facilidades oferecidas, e o estímulo imediatista de um lucro fácil e rápido. Uma indústria que não terá passado pelo crivo da seleção pela concorrência, nem mesmo potencial, ou de um planejamento integrado e de conjunto. Uma indústria em suma formada de caótico aglomerado de atividades implantadas no geral, sem atenção alguma a sua viabilidade, a longo prazo, no que respeita padrões de qualidade, custos, disponibilidade de matérias-primas e outros insumos facilmente acessíveis e a preços convenientes,

consumo duráveis e bens de produção, baseou-se na transplantação maciça e concentrada no tempo de bases técnicas e produtivas em descompasso com as possibilidades materiais do subdesenvolvimento. Enquanto que nas economias de industrialização originária essas transformações resultaram de processos de duração secular, pelo desdobramento interno da concorrência, provocando ou pressupondo transformações sociais de igual envergadura, nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, pelas condições apontadas, o resultado é a sobreposição às estruturas sociais pretéritas, de um lado, e a sobreposição de forças produtivas em diferentes idades históricas, de outro²⁰. Nos marcos da proteção propiciada pela crise da economia exportadora e da desorganização do sistema de divisão internacional do trabalho, tal industrialização não esteve sujeita aos imperativos da concorrência, tampouco do planejamento, desenvolvendo-se à base de especulação com lucros fáceis. Por fim, norteadas pela modernização dos padrões de consumo de uma minoria privilegiada, acentuava a concentração de renda e bloqueava a difusão do progresso técnico. Nessas condições, a industrialização não teve forças para concretizar transformações de vulto e de realizar uma integração nacional de fato, não constituindo um sistema econômico nacional – ao contrário, assentando-se em bases tão precárias que tornavam-na vulnerável a crises de reversão estrutural, principalmente a partir do momento em que se torna alvo das filiais dos trustes internacionais e da rede de dependências tecida pelo capital financeiro internacional²¹, conforme vai se afirmando a transnacionalização do capital. Em suma, trata-

perspectivas futuras de mercado, etc.” (Prado Jr., 1968: 116).

²⁰ Sobre o resultante e determinante caráter combinado dessa formação: “Aí está uma peculiaridade básica da formação social brasileira, conforme ela se revela no século XX. O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional” (Ianni, 1992: 60-61). “São distintas formações sociais no âmbito de uma formação social abrangente, integrativa e contraditória. Tanto assim que a industrialização se sobrepõe às diversidades. Pode impregná-las e recriá-las” (Ianni, 1992: 168). Ver ainda Aníbal Pinto, que chama a atenção justamente para a modalidade atrasada e fragmentária de “revolução industrial” que nos coube (Pinto, 1967: 56-58): “(...) o fenômeno de diversificação de estrutura se realiza num período extraordinariamente breve dentro da medida histórica. (...) Em menos de 30 anos ocorrem mutações profundas, que na evolução dos centros se medem por séculos”; “Esta ‘descontinuidade’ abrupta no tempo se manifesta também na ausência das mudanças ou elos que ligam a economia pré-capitalista à industrial”; “a emergência de um setor industrial e seu complexo ‘moderno’ se apresentam como uma superposição sobre a estrutura tradicional”. Daí o caráter combinado dessa evolução histórica.

²¹ As “deformações” só tendem a se aprofundar, criticamente, a partir da “internacionalização do mercado interno”, do predomínio das filiais de firmas internacionais no processo de industrialização. “(...) o processo de industrialização, que deveria contar como principal fator na superação do estatuto colonial, realizando-se pela forma que está ocorrendo, isto é, ligado fundamentalmente ao imperialismo e na dependência de empreendimentos e iniciativas que nele se compreendem, encontra-se de antemão estritamente limitado, e (o que é sobretudo importante) não guarda relação essencial com a conjuntura econômica interna do país, e

se de uma economia não plenamente formada, e não “deformada” capitalisticamente, como supõe Marini.

Temos, assim, uma série de questões que desaparecem, para que se possa interpretar o movimento da economia brasileira a partir do ciclo do capital: como já destacamos, a precariedade e a desarticulação das bases materiais da economia subdesenvolvida e seu caráter “colonial”²²; a precariedade da conjuntura mercantil (as dimensões do mercado e o perfil da demanda) associada à instabilidade crônica da economia, que inviabilizam-na como espaço privilegiado de reprodução ampliada do capital; a ausência de progresso técnico endógeno e sua incorporação comandada pela modernização dos padrões de consumo, bloqueando sua difusão; os consideráveis desníveis de produtividade, com a superposição ou articulação de forças produtivas em diferentes idades históricas; os nexos voláteis do capital internacional com a economia, pela combinação de sua lógica especulativa com as características mencionadas da economia subdesenvolvida – assim como os impactos desestruturantes e desagregadores do mesmo capital internacional. Certamente, a economia que se constitui a partir do processo de industrialização por substituição de importações não é uma mera “economia reflexa”, pois há uma tendência à autonomização, mas que não se concretiza por completo, pois se desenvolve e está em contradição com as estruturas coloniais de que emerge e às quais se superpõe. Marini não apreende a dialética colônia-nação, essa tensão entre formação nacional e reversão neocolonial. Por isso, a partir de aparências e semelhanças formais, toma “nação” e “industrialização” como dados, e daí a força própria e autonomia relativa da economia brasileira, levada às últimas consequências com a noção de subimperialismo, como veremos. Dessa forma, ao supor que estava em curso uma forma de desenvolvimento capitalista, ainda que dependente, Marini abandona a complexa questão do subdesenvolvimento, desvinculando-a da problemática da formação nacional²³.

se subordina antes a circunstâncias e contingências estranhas a ele” (Prado Jr., 1966: 139).

²² A propósito, a formulação de Florestan Fernandes é esclarecedora: “Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (Fernandes, 1968).

²³ Há aqui um problema com o próprio conceito de desenvolvimento, que não pode ser puramente formal, devendo fazer referência às condições históricas de cada sociedade nacional. E, na situação concreta que

1.3. *Subimperialismo, revolução e história*

O subimperialismo expressa os equívocos de Marini levados às últimas consequências, sendo entendido como uma etapa superior do desenvolvimento capitalista no Brasil²⁴. Para Marini, os marcos da formação do subimperialismo são dados pelas transformações na economia mundial provocadas pela nova fase de exportação de capitais a partir dos Estados Unidos e, subseqüentemente, de outros centros imperialistas, reorganizando a divisão internacional do trabalho e desdobrando uma hierarquização interna à própria periferia. Avançados os anos 1970, sob a ditadura militar, o Brasil, conforme Marini, estaria se aproveitando do *boom* do mercado financeiro internacional e do acirramento da concorrência entre imperialismos para avançar na diversificação da sua base industrial e em seu projeto subimperialista, de subpotência industrial ou “potência média”, ainda que nos marcos da integração imperialista dos sistemas de produção²⁵. Mas esse movimento de transnacionalização do capital, para as economias periféricas, inclusive a brasileira, ao invés de representar uma etapa superior de seu desenvolvimento capitalista, representa na verdade os germes do aprofundamento de sua desarticulação e de sua reversão neocolonial. Com a “internacionalização do mercado interno”, o avanço da industrialização ficou a depender do interesse do capital internacional em dar continuidade aos investimentos nos setores industriais fundamentais, o que fora condicionado por uma conjuntura interna peculiar, de mercado interno protegido e lucrativo, e por um momento determinado da internacionalização do capital, em que escalas de produção e horizonte de acumulação ainda eram compatíveis com o espaço econômico nacional, possibilitando considerável

aqui nos interessa, o desenvolvimento deve ser íntima e intrinsecamente vinculado ao avanço da formação nacional. O desenvolvimento é tema intrinsecamente histórico (desenvolvimento como processo histórico). Para a situação concreta que aqui nos interessa, Caio Prado procura mostrar que desenvolvimento e formação nacional se relacionam necessária e inextricavelmente (Prado Jr., 1968). Ver também Fernandes (1968), cap. IV.

²⁴ É como atesta o próprio Marini: “a ditadura correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista” (Marini, 1990: 75).

²⁵ Adverte Marini: “el Estado brasileño se vale hoy de la feroz competencia establecida entre Estados Unidos y Europa Occidental, en particular Alemania, así como Japón, para asegurar la captación de recursos proporcionados por el flujo circulatorio mundial de capitales, medios de producción y tecnología. Brasil no superará de este modo, la dependencia; pero, al diversificar su articulación con la economía capitalista mundial, se abrirá espacio para llevar adelante su proyecto de desarrollo industrial y, sobre la base de éste, su afirmación como potencia media en el esquema mundial de reparto del poder. En otros términos el Estado brasileño se sirve de las contradicciones interimperialistas para garantizar la realización de su proyecto subimperialista” (Marini, 1977b: 12).

internalização das estruturas típicas da Segunda Revolução Industrial. Com o processo de mútua determinação de emergência e expansão das empresas transnacionais, de desenvolvimento acentuado do sistema financeiro internacional e de integração dos mercados das economias centrais, aquelas premissas deixam de valer, tendo impactos notoriamente mais adversos na periferia do capitalismo²⁶.

Em um primeiro momento, o crescimento econômico não desprezível e a diversificação da estrutura produtiva, incluindo bens de capital, pareciam dar a impressão contrária. A própria euforia propiciada pelo endividamento externo e os delírios do discurso de “Brasil Potência” da ditadura reforçavam tais impressões. No entanto, falta a Marini ir além dos fatos imediatos, das aparências e das conjunturas, para compreendê-los à luz dos processos históricos, com seu sentido e suas contradições. Por isso, não poderia antever as possibilidades e riscos de crises de reversão estrutural. Não é por acaso que Marini, ao tratar de uma eventual revitalização da economia exportadora, sob nova forma, está se referindo à configuração de uma economia industrial exportadora, pela suposta tendência de exportação de manufaturas, como forma de equacionar os problemas de realização justamente dos setores mais avançados da indústria. Não se trata, portanto, em Marini, de uma tendência à reversão neocolonial. Mas, pelo contrário, no caso brasileiro tratava-se da chegada à fase do capitalismo monopolista e financeiro – ainda que nos marcos da dependência.

A própria caracterização do fenômeno do subimperialismo também é formal em Marini, pelo enquadramento da conjuntura histórica brasileira, com base em similitudes formais, em um tipo derivado da análise de Lênin sobre o imperialismo. Essa transposição equivale a uma utilização imprópria da categoria do imperialismo, à medida que esvazia seu caráter histórico, ou seja, as condições particulares a que está vinculada sua emergência e seu desenvolvimento, assim como o próprio significado do imperialismo. Isso remete, primeiramente, a uma compreensão insuficiente e parcial do que seja o imperialismo, que Marini aborda como sendo o capitalismo na fase dos monopólios e do capital financeiro, etapa que o desenvolvimento capitalista no Brasil teria alcançado, dentro da situação de dependência. O problema da formulação de Marini está, por um lado, no fato de que desloca imperialismo de sua gênese histórica, colocando-o em termos puramente abstratos, tais

²⁶ Sobre a transnacionalização do capital e seus impactos particularmente adversos sobre a periferia, ver Furtado (1987). Para os impasses e riscos da “construção interrompida”, ver Furtado (1992).

como as tendências à concentração e centralização do capital, os problemas da realização de massas crescentes de valor, e a necessidade de exportação de capitais e de busca por mercados e fontes de matérias-primas para dar seguimento à acumulação. Acontece que o imperialismo surge, também, no contexto de um sistema de Estados nacionais rivais, de desenvolvimentos técnicos de larga escala e de metamorfoses nas formas de concentração e centralização, de mobilidade e mutabilidade do capital, pelo surgimento do capital financeiro, tudo isso condicionando um salto qualitativo e quantitativo na expansão do capital em escala mundial, de modo a anexar e incorporar formações sociais as mais variadas em um único sistema, criando uma totalidade polarizada em que acumulação, progresso técnico e seus efeitos se concentram no centro, mantendo a periferia em condição de atraso relativo e permeada pelos laços de subordinação comercial, financeira, tecnológica, cultural, política e militar²⁷. Por outro lado, ignora-se o caráter mais essencial da economia brasileira, que se vê incorporada no bojo daquelas transformações, como uma “economia colonial em transição”, periférica e marginal, campo de operações do capitalismo monopolista, do capital financeiro internacional, não se constituindo como espaço privilegiado de reprodução ampliada do mesmo e tampouco local de sua gênese, como já procuramos apontar. A premissa fundamental, em Marini, é que a “economia nacional” se torna espaço privilegiado de reprodução ampliada do capital monopolista, e que, pelas contradições imanentes ao seu próprio ciclo, enfrenta graves desproporções e problemas de realização, que impelem à busca por mercados externos.

Não se trata de imputar a Marini a proposição de um “imperialismo brasileiro”, mas não se pode ignorar que, primeiro, a base e referência do conceito de subimperialismo é o imperialismo²⁸; e, segundo, não se trata de uma categoria “construída historicamente”, “verificada” historicamente, mas a partir dos traços “típicos” do capitalismo monopolista e financeiro, no entender de Marini, que redundam em propensões imperialistas, respondendo à exacerbação da contradição básica entre tendência à expansão ilimitada da produção e capacidade limitada de consumo social, nas condições capitalistas de distribuição antagônica. Novamente, salientam-se os aspectos abstratos, formais, em detrimento da história, de modo que a necessidade do subimperialismo – e do imperialismo – também é

²⁷ A respeito da gênese e da delimitação histórica e teórica do imperialismo, tomamos como principais referências: Bukharin (1915), Hilferding (1909), Hobsbawn (2009), Lenin (1917) e Magdoff (1969).

²⁸ Remetemos ao item 2.2 do capítulo 3, onde abordamos a questão do subimperialismo.

construída a partir da “lei do valor”²⁹.

Por fim, na definição do caráter da revolução brasileira e de suas tarefas imediatas, definidas em termos estritamente socialistas, Marini toma como base o antagonismo geral e abstrato entre capital e trabalho, radicalizado pela relação de superexploração e pelas suas implicações políticas³⁰. É nesse sentido que se pode afirmar que, partindo da afirmação do caráter capitalista da economia brasileira, particularizado pela superexploração estrutural, Marini define, de antemão, o caráter da revolução brasileira como sendo imediata e necessariamente socialista. Trabalhando em um nível de abstração em que as contradições parecem fazer a história, Marini não busca a necessidade e a possibilidade da revolução brasileira na dialética dos fatos concretos³¹. Se é correto que a história do Brasil contemporâneo é dinamizada pelos antagonismos de classe, que se vinculam ao caráter

²⁹ Com isso não pretendemos negar que o Brasil possa ter cumprido algum papel, enquanto parceiro do imperialismo, na exploração e opressão dos povos vizinhos, tampouco negando aspectos relativos à expansão de capitais brasileiros para além das fronteiras nacionais, em particular para a América Latina, como a recente internacionalização de empresas de capital nacional sugere (Fontes, 2009). Esses fenômenos devem ser objeto de investigação. O que estamos afirmando é que o conceito de subimperialismo é inadequado, pelas razões apontadas, para explicar tais ocorrências.

³⁰ Referindo-se ao capitalismo dependente, de um modo geral, afirma Marini: “(...) la dominación imperialista no se reduce a sus expresiones más visibles, como son la presencia de capitales extranjeros en la producción, la transferencia de plusvalía a los países imperialistas mediante mecanismos mercantiles y financieros y la subordinación tecnológica, sino que se manifiesta en la forma misma que asume el modo de producción capitalista en América Latina y en el carácter específico que adquieren aquí las leyes que rigen su desarrollo. La manera cómo se agudizan, en el capitalismo dependiente, las contradicciones inherentes al ciclo del capital; la exasperación del carácter explotativo del sistema, que lo lleva a configurar un régimen de superexplotación del trabajo; los obstáculos creados al paso de la plusvalía extraordinaria a la plusvalía relativa, y sus efectos perturbadores en la formación de la tasa media de ganancia; la extremación consiguiente de los procesos de concentración y centralización del capital – esto es lo que constituye la esencia de la dependencia, la cual no puede ser suprimida sin que se suprima el sistema económico mismo que la engendra: el capitalismo” (Marini, 1976: 2). E conclui: “Este planteamiento teórico apuntala la tesis política según la cual no hay antiimperialismo posible fuera de la lucha por la liquidación del capitalismo y, por ende, fuera de la lucha por el socialismo” (Marini, 1976: 2). “El socialismo es, por sobre todo, la economía que expresa los intereses de una clase – el proletariado – y se opone, por tanto, a los intereses de la clase a la cual se enfrenta el proletariado: la burguesía. La lucha por el socialismo se expresa, pues, a través de la revolución proletaria, que opone la clase obrera y sus aliados a la burguesía en tanto clase” (Ibidem). Cf. Marini (1967).

³¹ “Não se trata de pensar a revolução em abstrato, imaginá-la ‘democrático-burguesa’ ou ‘socialista’, como se fora possível escolher uma fórmula, um modelo. Ao contrário, trata-se de descobrir e trabalhar as condições e possibilidades da revolução que se inscreve nos movimentos da história, nas relações e contradições sociais, nos impasses decorrentes de um caleidoscópio de vários tempos, diversas épocas; configurando o desenvolvimento desigual e combinado; conferindo aos trabalhadores do campo e da cidade tarefas muito suas, próprias, além daquelas que a revolução burguesa não realizou” (Ianni, 1992: 72-73). E mais: “A revolução social possível que amadurece nessa história recriará a nação. Ou melhor, criará uma nação na qual a grande maioria do povo se sentirá parte integrante da sociedade e Estado nacionais. Isto porque até esta altura da história o que tem sido mais evidente é a ‘desagregação’. Um todo vivo, em movimento e inclusive em transformação, mas um tanto desconforme, mais desigual e desagregado do que combinado. A nação parece desconjuntada, expressando apenas segmentos particulares de um todo muito mais complexo de possibilidades” (Ianni, 1992: 73).

antagônico do modo de produção capitalista, isso não é suficiente para dar conta dos desafios concretos da revolução brasileira, em termos teóricos e práticos, uma vez que não se tem em conta as mediações históricas e nacionais em que aquelas contradições se objetivam, assim como a construção dos sujeitos históricos que de fato fazem – ou potencialmente podem fazer – a história. Como já mencionamos, a contradição básica da evolução histórica brasileira é dada pela oposição entre formação nacional e estruturas herdadas do passado colonial e escravista, que impedem o desfecho positivo daquele processo – contradição que é permeada e potencializada pelos antagonismos próprios do sistema do capital, à medida que a ordem econômica, social e política burguesa impregnou a sociedade nacional, sem liquidar aquelas estruturas, mas combinando-se às mesmas, desenvolvendo-se por dentro delas e modificando-as apenas onde necessário. Às profundas assimetrias e disparidades da ordem colonial, somam-se, sobrepõem-se as desigualdades de classe, reiterando a desconformidade e a desarticulação da vida material e a segregação que impede que a população de trabalhadores se eleve ao estatuto de cidadãos de uma nação, participantes não apenas das benesses do progresso material, como também, principalmente, da ordem política. São as reações de inconformismo que eclodem – ou potencialmente podem eclodir – dessa situação que impulsionam – ou podem impulsionar – a revolução brasileira. O conteúdo de classe se define pela articulação entre burguesia dependente e imperialismo, que reiteradamente se mostrou impermeável e extremamente intolerante às reformas que, em profundidade, pudessem liquidar os anacronismos legados pelo passado colonial e escravista, proscurendo a revolução democrática e amesquinhando a revolução nacional, dentro dos estreitos limites necessários à consolidação da ordem burguesa nos marcos nacionais. Em contraposição, Marini define o caráter da revolução brasileira a partir de contradições abstratas exacerbadas e do conseqüente “desenvolvimento monstruoso” do capitalismo brasileiro, entendendo tal revolução como um processo vindouro, e não mediado pelo encadeamento dos fatos históricos, assim se contrapondo a uma concepção histórica de revolução³². Além disso, visto que Marini dissolve a problemática do

³² A propósito, ver Prado Jr. (1966). Sobre a concepção de revolução em Marini, ver Marini (1969), II.3, e Marini (1976). Já em outro contexto, Marini rediscute os dilemas da revolução socialista em Marini (1998). E, em Marini (1991), propõe explicitamente uma redefinição do problema da construção do socialismo: “Terá, assim, de haver uma revisão de nossa concepção sobre o socialismo e uma dissociação de sua identificação exclusiva com a revolução bolchevique e suas transformações, retomando a ideia-chave de Marx, que vê o socialismo como uma era histórica, fruto de um longo período de transformações e

subdesenvolvimento, os dilemas e desafios da transição e construção do socialismo no elo fraco do sistema ficam fora de foco.

Do mesmo modo, Marini procede para caracterizar a revolução latino-americana, cujo caráter necessariamente continental e internacional seria afirmado pela exportação da superexploração e do terror pela ação do subimperialismo brasileiro, nos marcos mais gerais da integração imperialista dos sistemas de produção, unificando os interesses das burguesias e, em contrapartida, unificando os movimentos revolucionários dos povos oprimidos pelo imperialismo, conforme peculiaridades regionais, mas transcendendo as fronteiras nacionais³³. Marini dilui as temporalidades e os conteúdos específicos de cada processo revolucionário nacional em uma revolução latino-americana genérica. As diversidades geográficas e do meio físico, das heranças das civilizações e das formas de produção pré-colombianas, das heranças humanas e econômicas do período colonial, da escravidão do negro africano ou da servidão do indígena, do grau de diferenciação das forças produtivas e de objetivação da ordem econômica e social burguesa, entre tantas outras, apresentam-se concentradas em marcos nacionais que tornam as contradições reais – a dialética dos fatos concretos em que se há de buscar o desencadeamento de cada revolução – muito mais ricas – e particularizadas – do que supõe o tempo histórico único do esquema de Marini.

Marini concebe a luta de classes como sendo regida por “leis de ferro”, por uma “lógica implacável” (Marini, 1978a; 1978c; 1979b), derivadas daquele antagonismo de base das relações de produção com base na superexploração do trabalho pelo capital³⁴. É o caso

realização efetiva do protagonismo das massas” (Marini, 1991: 234).

³³ É como sintetiza Marini: “La conjunción de los movimientos revolucionarios de Brasil y los demás países latinoamericanos, es decir, la internacionalización de la revolución latinoamericana, aparece como la contrapartida inevitable del proceso de integración imperialista, en su nueva fase inaugurada por el golpe militar brasileño. El hecho de que la marcha de esa integración tienda a escindir cada vez más las relaciones entre las burguesías nacionales y las masas trabajadoras, deja entrever que el carácter de esa revolución, más que popular, será socialista” (Marini, 1969: 78). E conclui, em outra passagem: “La visión del Che de una revolución continental, que exprese en los hechos el internacionalismo proletario, se está pues haciendo realidad en América Latina. La polarización política, que la dinámica del subimperialismo brasileño no puede sino agravar, determina el marco en que el proceso va a desarrollarse” (Marini, 1969: 204). Sobre o caráter internacional e continental da revolução latino-americana e a diluição dos processos revolucionários nacionais em uma única temporalidade, ver Marini (1969), pp. XX-XXIII, 21-24, 74-78, 203-204; Marini (1978c); Marini (1979b). Do ponto de vista teórico, isso se expressa na seguinte afirmação de Marini, em *Dialéctica de la dependencia*: “En Argentina o en el Salvador, en México, Chile, Perú, la dialéctica del desarrollo capitalista dependiente no es esencialmente distinta de la que procuramos analizar aquí, en sus rasgos más generales” (Marini, 1973: 76).

³⁴ Sobre a forma como Marini concebe a luta de classes, ver especialmente Marini (1978a), pp. 67-71.

da explicação economicista que fornece para o golpe de 1964 no Brasil, determinado por uma crise de acumulação e de realização, em que a reprodução do padrão de superexploração estaria em xeque. Sua abordagem da luta de classes é também abstrata, pois seu conteúdo e dinâmica são definidos em termos muito gerais, descolados da análise histórica, como se as classes, suas relações e seu caráter, sua consciência e psicologia, o conteúdo do conflito de classes, fossem plasmados em abstrato pelo capital e pelas forças produtivas³⁵. Tal perspectiva é insuficiente para delimitar os modos de estratificação social no capitalismo dependente e as condições, padrões e possíveis desdobramentos da luta de classes, arriscando a assimilação aos padrões do capitalismo avançado, ou mais propriamente à análise dos textos clássicos do marxismo. Note-se o mecanicismo das mudanças, com o primado das forças produtivas, negando os sujeitos históricos, e como, novamente, não dá conta da variedade de situações concretas vigentes nos diferentes países da América Latina. Seria fundamental entender a formação das classes, nas condições e ritmos em que se deu aqui, a partir de uma ordem colonial e escravista, e o problema da revolução burguesa em atraso, o processo pelo qual a burguesia constitui e impõe sua dominação de classe, processo fundamental para compreender tanto o caráter dessa burguesia dependente quanto o conteúdo real das relações antagônicas entre capital e trabalho, assim como a formação do proletariado, enfim, o padrão de luta de classes³⁶.

³⁵ Como mencionamos, Marini associa a industrialização à modernização das sociedades latino-americanas, desde a estratificação social, no sentido da maturação do regime de classes, em moldes “tipicamente” capitalistas, até as estruturas e organização política, com o completo deslocamento das antigas “oligarquias”. Em termos gerais, esses pontos são explicitados em Marini (1979b): “Os novos padrões de desenvolvimento econômico impostos à região, a partir da década de 1960 e que, ao acelerar a industrialização, acentuaram o desenvolvimento da burguesia e do proletariado e promoveram a destruição crescente das velhas burguesias, bem como das velhas camadas pequeno-burguesas e semiproletárias; a ruptura ou as mudanças substanciais nas alianças de classes, com o conseqüente desmoronamento dos antigos sistemas de dominação e formas de organização estatal” (p. 243). Para o caso do Brasil, ver Marini (1969).

³⁶ “É nessa perspectiva que se podem compreender *as condições e possibilidades da classe operária na revolução brasileira*. O seu horizonte político não arranca apenas da sua condição operária, posição no processo produtivo, capacidade de organização e atuação no âmbito do sindicato, partido, movimento social. Além disso, cabe reconhecer algumas determinações básicas: o desenvolvimento desigual e combinado, a burguesia incapaz de manifestar a sua vontade política, o mundo agrário tenso, contraditório, fecundo. Nesse contexto é que se pode situar o espaço da classe operária, a sua presença e influência na revolução brasileira. A classe operária precisaria cumprir tarefas que a revolução burguesa não realizou, já que a burguesia brasileira se acomodou em uma posição subalterna diante do imperialismo. Para isso, no entanto, a classe operária pode contar com o trabalhador rural. O operário do campo e o camponês (este em geral proletarianizado, proletário disfarçado) podem somar-se ao operário urbano. Não apenas como aliado, mas como força revolucionária que possui reivindicações às vezes mais profundas” (Ianni, 1992: 72). Sobre a formação da burguesia brasileira, em uma perspectiva histórica, algumas aproximações podem ser

Porém, Marini desconsidera a problemática da revolução burguesa em atraso³⁷.

Em conclusão, constatamos que Marini inverte o primado da história. Ao invés de partir da interpretação histórica e da luta de classes para explicar o capitalismo dependente e seus dilemas, procura tal explicação na generalização da lei do valor e nas leis imanentes do modo de produção capitalista, insistindo no caráter especificamente capitalista de nossa realidade. Na verdade, Marini transforma a leitura de *O capital* em chave de explicação para a instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista nas sociedades de origem colonial e que ficam presas aos nexos de dependência, como se aquelas leis e categorias dessem uma chave universal para compreender a expansão do capitalismo em quaisquer circunstâncias, como se na aplicação das categorias correspondentes se encontrasse o verdadeiro rigor marxista³⁸. Como o próprio Marini ressalta: “El rigor conceptual y metodológico: a esto se reduce en última instancia la ortodoxia marxista” (Marini, 1973: 16). Desse ponto de vista, abandona a perspectiva da formação histórica para privilegiar a teorização do desenvolvimento capitalista dependente como modo de deslindar o movimento e os dilemas da economia dependente e, em última instância, as tarefas políticas da revolução. Em termos gerais, Marini procura compreender a formação, o desenvolvimento e os limites históricos do capitalismo dependente a partir das leis imanentes do modo de produção capitalista e das correspondentes categorias, tal como expostos por Marx em *O capital*, estabelecendo sua particularização em nível tão elevado de abstração que acaba reduzindo a especificidade do capitalismo dependente a uma forma radicalizada do modo de produção capitalista. Supõe-se que se possa compreender o modo de funcionamento das economias capitalistas tal e qual se representa teoricamente, em *O capital*, o modo de produção capitalista.

O erro não está em buscar uma interpretação que leve em conta *O capital*, mas em subordinar a história à teoria. Ao proceder assim, sem mediações, na verdade se abstraem traços que são fundamentais, sem os quais não se compreende a peculiaridade desse

encontradas em: Fernandes; Furtado; Ianni; Prado Jr. (1966), cap. IV.

³⁷ Sobre a noção de revolução burguesa em Marini, ver Marini (1969), p. VIII, e Marini (1998), pp. 109-112. Quanto ao problema da revolução burguesa em atraso, a referência é Fernandes (1975); em relação à pertinência do estudo da revolução burguesa no Brasil, ver particularmente o capítulo 1 da referida obra.

³⁸ Sobre o método de Marini, que consiste em replicar o percurso expositivo contido nos três livros de *O capital* como chave de investigação e interpretação – portanto, como um esquema teórico preconcebido que se impõe à realidade – ver Marini (1973). Ver também Marini (1990), onde fica patente o primado que confere à teoria em relação à história, insistindo na aplicação daquelas “categorias, princípios e leis à compreensão da América Latina”.

capitalismo, e que dizem respeito à formação histórica de tais sociedades e à especificidade da problemática do desenvolvimento em formações sociais de origem colonial e posição periférica no sistema capitalista mundial. Privilegiando a compreensão do processo histórico como desenvolvimento capitalista, e não a partir da formação histórica socioeconômica, perde-se as mediações históricas que permitem entender por que o capitalismo se apresenta aqui de maneira mais brutal, negando o caráter histórico e formativo da dependência e da superexploração. A história só consta como ilustração, como comprovação da teoria, e não como explicação³⁹. Sem o embasamento na interpretação histórica, que corresponde à própria essência do materialismo histórico dialético, fica-se refém das manifestações conjunturais, das aparências superficiais, das semelhanças formais e mesmo das representações do discurso dominante. No limite, a história aparece como um conjunto de incidentes que se aproximam ou se afastam, mas tendencialmente concretizam a lógica do capital. A dependência e superexploração carecem de uma explicação enquanto necessidades históricas⁴⁰.

Marini abandona as problemáticas da formação nacional, da revolução burguesa em atraso e do subdesenvolvimento. A especificidade do marco nacional é diluída ou, no limite, negada, portanto acontecendo o mesmo com o problema da formação do Brasil Moderno⁴¹.

³⁹ Fatos isolados não importam. Importa seu encadeamento, seu “sentido”. Segundo Caio Prado Jr.: “O que se trata de realizar (...) é proceder à observação e análise dos fatos tais como eles efetivamente se apresentam no contexto econômico e social brasileiro. E partir daí, e somente daí, para sua explicação e interpretação. E assim proceder, armados com os instrumentos da dialética, isto é, considerando tais fatos não em sua simples ocorrência e aparência exterior e estática – quando se podem apresentar em coincidências enganadoras com outros fatos na realidade bem distintos – e sim no seu sentido e caráter profundo que são revelados na sua dinâmica. Em outras palavras, não são os fatos em si e como formalmente se apresentam que mais importa, e sim a sua natureza e qualidade de elos, de momentos de transição do passado que se foi, para o futuro para onde apontam e para onde se dirigem” (Prado Jr., 1966: 68).

⁴⁰ A esse respeito, convém lembrar a justa observação de Bukharin: “De fato, compreender uma coisa é estabelecer uma relação de causa e efeito entre ela e várias outras coisas. (...) Essa verdade elementar aplica-se igualmente aos acontecimentos históricos. Compreender um acontecimento histórico é compreendê-lo não como um valor ‘acidental’ que nada condiciona, mas como um valor que decorre necessariamente de um conjunto de condições determinadas. O elemento de causalidade é igualmente um elemento de necessidade (‘necessidade causal’). O marxismo ensina que o processo histórico, e, por conseguinte, cada elo da cadeia histórica dos acontecimentos, é um valor ‘necessário’. Interpretar isso como um fatalismo histórico seria um absurdo, pela simples razão de que os acontecimentos históricos não se realizam à margem dos homens, mas segundo sua vontade, pela luta de classes, se nos encontramos numa sociedade de classes. A vontade das classes é em cada caso determinada por uma situação concreta; nesse sentido ela não é, de forma alguma, ‘livre’. Não obstante, constitui, por sua vez, um fator determinante do processo histórico. Se deixarmos de ter em conta os atos dos indivíduos, a luta de classes etc., suprimiremos igualmente todo o processo histórico” (Bukharin, 1915: 125-126).

⁴¹ Sobre a problemática da formação: “Desde antes de 30 já era intenso e fecundo o debate sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira. Recolocaram-se de forma particularmente urgente os dilemas da

Em Marini, o problema se resume, em última instância, pura e simplesmente à supressão das relações de produção que fundam a dependência, isto é, à própria derrocada do capitalismo pela revolução proletária. Fica-se incapaz de apreender e responder aos dilemas do desenvolvimento brasileiro, sob risco de reversão neocolonial, sem critérios que orientem a prática que construa os elos concretos da revolução brasileira, como encadeamento das revoluções democrática, nacional e socialista. Entendendo o subdesenvolvimento como desenvolvimento capitalista com desproporções, atribuídas, em última instância, à necessidade abstrata da superexploração, desvincula-o dos dilemas de uma formação inconclusa e sob risco de reversão estrutural. Desconsiderando o problema da formação nacional e da revolução burguesa em atraso, Marini não percebe a importância crucial das continuidades, das permanências de estruturas tipicamente coloniais, da qual emergiram e às quais se superpuseram o capitalismo, a sociedade burguesa e o Estado moderno no Brasil; e tampouco o sentido mais geral, o congelamento da descolonização por uma burguesia que precisou conter os ritmos e limites da revolução nacional a certos mínimos indispensáveis à integração capitalista, sem comprometer a articulação dependente, e proscrever a revolução democrática. Apontando os limites históricos do capitalismo dependente na agudização das contradições imanentes, como necessidade lógica e abstrata do capital, Marini não apreende os nexos entre capitalismo dependente, reversão neocolonial e aprofundamento da barbárie, como resultado de uma sociedade em que a emergência do “novo” continua solapada pela persistência do “velho” e que, não logrando sair do impasse, entra em decomposição.

questão nacional. As perspectivas e os impasses que se haviam aberto com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a imigração europeia, as crises periódicas da economia primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização colocavam-se de forma premente. Tanto assim que se multiplicaram os debates, as interpretações e as diretrizes para a resolução, ou manejo, dos problemas nacionais” (Ianni, 1992: 31-32). Ver também Sampaio Jr. (1999b). É ainda esclarecedora, quanto aos desafios do pensamento crítico brasileiro, em particular, mas também latino-americano, a seguinte passagem: “Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, se aproximem dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar ou exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo etc.” (Ianni, 1992: 47). Para a América Latina, ver Ianni (1993).

2. Os limites do pensamento de Fernando Henrique Cardoso

A essência da contribuição de Cardoso consiste em mostrar que o movimento da sociedade brasileira passa por uma instância de deliberação interna, que depende da política. Para tanto, apresenta uma proposta de análise integrada, buscando apreender o desenvolvimento como processo social, em que deveriam se articular fatores econômicos, sociais e políticos na sua determinação. No tratamento da situação de dependência, Cardoso descarta interpretações unilaterais, seja como imposição externa e imediata do imperialismo, ou como consequência direta da lógica do capital, destacando que, na verdade, a dependência passa por um momento de decisão política interna, ou seja, como resultado do embate de forças sociais internas – passa pela política⁴². Assim, é possível conceber a dependência como um produto histórico, que se constrói e reconstrói conforme cada época e conforme condições concretas delimitadas, devendo sua superação ser avaliada nos mesmos termos. Contudo, ao longo do movimento teórico e analítico que Cardoso realiza, a problemática da formação nacional acaba sendo negada.

2.1. Autonomia da política e história

Para Cardoso, com a Independência e a conseqüente necessidade de organização de um Estado nacional, as sociedades latino-americanas irão constituir, em graus variados, seus centros de poder político organizado em bases nacionais, como expressão das classes dominantes nativas que romperam com o pacto colonial⁴³. No entanto, as bases econômicas

⁴² A propósito, convém mencionar a advertência de Sampaio Jr., que aponta em direção semelhante: “como as transformações difundidas do centro precisam de suportes econômicos, socioculturais e morais que não podem ser artificialmente transpostos para a periferia, os condicionantes externos não são capazes de definir unilateralmente o movimento das sociedades dependentes. Por essa razão, o tempo histórico destas sociedades é determinado, em última instância, pelo modo como a sociedade periférica reage ao impacto dos dinamismos externos, negando-os, sancionando-os ou superando-os. (...) Logo, dentro do leque de possibilidades aberto pelo sistema capitalista mundial, o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento dependente são condicionados por decisões políticas internas sobre o modo de participar no sistema capitalista mundial. São tais decisões que estabelecem: a seleção das estruturas e dinamismos que serão efetivamente internalizados; as condições em que eles serão incorporados; a natureza dos ajustes necessários para acomodar o ‘moderno’ e o ‘atrasado’; bem como o caráter das relações de dependência externa. Por conseguinte, ainda que o contexto civilizatório exerça forte influência sobre as economias dependentes, em última instância, seu destino é decidido internamente” (Sampaio Jr., 1999a: 94-95).

⁴³ Remetemos novamente à distinção proposta por Cardoso entre duas situações básicas de dependência. As condições para a estruturação do Estado nacional foram mais favoráveis onde foi possível manter o controle nacional sobre o sistema produtivo exportador, em contraposição ao caso das economias de enclave, conforme visto no capítulo 2, item 1.2 desta tese.

do poder das classes ascendentes permaneceram intocadas, e por isso mesmo deveriam ser preservadas, o que origina a situação de dependência. A contradição em que se funda a própria formação dos Estados nacionais latino-americanos, entre emancipação política e continuidade da dependência econômica, é possível de ser equacionada à medida que se constitua um Estado organizado, que é expressão de uma vontade política nacional, ou melhor, de grupos nacionais. Isso significa que a dependência passa por um momento de deliberação que é interno. Mas também significa que ela é mediada pela existência do Estado nacional, o que abriria a possibilidade de redefinir a situação de dependência em termos mais favoráveis – uma autonomia relativa, uma autonomia possível. Colocando a ênfase nos conflitos e alianças políticas que fundaram e consolidaram os Estados nacionais na América Latina, Cardoso dilui os nexos entre as realidades da ordem política em formação e da ordem socioeconômica em que se fundamenta, pois não leva em conta como o caráter colonial persistente daquelas economias afeta e molda as relações sociais de produção e propriedade, a estratificação social, a ordem política e o caráter do Estado em formação, conformando uma totalidade de relações coloniais que não se superam imediata e automaticamente com a emancipação política das classes dominantes⁴⁴. Tampouco Cardoso mostra como o capitalismo dependente se forma a partir dessas relações herdadas da ordem colonial e escravista, sendo condicionado e impregnado por elas. Cardoso apaga o caráter ou estatuto colonial da economia e da formação social como um todo, associado ao predomínio da lógica dos negócios em sua formação, que condiciona sua posição subalterna no sistema internacional do capitalismo e a reprodução de um regime de segregação social como base das relações internas de produção. Em suma, em Cardoso desaparece o “sentido da colonização”. Por consequência, desaparece a contradição entre “colônia” e “nação”, que impulsiona e define o sentido do processo histórico de formação, e que, ao converter-se em antagonismo, aponta para o perigo real de uma reversão neocolonial⁴⁵. De modo que em Cardoso, a formação nacional se circunscreve e se resolve na organização do aparelho de

⁴⁴ Existem alguns trabalhos que contribuem para avaliarmos a preservação do caráter colonial da formação social e econômica brasileira, como totalidade histórica, a partir do significado e limites da Independência, da abolição, da República e do desfecho contrarrevolucionário da revolução burguesa no Brasil. Para mencionarmos apenas alguns: Prado Jr. (1942; 1966), Fernandes (1975), Costa (1966; 1977), Franco (1969), entre outros.

⁴⁵ Sobre o “sentido da colonização” e a perenidade de estruturas e relações herdadas do passado colonial, ver Prado Jr. (1942) e, especialmente, Prado Jr. (1966), cap. III. A esse respeito, a contribuição de Caio Prado está sistematizada em Prado Jr. (1968). Sobre os dilemas da formação nacional, ver Sampaio Jr. (1999b).

Estado e sua subsequente modernização, como expressão de forças políticas internas e como condição para conquistar e barganhar graus de liberdade dentro do sistema internacional do capitalismo.

Isso nos conduz ao complemento material do Estado nacional. No limite, somente quando a base material da economia nacional atinge grau considerável de diversificação e mercado interno não desprezível, e com a nova orientação da internacionalização do capital, colocam-se condições objetivas para compatibilizar dependência e desenvolvimento, assentando-se o desenvolvimento em bases mais sólidas. À medida que o mercado interno se transforme em espaço da reprodução do capital internacional (produção e realização), o Estado estaria em condições de negociar os termos da dependência, de modo mais favorável, pois a partir da internacionalização do mercado interno, para Cardoso, é o próprio capital estrangeiro, as filiais das empresas multinacionais, que precisa se adaptar às condições locais, à “nação”, e não o inverso. Mas, assim como Cardoso acaba enfatizando o aspecto técnico do desenvolvimento capitalista, de certo modo privilegia uma concepção instrumental do Estado como organização, como possível árbitro dos conflitos de classe e como mediador das relações de dependência. Do ponto de vista dos meios, o conteúdo objetivo e o caráter racional do aparelho estatal, principalmente após sua modernização, aparecem consubstanciados nas burocracias estatais, tanto da administração quanto das empresas públicas. Do ponto de vista dos fins, o caráter e as diretrizes do Estado dependem da correlação de forças sociais que constituem o bloco no poder, que ocupa e influencia o Estado, como resultado dos conflitos e alianças do jogo político em cada momento. Assim sendo, em princípio, dentro dos limites estipulados pela situação de dependência estrutural, o aparelho estatal poderia ser posto a serviço de diferentes fins, o que se decide na esfera da luta política⁴⁶. O Estado do capitalismo dependente poderia se converter em espaço para dirimir conflitos em prol do bem comum, desde que ocorresse sua democratização, o que pressupunha uma rearticulação de forças políticas. Como apontaremos, o regime autoritário é visto como incidental, assim como as relações entre modelo de desenvolvimento, regime político e bases sociais não são concebidas como articulações necessárias que conformam um todo maior. O Estado, em seu duplo aspecto, como organização burocrática e como

⁴⁶ Essa noção de Estado burocrático é nitidamente inspirada em Weber. Ver, por exemplo, Saint-Pierre (2004), cap. 5.

sistema interno de poder, é alçado a fundamento da nação e da autonomia possível⁴⁷. Em todo caso, ao afirmar os limites e possibilidades da intervenção do Estado e do seu papel no desenvolvimento, Cardoso volta a superestimar a autonomia da política, desvinculada das determinações objetivas do caráter do Estado, em sua gênese, conformação, associação e determinação por um certo padrão de luta de classes⁴⁸.

Isso nos leva a colocar em questão a superestimação da autonomia da política em que Cardoso incorre. Ou seja, o problema de como Cardoso concebe a política, à qual atribui tanta importância e que, poderíamos afirmar, adquire centralidade em sua abordagem do problema do desenvolvimento. Em certo sentido, a política aparece como o “reino da liberdade” (possível), o campo não apenas das decisões e opções em aberto, mas da criatividade humana. Decisões corretas, que garantam o aproveitamento das possibilidades estruturais de desenvolvimento econômico (e de dar uma orientação mais “humana” à acumulação capitalista), ficam a depender da consecução de um arranjo político, de um sistema de alianças de forças sociais, favorável a tais objetivos. Nesse caso, na relação com a política, as estruturas aparecem muito mais como um campo de opções, que põe possibilidades e restrições, do que como determinações. Por outras palavras, as estruturas delimitam o raio de manobra dentro do qual as forças políticas podem atuar, tomando decisões e empreendendo ações, sem que estas sejam prescritas por qualquer sentido necessário imanente às estruturas. Ademais, opções políticas acertadas permitem, subsequentemente, ampliar aquele raio de manobra, isto é, o campo de possibilidades estruturais. Se Cardoso, prudentemente, evita a redução economicista da política, não consegue ele mesmo equacionar as relações entre economia, política e história, hipertrofiando o domínio político como determinante do movimento histórico. Cardoso superestima a autonomia da política à medida que a divorcia das contradições objetivas que dão movimento e sentido à história, passando pela mediação da luta de classes. O problema fundamental na perspectiva de Cardoso se encontra na sua incapacidade de equacionar os

⁴⁷ Sobre a superestimação da autonomia do Estado como agente do desenvolvimento, podemos mencionar algumas passagens: “De algún modo, el Estado pasó a ser, en la fase de desarrollo dependiente-asociado, el elemento estratégico que funciona como una esclusa para permitir que se abran las puertas por las cuales pasa la historia del capitalismo en las economías periféricas que se industrializan” (Cardoso & Faletto, 1977: 289); “Nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma” (Cardoso, 1995: 152).

⁴⁸ Para uma contribuição nesse sentido, remetemos a Fernandes (1975).

nexos de determinação recíproca que articulam economia, sociedade e política. Carecendo de uma análise das classes, que são diluídas em grupos de interesses e massas mais ou menos indefinidas, Cardoso fica privado dos elementos que permitiriam estabelecer as relações concretas entre economia e política, de forma que acaba atribuindo grande autonomia à última. Se a determinação da base econômica não se impõe por si mesma à superestrutura jurídica e política, tampouco a esfera da política pode operar independentemente de tais determinações. São os sujeitos históricos reais, atuantes, as classes sociais, tal como se constituíram em sua objetividade e subjetividade, em cada situação concreta, que concretizam e medeiam as relações de determinação entre economia e política.

Negando necessidades históricas e carecendo de uma perspectiva da totalidade como entrelaçamento de nexos necessários e contraditórios entre as partes, portadores de contradições insolúveis, a história se apresenta como um processo em aberto, que fica a depender da vontade política e da criatividade humana⁴⁹. As estruturas econômicas, sociais e políticas, internas e externas, apenas delimitam, definem um leque de possibilidades estruturais, um campo de opções para as escolhas e ações políticas. Mas não há nenhum

⁴⁹ A compreensão de Cardoso acerca do processo histórico é igualmente informada por Weber. A noção da história como um processo em aberto, não portadora de um sentido imanente, mas cujo sentido se constrói pela criatividade humana, é de inspiração weberiana. Essa discussão remete à inteligibilidade do processo histórico (sentido da história), às noções de causalidade e necessidade histórica e ao problema da totalidade, em contraposição à tradição do materialismo histórico dialético. Sobre o pensamento de Weber, ver Aron (1982) e Saint-Pierre (2004). Acerca da contraposição entre Marx e Weber, ver Gertz (1994). A concepção de história de Cardoso aparece recorrentemente, em trechos como: “Ao invés de aceitar que existe um curso determinado na história, volta-se a concebê-la como um processo em aberto, no qual, se as estruturas delimitam as margens de oscilação, tanto a prática dos homens como sua imaginação as revivem e transfiguram, quando não as substituem por outras não pré-determinadas” (Cardoso, 1993: 130-131); “o tipo de investigação e análise apresentadas não permite prever o ‘curso concreto da história’. Este mantém sua autonomia criadora como *práxis* de classes que se enfrentam. Permite, entretanto, balizar os parâmetros dentro dos quais se dá a prática histórica” (Cardoso, 1969b: 199). “Em momentos históricos decisivos, a capacidade política (que inclui organização, vontade e ideologias) é necessária para reforçar ou transformar uma situação estrutural. A avaliação intelectual de uma situação dada e as ideias acerca do que deve ser feito são cruciais em política. Esta está imersa na obscura área entre interesses sociais e criatividade humana. Neste nível, os riscos, mais que as certezas, traçam os caminhos por onde as forças sociais tentam manter ou transformar as estruturas. Na história, em suma, apesar da ‘determinação’ estrutural, há espaço para alternativas. Sua realização dependerá não só das contradições básicas entre os interesses, mas também do reconhecimento de novos caminhos para atravessar um ponto crítico histórico, com ‘uma paixão pelo possível’” (Cardoso & Faletto, 1978: 17). “(...) es el juego *político* que hace mover en una u otra dirección los parámetros económicos dentro de los cuales se desarrolla la lucha entre las clases” (Serra & Cardoso, 1978: 27). Sobre a política: “em política ou se deslocam os limites do possível, ampliando os horizontes de alternativas, ou se aceita que a forma atual da ordem é a conveniente. É neste sentido dinâmico que eu interpreto a frase de Kierkegaard, tão do agrado de Albert Hirschman: convém alimentar a paixão pelo possível. Mas como toda paixão, esta também idealiza seu limite e o vê em expansão contínua” (Cardoso, 1984: 51-52).

sentido, não há leis de movimento imanentes ou necessidades históricas. Sem as contradições objetivas que impulsionam o processo histórico, não se consegue captar seu sentido (não entendido este como fatalidade), ficando o movimento da história indeterminado, ou seja, esbarramos na indeterminação histórica. Nessa mesma direção, a luta de classes é despojada de uma série de conteúdos e determinações objetivas, como as relações sociais de produção, exploração e dominação, e suas relações com as forças produtivas, internamente à formação social e em suas vinculações com o sistema imperialista, os correspondentes antagonismos irreduzíveis de classe e sua potencialização pela reprodução ampliada do capital, em cada fase do capitalismo. Cardoso trata antes de um jogo político entre grupos e categorias sociais movidos por interesses e valores próprios (distintos, mas não necessariamente inconciliáveis) do que da luta de classes ancorada nos antagonismos que brotam da situação objetiva das classes, a partir das relações de produção que as vinculam e definem. É certo que Cardoso propõe compreender a consciência e conduta de classe (da burguesia industrial e do proletariado) a partir da situação estrutural em que atuam, assim como busca elementos para essa compreensão também na gênese das classes. Porém, falta-lhe vincular a compreensão da formação histórica das classes à constituição do próprio capitalismo dependente, às relações sociais de produção que as definem e unem contraditoriamente, e do padrão de luta de classes que se configura e se cristaliza nas condições do capitalismo dependente. Cardoso privilegia as relações de dominação, mas sem fazer a mediação e sem avançar na compreensão das relações de exploração subjacentes, as condições gerais de extração de mais-valia e da acumulação do capital nas formações sociais de substrato colonial⁵⁰. Ocultam-se as relações

⁵⁰ Por exemplo, de acordo com Cardoso: “O decisivo, para distinguir formas de acumulação é perguntar *quem* controla o processo de acumulação” (Cardoso, 1972: 15). A questão não é irrelevante, mas é insuficiente para compreender as condições, mecanismos e formas da acumulação do capital nas condições concretas de determinada sociedade dependente. Passa tanto pelas relações de produção, como se articulam com as forças produtivas, e pela dinâmica própria da luta de classes – e, por fim, pelas formas de dominação. Ou então, tal como afirma na conclusão de *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*: “deixamos de por ênfase no modo capitalista de produção, isto é, na exploração da mais-valia relativa pela introdução de melhorias técnicas constantes que permitem ampliar a exploração da força de trabalho em benefício dos proprietários dos meios de produção, para considerar as condições de manutenção e intensificação do lucro. De fato, para os empreendedores modernos – tanto em sua consciência quanto em sua prática concreta – o problema que se coloca não é diretamente o da produção, esfera em que se extrai a mais-valia, mas o da apropriação desta mais-valia sob a forma de lucro realizável no mercado. Por certo, a condição de capitalismo industrial define a forma de extração da mais-valia – um problema técnico que se desliga da prática empresarial – mas o tipo de relação entre o capital industrial e o capital financeiro traz para primeiro plano as condições do mercado e das inversões bem como as possibilidades de controlá-las”

de classe possíveis em um capitalismo que lança suas raízes em uma ordem colonial não superada, mas reciclada, atualizada, marcada pela profunda assimetria na estratificação social e na correlação entre capital e trabalho, premidas ambas pela subordinação ao capital internacional. O problema da revolução burguesa em atraso não é privilegiado⁵¹.

As interpretações de Cardoso acerca do golpe de 1964 e do “milagre econômico” são elucidativas. Cardoso parte de uma leitura economicista da instauração da ditadura militar, atribuindo-a à necessidade de recomposição do poder político e do regime para superar a crise de acumulação, devido à transição ao novo padrão de desenvolvimento (industrialização restritiva). Em todo caso, tal necessidade (entre outras possíveis saídas que, havendo outras relações, poderiam ter sido encontradas; ou seja, a forma de golpe militar não era inexorável) seria apenas transitória, para reprimir e desarticular as forças vinculadas ao populismo, cujo distributivismo e nacionalismo se tornaram incompatíveis com o novo padrão de acumulação. Quando passa a trabalhar com a noção de regime burocrático-autoritário, para caracterizar as ditaduras que emergem na América Latina a partir dos anos 1960, Cardoso atribui o caráter autoritário, repressivo e violento do regime brasileiro aos abusos, aos excessos cometidos pelas forças armadas ideologicamente condicionadas, isto é, como uma manifestação extemporânea do clima de guerra fria. O caráter autoritário também é imputado à tendência à burocratização decorrente da modernização e racionalização do aparelho de Estado e das forças armadas, assim como da grande empresa privada. As estruturas burocráticas, pela sua própria natureza, tenderiam a se descolar das influências da “sociedade civil”, tendendo a formas autoritárias de controle⁵².

(Cardoso, 1963: 182-183). Em todo caso, Cardoso não avança nesse campo.

⁵¹ Sobre a revolução burguesa em atraso, ver Fernandes (1975) e Ianni (1984).

⁵² Como já mencionamos, o tratamento dado por Cardoso à questão da burocratização remete às noções de Weber sobre o assunto. Segundo Saint-Pierre: “A dominação em seu tipo burocrático tem duas consequências irreversíveis que levam Weber a uma visão trágica da história, pois se por um lado esse tipo fornece uma maior precisão nas previsões, mais amplo espectro da aplicabilidade dos cálculos e uma crescente eficiência administrativa – todos estes elementos necessários para dominar a acentuada complexidade das organizações sociais –, por outro sua natureza carrega uma inexorável perda da liberdade, tanto dos dominados quanto mais dos próprios executores do quadro administrativo” (Saint-Pierre, 2004: 117). Daí o dilema weberiano: “Diante da irreversibilidade da racionalização burocrática, segundo Weber, só se pode perguntar como, em face desta tendência superpoderosa da racionalização da vida, ainda é possível salvar quaisquer resíduos de uma ‘liberdade individualista de movimento’” (Löwith, 1929: 23). Retomando a leitura de Cardoso: “Creio mesmo que o problema político fundamental hoje é o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas (é desnecessário nomeá-las: são as que todos sabemos) com um mundo que aparentemente continuará sendo dominado pelas grandes burocracias. (...) É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária” (Cardoso, 1975: 185).

A burocratização e a tendência ao autoritarismo são tratadas como fenômenos que perpassam as condições históricas concretas, e por contrapartida, as “liberdades civis” (contrapesos necessários, segundo Cardoso) também são absolutizados, transcendendo aquelas condições (de cada formação social). Em ambos os casos, procede-se a um descolamento da história, da luta de classes, uma vez que o caráter do regime deixa de guardar uma relação necessária com o desenrolar do processo histórico, para ser atribuído a fatores meramente circunstanciais, como a subjetividade dos militares, ou a fatores supra-históricos, como as implicações da tendência à burocratização. Do mesmo modo, Cardoso considera que as características antissociais do “milagre brasileiro”, como a exacerbada concentração de renda, o arrocho salarial e a repressão política, não resultavam de imperativos do próprio modelo de desenvolvimento, mas das feições que lhe imprimiu o referido modelo político burocrático-autoritário⁵³. Assim, a perspectiva de Cardoso consagra um divórcio entre ordem socioeconômica, modelo de desenvolvimento e regime político, assim deixando de se relacionar (e se organizar) a partir de nexos orgânicos e necessários, podendo ser pensados como esferas que, ainda que se influenciando reciprocamente, se condicionando, têm lógicas próprias, são relativamente autônomas⁵⁴. Em todo caso, há uma

Enfaticamente: “Pode ser utópico e repetitivo, mas é essencial: as garantias civis são condição indispensável para evitar a burocratização e a opressão em *qualquer regime*: socialista, capitalista, democrático ou autoritário. Propositadamente estou, portanto, separando a ordem civil, neste caso, da ordem política. O Regime pode ser mais ou menos centralizado, ter eleições ou não as ter, basear-se mais na representação ou na cooptação. Estas diferenças podem ser consideradas como atinentes aos condicionantes estruturais, sendo portanto variáveis. *Normativamente*, entretanto, se o estado for pensado sem os contrapesos acima referidos, seja qual for a intenção dos eventuais detentores do governo, o autoritarismo burocrático se implantará, reduzindo a participação política das classes dominadas a um ritual, e transformando as questões políticas básicas em ‘questões de Estado’, por isso sigilosas” (Cardoso, 1975: 186).

⁵³ Além disso, como já vimos, a exclusão social e a concentração de renda verificadas são tomadas por Cardoso como consequências próprias do desenvolvimento capitalista em geral, e ao caráter tardio do capitalismo industrial periférico. De qualquer maneira, para Cardoso não existem nexos orgânicos e necessários das mazelas sociais existentes com o padrão de acumulação capitalista que se define com a industrialização dependente. Não constituem traços estruturais, funcionais e necessários do capitalismo dependente, de forma que se franqueia a possibilidade de reforma do capitalismo no elo fraco do sistema.

⁵⁴ Ao fazer essa dissociação, e ao conceber o desenvolvimento como desenvolvimento capitalista, Cardoso pode enaltecer a “revolução econômica” e a modernização propiciadas pelo regime de 1964, ainda que permanecendo crítico ao seu caráter autoritário e às correspondentes distorções que teria aprofundado no campo das desigualdades sociais. Por exemplo: “Las elevadas tasas de crecimiento alcanzadas en algunos años del decenio de 1970 obedecieron a la amplia disponibilidad de crédito; no al autoritarismo. Este último sólo acentuaría algunos rasgos perversos del modelo, como la concentración del ingreso” (Cardoso, 2004: 9). Ou então: “A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário. A análise se sustentava no exame de como os países se inseriam no capitalismo internacional no marco autoritário. Este levava ao desenvolvimento desequilibrado, desatento às necessidades sociais reais do povo. A democracia muda de forma radical a equação da dependência” (Cardoso, 1995: 153). Prossegue: “Nos anos 60, era clara a oposição entre autoritarismo e democracia. Para nós intelectuais, naquele momento, a luta política

desvinculação da luta de classes e da história. O que falta em Cardoso é desnudar o padrão de luta de classes por trás de cada formação social, em cada etapa determinada do capitalismo, que vincula os distintos padrões de desenvolvimento capitalista aos correspondentes padrões de dominação burguesa e imperialista (o que, em nosso caso, remete ao problema da revolução burguesa em atraso). Se, na perspectiva de Cardoso, não há nexos necessários (postos pela luta de classes e pelo padrão de acumulação) entre o desenvolvimento dependente, as mazelas sociais do capitalismo brasileiro e o caráter “autoritário” da ordem política e do Estado, abre-se a possibilidade de pensar a reforma e democratização do capitalismo dependente, sem a necessidade de transformação radical das estruturas e de ruptura da dependência (dupla articulação), negando-se a necessidade das revoluções democrática, nacional e socialista.

Pelo enfoque de Cardoso, as burguesias são depuradas da responsabilidade pela aniquilação e proscricção das parcas conquistas democráticas do povo. Na composição do bloco de poder, é concedida grande autonomia relativa à fração dirigente (em relação às classes dominantes), correspondendo às forças armadas e burocracias que de fato detinham o controle direto do aparelho estatal. Modernização e racionalização do Estado e da grande empresa implicavam burocratização, associada por sua vez ao risco de consolidar formas autoritárias de organização. A burguesia brasileira é vista como politicamente volúvel, pragmática e oportunista, impotente para se impor por si só, sempre compondo alguma aliança em posição subordinada. O inimigo principal passava a ser a ditadura, ou melhor, o autoritarismo, o que abriria um arco de possíveis alianças para lutar pela abertura do espaço político, pela democratização. Mas Cardoso, opondo formalmente autoritarismo e democracia, desvincula a questão democrática da reforma das estruturas sociais, salientando o aspecto institucional, o Estado democrático de direito e as liberdades civis, como forma de dar expressão à “sociedade civil” e permitir que as reivindicações dos

fundamental objetivava o fim das limitações aos direitos civis e políticos. Supúnhamos que a democracia traria, quase como efeito automático, a melhoria das condições sociais do povo. Afinal, no plano teórico, admitíamos que os regimes autoritários constituíam um fator de distorção do crescimento” (Ibidem). “Com efeito, o autoritarismo prevalecente permitiu a reordenação do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas modificações contribuíram para moldar o ‘milagre econômico’ nos termos em que se deu: com concentração da renda e desigualdade social” (Cardoso, 1975: 225).

trabalhadores pudessem se manifestar⁵⁵. Ao fazer esse movimento, Cardoso não enfrenta o problema das estruturas sociais e das relações de produção anacrônicas, que perpetuam um padrão extremamente desigual de distribuição de renda e riqueza e, portanto, uma profunda assimetria na correlação de forças entre capital e trabalho. A democracia é tomada como um valor universal, desejável em si mesma, desvinculada das estruturas sociais e da dinâmica da luta de classes, da ponderação do regime de segregação social e da contrarrevolução permanente que colocam em questão a possibilidade de relações democráticas sem modificações estruturais profundas que quebrem a brutal assimetria na estrutura social⁵⁶. A concentração da renda, do poder político e do prestígio social é de tal ordem que o capitalismo dependente se funda em um regime de segregação social, que remete à herança legada pelo passado colonial e escravista. A proscricção do conflito é imanente e constitutiva à

⁵⁵ Afirma Cardoso: "(...) as relações entre crescimento econômico e distribuição de seus frutos, para evoluir em forma positiva para a maioria, depende da existência de canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos. A inexistência deles limitará fortemente a integração social real e condenará a sociedade brasileira a viver a espécie de simulacro de 'sociedade opulenta de consumo'" (Cardoso, 1975: 85). E ainda: "É este, portanto, o ponto de coincidência possível na trajetória dos que, de um e de outro lado da barricada, percebem que o totalitarismo só faz com que se use as mãos do gato em benefício de interesses que muito pouco têm a ver com a segurança e a prosperidade dos que trabalham e vivem no Brasil. O preço a pagar para transformar esta coincidência tática numa forma que permita a convivência de forças sociais e políticas não só distintas mas opostas, é o reconhecimento por ambos os lados da necessidade de legitimação do conflito. Legitimação não significa apenas que devem existir leis que definem o campo e a forma do conflito, mas sim que a discrepância e a oposição têm o direito de se expressarem aberta e organizadamente. A forma dessa legitimação – que é um processo social mais do que jurídico, sem no entanto dispensar este último – não pode ser antecipada na atual conjuntura, mas é óbvio que ela passa necessariamente, sem se deter, pelo fortalecimento do estado de Direito, pelo controle responsável do aparelho do Estado por quem de direito o exerça e não por um sem número de interesses anônimos encapuçados num 'Sistema' indefinido, pela liberdade de associação, de expressão e de reivindicação e pelo respeito à dignidade física e moral da pessoa" (Cardoso, 1975: 236-237). Por fim: "É um exagero supor, entretanto, que existam razões de ordem internacional, interesses de segurança nacional ou razões privadas (como a necessidade da acumulação e do crescimento) em função dos quais o Estado deva impedir as transformações políticas necessárias" (Cardoso, 1975: 237).

⁵⁶ "A experiência histórica recente mostra dois processos que só na aparência são contraditórios: que a democratização substantiva não depende da organização formal de um regime liberal-burguês mas que, por outro lado, nem o padrão capitalista de desenvolvimento, nem o socialista, ou suas fórmulas intermediárias, são suficientes, por eles mesmos, para garantir a referida democratização substantiva" (Cardoso, 1972: 20). Adiante: "A experiência histórica já demonstrou que, dentro de limites, a democracia e o totalitarismo se adaptam tanto ao capitalismo quanto ao socialismo e que nesta matéria as crenças ingênuas que faziam coincidir socialismo com liberdade e capitalismo com opressão política não se sustentam" (Cardoso, 1972: 20). A esse respeito, é esclarecedora a seguinte afirmação de Cardoso: "Democracia y desarrollo son hoy valores de primera magnitud en la agenda de los Estados pero, en esencia, no son indisolubles. Sin embargo, aunque de la historia política de las naciones más ricas se pueda inferir que el crecimiento económico difícilmente se sustenta sin un amplio usufructo de las libertades públicas, la afluencia material no es siempre un corolario de la opción democrática" (Cardoso, 2004: 9). E conclui: "Prefiro hablar de un vínculo imperativo, que no está dado, sino que se construye, a partir del reconocimiento de que la democracia es una opción que se justifica en sí misma, como valor universal, y posible como tal de ser aceptada por todos" (Cardoso, 2004: 10).

ordem burguesa que se instaura com o capitalismo dependente, revela-se uma necessidade da burguesia dependente, donde sua recorrente intolerância ao avanço das conquistas democráticas e da participação do povo na vida política⁵⁷.

Com isso, Cardoso vislumbra a possibilidade de reforma do capitalismo na periferia do sistema, um capitalismo civilizado, combinando democracia, bem-estar, distribuição de renda, desenvolvimento e dependência. Por esse prisma, a saída possível para os dilemas brasileiros deveria passar por uma reforma “lenta, gradual e segura”, pois Cardoso descarta veementemente a possibilidade e necessidade da revolução brasileira. Não sendo possível nem uma revolução burguesa em moldes clássicos (não há “burguesia nacional” revolucionária, que capitaneasse um desenvolvimento capitalista autônomo)⁵⁸, nem uma revolução proletária que colocasse o socialismo na ordem do dia (dada a apatia e a situação de anomia das massas)⁵⁹, restaria uma terceira via, a do desenvolvimento possível. Vemos, portanto, que Cardoso abdica completamente da perspectiva da revolução brasileira e da formação nacional, o que poderemos confirmar ao demonstrarmos sua filiação à perspectiva do desenvolvimento capitalista, como enfoque privilegiado para abordar os problemas do desenvolvimento dependente.

⁵⁷ Para uma investigação sobre os padrões de luta de classes e de dominação associados ao capitalismo dependente, no caso do Brasil, ver Fernandes (1975). Ver também Sampaio Jr. (1999a), cap. 4.

⁵⁸ Sumariza Cardoso: “os setores industriais nacionais se estão constituindo num contexto estrutural que baliza de forma relativamente acanhada as possibilidades de ação autônoma e de definição de objetivos que tenham como base a ideia de um desenvolvimento controlado pelo setor privado nacional. As pressões decorrentes da existência de capitais estrangeiros importantes em áreas industrialmente estratégicas somadas às pressões dos grupos sociais que direta ou indiretamente influenciam as decisões do setor estatal da economia (compreendidos entre estes grupos não somente as classes médias e os setores populares, mas também o setor industrial estrangeiro e segmentos do próprio setor empresarial nacional), além das reações das classes populares, nos momentos críticos, levam a ‘burguesia nacional’ a depender e a participar de algum sistema de alianças para atingir objetivos a que propõe” (Cardoso, 1969a: 179). E mais adiante, conclui: “É forçoso concluir, portanto, que a política de desenvolvimento baseada no impulso dinâmico do setor industrial financeiro da burguesia nacional chegou a seu termo, sem que isto signifique necessariamente que a burguesia industrial venha a estar excluída dos novos sistemas de alianças. Em qualquer hipótese, contudo, cumprirá um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público, no caso de uma eventual alternativa que leve a uma política econômica independente” (Cardoso, 1969a: 184-185).

⁵⁹ Cf. Cardoso (1969a), especialmente cap. II, item I, e cap. VI. O dilema colocado pela industrialização, pela formação da “sociedade industrial” nos países da América Latina, reside na emergência das massas, com seus anseios de participação política e econômica, que esbarra nas “estruturas tradicionais” daquelas sociedades nacionais. Apenas quando tais estruturas demonstram rigidez absoluta, particularmente nas situações de enclave, se coloca a possibilidade da revolução, ou antes um situação com “potencial revolucionário”, como ocorrera em Cuba. Do contrário, a alternativa desejável é a assimilação e controle institucional das reivindicações populares nos moldes de uma “sociedade aberta”, com participação. Cf. Cardoso (1969a), pp. 32-33 e 148 ss.

2.2. Industrialização e desenvolvimento capitalista dependente

Ainda que Cardoso parta de uma consideração do desenvolvimento como processo social, ou seja, que não se resume ao estritamente econômico, envolvendo determinações sociais e políticas, e que, nesse sentido, procura dar um passo além da Cepal, ao longo de sua obra acaba recaindo em uma abordagem economicista do desenvolvimento, mais precisamente em como o define. Aquele passo é insuficiente, pois falta ancorar a problemática do desenvolvimento em uma interpretação histórica⁶⁰. Cardoso reduz a noção de desenvolvimento à diferenciação da estrutura produtiva (mais especificamente, a industrialização), como processo impulsionado pela acumulação do capital (que promove o desenvolvimento das forças produtivas e das correspondentes relações e estruturas sociais e políticas), desvinculando-o do controle da mudança e da integração e emancipação nacional. Ao entender o processo de desenvolvimento nesses termos, dissociam-se desenvolvimento e formação nacional, fetichizando-se o primeiro. É nesse sentido que se pode afirmar que Cardoso identifica desenvolvimento com desenvolvimento capitalista. Não há uma compreensão do desenvolvimento como processo histórico, ou mais precisamente, fundamentado em interpretação histórica, referenciado aos problemas concretos de cada formação social. É por esse procedimento que desaparece a problemática da formação, do desenvolvimento pensado a partir dos nossos problemas, próprios de uma sociedade de origem colonial e escravista, pois Cardoso pensa os dilemas do desenvolvimento dependente a partir do capital⁶¹. A noção de desenvolvimento capitalista é decalcada de *O*

⁶⁰ Para abordagens que apontam nesse sentido, esclarecendo a relação inarredável entre desenvolvimento e formação nacional, ver Prado Jr. (1968), dentro da tradição do materialismo histórico-dialético, e Furtado (1985), esp. pp. 67-71 e 204-214, a partir de outro referencial teórico.

⁶¹ A filiação de Cardoso ao que chamamos de perspectiva do desenvolvimento capitalista fica mais do que evidente em trechos como este, onde discute a compatibilidade entre desenvolvimento e dependência: “quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a ideia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades” (Cardoso, 1993: 106). Ou, sinteticamente: “Por desenvolvimento estou entendendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo” (Cardoso, 1975: 38). A mesma concepção é explicitada por Palma (1981): “*El desarrollo capitalista es, esencialmente, un proceso de acumulación de capital que a medida que evoluciona induce modificaciones en la composición de las fuerzas productivas, en la asignación de recursos, en las relaciones de clase y en el carácter y naturaleza del Estado. Es decir, a medida que evoluciona induce modificaciones en las diferentes estructuras de la sociedad. Que la acumulación de capital tenga una naturaleza cíclica o que las modificaciones y contradicciones que esa acumulación inducen sean ‘deseables’ u ‘óptimas’ es algo totalmente distinto a reconocer si hay o no desarrollo capitalista*” (Palma,

capital, apropriada através da leitura peculiar que Cardoso faz da obra de Marx, associando acumulação de capital, concorrência intercapitalista, desenvolvimento das forças produtivas e mais-valia relativa em um modelo de “capitalismo industrial”⁶².

Enfatizando a dimensão técnica do desenvolvimento econômico, uma base técnico-científica da produção de caráter universal, e negligenciando a relação social de exploração que o capital representa (como unidade contraditória capital-trabalho), Cardoso se aproxima da apologia do desenvolvimento capitalista. Na perspectiva de Cardoso, do ponto de vista econômico, o modo de produção capitalista adquire um caráter inesgotavelmente progressivo, dependendo da esfera da política para o aproveitamento e concretização dessas potencialidades. Associando inextricavelmente capitalismo, acumulação, progresso técnico e desenvolvimento das forças produtivas, enfim, progresso material, ao mesmo tempo em que oculta as contradições e antagonismos imanentes à exploração e dominação de classe, à expansão internacional do capital e ao imperialismo, que tendem a se avolumar, apontando para a barbárie, Cardoso enaltece os aspectos “positivos” e o progresso associado ao modo

1981: 58). Em outra passagem, refutando a tese da superexploração, Cardoso escreve: “a meu ver, convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento” (Cardoso, 1993: 111). Tal perspectiva analítica já podia ser encontrada em Tavares & Serra (1971). “Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo etc. não constituem, em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc.” (Tavares & Serra, 1971: 212).

⁶² Parece-nos pertinente mencionar aqui a crítica de Caio Prado a certas visões apologéticas do desenvolvimento capitalista: “É preciso não confundir ‘capitalismo’ com tecnologia desenvolvida. Essa confusão é insinuada e estimulada por concepções apologéticas do capitalismo, e toma por padrão de referência o sistema tal como se apresenta nos países altamente desenvolvidos, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção, ou que concorrem na produção de mercadorias (instrumentos de produção e máquinas, matéria-prima a ser elaborada etc., e particularmente força de trabalho empregada na produção), são mercadorias que se compram e vendem, e privadamente apropriadas: a força de trabalho, pelo trabalhador; as demais, pelo capitalista e empresário da produção. O capitalismo é assim, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção. E nesse sentido, as relações de produção predominantes na economia brasileira, inclusive na agropecuária, são de natureza capitalista” (Prado Jr., 1966). Uma interpretação histórica consequente precisa desvendar como, em cada formação social concreta, se desenvolvem e se articulam as relações de produção, as forças produtivas e a luta de classes, que em seus nexos de mútua determinação condicionam determinado padrão de acumulação, essencialmente histórico, que não pode ser derivado de um esquema apriorístico decalcado de *O capital*, onde Marx opera em maior nível de abstração, compreendendo as leis imanentes do modo de produção capitalista, as relações e determinações mais essenciais do movimento do capital. Por outras palavras, não se pode compreender o modo de funcionamento particular de cada formação econômica diretamente a partir das categorias e leis de movimento do capital como expostas por Marx, pois são mediadas historicamente, são produtos históricos, passando pelas mediações das lutas de classes e pela posição de cada sociedade no sistema internacional do capitalismo, o que lhes dá conteúdo específico. Caso contrário, recaímos em interpretações a-históricas.

de produção capitalista⁶³. Não obstante, Cardoso reconhece as contradições gerais do modo de produção capitalista, que vinculam a acumulação de riqueza em um polo e miséria em outro, assim como reconhece os anacronismos típicos do capitalismo dependente, como o “colonialismo interno”, a combinação entre “atraso” e “moderno”, e a marginalização. Mas a sobredeterminação da política permitiria “reformular” ou ao menos atenuar os efeitos mais nefastos da acumulação do capital, amenizando as mazelas sociais do regime do capital, que assim deixam de se impor como necessidades absolutas e incontornáveis.

Ao abordar a especificidade da industrialização dependente, tal como transcorreu no Brasil, Cardoso afirma a possibilidade de conciliar desenvolvimento e dependência, com a internacionalização do mercado interno, consolidando um capitalismo com dinamismo próprio (ainda que encontrando na reprodução da dependência sua condição, mas também seu limite), negando, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a necessidade da ruptura da dupla articulação. Essa possibilidade de desenvolvimento dependente está ancorada em premissas que, objetivamente, não se apoiam na realidade histórica, mas em uma certa replicação do que foi a industrialização originária (mas em forma tardia e dependente), pela generalização do “capitalismo industrial”. Havendo fetichizado o desenvolvimento capitalista, identificando na industrialização sua forma específica, Cardoso pode aplicar o esquema que deriva de Marx ao estudo da industrialização dependente, como se, necessariamente, o processo de industrialização, onde fosse possível, replicasse todas as formas, relações e processos elementares que estão na base do desenvolvimento do capitalismo avançado. A diferença específica, no caso da industrialização periférica, estaria na incapacidade de completar internamente o circuito de reprodução ampliada do capital, donde a necessidade de articulação com o sistema produtivo internacional do capital e com o sistema financeiro internacional, como forma de contornar suas debilidades⁶⁴. Para Cardoso,

⁶³ Sobre o aprofundamento da barbárie pelo desenvolvimento capitalista, em Marx e na tradição marxista, ver Foster (2006), especialmente cap. 12. Ver também Mészáros (2003).

⁶⁴ Por isso o desenvolvimento, em Cardoso, não implicará em autodeterminação. Como já mostramos (no capítulo 2, item 3.1), para Cardoso, a especificidade do padrão de acumulação dependente reside no fato de que ele não se completa no espaço econômico nacional, pois falta o setor I, ou seu desenvolvimento é apenas parcial. Por isso, a economia dependente precisa se integrar como parte do sistema produtivo internacional, à medida que o ciclo de reprodução ampliada do capital só se completa nas economias centrais, que centralizam o progresso técnico e o capital financeiro. Referindo-se aos limites da revolução econômica deslanchada pelo golpe de 1964, Cardoso destaca que ela é “limitada por um processo objetivo: a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa. Ou seja, a ‘carência de tecnologia própria’ – tal como este processo é percebido vulgarmente – e a utilização de uma tecnologia importada (capital intensivo, com todas as suas consequências disso) indicam apenas que o capitalismo dependente é

a internacionalização do mercado interno, isto é, o investimento dos trustes internacionais na produção industrial orientada para o mercado consumidor nacional, solidarizaria capital estrangeiro e espaço econômico nacional, tornando a industrialização periférica interesse do próprio imperialismo, que passa a ser visto como aliado, não obstáculo do desenvolvimento.

O que precisa ser tido em conta é que somente em determinadas condições a participação do capital internacional implica avanço do processo de industrialização, do mesmo modo que essa industrialização não necessariamente adquire forma ou caráter progressivo, do ponto de vista do desenvolvimento e da formação⁶⁵. Cardoso projeta indefinidamente uma correlação momentânea, historicamente delimitada, entre expansão do mercado interno, industrialização e investimento direto estrangeiro – do mesmo modo que cristaliza a correlação do tripé do desenvolvimento – sem lastro em uma perspectiva histórica. Assim sendo, Cardoso não atenta para os limites e insuficiências daquela conjuntura mercantil favorável, tampouco para sua deterioração pela própria ampliação da participação do capital internacional na economia, assim como o pressuposto da permanência de um espaço econômico nacional relativamente bem delimitado e de um mercado protegido da concorrência internacional. A conjuntura de avanço da industrialização foi delimitada por condições muito particulares e momentâneas, tanto externas (desorganização do sistema de divisão internacional do trabalho, redundando em proteção do mercado interno da concorrência internacional) quanto internas (período de formação do mercado interno, de dimensões não desprezíveis, com demanda reprimida, e indústria incipiente, com capacidade ociosa). Com a progressiva reorganização do sistema imperialista, o impulso à transnacionalização dos circuitos produtivos e financeiros do capital e o esgotamento do ciclo de substituição de importações, as premissas daquela conjuntura

capenga: não desenvolveu um setor avançado de produção de bens de capital. A acumulação, expansão e realização do capital do setor produtivo local requer seu complemento dinâmico e dele depende: a inserção no capitalismo internacional. Este desenvolve efetivamente o setor de produção de bens de produção que permite a expansão do setor de bens de consumo (ainda que duráveis) dos países dependentes” (Cardoso, 1972: 71). Em outras palavras, nas economias dependentes não ocorre progresso técnico endógeno, permanecendo retardatárias, mimetizando o progresso técnico irradiado do centro, nunca atingindo a autodeterminação. Em alguns momentos, Cardoso acenou com a possibilidade de “interdependência”, se fosse possível internalizar o departamento I, mas aparentemente acaba descartando essa possibilidade.

⁶⁵ A esse respeito, não custa remeter à interpretação de Caio Prado, que não nega que o capital internacional tenha dado contribuições positivas para o avanço das forças produtivas. No entanto, a partir do momento em que o próprio mercado interno passa a ser campo de operações das filiais dos grandes trustes internacionais, a contradição entre desenvolvimento e imperialismo teria se convertido em antagonismo, colocando em risco o próprio processo de formação e exigindo a superação pela revolução brasileira. Ver Prado Jr. (1945), capítulo 25.

mercantil se desvaneceram⁶⁶. O próprio caráter especulativo e volátil do capital internacional é reforçado e reiterado pela precariedade do mercado e pela instabilidade estrutural em condições de subdesenvolvimento (assim como estes são reforçados pelo ingresso do capital financeiro internacional), tornando instáveis e temporários (e não duradouros e profundos) os nexos do capital internacional com o mercado interno, donde as recorrentes crises de reversão estrutural⁶⁷. Por essas razões, o espaço econômico nacional não pode se converter em elo estratégico de reprodução ampliada do capital. Principalmente quando a própria acumulação, a produção e as finanças se organizam em escala e em bases transnacionais, operando para atender o mercado mundial.

Cardoso tampouco coloca em questão a possibilidade de reproduzir, em menor escala e em condições de subdesenvolvimento, as estruturas produtivas típicas do capitalismo avançado das economias centrais. A transplantação de formas de organização da produção e de padrões de consumo que correspondem a elevados patamares de acumulação, em condições de escassez material e de precariedade mercantil que caracterizam o subdesenvolvimento, determinam concentração exacerbada (da renda e das atividades produtivas), ineficiências pelo descompasso da escala de produção, e desarticulações, que impedem a conformação de um verdadeiro sistema econômico nacional, que internalizaria o dinamismo por uma relação de reciprocidade entre acumulação e consumo, mediada pela socialização dos ganhos de produtividade (inviabilizada pelas estruturas de segregação social). Esse padrão de incorporação de progresso técnico – a modernização dos padrões de consumo – reproduz o excedente estrutural de mão-de-obra, permanentemente marginalizado do mercado de trabalho, por consequência reproduzindo a assimetria na correlação de forças entre capital e trabalho que perpetua os bloqueios à socialização dos

⁶⁶ A esse respeito, é possível consultar Sampaio Jr. (1999a). Para uma análise do novo marco histórico, representado pela transnacionalização do capital e a consequente desarticulação das premissas dos sistemas econômicos nacionais, é possível consultar Furtado (1987). Quanto às suas dramáticas implicações para a formação das bases materiais da nação, colocando em risco a própria unidade nacional, ver Furtado (1992). A contribuição de Furtado a esse respeito também aparece sistematizada em Hadler (2012).

⁶⁷ É elucidativa a contraposição entre as interpretações de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Júnior quanto ao significado da internacionalização do mercado interno. Enquanto para Cardoso, a partir desse momento, torna-se inequívoca a conciliação entre dependência e desenvolvimento, impulsionando a industrialização dependente (uma conciliação de contrários que não exige sua superação), para Caio Prado a contradição entre imperialismo e nação atinge seu clímax, tornando-se antagonismo aberto, o que coloca a urgência da revolução brasileira como solução progressiva para a contradição entre formação nacional e reversão neocolonial em uma luta de vida ou morte.

ganhos de produtividade⁶⁸. Logo, Cardoso também não questiona a inadequação entre meios e fins que envolve a técnica assimilada, pois assume a neutralidade das técnicas, desconsiderando os fins implícitos ao progresso técnico incorporado e, portanto, em que medida é compatível com nosso desenvolvimento.

Com isso, percebemos nitidamente o corte analítico entre problemas de marginalidade e de acumulação capitalista, realizado por Cardoso. A eliminação da pobreza, a redistribuição da renda e a luta por aumento dos salários reais ficam condicionadas a considerações de justiça social, desvinculadas da problemática do desenvolvimento, à medida que – na perspectiva a partir da qual Cardoso entende a formação dos mercados – tornam-se prescindíveis para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A teoria da formação dos mercados em Cardoso é problemática, não permite compreender os processos de mercantilização em formações sociais de origem colonial. Segundo Cardoso, com o desenvolvimento interno da indústria pesada, apoiada em elevado nível técnico e na produção de mais-valia relativa, a acumulação seria capaz de assegurar seu próprio mercado, conferindo à economia estímulos endógenos à expansão. Do ponto de vista teórico, não é apropriado partir de elevado nível de abstração, tal como o dos esquemas de reprodução envolvendo os dois departamentos, para compreender a formação dos mercados e os problemas de realização em cada formação econômica concreta⁶⁹. A instabilidade estrutural e a precariedade das bases materiais da economia dependente, que carece de elevado nível de acumulação e de um sistema produtivo diversificado e integrado em bases nacionais, assim como os bloqueios à socialização dos ganhos de produtividade para os salários, devido à presença de contingentes da população permanentemente marginalizados do mercado de trabalho, impedem a constituição de uma dinâmica virtuosa em que acumulação do capital e incorporação de progresso técnico redundam em aprofundamento dos processos de mercantilização, e vice-versa, imbricando reprodução ampliada do capital e desenvolvimento do mercado interno. Assim, não cabe, como faz Cardoso, pensar a questão do mercado a partir de um tipo de capitalismo autocentrado, que não corresponde à nossa realidade histórica. Ao abordar a questão do mercado com esse foco, Cardoso desvia a atenção do que é essencial, ou seja, a incapacidade da economia dependente de generalizar

⁶⁸ Sobre a modernização dos padrões de consumo, ver Furtado (1974), capítulos II e III.

⁶⁹ Com relação às polêmicas e problemas envolvendo a aplicação dos esquemas de reprodução e a questão dos mercados, é possível consultar Rosdolsky (1968), cap. 30. Ver também Miglioli (1981).

para o conjunto da população os ganhos decorrentes da assimilação de progresso técnico, questão crucial para se pensar o desenvolvimento nacional⁷⁰.

Para Cardoso, a combinação de formas arcaicas e modernas, superexploração e marginalização não são nem obstáculos, nem funcionais ao desenvolvimento dependente, não se apresentando como necessidades da forma de capitalismo que nos coube, mas como contingências que podem ser contornadas pela vontade política. Para Cardoso, a superexploração do trabalho não é necessária, a partir do momento em que transcorre a revolução industrial de novo tipo, não havendo limites, desde um ponto de vista estritamente econômico, para a ampliação dos salários reais dos trabalhadores. O limite seria dado pela política, pela correlação de forças entre capital e trabalho e pela vigência de um regime democrático. Desse modo, percebe-se um viés economicista na tentativa de Cardoso de demonstrar a prescindibilidade da superexploração, nas novas condições de acumulação da fase industrial e monopolista, conforme a lógica do capital industrial, nos marcos do capitalismo industrial que se generaliza para algumas áreas da periferia. Mas Cardoso toma como referencial o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao nível de abstração que se encontra em *O capital*. Não problematiza, por exemplo, o fato de que o valor da força de trabalho é determinado historicamente, entre cujas determinações se encontram as condições de formação da classe dos trabalhadores livres. Haveria de se considerar, no caso do Brasil, como o fato de a relação capital-trabalho emergir de uma ordem colonial e de um regime de trabalho escravo, em condições de grandes contingentes de população não integrados, moldou um padrão que não pode deixar de influenciar na determinação histórica do valor da força de trabalho. Para compreendermos a necessidade da superexploração como um produto histórico, seria preciso desvendar como, em cada formação social concreta, se desenvolvem e se articulam as relações de produção, as forças produtivas e a luta de classes, que em seus nexos de mútua determinação condicionam determinado padrão de acumulação, não podendo ser derivado diretamente das leis imanentes do modo de produção capitalista, das relações e determinações mais essenciais do movimento do

⁷⁰ A propósito, remetemos à seguinte observação de Sampaio Jr., que a nosso ver se aplica também a Cardoso: “O debate sobre os aspectos qualitativos do processo de incorporação de progresso técnico, relacionados com a capacidade da sociedade nacional de conciliar aumentos progressivos na eficiência econômica e elevações sistemáticas no bem-estar do conjunto da população, foi afastado do horizonte de preocupações teóricas, para privilegiar os aspectos quantitativos de expansão das forças produtivas, associados à racionalidade do processo de acumulação de capital” (Sampaio Jr., 1999a: 53-54).

capital, em elevado nível de abstração. O problema está em compreender o capitalismo em uma formação social concreta, não as categorias e leis de movimento do capital em si, à medida que estas são mediadas historicamente, são produtos históricos das lutas de classes e da posição que cada sociedade nacional ocupa no sistema imperialista. Se não avançamos por esse caminho, recaímos em interpretações apriorísticas que negam a história.

Do mesmo modo, extrapolando uma conjuntura determinada (de crescimento econômico e expansão industrial excepcional), como se fora tendência, Cardoso relativiza o caráter excludente da industrialização brasileira, ao apontar sua capacidade de gerar empregos e seu potencial de crescimento econômico, proporcionando uma incorporação relativa da população ao mercado de trabalho capitalista moderno. Cardoso superestima as potencialidades materiais do capitalismo dependente e sua permeabilidade a reformas. Na sua visão, o único limite objetivo para o capitalismo brasileiro seria o desenvolvimento incompleto ou insuficiente do setor I, produtor de bens de capital, um limite técnico-financeiro, estritamente do ponto de vista da acumulação de capital, enquanto o limite subjetivo estaria condicionado pelo surgimento de uma coalizão política favorável à democratização das estruturas decisórias e a uma distribuição mais justa das benesses do desenvolvimento econômico dependente. É como transparece na síntese de Cardoso acerca de suas próprias reflexões em torno ao tema da dependência:

(...) jamás vimos contradicción entre desarrollo y dependencia (...). La situación de dependencia definía la índole excluyente e inicua del desarrollo, pero no representaba un impedimento. Fue el sólido aporte del capital externo el que, junto a la inversión pública y, en menor volumen, al capital privado nacional, contribuyó en el decenio de 1960 a la expansión de los indicadores en muchos de nuestros países. El desafío que se planteaba y que no fue atendido era hacer llegar los beneficios de ese crecimiento al mayor número de personas. Era creer en la autonomía del político y buscar un arreglo de poder más sensible a los intereses de la mayoría, lo que suponía la afirmación de la democracia. (Cardoso, 2004: 8)

A partir de sua pesquisa sobre o empresariado industrial, Cardoso descarta a possibilidade de um desenvolvimento capitalista em bases nacionais, capitaneado por uma “burguesia nacional” inexistente. Ao postular a possibilidade e a realidade de uma forma dependente de desenvolvimento, para os países que ingressaram na fase de internacionalização do mercado interno, identificando desenvolvimento e industrialização, Cardoso considera impossível qualquer tipo de desenvolvimento nacional, tornando a associação com os capitais estrangeiros, a dependência, condição do próprio

desenvolvimento capitalista na periferia industrializada. Com isso, nega a importância da questão nacional. Por outro lado, atribuindo ao capitalismo brasileiro um dinamismo próprio, à medida que a acumulação de capital passa a criar seu próprio mercado, e negando que a superexploração do trabalho e as mazelas sociais sejam necessidades incontornáveis do capitalismo dependente, Cardoso nega a importância da questão democrática. Em suma, ao não condicionar o desenvolvimento à superação da situação de dependência e à transformação radical das estruturas sociais que perpetuam um padrão de segregação social, ou seja, à ruptura da dupla articulação, Cardoso nega a problemática da formação nacional e a necessidade da revolução brasileira, como única forma da sociedade nacional assumir o controle de seu destino histórico e resistir à barbárie capitalista. Cardoso vislumbra a possibilidade de reforma do capitalismo dependente, a perspectiva de um capitalismo civilizado no elo fraco do sistema, combinando democracia, bem-estar, distribuição de renda, desenvolvimento e dependência. Mas trata-se de um possibilismo que nunca se cumpre.

Conclusão

Tendo colocado em evidência os principais limites nas reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre os dilemas do capitalismo dependente, estamos agora em condições de concluir que o debate sobre a dependência foi marcado pelo abandono da problemática da formação nacional. Como tentamos demonstrar, a análise de Cardoso transforma a situação de dependência, em determinadas condições, em fator positivo para o desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, desvincula o desenvolvimento capitalista dependente da necessidade de reproduzir um regime de segregação social e formas particularmente extorsivas de exploração da força de trabalho. Dependência e segregação social deixam de ser problemas, do ponto de vista do desenvolvimento econômico nas sociedades nacionais de passado colonial. Ao completar esse duplo movimento, Cardoso nega a necessidade da revolução democrática e da revolução nacional, isto é, a necessidade histórica de ruptura da dupla articulação como condição para que aquelas sociedades assumam o controle do próprio destino. Em poucas palavras, Cardoso abandonou a problemática da formação.

Marini, partindo de outra perspectiva, encontra a explicação para a necessidade de

reprodução da dupla articulação nas próprias leis imanentes do modo de produção capitalista, em seu desenvolvimento desigual e contraditório em escala mundial. Nesse sentido, a perenidade de nossa situação de dependência e de um padrão de segregação social são entendidos como problemas do sistema do capital ou, para sermos mais precisos, do capitalismo dependente, caracterizado pela agudização das contradições da lei geral da acumulação. Em suma, são problemas vinculados à própria lógica do capital, e não problemas de formação. Por isso, Marini condiciona a superação da dupla articulação à supressão das próprias relações capitalistas de produção na periferia do sistema, por meio da revolução socialista. Assim sendo, por outra via, Marini também faz desaparecer a necessidade histórica das revoluções nacional e democrática, como elos concretos da revolução brasileira. Novamente, abdicou-se da perspectiva da formação nacional.

Portanto, à medida que não partem da consideração dos problemas de nossa sociedade colocados na perspectiva de sua formação histórica, as soluções propostas por Cardoso e Marini aos dilemas do capitalismo dependente são igualmente arbitrarias. A possibilidade da reforma, em Cardoso, está assentada na superestimação da autonomia relativa da política, posto que esvaziada de uma análise de classe, que elucidasse o padrão de luta de classes no capitalismo brasileiro e, portanto, a forma pela qual se estabelecem os nexos necessários entre economia, sociedade e política, na situação concreta de uma formação social de passado colonial e escravista. Em Marini, a possibilidade – e necessidade – da revolução fica a depender da radicalização dos antagonismos de classe posta pela agudização de contradições gerais e abstratas entre capital e trabalho, ou seja, por uma lógica da acumulação independente da luta de classes concreta. Deixando de lado os problemas da formação nacional, tanto Cardoso quanto Marini ficam sem os parâmetros adequados para a compreensão dos dilemas do capitalismo dependente, que apontassem soluções que, inscritas no próprio processo histórico, permitiriam ao povo brasileiro resistir ao avanço da barbárie capitalista e às tendências de reversão neocolonial que comprometem seu futuro como nação que conta no devir da humanidade.

CONCLUSÃO

A teoria só se realiza numa nação na medida que é a realização de suas necessidades.

Karl Marx, “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (1844)

A avaliação crítica das obras de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini é uma tarefa indispensável, não apenas devido à considerável influência que esses autores exerceram sobre setores da esquerda, mas também porque os grandes dilemas aos quais procuraram dar respostas continuam presentes, redefinidos e aprofundados, nos atuais marcos do capitalismo transnacionalizado, de crise estrutural do capital e dos impasses latino-americanos e brasileiros, em particular. Em certo sentido, Cardoso e Marini conformaram duas matrizes de interpretação do problema do desenvolvimento das sociedades nacionais de formação colonial, influentes em alguns meios acadêmicos e em setores da esquerda. Cardoso desvincula os problemas das estruturas sociais do desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação de capital, hipertrofiando a esfera da política como instância capaz de impor limites às taras do capital. Marini, por sua vez, busca a explicação para nossos dilemas históricos nas leis e categorias imanentes à lógica do capital. Como não poderia deixar de ser, as implicações práticas dessas diferentes formas de interpretar a realidade brasileira se expressam através das correspondentes propostas de como equacionar nossos dilemas históricos: de um lado, a proposta de reforma dentro da ordem, uma via social-democrata para contornar as mazelas sociais impostas por um capitalismo de desenvolvimento retardatário e dependente; de outro lado, a proposta da revolução socialista, como única saída para as classes trabalhadoras submetidas às mais duras condições de exploração e opressão de classe, levadas ao extremo pela exacerbação das contradições próprias do regime do capital. Nos termos em que se propõem, as duas soluções são arbitrárias, pois se ancoram em concepções apriorísticas dos dois sociólogos, e não na interpretação histórica da realidade concreta de uma sociedade de formação colonial.

Como procuramos mostrar, tanto Cardoso quanto Marini incorrem na negação da problemática da formação nacional, ainda que por caminhos distintos. Cardoso rejeita peremptoriamente que, nas novas condições de internacionalização do mercado interno, a dupla articulação – a situação de dependência e o regime de segregação social – constitua obstáculo ao desenvolvimento econômico, com isso descartando a necessidade histórica das

revoluções democrática e nacional inscrita em nosso processo de formação. Marini dissocia a reprodução da dupla articulação dos problemas de formação, imputando-a antes a problemas intrínsecos à reprodução ampliada do capital em escala mundial, exacerbados pela superexploração estrutural inerente à posição subalterna no mercado mundial. Logo, subordina a ruptura da dupla articulação – a solução aos principais dilemas do povo brasileiro – à supressão das próprias relações de produção capitalistas, como necessidade lógica.

É importante esclarecer que as obras de Cardoso e Marini se inserem em um contexto mais amplo, que corresponde ao período subsequente ao golpe de 1964 no Brasil. Nos poucos espaços em que se manteve algum debate, em âmbito acadêmico e político, o movimento se deu no sentido de negação da perspectiva da formação nacional. Em linhas gerais, considerava-se que o problema da formação já estava historicamente superado. Com o processo de industrialização alcançando o estágio de desenvolvimento dos setores produtores de bens de capital, internalizando parcela não desprezível das estruturas típicas da Segunda Revolução Industrial, com o notável dinamismo da economia verificado durante os anos do “milagre econômico”, e com a modernização e centralização do poder do Estado, o capitalismo brasileiro se apresentava como plenamente constituído. Se apresentava problemas – que serão enfatizados ou ocultados, conforme a perspectiva – devia-se tão somente ao fato de que constituía um desenvolvimento capitalista em condições adversas, que jamais poderia reproduzir a evolução do capitalismo originário. O fato é que, nesses termos, o problema da formação já estava resolvido. Daí por diante, os problemas a serem enfrentados seriam os do desenvolvimento capitalista – para estimulá-lo ou para liquidá-lo, de acordo com o ponto de vista adotado. Por isso, abandonou-se a perspectiva da formação.

Não obstante, como já destacamos, os problemas de formação somente foram resolvidos do ponto de vista do capital, de uma perspectiva burguesa. O golpe de 1964, representando o desfecho da revolução burguesa no Brasil, sacramentou a opção da burguesia por um capitalismo dependente, cristalizando a dupla articulação. A integração nacional foi levada tão longe quanto era necessário para se adequar a realidade nacional às exigências da industrialização capitalista, da internacionalização do mercado interno e da consolidação da dominação de classe da burguesia, plasmando um sistema produtivo diversificado, incorporado ao sistema internacional do capitalismo monopolista, e um

mercado em bases nacionais. Contudo, a integração nacional não poderia transcender os limites que ameçassem, de um lado, a articulação dependente, e de outro, o profundo desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho, que mantem a burguesia em condições únicas para manipular, conforme sua vontade, as condições internas da sociedade nacional. A “revolução democrática” foi, definitivamente, proscrita. Portanto, a nação se constituiu apenas para o capital. Na verdade, trata-se de uma subnação, à medida que o círculo de ferro do capitalismo dependente – a persistência do controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada – bloqueia a emergência do povo brasileiro como sujeito histórico. Em outras palavras, se partimos da perspectiva do trabalho, os problemas da formação estão longe de serem resolvidos.

As condições atuais do capitalismo impõem a necessidade de se retomar esse debate. Ao longo das últimas décadas, a transnacionalização do capital vem organizando a produção e as finanças em escala mundial, em patamares sem precedentes de concentração e centralização do capital, que colocam esse processo sob o comando de algumas centenas de corporações transnacionais gigantes, à revelia das sociedades nacionais. Do mesmo modo, o desenvolvimento de um complexo sistema financeiro internacional, que escapa ao controle das autoridades monetárias nacionais, levou ao paroxismo a incontabilidade e a destrutividade do capital, exacerbando seu caráter parasitário. As novas rodadas de modernização tecnológica reafirmaram a redundância do trabalho vivo – debilitando ainda mais a capacidade de organização e resistência das classes trabalhadoras – e levaram à acelerada obsolescência das antigas estruturas produtivas, tudo isso contribuindo para a desarticulação dos sistemas econômicos nacionais. Por fim, uma crise estrutural de grandes proporções eclode no próprio centro do sistema, impondo elevados custos sociais – à medida que a oligarquia financeira preserva e recompõe sua riqueza impondo severas medidas de austeridade e o desmonte do Estado de bem-estar – e apontando para um cenário nada alvissareiro para o conjunto do sistema capitalista mundial.

Para a periferia do capitalismo, essas tendências se impõem de modo muito mais dramático⁷¹. A condição dependente e periférica no sistema capitalista mundial compromete

⁷¹ Para alguns esclarecimentos e referências acerca das tendências do capitalismo em sua fase atual, notadamente sobre o processo de transnacionalização do capital e seus impactos particularmente devastadores na periferia do sistema, ver Hadler (2012), capítulos 2 e 3.

a capacidade de decisão das sociedades latino-americanas, devido à integração no sistema capitalista mundial nos marcos da transnacionalização do capital, submetendo-as àquelas tendências desestruturantes e às forças centrípetas do capitalismo internacional. O crescente controle das estruturas produtivas latino-americanas pelas empresas transnacionais e sua articulação à dinâmica internacional do capital financeiro, levou tão somente à progressiva alienação dos centros internos de decisão, à reversão do processo de industrialização, à tendência à reprimarização das economias e a uma sucessão de crises econômicas e sociais. Em suma, os meios para o desenvolvimento vão sendo solapados, conforme se desarticulam as bases materiais montadas ao longo de um laborioso processo de industrialização. Não havendo levado às últimas consequências o processo de formação nacional, a sociedade brasileira – e as sociedades latino-americanas, de um modo geral – ficam sem os meios para subordinar a incorporação do progresso técnico às necessidades sociais, ou seja, para controlar seu próprio destino, ficando reféns da lógica dos negócios, dos anseios de modernização de burguesias aculturadas, e dos imperativos do capital financeiro internacional. Ao contrário do falso otimismo propalado por um suposto neodesenvolvimentismo – que recicla a ideologia do crescimento econômico como modo de superar as mazelas sociais do povo brasileiro – os problemas fundamentais da classe trabalhadora e dos “condenados do sistema” estão longe de serem equacionados, à medida que persiste o círculo de ferro do capitalismo dependente – a dupla articulação entre a situação de dependência e o regime de segregação social que organiza a sociedade nacional⁷².

A persistência de tais tendências aponta para a urgência da mudança. Os desafios que a transnacionalização do capital coloca para a periferia latino-americana não podem ser subestimados, cabendo um renovado esforço teórico para dar conta dessas questões e orientar a prática e a política para o desenvolvimento. Conforme pretendemos sugerir, ao apontar os limites das contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, a chave para a compreensão da reprodução da dupla articulação entre dependência e superexploração deve ser buscada nos dilemas de nossa formação histórica, no fardo legado pelo nosso passado colonial e escravista e por uma revolução burguesa atrasada. O desafio

⁷² Para críticas ao neodesenvolvimentismo e para alguns elementos que ajudam a compreender a situação atual do Brasil, ver Boron (2010) e Sampaio Jr. (2012b). Ver também Netto (2010).

reside em elucidar os nexos necessários entre problemas de formação, persistência da dupla articulação, necessidade histórica da revolução democrática e da revolução nacional, e necessidade histórica da revolução brasileira, como alternativa concreta à barbárie. Em todo caso, se abirmos mão de uma reflexão a partir da perspectiva da formação nacional, ficamos desarmados do ponto de vista teórico, sem instrumentos e sem parâmetros para dar respostas concretas aos dilemas do capitalismo dependente, incapazes de resistir às tendências que apontam para graves crises de reversão neocolonial e para a barbarização cada vez mais profunda e ampla da vida social, inviabilizando a eclosão do povo brasileiro como elemento que conta no devir da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Maria Silva & CARCANHOLO, Marcelo Dias (2012). “Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente”. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARAUJO, Elizeu Serra de (2001). *A teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas formações sociais periféricas: as versões de Cardoso e Marini*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia, 2001.
- ARICÓ, José (1987). “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. v. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARON, Raymond (1982). *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- AYERBE, Luiz Fernando (2004). *A revolução cubana*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- BAMBIRRA, Vânia (1978). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.
- BARAN, Paul (1957). *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1980). *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- BIANCHI, Alvaro (2010). “O marxismo fora do lugar”. In: *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, pp. 177-203, abr. 2010.
- BICHIR, Maíra Machado (2012). *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.
- BORON, Atílio (2010). *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch (1915). *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias (2013). “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência”. In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, pp. 191-205, jan./abr. 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- _____ (1963). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- _____ (1969a). *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- _____ (1969b). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresário industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____ (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- _____ (1975). *Autoritarismo e democratização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____ (1984). "A democracia na América Latina". In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, pp.45-56, out. 1984.
- _____ (1985). *A democracia necessária*. Campinas: Papirus, 1985.
- _____ (1993). *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____ (1995). "Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos". In: *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, pp. 148-155, out./dez. 1995.
- _____ (2004). "Más allá de la economía: interacciones de la política y desarrollo económico". In: *Revista de la Cepal*, n. 83, pp. 7-12, ago. 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____ (1976). *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California, 1976.
- _____ (1977). "Post scriptum a *Dependencia y desarrollo en América Latina*". In: *Desarrollo Económico*, v. 17, n. 66, pp. 273-299, jul./set. 1977.
- _____ (1978). "Repensando Dependência e desenvolvimento na América Latina". In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo & FONT, Maurício (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique & WEFFORT, Francisco (1970). "Ciencia y conciencia social". In: CARDOSO, Fernando Henrique & WEFFORT, Francisco (orgs.). *América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago: Universitaria, 1970.
- CARR, Edward Hallet (1976). *Que é história?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHILCOTE, Ronald (1984). *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da (1966). *Da senzala à colônia*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

- _____ (1977). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- COTRIM, Ivan (2001). *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001.
- DOBB, Maurice (1973). *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- DOS SANTOS, Theotônio (1969). “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”. In: *La dependencia político económica de América Latina*. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1971.
- _____ (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOSMAN, Eduard (2011). *Raúl Prebisch (1901 – 1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- FALETTO, Enzo (1998). “Los años 60 y el tema de la dependencia”. In: *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, pp. 109-117, ago. 1998.
- FERNANDES, Florestan (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.
- _____ (1973). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.
- _____ (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____ (1976). *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.
- _____ (1981). *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____ (1995). *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias (orgs.) (2012). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FIORI, José Luís (1999). “De volta à questão da riqueza de algumas nações”. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FONTES, Virgínia (2009). “O imperialismo brasileiro”. In: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- _____ (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FOSTER, John Bellamy (2006). *Naked imperialism: the U.S. pursuit of global dominance*. New York: Monthly Review Press, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1969). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FURTADO, Celso (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____ (1969). *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- _____ (1972). *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____ (1973). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____ (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____ (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____ (1987). *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____ (1989). *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____ (1991). *Os ares do mundo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____ (1992). *Brasil: a construção interrompida*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GERTZ, René (1994). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- GOLDENSTEIN, Lídia (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOTO, Roberto Akira (1998). *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo (2012). *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HALPERIN DONGHI, Tulio (1974). *História da América Latina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- HILFERDING, Rudolf (1909). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric (2009). *A era dos impérios: 1875-1914*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- IANNI, Octavio (1984). *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- _____ (1992). *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____ (1993). *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JUVENCIO SOBRINHO, Maria (2003). *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973 – 1992)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.
- KAY, Cristóbal (1989). *Latin american theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1899). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ (1917). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. In: Obras escolhidas. Tomo 1. Moscovo: Progresso, 1977.
- LEONI, Brigitte Hersant (1997). *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LESSA, Carlos & DAIN, Sulamis (1980). “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. v. 1. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- LÖWITH, Karl (1929). “Max Weber e Karl Marx”. In: GERTZ, René (org.). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- LÖWY, Michael (1999). “Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUCE, Mathias Seibel (2011). *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.
- MAGDOFF, Harry (1969). *A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro (1967). “Crítica à ‘A revolução brasileira’, de Caio Prado Júnior”. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____ (1969). *Subdesarrollo y revolución*. 10ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- _____ (1973). *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- _____ (1976). “Prólogo”. In: BAMBIRRA, Vania. *La revolución cubana: una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1976.
- _____ (1977a). “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. In: *Cuadernos Políticos*, n. 12, pp. 20-39, abr./jul. 1977.

- _____ (1977b). “Estado y crisis en Brasil”. In: Cuadernos Políticos, n. 13, pp. 76-84, jul./set. 1977.
- _____ (1978a). “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, número extraordinario, pp. 57-106, 1978.
- _____ (1978b). “La cuestión del fascismo en América Latina”. In: *Cuadernos Políticos*, n. 18, pp. 13-34, out./dez. 1978.
- _____ (1978c). “O reascenso das massas e as tarefas dos revolucionários”. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____ (1979a). “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In: OSWALD, Ursula (coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979.
- _____ (1979b). “Três tarefas da esquerda: socialismo, unidade e luta armada”. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____ (1979c). “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”. In: *Cuadernos Políticos*, n. 20, pp. 18-39, abr./jun. 1979.
- _____ (1990). “Memória”. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____ (1994a). “La crisis del desarrollismo”. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/02texto/maurini_texteo00010.pdf.
- _____ (1994b). “Las raíces del pensamiento latinoamericano”. Disponível em: http://archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/03al/maurini_al00014.pdf.
- _____ (1996). “Proceso y tendencias de la globalización capitalista”. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO; Siglo del Hombre, 2008.
- _____ (1998). “Duas notas sobre o socialismo”. In: *Lutas Sociais*, n. 5, pp. 107-123, 1998.
- _____ (2000). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, Carlos Eduardo (2009). “A superexploração do trabalho e a economia política da dependência”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da PUC-Rio: Boitempo, 2009.
- _____ (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (orgs.) (2009). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro,

- RJ; São Paulo, SP: Editora da PUC-Rio: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl (1867). *El capital: crítica de la economía política*. v. I. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2002). “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1975). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- MÉSZÁROS, István (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MIGLIOLI, Jorge (1981). *Acumulação de capital e demanda efetiva*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NAPOLEONI, Claudio (1979). *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NETTO, José Paulo (2010). “Uma face contemporânea da barbárie”. *III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”*. Serpa, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO, Jaime (2009). “Dependência e superexploração”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da PUC-Rio: Boitempo, 2009.
- OURIQUES, Nildo (1995). *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese (doutorado) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía. México, 1995.
- PAIVA, Carlos Águedo (2008). “Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista”. In: *Ensaio FEE*, v. 29, n. 1, pp. 157-178, jun. 2008.
- PALMA, Gabriel (1981). “Dependencia y desarrollo: una visión crítica”. In: SEERS, Dudley (org.). *Teoría de la dependencia: una revaluación crítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- PINTO, Aníbal (1967). *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PORTANTIERO, Juan Carlos (1987). “O marxismo latino-americano”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. v. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRADO, Fernando Correa (2011). “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. In: *Comunicação & Política*, v. 29, n. 2, pp. 68-94, mai./ago.

2011.

- PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____ (1945). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____ (1966). *A revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____ (1968). *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RICUPERO, Bernardo (2003). “Existe um pensamento marxista latino-americano?”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina: encruzilhadas da história contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2003.
- RIDENTI, Marcelo (2010). *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- RODRIGUEZ, Octávio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- _____ (2006). *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROSDOLSKY, Roman (1968). *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis (2004). *Max Weber: entre a paixão e a razão*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda (1999a). *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____ (1999b). “O impasse da ‘formação nacional’”. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____ (2012a). “Capitalismo dependente e reversão neocolonial”. Memorial acadêmico, vol. 2. Mimeo. 2012.
- _____ (2012b). “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHUMPETER, Joseph (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARZ, Roberto (1998). “Um seminário de Marx”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, pp. 99-114, mar. 1998.
- SERRA, José (1979). “As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a

- conexão entre autoritarismo e desenvolvimento”. In: COLLIER, David (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SERRA, José & CARDOSO, Fernando Henrique (1978). “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, número extraordinário, pp. 9-55, 1978.
- TAVARES, Maria da Conceição (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____ (1981). “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos”. In: *Economía de América Latina*, Cidade do México: CIDE, n. 6, pp. 21-42, 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José (1971). “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TRASPADINI, Roberta (1999). *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Topbooks, 1999.
- TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs.) (2005). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- WINN, Peter (2010). *A revolução chilena*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.